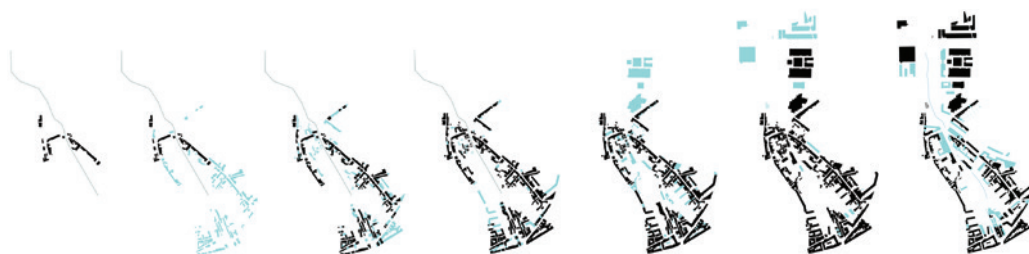


UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Arquitectura



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO

As Residências Universitárias como elemento estratégico para a cidade

Frederico Miguel de Almeida Cruz

Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura
(Especialização em Urbanismo)

Orientador científico: Professora Doutora Maria Manuela da Fonte

Júri

Presidente: Professor Doutor Pedro George

Vogais: Professora Doutora Alessi Allegri

Professora Doutora Maria Manuela da Fonte

Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
Lisboa, Janeiro de 2017



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Arquitectura

REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO

As Residências Universitárias como elemento estratégico para a cidade

Frederico Miguel de Almeida Cruz

Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura
(Especialização em Urbanismo)

Orientador científico: Professora Doutora Maria Manuela da Fonte

Júri

Presidente: Professor Doutor Pedro George

Vogais: Professora Doutora Alessi Allegri

Professora Doutora Maria Manuela da Fonte

Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
Lisboa, Janeiro de 2017

TÍTULO | REVITALIZAÇÃO DO VALE DO RIO SECO

SUB-TÍTULO | As Residências Universitárias como elemento estratégico para a cidade

ALUNO | Frederico Miguel de Almeida Cruz

ORIENTADOR | Professora Maria Manuela da Fonte

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Urbanismo

Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

Lisboa, Janeiro de 2017

Este trabalho foi redigido segundo o antigo Acordo Ortográfico.

RESUMO

O presente trabalho foca-se nas questões de habitação para estudantes universitários e no papel preponderante e o impacto positivo que a presença destes têm nas dinâmicas e fluxos na cidade.

Lisboa tem sido, ao longo dos anos, alvo de inúmeras intervenções de diferentes influências, nem sempre de forma bem geridos, originando desequilíbrios urbanos e sociais que contribuíram para a sua fragmentação e segregação.

Neste contexto, o Vale do Rio Seco, na freguesia da Ajuda, torna-se um potencial caso de estudo para pôr em prática uma estratégia de revitalização local, com base no papel activo que os estudantes poderão vir a desempenhar no combate ao isolamento e solidão observado.

O Vale do Rio Seco faz a transição entre a cidade consolidada e a natureza, entre a frente ribeirinha e Monsanto, mas não entre o Pólo Universitário e as comunidades envolventes.

Lisboa acolheu mais 4000 estudantes internacionais, em 2014/2015, que, contando com os estudantes deslocados, torna a oferta de alojamento escassa, com apenas cerca de 4000 camas espalhadas pela cidade, e cria uma oportunidade à espera de ser explorada.

A proposta elaborada pretende a revitalização do Vale do Rio Seco, utilizando as residências de estudantes como forma de atrair os estudantes para uma zona da cidade esquecida, numa estratégia de consolidação do vale, onde a transformação do Parque Urbano num Corredor Verde funciona como elemento agregador.

PALAVRAS-CHAVE

residências universitárias | corredor verde | revitalização | espaços públicos

TITLE | URBAN REVITALIZATION OF *RIO SECO* VALLEY

SUBTITLE| Student Housing as strategic element for the city

STUDENT | Frederico Miguel de Almeida Cruz

MAIN ADVISER | Professor Maria Manuela da Fonte

Integrated Master's in Architecture with specialization in Urbanism

Faculty of Architecture, University of Lisbon

Lisbon, January 2017

This document was written under the old Portuguese Orthographic Agreement.

ABSTRACT

The current work focuses on the issues of housing for university students and the leading role and positive impact that these have on the dynamics and flows of the city.

Lisbon has been, over the years, object of numerous interventions of different influences, not always well managed, resulting in urban and social imbalances that contributed para its fragmentations and segregation.

In this context, Rio Seco Valley, inside the parish of Ajuda, shows up as a potential case study to put in practice a strategy of local revitalization, based on the active role that students may have fighting the seclusion and loneliness perceived.

Rio Seco Valley makes the transition between the consolidated city and nature, the river front and Monsanto Forest Park, but not between the University Campus and surrounding communities.

Lisbon welcomed more than 4000 students, in 2014/2015, which, counting with displaced national students, makes the accomodation a scarce supply, with only about 4000 beds spread around the city, and creates an opportunity waiting to be explored.

The proposal drawn up intents to revitalize Rio Seco Valley, using student housing as a way to attract the students to a forgotten area of the city, within a strategy that consolidates the valley, where the evolution of the Urban Park into a Green Corridor works as an aggregator element.

KEY WORDS

student housing | green corridor | revitalization | public spaces

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para o encerramento desta etapa e me acompanharam ao longo de todo este percurso académico, com especial atenção:

À minha orientadora, a Professora Maria Manuela da Fonte, pela sua disponibilidade, sabedoria e motivação transmitida e me fez encarar este projecto de forma sempre positiva;

À associação Locals, em particular ao João e ao Gonçalo, pelas oportunidades de colaboração nos diferentes eventos e ponte de ligação entre população;

À Junta de Freguesia da Ajuda e Casa da Cultura, pela visita guiada e a história partilhada sobre a freguesia;

Aos Moradores, que fazem desta Ajuda algo especial;

Ao Professor Carlos Alho, pelo conhecimento partilhado sobre a Ajuda e o Rio Seco;

Aos Professores Jorge Cancela e Leonel Fadigas, pelas conversas pontuais neste percurso final;

Ao Daniel, pelas visitas guiadas às residências universitárias;

À Rita, Sofia e Raquel pelas noitadas e apoio nesta última fase, assim como à Sara, Gustavo, Carolina e Joana.

Aos meus Colegas, André, João, Rui, Inês, Nô, Bárbara e Matilde, pela entre-ajuda e convívio durante as infindáveis noites de trabalho;

Aos meus irmãos, Francisco e João, e amigos, Diogo, António, Alex e Jorge, pelos momentos de pausa e descontração;

À Isabel, pelas impressões de teste;

À Vera, pela paciência, motivação e incentivo incondicional que me deram força para enfrentar esta etapa final;

Aos meus Pais, pela inesgotável paciência e apoio, não só para a tese mas para todo o curso, em especial à minha Mãe pela ajuda na revisão do texto.

Por fim, ao meu Avô, que tanto esperou.

Obrigado!

ÍNDICE

RESUMO	III
ABSTRACT	V
AGRADECIMENTOS	VII
ÍNDICE	IX
LISTA DE ACRÓNIMOS	XI
ÍNDICE DE IMAGENS	XIII

0. INTRODUÇÃO	1
0.1. OBJECTIVOS	2
0.2. QUESTÕES DE TRABALHO	3
0.3. ÁREA DE ESTUDO	4
0.4. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO	4
1. CIDADE: ORIGEM, EVOLUÇÃO E AJUDA	7
2.1. A ORIGEM DA CIDADE	8
2.2. A CIDADE PRECISA DE AJUDA	10
2.3. HÁ VIDA PARA ALÉM DO PALÁCIO	18
2.4. AS CASAS ECONÓMICAS	23
2.5. O PULMÃO DA CIDADE	27
2.6. UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA A AJUDA	31
2. O VALE DO RIO SECO	39
2.1. O MONUMENTO AO AR LIVRE	41
2.2. A ANARQUIA URBANA	45
2.3. OS PÁTIOS DO RIO SECO	49

3. OS ESTUDANTES E A CIDADE	55
3.1. IMPACTO DO PÓLO UNIVERSITÁRIO NA AJUDA	56
3.2. TRANSIÇÃO ENSINO-PROFISSÃO	63
3.3. OS PÓLOS UNIVERSITÁRIOS COMO CASO DE ESTUDO	66
3.3.1. UNIVERSIDADE DE BOLONHA	68
3.3.2. UNIVERSIDADE DE COIMBRA	70
3.3.3. PÓLO UNIVERSITÁRIO DO ALTO DA AJUDA	73
4. DESENHAR O VALE	79
4.1. ESTRATÉGIA URBANA	80
4.1.1. PERCURSOS TEMÁTICOS	82
4.1.2. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	86
4.1.3. OS ESTUDANTES E A POPULAÇÃO	90
4.2. PROJECTO URBANO DO VALE DO RIO SECO	92
4.2.1. LARGO DO RIO SECO	93
4.2.2. TRAVESSA DO MIRADOR	95
4.2.3. GEOMONUMENTO	96
4.2.4. TRAVESSAS DO CRUZEIRO	97
4.2.5. PÓLO UNIVERSITÁRIO	99
4.3. PÁTIO SEABRA	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
6. FONTES BIBLIOGRÁFICAS	115
7. ANEXOS	131

LISTA DE ACRÓNIMOS

AA - Alto da Ajuda
BIP/ZIP - Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária
CMC - Câmara Municipal de Coimbra
CML - Câmara Municipal de Lisboa
CV - Corredor Verde
FA - Faculdade de Arquitectura
FRGA- Freguesia da Ajuda
FMV - Faculdade de Medicina Veterinária
GEO - Gabinete de estudos Olisiponenses
JFA - Junta de Freguesia da Ajuda
INE - Instituto Nacional de Estatística
ISA - Instituto Superior de Agronomia
ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
IMTT - Instituto de Mobilidade de Transportes Terrestres
MPAT - Ministério do Planeamento e da Administração do Território
NZTA - New Zeland Transport Agency
PCEVCML - Pelouro da Cultura e Espaços Verdes da CML
PDM - Plano Director Municipal
PNA - Palácio Nacional da Ajuda
PP - Plano Pormenor
PU - Plano de Urbanismo
PUAA - Pólo Universitário do Alto da Ajuda
RU - Residências Universitárias
UB - Universidade de Bolonha
UC - Universidade de Coimbra
UL- Universidade de Lisboa
UTL - Universidade Técnica de Lisboa
VME - Via de Meia Encosta
VRS - Vale do Rio Seco

Nota: as figuras estão numeradas em função do capítulo em que se inserem, fazendo-lhe referência no primeiro número, seguindo depois uma numeração sequencial.

ÍNDICE IMAGENS

CAPA

Evolução urbana do Vale do Rio Seco desde do século XIX até à proposta de projecto.

Elaborado pelo autor.

INTRODUÇÃO

fig. 0.01 | p.4

Ortofomapa com áreas de estudo destacadas.

Elaborado pelo autor.

CAPÍTULO 1 - Cidade: Origem, Evolução e a Ajuda

fig. 1.01 | p.7

Crescimento urbano de Lisboa desde a conquista aos Mouros.

Editada pelo autor, com base no mapa elaborado pela AML no estudo Enquadramento Histórico.

fig. 1.02 | p.8

Planta do portos de Lisboa, no séc. XVIII.

Biblioteca Nacional Digital; Anónimo, 1703-1772.

fig. 1.03 | p.8

Planta da Baixa de Lisboa no séc. XIII.

CASTILHO, Júlio de; Lisboa Antiga, Bairros Orientais, vol.2. CML, Lisboa, 1935.

fig. 1.04 | p.8

“Olisippo. Lisabona”.

Biblioteca Nacional Digital, George Braunio. Civitates Orbis Terrarum, vol. 5.

Arquivo Municipal Lisboa; Anónimo, 2.^a metade do séc. XVI.

fig. 1.05 | p.9

Planta de Lisboa, João Nunes Tinoco, 1651.

Cartografia Faculdade de Arquitectura.

fig. 1.06 | p.9

Sistema Hidrológico de Lisboa.

Elaborado pelo autor, com base no levantamento efectuado pela CML para o PDM 2012.

fig. 1.07 | p.9

Gravura alemã de Lisboa, antes e depois do Terramoto de 1755.

Arquivo Municipal Lisboa.

fig. 1.08 | p.9

Projecto de Carlos Mardel para o melhoramento da linha de costa, de Belém ao Terreiro do Paço.

PCEVCML (1998); Bellem/Belém: Reguengo da Cidade; Edições ASA S.A., Lisboa.

fig. 1.09 | p.10

Possível ocupação de Lisboa antes do Terramoto.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.10 | p.10

Ortofotomapa da Calçada do Galvão.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.11 | p.11

Sobreposição da planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto e com novos arruamentos, cerca de 1760.

Instituto Geográfico Português, Estudo de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

fig. 1.12 | p.11

Vulnerabilidade Sísmica de Lisboa.

Elaborado pelo autor, com base no levantamento efectuado pela CML para o PDM 2012.

fig. 1.13 | p.12

Panorâmica do Bairro da Ajuda, após o terramoto.

Arquivo Municipal Lisboa; Autoria de B.R. Bourdet.

fig. 1.14 | p.12

Ortofotomapa da Calçada da Boa Hora.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.15 | p.13

Ortofotomapa da Calçada da Ajuda.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.16 | p.13

Planta do Palácio Nacional da Ajuda de José Costa e Silva.

http://www.palacioajuda.pt/Data/Content/Images/Ajuda_planta.jpg.

fig. 1.17 | p.15

Evolução dos limites administrativos de Lisboa e Ajuda.

Elaborado pelo autor com base no estudo efectuado pela UNL, in <http://www.fcsh.unl.pt/atlas>.

fig. 1.18 | p.16

Ortofotomapa da Tapada da Ajuda e principais arruamentos de ligação.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.19 | p.17

Planta da Real Tapada da Ajuda.

Biblioteca Nacional Digital; José António Abreu, 1849.

fig. 1.20 | p.20

Pátios de Lisboa, reconhecidos pela CML.

Elaborado pelo Autor com base no levantamento efectuado pela CML.

<http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>

fig. 1.21 | p.21

Planta geral da cidade de Lisboa, integrada no plano de melhoramentos da cidade em 1903, de Frederico Ressano Garcia.

Arquivo Municipal Lisboa.

fig. 1.22 | p.21

Planta da cidade de Lisboa com a zona de protecção do Palácio Nacional da Ajuda.

Arquivo Municipal Lisboa.

fig. 1.23 | p.22

Modelo de organização territorial de Frank Lloyd Wright.

http://www.moma.org/calendar/exhibitions/1410?l_ocale=pt

fig. 1.24 | p.22

Modelo de organização territorial de Ebener Howard.

https://ebooks.adelaide.edu.au/h/howard/ebenezer/garden_cities_of_tomorrow/images/fig5.jpg.

fig. 1.25 | p.22

Modelo de organização territorial de Le Corbusier.

<http://www.archdaily.com/411878/ad-classics-ville-radieuse-le-corbusier/51fadfb7e8e44ea2b000000f-ad-classics-ville-radieuse-le-corbusier-image>.

fig. 1.26 | p.22

Intervenções no Bairro de Olivais Norte e Olivais Sul.

Arquivo Municipal Lisboa.

fig. 1.27 | p.25

Ortofotomapa e vistas aéreas dos Bairros Sociais da Ajuda.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.28 | p.28

Planta geral da cidade de Lisboa em 1812, com destaque para o jardim a Norte da Praça do Rossio.

Biblioteca Nacional Digital.

fig. 1.29 | p.28

Plantas para o Parque da Liberdade de Henry Lousseau e Keil do Amaral.

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=324041>.

fig. 1.30 | p.29

Panorâmica sobre Monsanto, antes da reflorestação.

Arquivo Municipal Lisboa.

fig. 1.31 | p.29

Início das plantações do Parque Florestal de Monsanto, em 1938.

Arquivo Municipal Lisboa.

fig. 1.32 | p.30

Espaços verdes relevantes de Lisboa.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.33 | p.30

Planta do Corredor Verde de Monsanto sobre o ortofotomapa de Lisboa.

Elaborado pelo autor.

fig. 1.34 | p.31

Via de Meia Encosta desenhada no Plano Director de 1977.

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-director-municipal>.

fig. 1.35 | p.33

Plano de Pormenor da Envolvente do Palácio Nacional da Ajuda, elaborado por Gonçali Byrne, entre 1989 e 1992.

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=214701&page=3>.

fig. 1.36 | p.33

Fotografia da fachada oeste do Palácio Nacional da Ajuda, ainda por terminar.

Fotografado pelo autor.

fig. 1.37 | p.35

Evolução urbana da zona ocidental de Lisboa.

Elaborado pelo autor.

CAPÍTULO 2 - O Vale do Rio Seco

fig. 2.01 | p.39

Fotografia do Vale do Rio Seco, no início do séc. XX.

Arquivo Municipal Lisboa, editada pelo autor.

fig. 2.02 | p.40

Ortofotomapa do Vale do Rio Seco com os locais de referência destacados.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.03 | p.41

Fotografia panorâmica sobre o Geomonumento, visto do Pátio Alfacinha.

Fotografado e editado pelo autor.

fig. 2.04 | p.41

Planta de Lisboa com a localização dos Geomonumentos.

Elaborado pelo autor ,com base no levantamento efectuado pela CML.

fig. 2.05 | p.41

Planta de Lisboa com a localização dos Parque Hortículas.

Elaborado pelo autor, com base no levantamento efectuado pela CML.

fig. 2.06 | p.42

Planta da freguesia da Ajuda com a localização das hortas da Ajuda.

Elaborado pelo autor, com base no levantamento efectuado pela CML.

fig. 2.07 | p.42

Rede de ciclovias da Ajuda.

Elaborado pelo autor, com base no levantamento efectuado pela CML.

fig. 2.08 | p.42

Vista aérea do Geomonumento, enquanto lixeira.

<http://www.bingmaps.com>.

fig. 2.09 | p.43

Ortofotomapa com as fases de construção do Parque Urbano do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.10 | p.43

Fotografias do resultado das diferentes fases do Parque Urbano do Rio Seco.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.11 | p.43

Planta do Parque Urbano do Rio Seco 4ª Fase.

Fotografado e editado pelo autor. Painel informativo na Rua Sá Nogueira. Planta elaborada pela CML.

fig. 2.12 | p.44

Fotografia de espaço por qualificar no Parque Urbano.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.13 | p.44

Fotografia de espaço por qualificar no Parque Urbano.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.14 | p.45

Planta de análise urbana da volumetria do Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.15 | p.45

Planta de análise urbana do cadastro do Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.16 | p.45

Planta de análise urbana dos usos do Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.17 | p.46

Planta de análise urbana do estado de conservação do Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.18 | p.46

Planta de análise urbana do estado de ocupação do Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.19 | p.46

Fotografia do lugar. Rua do Cruzeiro.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.20 | p.46

Fotografia do lugar. Largo do Rio Seco visto da Rua do Rio Seco.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.21 | p.47

Fotografia do lugar. Largo do Rio Seco.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.22 | p.47

Fotografia do lugar. Rua Eduardo Bairrada, parte de cima.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.23 | p.47

Fotografia do lugar. Rua Eduardo Bairrada, parte central.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.24 | p.47

Fotografia do lugar. Rua Eduardo Bairrada, vista sobre a Rua do Rio Seco.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.25 | p.47

Fotografia do lugar. Cruzamento entre a rua Eduardo Bairrada, Cruzeiro e Sítio do Casalinho.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.26 | p.48

Fotografia do lugar. Vista Panorâmica a partir do Pólo Universitário do Alto da Ajuda.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.27 | p.48

Fotografia do lugar. Rua Sá Nogueira, parte de baixo.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.28 | p.48

Fotografia do lugar. Largo junto ao Conjunto Habitacional Sampaio.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.29 | p.48

Fotografia do lugar. Edifício Social na Rua Eduardo Bairrada.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.30 | p.48

Fotografia do lugar. Miradouro junto às Escadinhas do Mirador.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.31 | p.49

Planta da Ajuda com a localização dos pátios.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.32 | p.49

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Entrada do Pátio Seabra.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.33 | p.49

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Hortas do Pátio Seabra.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.34 | p.49

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Rua Silva Porto.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.35 | p.50

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Travessa das Fiandeiras.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.36 | p.50

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Edifício assente na rocha visto da Travessa José Fernandes.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.37 | p.50

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Entrada para o pátio sem nome.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.38 | p.50

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Interior do pátio sem nome.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.39 | p.51

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Travessa das Fiandeiras vista do Pátio Seabra.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.40 | p.51

Habitação operária na Travessa José Fernandes.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.41 | p.51

Fotografia dos Pátios do Rio Seco. Lavadouro na Travessa do Chafariz.

Fotografado pelo autor.

fig. 2.42 | p.51

Quadro de análise SWOT da Ajuda e Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 2.43 | p.53

Evolução urbana do Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

CAPÍTULO 3 - Os Estudantes e a Cidade

fig. 3.01 | p.55

Planta de localização das Residências Universitárias e Pólos Universitários/
Universidades de Lisboa.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.02 | p.56

Quadro dos impactos das universidades sobre o território.

Elaborado pelo autor, com base na Tese de Doutoramento “As Cidades e Campis”
de Maria Madalena Cunha Matos.

fig. 3.03 | p.58

Quadro da relação demográfica entre estudantes e população residente.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.04 | p.59

Quadro da relação demográfica entre estudantes do Pólo Universitário do Alto da
Ajuda e população residente na freguesia da Ajuda.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.05 | p.61

Fotografia de um quarto da residência universitária na Rua Luís de Camões.

Fotografado pelo autor.

fig. 3.06 | p.61

Fotografia de um quarto da residência universitária na Rua Gonçalo Crespo.

Fotografado pelo autor.

fig. 3.07 | p.61

Fotografia da cozinha da residência universitária na Rua Luís de Camões.

Fotografado pelo autor.

fig. 3.08 | p.61

Fotografia da cozinha da residência universitária na Rua Gonçalo Crespo.

Fotografado pelo autor.

fig. 3.09 | p.64

Planta de localização das Incubadoras.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.10 | p.66

Planta de localização das Universidades Europeias do séc. XVI.

http://www.emersonkent.com/images/mediaeval_universities.jpg.

fig. 3.11 | p.68

Ortofotomapa da cidade de Bolonha, com a Universidade de Bolonha em destaque.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.12 | p.68

Fotografia do Archiginnasio na Universidade de Bolonha.

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a2/The_Archiginnasio,_Bologna,_Italy,_the_wing_with_the_Anatomical_theatre.JPG.

fig. 3.13 | p.68

Fotografia da Piazza Verdi em Bolonha.

<https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/09/c1/ba/00/piazza-verdi.jpg>.

fig. 3.14 | p.69

Ortofotomapa do centro de Bolonha com a Universidade e arruamentos principais destacados.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.15 | p.69

Ortofotomapa da localização dos diferentes pólos universitários da Universidade de Bolonha.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.16 | p.70

Ortofotomapa da localização dos diferentes pólos universitários da Universidade de Coimbra.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.17 | p.70

Fotografia antes a construção do Plano de Coimbra por De Groer.

CARVALHO, Jorge (2009); Formas Urbanas; Edições Minerva Coimbra, Coimbra.

fig. 3.18 | p.70

Fotografia durante a construção do Plano de Coimbra por De Groer.
AAVV (1984); A Velha Alta ...Desaparecida; Almedina, Coimbra.

fig. 3.19 | p.70

Fotografia após a construção do Plano de Coimbra por De Groer.
CARVALHO, Jorge (2009); Formas Urbanas; Edições Minerva Coimbra, Coimbra.

fig. 3.20 | p.71

Ortofotomapa do Pólo I, Alta Universitária, Universidade de Coimbra.
Elaborado pelo autor.

fig. 3.21 | p.71

Ortofotomapa do Pólo II, Engenharia, Universidade de Coimbra.
Elaborado pelo autor.

fig. 3.22 | p.71

Ortofotomapa do Pólo III, Ciências da Saúde, Universidade de Coimbra.
Elaborado pelo autor.

fig. 3.23 | p.71

Ortofotomapa do Estádio Universitário, Universidade de Coimbra.
Elaborado pelo autor.

fig. 3.24 | p.71

Ortofotomapa da Faculdade Economia, Universidade de Coimbra.
Elaborado pelo autor.

fig. 3.25 | p.72

Ortofotomapa da localização das Repúblicas da Universidade de Coimbra.
Elaborado pelo autor.

fig. 3.26 | p.73

Ortofotomapa da localização das instituições universitárias públicas de Lisboa.
Elaborado pelo autor.

fig. 3.27 | p.74

Primeiras propostas para o Pólo Universitário do Alto da Ajuda.

AAVV (2011); Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa;
UTL, Lisboa.

fig. 3.28 | p.74

Axonometria da proposta de Sidónio Pardal.

AAVV (2011); Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa;
UTL, Lisboa.

fig. 3.29 | p.74

Plano de Pormenor do Pólo Universitário do Alto da Ajuda de Sidónio Pardal, em 1993.

AAVV (2011); Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa;
UTL, Lisboa.

fig. 3.30 | p.75

Planos de expansão do Pólo Universitário do Alto da Ajuda, no início séc. XXI.

AAVV (2011); Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa;
UTL, Lisboa.

fig. 3.33 | p.76

Planta da proposta para o Parque Urbano do Rio Seco, em 2011, da autoria da PROAP e Aires Mateus.

CML (2011a); Estudo Estrutura Urbana Rio Seco; Lisboa, 2011.

fig. 3.32 | p.76

Ortofotomapa da localização das futuras Residências Universitárias do Pólo Universitário do Alto da Ajuda.

Elaborado pelo autor.

fig. 3.31 | p.76

Axonometria da proposta vencedora para as futuras Residências Universitárias do Pólo Universitário do Alto da Ajuda, da autoria do atelier CVDB.

<http://www.cvdbarquitectos.com/new-gallery-87/spnqmnaeas53tb01sb235zwwwyurzof>.

CAPÍTULO 4 - Desenhar o Vale

fig. 4.01 | p.79

Análise Sensitiva do Vale do Rio Seco e envolvente.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.02 | p.81

Esquema conceptual da estratégia geral proposta para o Vale do Rio Seco.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.03 | p.81

Esquema conceptual da ocupação proposta do território.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.04 | p.82

Ortofotomapa da área de estratégia e projecto urbano com referências viárias em destaque.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.05 | p.82

Esquema do Percurso Comercial.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.06 | p.83

Esquema do Percurso Cultural.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.07 | p.85

Esquema do Percurso Verde.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.08 | p.85

Fotografia de Quarry Garden, em Shangai, China.

https://www.asla.org/2012awards/images/smallscale/139_13.jpg

fig. 4.09 | p.85

Fotografia de Umea Campus Park, Suécia.

http://www.archdaily.com.br/br/625905/umea-campus-park-thorbjorn-andersson-mais-sweco-architects/537abab1c07a80d85900004f#_=_.

fig. 4.10 | p.85

Fotografia de Banyoles, Espanha.

<http://www.landezine.com/index.php/2010/12/public-spaces-in-banyoles-by-mias-arquitectes/banyoles-landscape-architecture-mias-square-06/>.

fig. 4.11 | p.86

Fotografia de Buffalo Bayou Promenade, Houston, EUA.

<http://www.landezine.com/wp-content/uploads/2015/06/Buffalo-Bayou-Promenade-by-SWA-02-Tom-Fox-300x300.jpg>.

fig. 4.12 | p.86

Fotografia de Lynch Family Skatepark, Boston, EUA.

http://californiaskeatparks.com/wp-content/uploads/2015/11/boston-DJI_0040skatepark.jpg.

fig. 4.13 | p.87

Esquema das novas vias propostas.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.14 | p.88

Esquema do percurso do Funicular proposto.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.15 | p.88

Fotografia do Eléctrico de Sintra.

http://1.bp.blogspot.com/-K4FmbRXRYI4/UsZqkI-WsnI/AAAAAAAAHs0/_AX9deWc2Fs/s1600/electrico+sintra+praia+ma%C3%A7%C3%A3s+ant%C3%B3nio+laranjeira.jpg.

fig. 4.16 | p.88

Fotografia do Funicular de Guindais, Porto.

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/Oporto_-_Funicular_dos_Guindais_-_20110425_132242.jpg.

fig. 4.17 | p.89

Fotografia que ilustra a ideia da importância do comércio local.

https://margulineinprogress.files.wordpress.com/2015/07/10653616_10152283982037601_2196216259009228318_n.jpg.

fig. 4.18 | p.89

Esquema da localização dos novos parques de estacionamento público e elevadores públicos propostos.⁷

Elaborado pelo autor.

fig. 4.19 | p.89

Fotografia do Elevador Público da Covilhã.

http://www.liftech.pt/imgs/noticias/052612_1_1431_elevador-jardim-covilha-elevadores.jpg.

fig. 4.20 | p.89

Fotografia do Elevador Público de Gironellas, Itália.

https://static.dezeen.com/uploads/2015/11/New-Access-to-Gironellas-Historic-Center_Barcelona-Spain_Carles-Enrich_dezeen_936_6.jpg.

fig. 4.21 | p.89

Fotografia da Ponte Pedonal da Covilhã.

http://4.bp.blogspot.com/-MIZTMEj8ca8/UiW6Yn0gNoI/AAAAAAAAARw/BU3pxzj-mXU/s1600/DSC_0929.jpg.

fig. 4.22 | p.91

Esquema de localização dos Equipamentos e Residências Universitárias propostos.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.23 | p.91

Tabela de áreas e número de camas das Residências Universitárias propostas.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.24 | p.92

Planta do Projecto Urbano proposto.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.25 | p.94

Corte Transversal EE'.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.26 | p.95

Corte Transversal GG'.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.27 | p.96

Corte Transversal FF'.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.28 | p.96

Corte Transversal DD'.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.29 | p.98

Corte Transversal BB'.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.30 | p.98

Corte Transversal CC'.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.31 | p.99

Corte Transversal AA'.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.32 | p.100

Perspectiva levantada do Pátio Seabra visto da Rua Sítio do Casalinho.

Desenhado pelo autor.

fig. 4.33 | p.101

Perspetiva da proposta arquitectónica para o Pátio Seabra.

Desenhado pelo autor.

fig. 4.34 | p.102

Esquema de implantação dos diferentes volumes, principais acessos e realojamento dos moradores.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.35 | p.103

Corte Transversal do Pátio Seabra.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.36 | p.104

Diagrama funcional das Residências Universitárias propostas.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.37 | p.105

Esquema das tipologias de habitação.

Elaborado pelo autor.

fig. 4.38 | p.106

Planta de Cobertura do projecto do Pátio Seabra.

Elaborado pelo autor.

0. INTRODUÇÃO

O tema, deste projecto final de mestrado, surge da experiência pessoal e consciência do autor para as problemáticas de habitação para estudantes universitários deslocados, nomeadamente a escassa oferta de alojamento na cidade de Lisboa e principalmente na zona ocidental.

O Pólo Universitário do Alto da Ajuda (PUAA), construído a partir dos anos 90, nunca chegou a ser concluído, originando falhas na sua integração com o território. A ausência de Residências Universitárias (RU) no PUAA, leva a que muitos estudantes escolham como alternativas apartamentos/quartos arrendados pelos proprietários, muitas das vezes, de baixa qualidade e preços elevados.

Além do PUAA, encontram-se ainda outros elementos estruturantes dentro da freguesia da Ajuda (FRGA), como o Palácio Nacional da Ajuda (PNA), a Calçada da Ajuda, os bairros sociais, ou o geomonumento no Vale do Rio Seco (VRS).

Fruto do esquecimento, ou falta de interesses, a freguesia só agora vê o seu território fragmentado ser alvo de intervenções de requalificação sobre estes elementos estruturantes, sem, no entanto, ser apresentado um plano ou estratégia global que os unifique.

Nesse sentido, e até pela ligação geográfica com o PUAA, o VRS apresenta-se como potencial área de estudo. Tendo sido escolha de ocupação de componente empírica, em especial no início do séc. XIX, face à existência do antigo leito do rio, o VRS reflecte o estado da freguesia, tendo diversos edifícios devolutos, mal conservados e espaços expectantes.

Pretende-se, assim, elaborar uma proposta que consolide o VRS, através das RU como elemento estratégico na sua revitalização, tomando como casos de referência as cidades de Coimbra e Bolonha.

0.1. OBJECTIVOS

O presente trabalho aborda a seguinte temática: Revitalização do Vale do Rio Seco - As Residências Universitárias como elemento estratégico para a cidade.

Procura-se entender o contexto em que está inserido o PUAA e como pode ser integrado nas dinâmicas do VRS, assim como o papel das RU em mais do que apenas soluções de alojamento.

Com base neste mote, são propostos os seguintes objectivos:

- Compreender o território a intervir, nomeadamente o VRS, assim como a sua relação com a freguesia da Ajuda e a cidade de Lisboa;

- Identificar elementos marcantes e as valências e deficiências que caracterizam o VRS e a freguesia;

- Compreender o papel do Parque Florestal de Monsanto (PFM) na freguesia e na cidade e analisar a viabilidade da criação de um Corredor Verde (CV);

- Compreender a importância do PUAA para a freguesia e vice-versa, tendo em conta os fluxos e dinâmicas dos estudantes universitários;

- Identificar as RU na cidade de Lisboa e compreender o seu impacto e potencialidades como ferramenta de revitalização urbanística;

- Procurar uma estratégia global para o VRS que utilize as RU na sua consolidação urbana;

- Elaborar uma proposta de desenho que demonstre uma alternativa melhorada ao estado actual do VRS e a forma como as RU podem ser integradas, tendo em conta o património imóvel existente.

Em suma, é necessário identificar as razões que originaram as descontinuidades presentes no VRS, tendo em conta o seu enquadramento na cidade e na freguesia, de forma a propor uma estratégia de revitalização, através da atracção e fixação dos estudantes, derivada da inclusão das RU para o PUAA, usando um CV como agregador do espaço público.

0.2. QUESTÕES DE TRABALHO E HIPÓTESES

As questões de trabalho surgem da intenção em, realmente, entender se as RU são, de facto, uma mais valia aquando o planeamento e gestão das cidades, pelo facto de atrair uma população jovem que pode, ou não, contribuir positivamente na revitalização de zonas desqualificadas.

Face à pertinência destas dúvidas, foram definidas as seguintes questões:

- Qual o papel desempenhado pelos estudantes na vida activa das cidades, tendo em conta factores demográficos, económicos e sociais?
- Qual o peso das RU, pertencentes à Universidade de Lisboa (UL), na ocupação do território e na oferta de alojamento para estudantes universitários na cidade?
- De que forma as RU podem contribuir como elemento estratégico para a revitalização urbana de zonas desqualificadas na cidade de Lisboa, como é o caso do VRS?

Com base em dois cenários: as RU são distribuídas ao longo do VRS, ocupando imóveis devolutos, num processo de reabilitação; as RU são distribuídas ao longo do VRS, ocupando novos edifícios, fruto de uma intervenção mais profunda; foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- Em ambos os cenários, a criação das RU podem levar a um aumento da população jovem, combatendo o envelhecimento e isolamento de forma activa e permanente e consequentemente atrair mais investimento, tornando-se num caso de sucesso e modelo de revitalização;
- No caso do cenário 1, os imóveis podem encontrar-se num estado de conservação pior do que o previsto, inviabilizando a realização do projecto e consequente desinteresse de mais investimento;
- No caso do cenário 2, o investimento é demasiado ambicioso e pode levar ao abandono total, ou parcial do projecto, e criar situações semelhantes ao projecto do PUAA;

- Em ambos os cenários, as RU podem tornar-se insuficientes para revitalizar o VRS, não criando o impacto desejado na regeneração etária e economia local, sendo necessário integrar, conjuntamente, infraestruturas comunitárias de forma a atingir o mesmo nível de sucesso que a primeira hipótese.

0.3. ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo proposta para este trabalho situa-se na cidade de Lisboa, na zona ocidental, na FRGA, mais especificamente no VRS.

Esta está dividida em 3 escalas, a FRGA (análise urbana), o VRS (estratégia urbana) e a área do VRS pertencente à freguesia da Ajuda (proposta urbana e arquitectónica).



fig. 0.01 | Ortofotomapa com as áreas de estudo destacadas.

0.4. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO

O trabalho é composto por duas componentes, prática e escrita, divididas em quatro fases com a seguinte ordem: investigação, projecto, relatório e apresentação.

As três primeiras fases são desenvolvidas gradualmente, sendo que a etapa inicial de uma coincide com a etapa final da anterior.

A fase de investigação passa por uma pesquisa preliminar que leva à criação dos objectivos, questões e área de intervenção propostos.

De seguida é feita a pesquisa de bibliografia temática e casos de referência, de forma a dar resposta às questões. Assim como, a recolha de cartografia e bibliografia relevante do local, para dar início à análise prática e produção das respectivas peças desenhadas.

Esta recolha, é maioritariamente feita na biblioteca e departamento de cartografia da Faculdade de Arquitectura. Adicionalmente é feito um levantamento fotográfico e trabalho de campo, com visitas frequentes ao local, conversas informais com os moradores e participação em eventos ou iniciativas de gestão da freguesia da Ajuda.

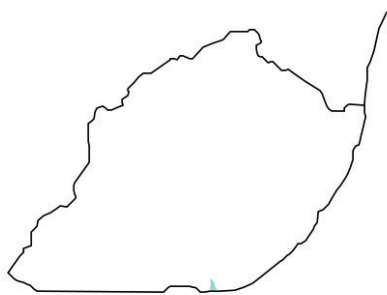
O levantamento desta informação torna-se necessário para o entendimento sobre a topografia, história, edificado, políticas de planeamento, projectos propostos, ocupação e funções dos espaços e carências do território.

Durante a produção das últimas peças, dá-se início à fase de projecto com a elaboração de uma estratégia urbana, derivada da interpretação dos dados recolhidos e estudados, que deram resposta aos objectivos.

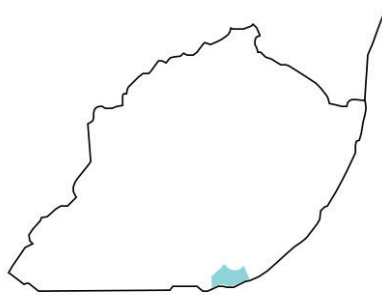
Delineada a estratégia, entra-se na etapa final de projecto, com o desenvolvimento de uma proposta urbana e arquitectónica desenhada, que se foca nas RU e VRS.

A terceira fase tem início antes da produção das peças desenhadas da estratégia e proposta finais, com a criação de um documento escrito e explicativo do trabalho efectuado, acompanhado pelas peças desenhadas entretanto finalizadas. Esta divide-se em 4 capítulos, história, análise, tema e projecto.

A quarta e última fase passa pela montagem de painéis, contendo as peças desenhadas e informação relevante para a apresentação e discussão do trabalho.



1147



1375



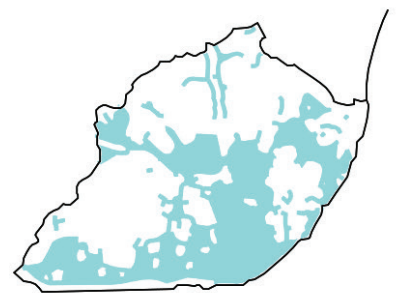
1750



1850



1950



1980

1. CIDADE: ORIGEM, EVOLUÇÃO E A AJUDA

“Claridade, tons alegres, ruas serpenteadas, perfis movimentados, simétricos e assimétricos, riqueza de vegetação, acessos fáceis aos pontos altos, miradouros ajardinados e panorâmicas sobre o rio Tejo, sobre o casario.” (ABRANTES; 1938: 02)

Lisboa, a cidade das 7 colinas, situada no estuário do rio Tejo, apresenta-se-nos recheada de vales que a desenham desde há séculos, ainda antes da sua fundação no séc. XII. Estas características que a definem sempre atraíram diferentes povos e levaram a diversas ocupações, deixando um património vasto, diverso e rico sobre si.

Numa cidade marcada por tão diversas culturas sente-se, ao percorrê-la, a influência secular e um respirar das diferentes influências em si incutidas pelos povos que a habitaram. Dos bairros medievais labirínticos com as suas ruas e ruelas provocando a curiosidade a quem as percorre, à Baixa pombalina desenhada da sua forma retilínea e ampla, tão ampla que pareceu exagerada à época, passando pelos pátios operários animados pelas suas gentes, até aos bairros modernos com as suas avenidas largas, todos eles transmitem uma história vital para a cidade.

A cidade que até 1980 apresentava um crescimento populacional contínuo, encontra-se até aos dias de hoje em declínio, trazendo novas oportunidades para a valorização do território, onde surge a Ajuda como lugar expectante de novas soluções para a sua regeneração.

fig. 1.01 | Crescimento urbano de Lisboa desde a conquista aos Mouros.

1.1. A ORIGEM DA CIDADE

A ocupação da cidade remonta ao período paleolítico, e desde muito cedo se estabeleceu como porto comercial, sendo que os primeiros vestígios de permanência na então chamada Alis Ubos, mais concretamente na colina do Castelo são de povos pré romanos.

A colina assumiu-se, desde aí, como território de eleição para as ocupações de romanos (Olisipo) e árabes (Luxbuna)¹, consolidando-se numa malha orgânica densificada até ao rio Tejo.

O erguer da Cerca Velha (Moura) iria definir os primeiros limites de uma cidade que se expandiu rapidamente, fruto dos fortes aumentos demográficos após a reconquista Cristã², e levou ao desaparecimento do leito de água que corria sobre a actual Baixa da cidade (FRANÇA; 2005).

A cidade era alvo de uma ocupação empírica, que se ia construindo entre a vontade, a necessidade e o que o terreno permitia, quebrando com os limites árabes. De forma a controlar o crescimento, que se observava, é erguida a Cerca Nova (Fernandina)³, da Baixa a S. Vicente, que, eventualmente, também é rompida pela contínua expansão.

A ligação ao rio ganha novos contornos a partir do séc. XV, com início da era dos descobrimentos, momento áureo no contexto lisboeta, que vê o seu território acrescido até Belém.

Belém foi transformado num ponto de partida para as aventuras marítimas e cresceu sob o impulso do comércio marítimo e produção naval, embora tal crescimento não tenha sido acompanhado pelo desenvolvimento das infraestruturas necessárias.

Para atender a estas novas demandas, foi construído a Ermida de Santa Maria de Belém, mais tarde Mosteiro dos Jerónimos, que ganhou grande importância ao ser utilizada pelos marinheiros, entre eles os grandes navegadores, Pedro Álvares Cabral e Vasco da Gama (AAVV; 2009).

1 Por ordem de ocupação surgem: Fenícios, séc. XII até VI a.C.; Gregos e Cartagineses, séc. VI a III a.C; Romanos, séc. III a.C. até V d.C., Árabes, séc. VIII a XI d.C..

2 A reconquista cristã, em 1147, marca o início do reinado de D. Afonso Henriques, mas só, em 1256, Lisboa se torna capital, já no reinado de D. Afonso III.

3 A Cerca Velha data do séc. XI, enquanto que a Cerca Nova do séc. XIV.



fig. 1.02 | Planta dos portos de Lisboa, no séc. XVIII, onde é possível ver a relação com o rio.



fig. 1.03 | Situação do esteiro do Tejo, que penetrava por onde é agora a Baixa Pombalina, e que desapareceu por completo até aos finais do século XIII.



fig. 1.04 | Observa-se a ocupação da cidade sobre as colinas e a relação com o rio.

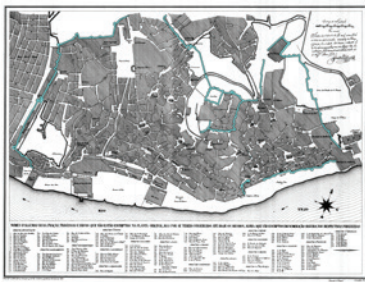


fig. 1.05 | Planta de Lisboa, no séc. XVII, com a Cerca Nova em destaque.



fig. 1.06 | Sistema Hidrológico de Lisboa.



fig. 1.07 | Gravura que mostra o antes e durante o terramoto.

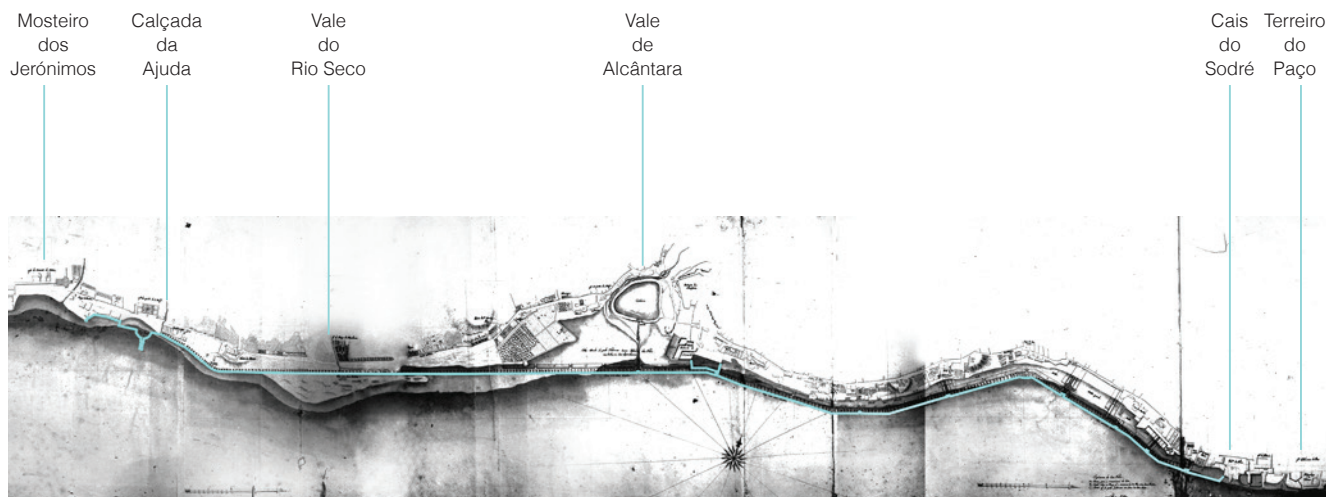


fig. 1.08 | Planta da zona costeira da cidade, de Carlos Madel, em que se apresenta um projecto de correcção da linha de costa e das edificações que nessa zona poderiam surgir.

O centro era também alvo de alterações profundas na sua estrutura urbana, com a mudança da corte, do castelo para o rio, num novo paço real, construído já fora da nova muralha, onde se encontra, actualmente, a actual Praça do Comércio, reforçando a relação entre a cidade e o rio (FRANÇA; 2005).

Todavia, a forte presença do rio não se limitava ao seu leito e prolongava-se pelos seus afluentes que penetravam as colinas para o interior da cidade e se mostravam determinantes na ocupação do território.

“A ermida de Nossa Senhora da Ajuda he anexa aa sé estaa fora dos muros (...)” (CRISTOVÃO; 1551: 42)

A Ajuda era disso exemplo, ao ser procurada por motivos, manifestamente, de lazer e rural, com diversas quintas e hortas espalhadas pelo território, que delineavam a periferia da cidade (CARDOSO; 1993).

A procura frequente por estes lugares, levou a que essa ocupação se fosse sobrepondo à paisagem, como anteriormente já tinha sucedido na Baixa, e mais tarde se iria repercutir no Vale de Alcântara ou no VRS (CASTILHO; 1939).

Contudo, o papel da Ajuda em Lisboa viria a revelar-se da maior importância após um período negro na cidade, marcado pela inquisição e as invasões francesa, que culminou naquele que seria o momento mais significativo da sua existência, o terramoto de 1755.

1.2. A CIDADE PRECISA DE AJUDA



fig. 1.09 | Possível ocupação de Lisboa antes do terramoto, com a zona da Ajuda realçada.

“A crescente popularidade do culto foi estabelecendo uma urbanização empírica com aglomerados de casario cotejando os caminhos que a peregrinação traçava.” (AAVV; 2013: 12)

Os primeiros vestígios de aglomeração urbana, na Ajuda, tiveram origens religiosas, marcando o início da existência oficial da freguesia, em 1587, aquando das peregrinações à Ermida da Ajuda da devota D. Catarina, viúva de D. João III, a partir da Estrada do Penedo, actual Calçada do Galvão, até ao Alto do Penedo, actual Alto da Ajuda (AA)⁴ (SILVA; 1987).

O terramoto veio provocar graves danos na cidade de Lisboa, mas teve, como consequência, a oportunidade de modernizar a cidade.

O centro, totalmente destruído, foi alvo de um plano que transformou

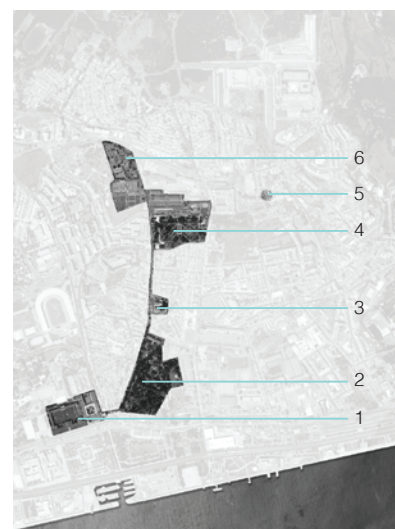


fig. 1.10 | Calçada do Galvão actualmente.

1-Mosteiro dos Jerónimos; 2-Jardim Botânico da Tropical; 3-Igreja da Memória; 4-Palácio dos Condes de Óbidos ou Paço Velho (actual Quartel GNR e Jardim Botânico); 5-Cemitério da Ajuda; 6-Ermida da Ajuda

⁴ Segundo a lenda, um pastor presenciou a primeira aparição de Nossa Senhora da Ajuda no Alto do Penedo, mais concretamente na esquina entre a Travessa da Ajuda e o Largo da Ajuda. No seu lugar foi erguida a Ermida da Ajuda que se popularizou, quer com o povo, quer mais tarde com a nobreza que a frequentavam.



fig. 1.11 | Plantas da Baixa, antes e depois do terramoto, sobrepostas.

O plano ligava Alfama ao Chiado e a Praça do Rossio e nova Praça da Figueira ao reconstruído Terreiro do Paço, renomeado Praça do Comércio, através de novos arruamentos entregues a comerciantes, que distribuíam-se por lojas e oficinas nos pisos térreos. Ao redor da Praça do Comércio foram instalados os serviços administrativos, seguindo uma tipologia francesa da praça real, aberta para o rio Tejo.



fig. 1.12 | Vulnerabilidade Sísmica de Lisboa.

■ Baixa
■ Moderada
■ Elevada
■ Muito Elevada

O instinto natural levou a fuga do centro da cidade, onde os solos de arenito e calcário não asseguravam a estabilidade dos edifícios como o basalto que predominava em Monsanto e nas suas proximidades.

por completo a imagem da cidade, num plano ortogonal⁵ de grande envergadura, que levou pela primeira vez, Lisboa a ser pensada, programada e edificada, seguindo princípios e normas de edificação até então não estabelecidos⁶ (FRANÇA; 2005).

Enquanto o centro era reconstruído, o Rei e a corte viram-se obrigados a mudar de aposentos, e com o receio de réplicas sísmicas, surgiu a procura por um lugar mais seguro, onde apareceu a Ajuda em seu auxílio, trazendo benefícios para o seu crescimento (ABECASIS; 2009).

Naturalmente, esta mudança trouxe junto com a corte um considerável número de serviçais e suas famílias que passaram a residir nas proximidades, atraindo, por sua vez, mais famílias nobres e fidalgos, e estes os seus serviçais, que queriam estar próximos, não só da família real, mas também do seu poder e riqueza (AAVV; 2013).

Todavia, a família real não iria ter vida fácil, nesta nova realidade.⁷

Numa primeira instância a corte mudou-se para o Palácio dos Condes de Óbidos. Porém, o palácio, não oferecia as condições necessárias para albergar a família real e leva à decisão da construção de uma residência mais digna.

Em 1756, é erguida a Real Barraca, da autoria do arquitecto João Pedro Ludovice, a qual ganhou o seu nome pelo método construtivo aplicado.

Com receio de mais terramotos a estrutura principal do novo Palácio Real era em madeira tornando o edifício leve e suficientemente flexível de

5 As primeiras intenções de planos ortogonais surgem ainda no séc. XVI e deram origem à construção do Bairro Alto. Apesar da cidade, mesmo após a Restauração, manter a sua definição medieval, este novo traçado urbano demonstrava uma nova consciência urbanística e arquitectónica, com uma ou outra inovação, principalmente, nas ruas que foram abertas ou alargadas para reduzir os problemas de trânsito causados pelos coches, marcando a passagem para século seguinte. (FRANÇA; 2005)

6 “Nos finais do século XVIII ainda a cidade de Lisboa se encontrava mal refeita dos destroços provocados pelo Terramoto grande. Procurava-se a todo o custo desentulhar as ruínas da cidade velha de muitos séculos para fazer renascer dos seus escombros uma nova urbe já encetada trinta anos antes pelo Marquês de Pombal e pelos seus colaboradores, os artistas e engenheiros Carlos Mardel, Manuel da Maia e Eugénio dos Santos.” (CARVALHO; 1979: 11)

7 Em 1758, D. José é alvo de um atentado e num gesto de gratidão, por se ter salvo, manda erguer, no mesmo exacto local onde ocorreu o atentado, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento e de S. José, mais conhecida por Igreja da Memória, como memória do sucedido. Em 1760, é colocada a primeira pedra, sofrendo sucessivos atrasos, até porque após a morte de D. José o interesse tinha-se perdido. Apenas ficou concluída no reinado de D. Maria I, sua sucessora, já no final do séc. XVIII.

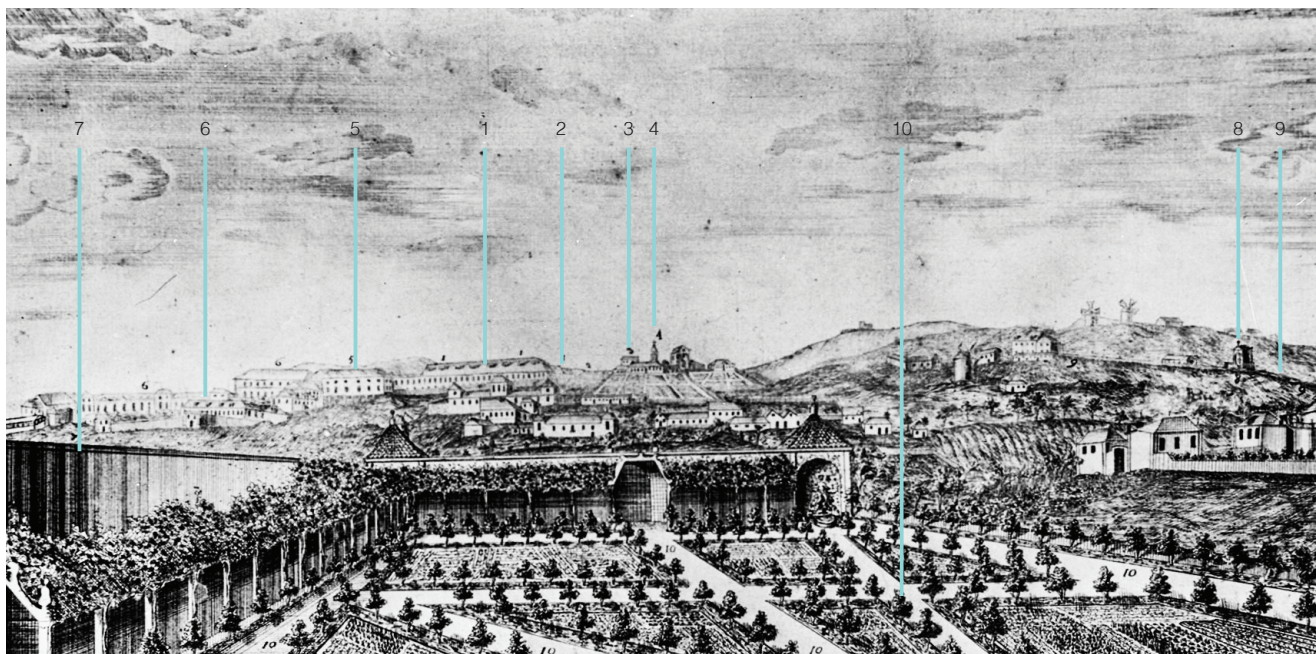


fig. 1.13 | Vista dos jardins do Palácio Lázaro Leitão (10).

1-Real Barraca; 2-Entrada principal; 3-Capela; 4-Torre; 5-Comunicação com o Paço Velho; 6-Paço Velho; 7-Estrada para Belém (Calçada da Ajuda); 8-Ermida do Cruzeiro; 9-Caminho da Tapada, que conduz da cidade ao Palácio Real (Rua do Cruzeiro e Calçada da Tapada)

modo a resistir a qualquer novo terramoto. Curiosamente, a Real Barraca viria a ser consumida por um incêndio, em 1794, não deixando vestígios da estrutura e levando consigo grande parte do seu valioso recheio.

Do incêndio sobreviveu o Jardim Botânico, a Capela Real da Ajuda⁸, apesar da estrutura em madeira, e a respectiva Torre Sineira (vulgo Torre do Galo), construída em pedra e que perdura até aos dias de hoje (SILVA; 1987).

Criou-se, então, um vazio na cidade de Lisboa.

A família real encontrava-se sem palácio real e mudou-se temporariamente para a Praça do Comércio, que, dado as suas novas funções administrativas, não previa, qualquer regresso da família real ao centro da cidade (FRANÇA; 2005).

Com uma praça real, mas sem palácio real, urgia a construção de uma nova residência que fosse digna da corte.

8 A Capela Real da Ajuda acabou por ser demolida após a extinção da Igreja Patriarcal em 1834, tendo ficado ao abandono e conseqüente degradação. No mesmo ano são, também, extinguidas as Ordens Religiosas, o levou ao abandono do Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora de Belém, fundado em 1756, e a Igreja do mesmo nome, construída logo a seguir, pela Ordem dos Ermitas Descalços de Santo Agostinho. No ano seguinte a sede paroquial de Nossa Senhora da Ajuda foi transferida para a Igreja que passou a ter o nome de Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a padroeira da freguesia. No convento, em 1892, passa a estar instalado o Hospital Militar, que em 1970 é ampliado com a construção de um novo edifício.

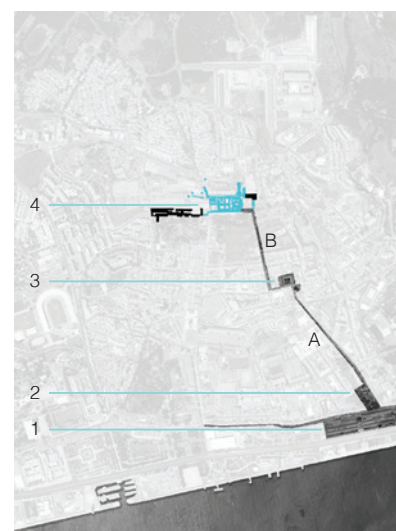


fig. 1.14 | Calçada da Boa Hora (A) e a Rua Dom Vasco (B).

Dois caminhos, já existentes, que eram usadas pelos peregrinos que se deslocavam ao Convento da Boa Hora e que permitiriam a ligação da Real Barraca à Rua da Junqueira e ao Rio Tejo.

1-Coroária Nacional; 2-Palácio das Águias; 3-Convento da Boa-Hora; 4-Sobreposição da Planta da Real Barraca, com a parte incendiada realçada.

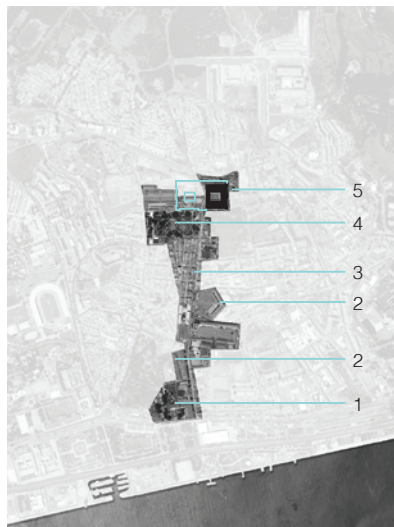


fig. 1.15 | Calçada da Ajuda com destaque para o Palácio Nacional da Ajuda, construído e por construir.

1-Palácio de Belém; 2-Instalações Militares; 3-Bairro da Ajuda; 4-Jardim Botânico da Ajuda

De realçar o Bairro da Ajuda, que veio resolver a falta de habitação junto ao novo Paço Real e que demonstra a forte aposta neste desenho urbano um pouco por toda a cidade, numa relação entre a engenharia militar e o urbanismo pombalino da época.

Em 1795, iniciou-se a construção daquele que seria o futuro Real Palácio da Ajuda.

O investimento neste projecto demonstrava o interesse em assumir a Ajuda como um novo centro para a cidade, que desde muito cedo provocou alterações à forma urbana existente.

A ideia de criar uma nova ligação com Belém, mais adequada e enquadrada com o novo palácio, leva à construção da Calçada Nova de Belém (actual Calçada da Ajuda), já com o primeiro troço construído antes do terramoto. Instalações militares, artistas, artesãos e comerciantes, iriam-se instalar ao longo da Calçada, tornando-se, esta, o novo eixo principal do território. Todavia, mais uma vez, não deixou de ser um recomeço atribulado (AAVV; 2013).

“Que interesse poderá todavia excitar em mim essa enorme, e fria massa de pedra, que permanece tão deserta, sem passado, e sem presente - incompletas ruínas modernas, que nada apresentam, e nada recordam!” (LICHNOWSKY; 1845: 104)

Fruto de indecisões e falta de fundos, agravado pelas invasões francesas e instabilidade política, o Real Palácio seria vítima de várias interrupções, até ao seu abandono, em 1835, ficando apenas um terço do projecto inicial construído.

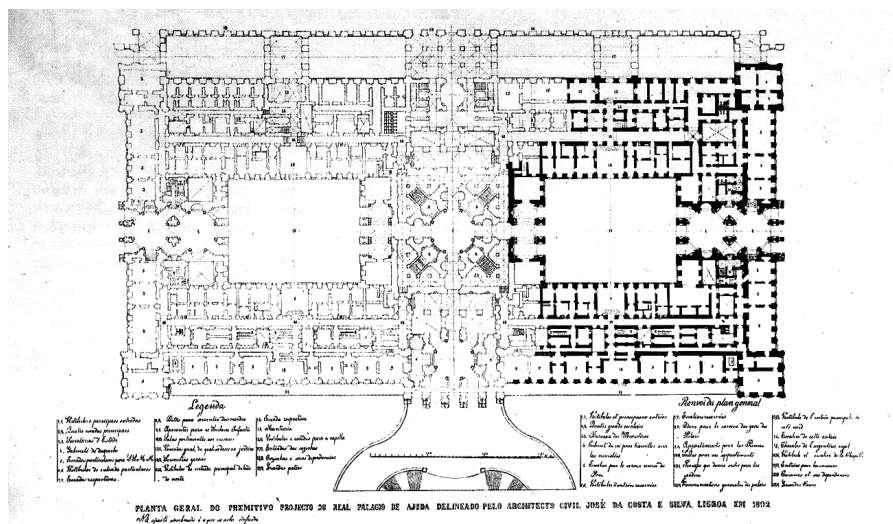
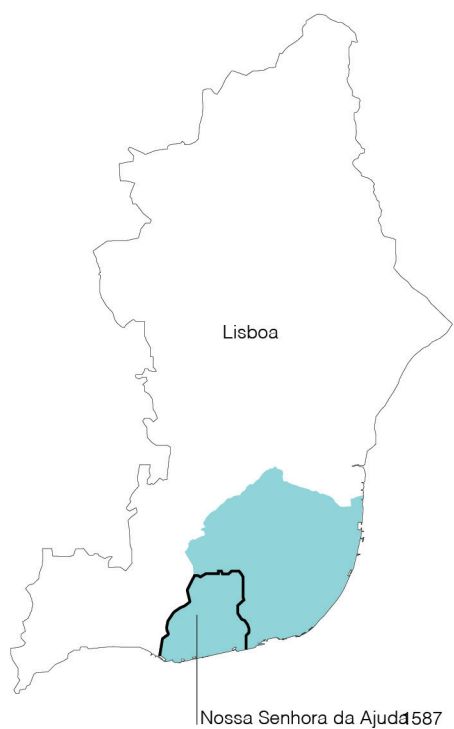


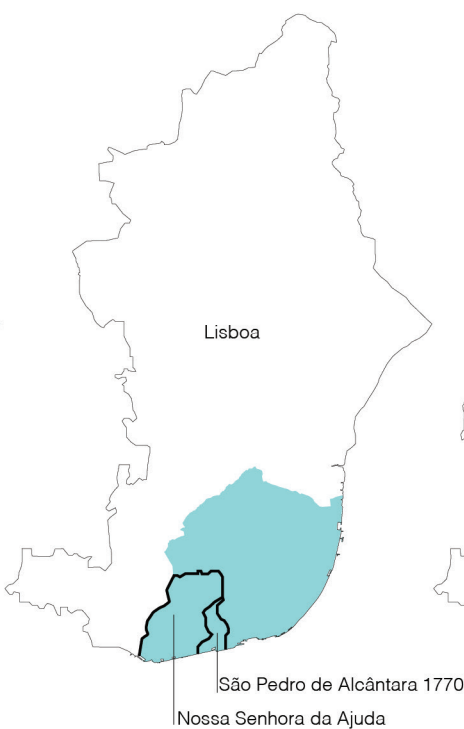
fig. 1.16 | Planta do Palácio Nacional da Ajuda, com a única parte construída realçada.

Apesar da participação de vários arquitectos, ao longo deste período atribulado, destacam-se os arquitectos Francisco Fabri e José Costa e Silva, os quais contribuíram para grande parte da idealização e construção do que é possível observar do palácio actualmente.

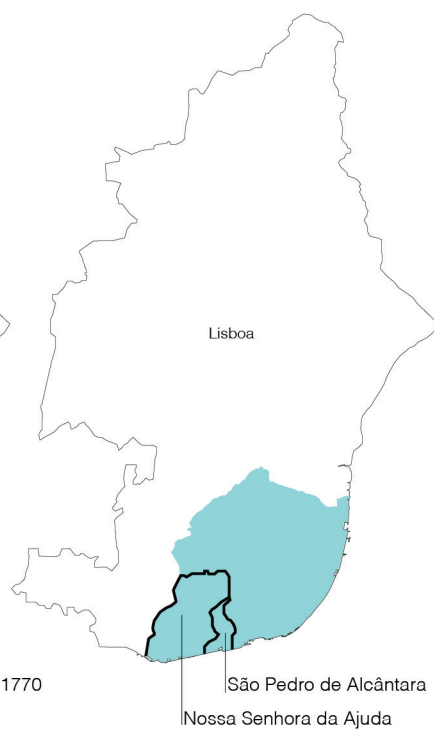
1758



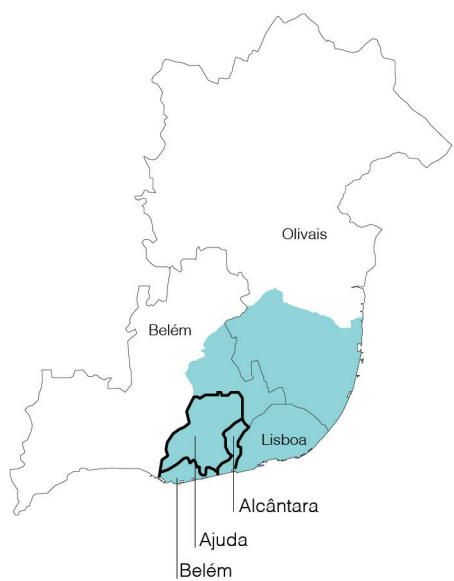
1801



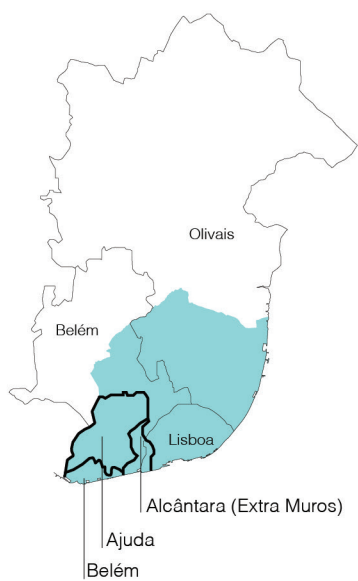
1826



1867



1878



1890



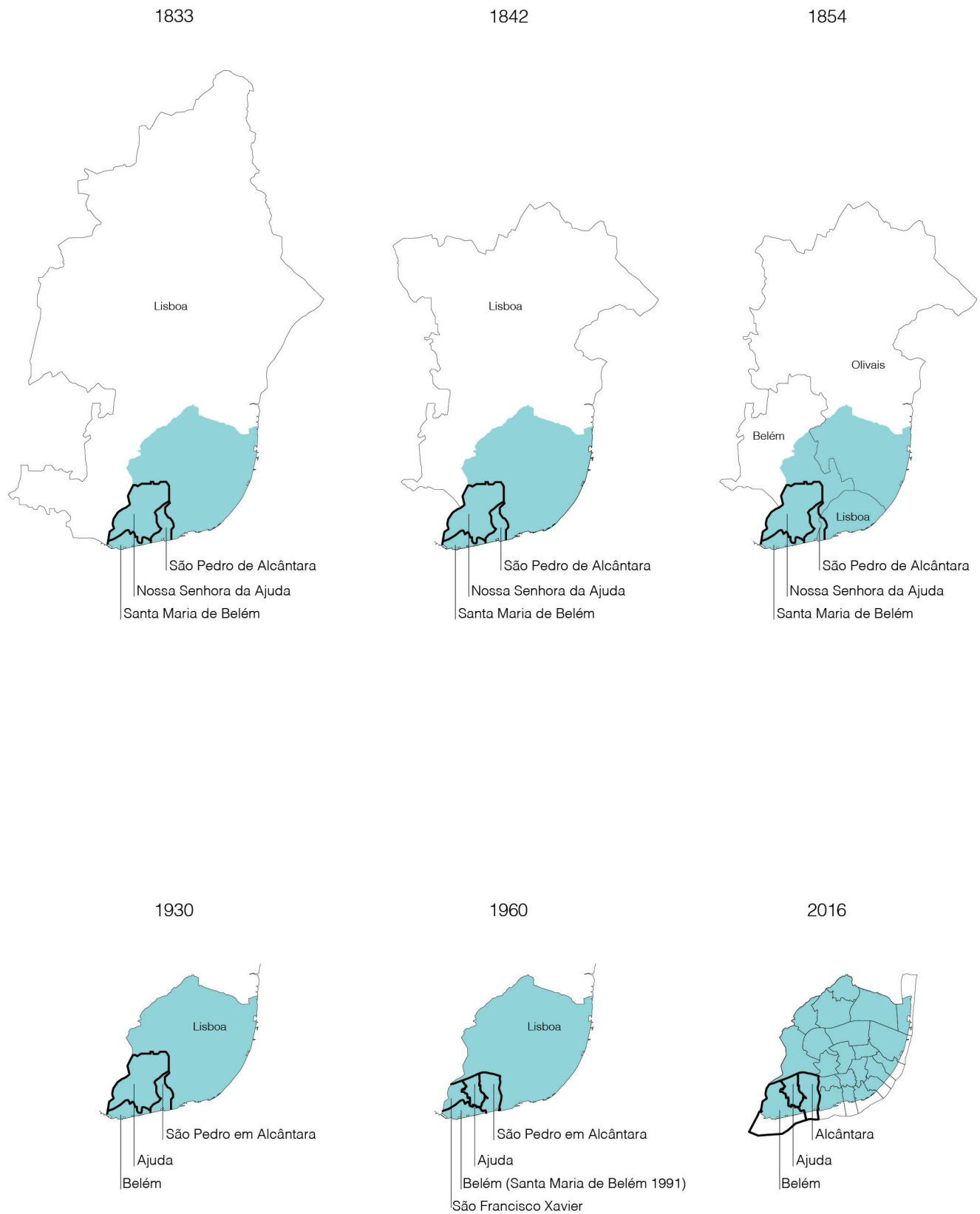


fig. 1.17 | Evolução dos limites administrativos municipais de Lisboa (actual a azul) e das freguesias da Zona Ocidental

O período que se viria a observar nos anos seguintes, com o impasse de uma obra tão ambiciosa, decerto se reflectiu num abrandamento do crescimento da Ajuda, que se vê privada da sua ligação ao Rio Tejo em 1835, quando é alvo da reestruturação dos limites administrativos das freguesias, chegando mesmo a não pertencer a Lisboa, entre 1854 e 1890. Durante este período, o município de Lisboa resumia-se à sua zona mais antiga enquanto a oeste era limitado pelo novo município de Belém⁹, onde, e a norte pelo município de Olivais.

“A Ajuda, n’esta época (1849), era deserta e silenciosa.” (PATO; 1894: 204)

Eventualmente estas alterações levaram a uma quebra de população, que foi agravada ainda pelos surtos de cólera, varíola e febre-amarela assinalados em toda a cidade e arredores (SILVA; 1987).

Até 1862, a família real iria alternar a sua vida entre o Palácio das Necessidades e o Palácio de Mafra, sendo que o Real Palácio da Ajuda serviria apenas para algumas cerimónias oficiais, ao contrário do que, inicialmente, havia sido projectado.



fig. 1.18 | Rua do Sítio do Casalinho (A), Rua do Cruzeiro (B) e Calçada da Tapada (C).

1-Real Palácio da Ajuda; 2-Tapada Real da Ajuda; 3-Tapada das Necessidades.

⁹ O conhecido historiador Alexandre Herculano, com grande ligação à Ajuda, oriundo de uma família participou na construção do Paço Real, foi o primeiro presidente da Câmara do novo município de Belém, entre 1854 e 1855.

fig. 1.19 | Planta da Real Tapada da Ajuda

É possível observar, em cima, parte da linha de água do Rio Seco, a Rua do Sítio do Casalinho e o futuro local da PUAA.

A construção dos palácios, baseada em ideais renascentistas e impulsionada na Dinastia Filipina, integravam jardins e quintas na sua concepção, reforçando a ligação próxima da família real com o campo. Este conceito evolui mais tarde, originando as tapadas.

Em 1645, foi criada a Tapada Real de Alcântara, junto ao Palácio de Alcântara e à respectiva Quinta Real, que mais tarde, com o terramoto passou a chamar-se Tapada Real da Ajuda.



Ainda assim, estas alternâncias vieram a demonstrar-se importantes para o território, principalmente entre o Real Palácio da Ajuda e o Palácio das Necessidades, com a urbanização da Calçada da Tapada e Rua do Cruzeiro, na zona oriental da Ajuda.

Só com a chegada de D. Luís I, o palácio viria finalmente a ser usado como morada oficial da monarquia¹⁰, o que veio a provar-se benéfico para o crescimento da freguesia, até então focada na sua ligação a Belém, que se resumia à, agora, Calçada da Ajuda e Calçada do Galvão (CARVALHO; 1979).

A Tapada Real da Ajuda ganha, também, um novo prestígio, uma vez que D. Luís I, juntamente com os seus filhos, faziam, diariamente, o percurso que a ligava ao Real Palácio da Ajuda, e que servia sobretudo como espaço de caça. Fruto deste hábito, surge a Norte, um pequeno aglomerado que viria a dar origem à, actual, Rua do Sítio do Casalinho (CARDOSO; 1993).

Contudo, após a morte de D. Luís I, o palácio torna-se residência de D. Maria Pia, rainha-viúva, até 1910, aquando da Implantação da República, terminando assim o curto período de esplendor do Real Palácio da Ajuda, que passa a Palácio Nacional da Ajuda (PNA), enquanto residência oficial da família real¹¹ (AAVV; 2013).

10 Apesar de ganhar uma nova vida, os novos planos de acabamento para o palácio, apenas viriam a passar por melhoramentos e renovações no seu interior, ficando a fachada ocidental por terminar.

11 Com a queda da monarquia, o PNA é nomeado como monumento nacional. Em 1938, é reaberto como museu, e desempenha actualmente funções administrativas

1.3. HÁ VIDA PARA ALÉM DO PALÁCIO

A entrada para o século XX veio a revelar-se determinante para a zona ocidental, assim como para toda a cidade de Lisboa, com um conjunto de transformações urbanísticas.

“(..) uma classe operária começa a emergir.” (PEREIRA; 1994: 510)

Apenas nos finais do séc. XIX se começou a assistir aos efeitos da revolução industrial¹², em Portugal. A industrialização tardia fez-se sentir com maior intensidade em Lisboa e no Porto e a intenção de modernização e alcançar outras capitais europeias levou eventualmente a um intenso crescimento da população, fruto dos êxodos rurais que se davam por todo o país, de pessoas à procura de uma vida melhor (TEIXEIRA; 1993).

A industrialização da cidade de Lisboa veio obrigar a fortes alterações na frente ribeirinha, com a criação de um aterro para novas infraestruturas que viriam a servir as novas indústrias.¹³

A nova infraestrutura ferroviária deu início a um afastamento da cidade com rio, sendo que com o passar dos anos e as evoluções da tecnologia nesta área iria impedir o atravessamento a nível da rua obrigando a criação de passagens superiores ao longo do seu percurso.¹⁴

Por esta altura, a ligação que em tempos existiu entre a Ajuda e o rio Tejo era cada vez mais uma memória, lembrada apenas através da

e palco de cerimónias.

12 A revolução industrial teve início em nos finais do séc. XVIII, em Inglaterra, e expandiu-se rapidamente na primeira metade do séc. XIX, em países como Estados Unidos da América e mais tarde França.e Alemanha, ainda que de maneiras diferentes,tendo em conta a realidade política e social destes países. (FADIGAS; 2010)

13 O aterro permitiu a abertura da Avenida 24 de Julho e mais tarde da Avenida da Índia, e a instalação da nova linha férrea que ligaria Cascais ao centro de Lisboa, concluída em 1895.

14 A ocupação do território não foi feito da melhor forma, o que veio a comprovar-se no séc.XXI com as novas preocupações e políticas de ordenamento do território que visam o retorno do à cidade. (CML; 2012)

grande varanda da encosta da Ajuda.

O rápido crescimento populacional viria a criar problemas a nível da habitação. As unidades fabris que iam sendo instaladas, no seu lento desenvolvimento, ao longo da frente de rio, davam origem, adjacentes à sua localização, às habitações dos seus operários, muitas vezes em condições precárias.

“É assim que surgem os pátios.”¹⁵ (PEREIRA; 1994: 551)

Uma nova forma de alojamento, e com estes, uma nova forma de exploração. Casas abarracadas eram construídas nas traseiras dos prédios e caves insalubres, sempre com acesso também pelas traseiras, eram aproveitadas para alugar aos operários, assim como conventos das recém-extintas ordens religiosas que eram adquiridos em hasta pública, ou mesmo palácios arruinados que eram alugados quarto a quarto. Surgem também empreendedores privados que adquiriam terrenos para aí construir pátios. Aos poucos, os pátios espalhavam-se pela cidade e viriam a satisfazer a falta de habitação dos novos residentes lisboetas.¹⁶

Era possível desde logo observar a relação de proximidade dos pátios e vilas com os núcleos industriais, ao longo do rio, primeiro no aterro da Boa Vista, seguido de Alcântara e Xabregas. Núcleos que até aos dias de hoje perduram.

15 *“Um pátio, na acepção da palavra do que se trata, (...) consiste fundamentalmente numa espécie de corredor lajeado ou térreo (rua pouco larga e pequena), ora em linha recta, ora em linha quebrada, para o qual deita, de um lado ou dois, uma fila de casas de andar baixo (rés-do-chão) e às vezes também de primeiro ou mais andares, dispostos à maneira de celas de convento. O corredor, que forma na essencial o pátio, inicia-se à beira da via pública, onde ostenta um número policial, como qualquer outro edifício, e onde pode ter um portal (de madeira, de ferro, ou de grade); fica em geral sem saída pela extremidade ou porta, e nisto assemelha-se ao beco, diferenciando-se em que o beco se integra no arruamento da cidade, recebendo cada morada seu número, enquanto o pátio constitui propriedade particular, construído, como foi, para se alugar a várias pessoas.”* (VASCONCELOS; 1959: 189)

16 Com a crescente dimensão populacional e a necessidade de resolver o problema das condições em que estes pátios se encontravam, é elaborado o Inquérito Industrial em 1881, de onde resultam duas propostas em 1883 e 1884, por Fontes Pereira de Melo, o 1º Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e Augusto Fuschini, respectivamente. Apesar destas tentativas, as primeiras habitações não chegariam a ser camarárias. As novas habitações acabariam por ser construídas por iniciativa particular ou cooperativa, ligada por vezes às próprias unidades fabris, designadas de Vilas Operárias.

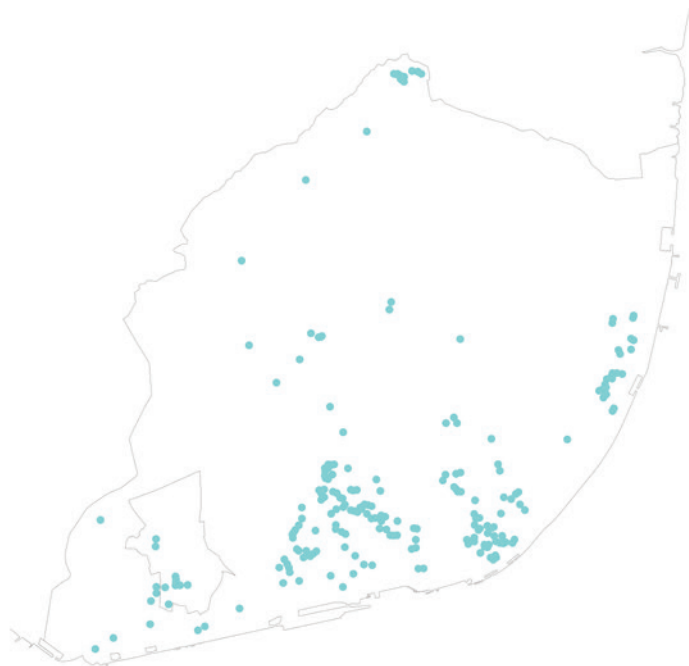


fig. 1.20 | Pátios de Lisboa, reconhecidos pela CML.

Os pátios na Calçada foram em tempos residências para parte da família real, ou da corte, enquanto esta habitava a Ajuda, tendo sido abandonados até serem reaproveitados para habitação ou alterados para diferentes usos, como o Pátio Bonfim que de residência de Marquês de Pombal passou a ser, actualmente, a sede da Junta de Freguesia da Ajuda.

“Um inquérito oficial efectuado em 1902 identificava 130 em apenas 18 das 29 freguesias da cidade. E é de supor que o número total ultrapassaria as duas centenas...” (PEREIRA; 1994: 551)

Muitos destes pátios foram desaparecendo, chegando a contar com 1200, incluindo os clandestinos. Actualmente são apenas reconhecidos pela Câmara Municipal de Lisboa 346¹⁷ pátios dentro dos limites da cidade. Os mais antigos, aqueles que sobreviveram ao terramoto, datam do séc. XVI e XVII, alguns do séc. XVIII como são os casos dos pátios existentes na Calçada da Ajuda, mas a maioria é já do séc. XIX, como se verifica no VRS.

Vale ainda a pena referir uma particularidade, pois nem todos os pátios foram construídos para fins de habitação. Pátios, como o Pátio das Arcas¹⁸, eram formados para dar origem a uma sala de espectáculos, inovando nos hábitos da cidade com uma grande adesão do público que pertencia à comunidade boémia da sociedade (LEITE e VILHENA; 1991).

¹⁷ Informação retirada do site Lx Interactiva, disponível em: <http://lx2.cm-lisboa.pt/lxi/>

¹⁸ Ainda na Dinastia Filipina, as representações teatrais de tradição espanhola deram origem aos chamados Pátios das Comédias, em parte semelhantes aos pátios para habitação, como o aspecto precário em que muitos se encontravam. Com o terramoto todos eles foram destruídos, ficando apenas registos da sua existência.



fig. 1.21 | Planta geral da cidade de Lisboa, integrada no plano de melhoramentos da cidade de Lisboa de 1903, focada na zona ocidental.

Enquadramento da Ajuda nos novos planos para Lisboa, onde era apenas alvo de uma ocupação tímida. Surgiam as primeiras intenções de criar uma via que ligasse o Palácio Nacional da Ajuda directamente ao Alto do Calvário, mas o crescimento seria feito principalmente através dos já falados pátios ou de outras habitações com vivências semelhantes, onde o Vale do Rio Seco, de forma informal, começava a ser mais procurado, provavelmente pela sua proximidade ao curso de água existente no vale.



fig. 1.22 | Planta da cidade de Lisboa com a zona de protecção do Palácio Nacional da Ajuda e o ante-projecto do Ministério das Obras Públicas delimitado.

Inevitavelmente, a cidade expandia-se a largo ritmo e torna-se alvo de uma renovação urbana protagonizada pelo engenheiro Frederico Resano Garcia, fortemente influenciado pelos conceitos de Georges-Eugène Haussman e a cidade de Paris, virando-se para norte com as aberturas das chamadas Avenidas Novas, elaborando o Plano Geral de Melhoramentos da Capital, em 1903 (CARVALHO; 2003).

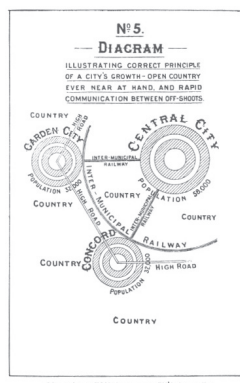
Lisboa, assim como outras importantes capitais, sofria com o caos urbanístico gerado pela industrialização. As cidades, face ao aparecimento dos caminhos-de-ferro e do automóvel, cada vez mais se dispersavam e, num processo de suburbanização, davam origem a uma segregação sócio-espacial da classe mais pobre na periferia, levando à fragmentação do território que, actualmente, se observa (FADIGAS; 2010).

As primeiras iniciativas, ainda que teóricas, com intuito de resolver as questões associadas à industrialização, surgem nos finais do séc. XIX, porém seria já no séc. XX que surgiriam novos modelos de organização territorial, que apesar de soluções diferentes tinham objectivos comuns: a hierarquia de vias, a segregação funcional e o contacto com a natureza.

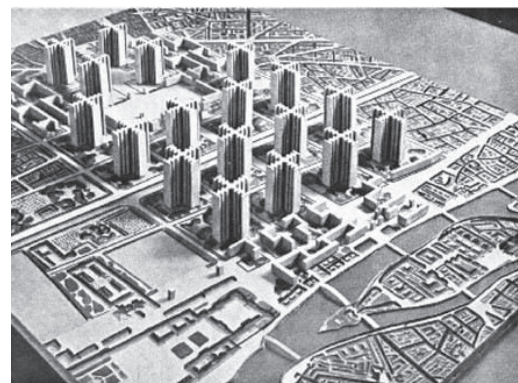
Os novos conceitos viriam a dar origem à Carta de Atenas, que, por sua vez, viria a tornar-se a base para o urbanismo moderno e quebrar com a cidade tradicional, levando ao abandono da rua e da praça, no seu sentido clássico, algo que seria fortemente criticado anos mais tarde por autores como Jane Jacobs, Kevin Lynch, Henri Lefebvre ou, Christopher Alexander.



A - A cidade dispersa, nega o conceito de cidade e assume a dispersão de todas as actividades criando um híbrido contínuo urbano/rural através de habitações unifamiliares semelhantes a quintas;



B - A cidade jardim, sustenta a criação de sucessivas cidades limitadas e articuladas entre si por transportes públicos eficientes, assentando também na habitação unifamiliar de baixa densidade, desta vez como moradias, e zonas verdes, sendo talvez, em parte, a que mais influenciou Lisboa na primeira metade do séc. XX;



C - A cidade futurista (modernista), foi provavelmente a que mais impacto causou nas cidades, com a aposta em novas técnicas e tecnologias de construção, como o betão, ganhando popularidade pela densificação habitacional distribuída verticalmente em torres isoladas, envolvidas em zonas verdes amplas e pouco definidas, mas que vieram responder à falta de alojamento, numa clara recusa à fuga para o campo.

fig. 1.23 – fig. 1.25 | Modelos de organização territorial de Frank Lloyd Wright (A), Ebener Howard (B) e Le Corbusier (C).

Em Portugal, as ideias da Carta de Atenas ganham adesão, em 1948, mas demoram a ter aplicação concreta. Curiosamente, apenas em meados dos anos 50, numa altura em que começam a surgir as primeiras críticas, esta se torna o principal modelo de organização territorial, em Lisboa, com a construção dos bairros de Olivais Norte e Sul¹⁹ (CARVALHO; 2003).



fig. 1.26 | Exemplos de intervenções que demonstram o modelo moderno aplicado no Bairro de Olivais Norte (esquerda) e Olivais Sul (direita).

¹⁹ Olivais Norte foi o primeiro grande exemplo do urbanismo moderno, em Lisboa, tendo sido iniciado em 1955.

1.4. AS CASAS ECONÓMICAS²⁰

Os problemas da habitação e expansão continuaram no início do séc. XX, sobre um clima de instabilidade política e económica²¹.

Somente, em 1918, durante a 1ª República, surgem as primeiras políticas municipais de combate à habitação precária.²²

Todavia, seria durante o Estado Novo que a maioria dos bairros de habitação económica seriam construídos²³, tendo como ponto de partida o programa das Casas Económicas, em 1933²⁴, seguindo um processo de urbanização intimamente ligado ao engenheiro Duarte Pacheco²⁵. (TIAGO; 2010)

“(As) casinhas confortáveis, alegres e cheias de sol, que o Estado Novo fez construir naquele local de Lisboa, tão singularmente belo pela contemplação do estuário do Tejo.” (TIAGO; 2010) ²⁶

O Bairro da Boa-Hora/Ajuda²⁷ seria um dos primeiros bairro que sur-
gia das novas políticas, ainda da 1ª República, a par com o Bairro do Arco

20 Designação preferida pelo Estado Novo. (FRANÇA; 2008: 712)

21 Em 1910, deu-se a Implantação da República, seguida pela participação na Primeira Guerra Mundial, entre 1916 e 1918, sendo que em 1926 tem início o período de ditadura militar e, em 1933, tem início oficialmente, o Estado Novo.

22 Decreto-Lei nº 4137/25 de 25 de Abril. Este define as novas casas económicas como “casas destinadas ao alojamento das classes menos abastadas, construídas no centro da povoação ou na periferia e que satisfizessem as condições de salubridade e preços designados”.

23 O Estado ensaia algumas realizações de bairros para classes mais desfavorecidas, contudo, seria sobretudo a partir de 1938 que se concretizaria, em Lisboa e no Porto, os bairros de habitação económica.

24 Decreto-Lei nº 23052/33 de 23 de Setembro.

25 Ministro das Obras Públicas durante o Estado Novo.

26 Excerto do discurso de Pedro Teotónio Pereira sobre o Bairro da Boa-Hora/Ajuda. Disponível em: <https://lerhistoria.revues.org/1413>, no parágrafo 70.

27 Também apelidado Bairro dos Sargentos ou Bairro dos Mortos devido à toponímia das ruas que homenageavam os participantes e falecidos da 1ª Guerra Mundial. (AAVV; 2013: 45)

do Cego. Contudo, apenas em 1935 ambos seriam concluídos e inaugurados pelo Estado Novo, após ter sido interrompido em 1922 e 1927²⁸ (TIAGO; 2010).

A encosta da Ajuda foi, aliás, uma das localizações predilectas para a construção desta tipologia urbana. Os estudos que tornaram viável esta escolha foram elaborados por Faria da Costa nos anos 40, numa altura em que se realizava a Exposição do Mundo Português²⁹ (AAVV; 2013).

Tanto o Bairro da Boa Hora, como o Bairro do Arco do Cego, foram ambos construídos com uma certa consciência urbanística na forma como foram inseridos no tecido urbano já existente e na inclusão de valências públicas, como a escola primária, o mercado e os balneários, algo que nem sempre se iria verificar em bairros posteriores, que seriam inseridos em contextos periféricos e desarticulados, em contrapartida.³⁰

A tipologia usada nas casas dos primeiros bairros assemelhava-se a uma casa de campo, incluindo pátios, com o intuito de estimular as reminiscências rurais da população a quem se destinava este tipo de alojamento, de certa forma pondo em causa as opções urbanísticas para os bairros da 1ª República. A partir dos anos 50, por razões financeiras e de economia de espaço, adaptou-se uma tipologia baseada no ideal modernista de edifício alto e isolado, introduzido pela Carta Atenas (FADIGAS; 2010).

Contudo, o Estado desviou-se do objectivo inicial do programa, atribuindo grande parte das habitações às famílias trabalhadoras das classes médias, o que agravou o problema da habitação e levou ao aumento de habitações clandestinas e “bairros de lata”.

Em 1960, com o início das obras da primeira travessia sobre o Tejo,

28 O Bairro do Arco do Cego, a 27 de Abril de 1919, é considerado o primeiro bairro social. Apesar do início dos trabalhos, datar de 1918, só a 6 de Outubro de 1919 foi lançada a primeira pedra do Bairro do Boa-Hora/Ajuda.

29 O arquitecto e urbanista João Faria da Costa, na década de 40, seria , também responsável pelo Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, actual Bairro do Restelo, e o Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro, actual Bairro de Alvalade, ambos seguindo os princípios da cidade jardim concebido por Howard.

30 Dos bairros sociais, que mais tarde surgiram na freguesia, durante e após o Estado Novo, apenas no Bairro do Alto da Ajuda e do Casalinho da Ajuda, foram inseridas escolas primárias. Outros tipos de equipamentos sociais foram negligenciados, embora as associações e colectividades se constituíssem como alternativas de espaços comuns à população.

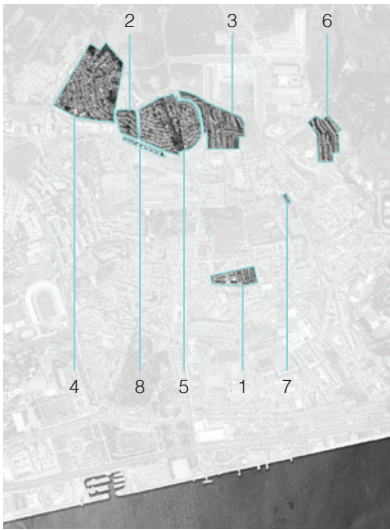


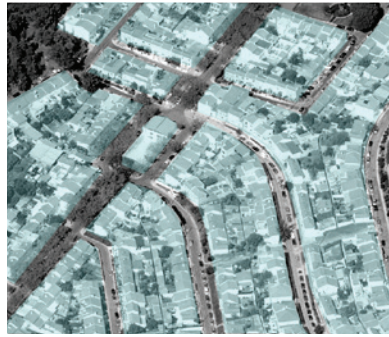
fig. 1.27 | Localização dos Bairros Sociais da Ajuda e vistas aéreas.



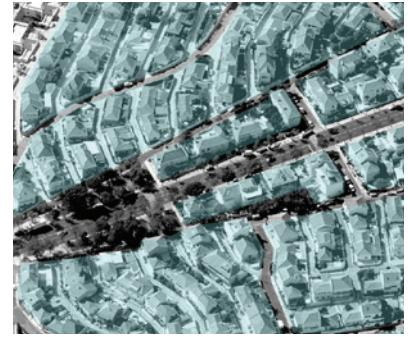
1 Boa-Hora (1919-1935)



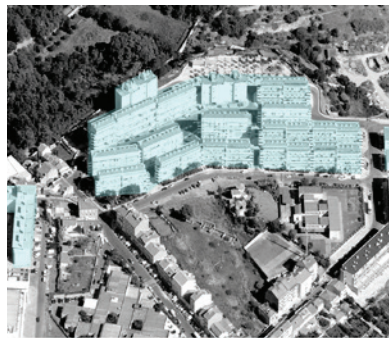
2-Telheiros da Ajuda (1933-1937)



3-Alto da Ajuda (1938-1940)



4-Caramão (1947-1949)



5-Casalinho da Ajuda (1968-2002)



6-2 de Maio (1974-1979)



7-Eduardo Bairrada (2001)



8-Açucenas (2004)

a Ponte Salazar³¹, várias famílias foram desalojadas e realojadas em barracas de madeira provisórias no Alto da Ajuda (AA) dando origem, mais tarde, ao Bairro do Casalinho da Ajuda, ao abrigo do programa das Casas para Famílias Pobres³².

Nos anos 60, apesar da emigração observada, com a crise económica gerada pela guerra colonial e o consequente aumento da pobreza, iria assistir-se a uma maior procura por melhores condições de habitação para muitas pessoas, ainda mais agravada com o processo de descolonização dos países africanos, após a Revolução 25 de Abril de 1974.

No dia 2 de Maio de 1974, a situação drástica que se observava, levou à ocupação dos prédios vizinhos ao Bairro do AA, que se encontravam ainda em construção, iniciada pela Fundação Salazar. Sem paredes, portas e janelas, os novos moradores tomaram iniciativa de terminar as obras, dando origem ao Bairro 2 de Maio.³³ Curiosamente esta “auto-construção” por parte dos moradores seria adaptada pelo programa de habitação SAAL³⁴, o qual viria a dar resposta aos problemas de habitação na cidade após a revolução (BANDEIRINHA; 2007).

Após a revolução, os restantes bairros sociais da Ajuda apenas surgiram na década de 90 e 2000 ao abrigo do Programa Especial de Realojamento³⁵.

31 Denominada Ponte 25 de Abril, vulgo, Ponte sobre o Tejo, após o término do Estado Novo.

32 Decreto-Lei 34486/45 de 6 de Abril. O processo de urbanização do Casalinho seria extenso, fruto de ocupações de diferentes alturas, fazendo parte de programas que surgiram mais tarde.

33 O Bairro 2 de Maio foi construído ao abrigo do programa de realojamento CML/GTH que correspondia à extensão do programa de Habitações de Renda Económica ao abrigo do Decreto-Lei nº42454/59 de 18 de Agosto, que se limitava à zona oriental da cidade. Parte do Bairro do Casalinho esteve inserido também neste programa.

34 Programa criado pelo arquitecto Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, tendo sido executado através do Fundo de Fomento da Habitação e terminado dois anos depois, em 1976. “Criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias (...), surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que actuavam, nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais.” (Bandeirinha; 2007, Nota de Contra Capa)

35 Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio. Este programa abrangeu os edifícios na Rua Eduardo Bairrada e Rua Açucenas, Também viria a incluir a última intervenção do Bairro do Casalinho.

1.5 O PULMÃO DA CIDADE

“Lisboa é uma das raras cidades da Europa que não possui um bosque onde os seus habitantes possam, nas horas que lhes sobram dos seus labores, oxigenar os pulmões envenenados com os fumos das fábricas e poeiras das oficinas e escritórios, ao mesmo tempo que o seu espirito é delicado com distrações do seu agrado e o seu físico fortificado com exercícios proveitosos.” (ROSETA e MORAIS; 2006: 27)

O crescimento descontrolado que se observava em Lisboa, levou à necessidade da criação de espaços verdes³⁶ que permitissem a cidade respirar. Uma necessidade que se tornaria inevitável pelo aumento da poluição atmosférica e da temperatura, não só em Lisboa, mas também nas restantes cidades industriais e que terá Ressano Garcia como impulsionador.

Destinado a “pulmão verde” da cidade e zona de lazer para a população, o futuro Parque Florestal de Monsanto (PFM)³⁷ viria a revelar-se de extrema importância para a estabilização de uma estrutura verde, composta por parques, jardins e tapadas até à segunda metade do séc. XX, como ferramenta adicional no ordenamento e gestão do território de forma a oferecer uma maior qualidade de vida (TELLES; 1969).

Contudo, a intenção de trazer um elemento verde para a cidade surgiu cerca de meio século antes, no seguimento da reconstrução Pombalina

36 Espaços Verdes: “Conjunto de áreas livres, ordenadas ou não, revestidas de vegetação, que desempenham funções urbanas de proteção ambiental, de integração paisagística ou arquitetónica, ou de recreio. Incluem, os parques e jardins urbanos, público e privados; as áreas de integração paisagística e de proteção ambiental de vias e outras infraestruturas urbanas; os taludes e encostas revestidos de vegetação marginal dos cursos de água e de lagos; as sebes e cortinas de proteção contra o vento ou a poluição sonora; as zonas verdes cemiteriais; e as zonas agrícolas e florestais residuais no interior dos espaços urbanos ou urbanizáveis.” (FADIGAS;2010, pp.120)

37 A sua ocupação vem desde o período pré-histórico, sendo que foi durante a ocupação romana e com as invasões bárbaras que sofreu com a maior parte da destruição e devastação florestal. Até ao séc. XVIII, a serra de Monsanto não foi mais do que terrenos agrícolas ou matas, como a Tapada da Ajuda, altura em foi construído o Aqueduto das Águas Livres. Em 1863, é construído o Forte de Monsanto, actual prisão, sendo ocupado por outras instalações militares durante o resto do séc. XIX.

de Lisboa, quando foi criado o primeiro jardim público da cidade assumindo um desenho de alameda arborizada (TELLES; 1969).

“Uma autêntica sala de visitas da cidade.” (FADIGAS; 2010: 110)

Chamado de Passeio Público³⁸ passou a ser uma referência emblemática da cidade percorrendo a actual Avenida da Liberdade, desde a Praça do Rossio ao Parque da Liberdade, actual Parque Eduardo VII.

Este último surge logo após o desaparecimento do Passeio Público, em 1888, aquando da construção da Avenida da Liberdade, como fecho monumental, seguindo a ideologia haussmaniana ao abrir caminho para a expansão da cidade para norte e fazer a ligação ao Campo Grande (1813), como se verificou no plano de Ressano Garcia, numa altura em que jardins, como o Jardim da Estrela (1842), brotavam pela cidade já existente (FADIGAS; 2010).

Em 1910, com a criação do Instituto Superior de Agronomia, a Tapada da Ajuda passa a estar aberta ao público, noutra tentativa de fazer chegar a natureza à população, o que viria a ser irrelevante para a Ajuda, pois a sua ligação com a Tapada seria apenas em nome, já que a entrada principal continuaria na Calçada da Tapada, permanecendo os muros e os portões traseiros virados para uma freguesia que era deixada ao esquecimento³⁹.



fig. 1.28 | Planta de Lisboa de 1812, com destaque para o jardim a Norte da Praça do Rossio.

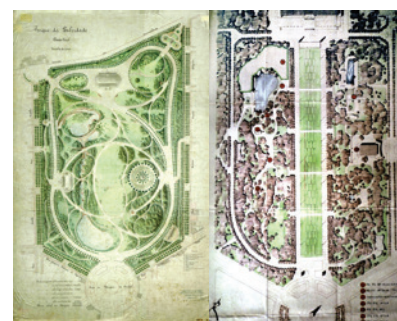


fig. 1.29 | Plantas para o Parque da Liberdade, de Henry Lousseau (esquerda) e Keil do Amaral (direita).

38 “O jardim é grande, bonito e asseado mas no velho gosto francês (...) Apesar disso não me parece que os portugueses gostem tanto de passear como os estrangeiros que aqui residem.(...) Aos domingos ainda lá aparecem algumas mulheres das classes médias; mas senhoras de sociedade jamais.” (RUDERS; 2002: 36)
Criado pelo arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos, em 1794, por iniciativa do Marquês de Pombal. Inicialmente o jardim não tem a procura que se previa e em 1835 é renovado pelo arquitecto Malaquias Ferreira Leal, de forma a ganhar nova vida. Na continuidade da ideia dos jardins do sul da Europa, é transformando num agradável jardim de estilo romântico, limitado por um gradeamento de ferro, que substituirá o muro em 1838, de forma a vedar o acesso a certos grupos.

39 Instalou-se na Tapada da Ajuda, após a extinção do Instituto de Agronomia e Veterinária. Nesta passagem de testemunho, a decisão de doação destes terrenos ao povo português reforçava a implantação da república sobre o término da monarquia.

Em 1887 é o pintor Henry Lousseau quem vence o concurso com uma proposta orgânica para o parque, que vai sofrer profundas e variadas transformações, sendo terminado pelo arquitecto Keil do Amaral.



fig. 1.30 – fig. 1.31 | Panorâmica sobre Monsanto, antes da reflorestação (cima) e início das plantações do parque, em 1938 (baixo).

“É uma capital pobre de parques e jardins (...) (com) colinas que a rodeiam (que) só esperam que o homem lance à terra a semente criadora da vegetação que as embeleze (...)” (TELLES; 1969: 50)

Entretanto, em 1868, surgiram as primeiras ideias para rearborizar a Serra de Monsanto, mas só, em 1938, com grande influência de Duarte Pacheco, se tornou possível arrancar com as obras do parque, após várias propostas apresentadas durante este período não terem avançado⁴⁰ (TOSTÕES; 1992).

Contudo, os planos nunca foram definitivos e muitos dos limites ficaram por definir⁴¹ e só pela mão do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, em 1979, cerca de um século depois da sua idealização, se definiu finalmente a delimitação rigorosa do parque, que ao ser aprovada veio impedir definitivamente o avanço da malha urbana sobre o parque (FRANÇA; 2005).

O PFM não viria, no entanto, a ter uma ligação directa com o centro da cidade, não sendo de fácil acesso devido, principalmente, à barreira topográfica do Vale de Alcântara, assim como também não se vislumbrava qualquer ligação à Ajuda, apesar da relação de vizinhança.

Porém, a ideia de fazer chegar o PFM ao centro não seria de todo descurada, sendo que Ribeiro Telles deu continuação ao seu contributo na estrutura ecológica da cidade e, numa posição assertiva, defendeu a criação de um percurso que assegurasse um continuum natural⁴².

Isto veio reforçar a maneira como a estrutura verde deveria ser pensada na cidade e a importância da presença da natureza no meio urbano.

40 O início das obras coincidiram com a entrada de Keil do Amaral para Câmara Municipal, o qual se tornou o principal responsável por desenhar a maior parte dos espaços de actividades que se encontram no parque.

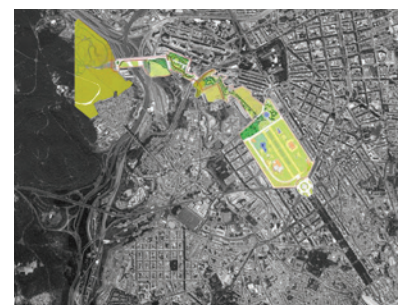
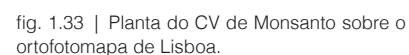
41 A indefinição nos seus limites que levou a que novas áreas como o Bairro da Boavista, em 1943, e o Bairro de Caselas, em 1947, que já se encontravam expropriadas, fossem urbanizadas. O parque chegou ainda a ser interrompido a meio pela nova autoestrada que iria ligar Lisboa ao Estádio Nacional, em 1944, e apenas seria terminado com o prolongamento até Cascais em 1991.

42 Sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e permitem a manutenção do potencial genético e biodiversidade do território. (FADIGAS; 2007: 78)



fig. 1.32 | Parques e jardins relevantes de Lisboa.

A escuro destaca-se o PFM e o CV de Monsanto, enquanto que a claro encontram-se outros espaços verdes relevantes. Os CV planeados são marcados a tracejado.



De igual modo, em 1935, o Plano de Desenvolvimento de Amesterdão propunha uma série de cinturões verdes que ligariam as diferentes áreas verdes da cidade e da periferia, mas em Lisboa só no séc. XXI, em 2012, após 36 anos da sua idealização, este conceito se tornaria realidade com a criação do CV, que iria ligar o PFM ao topo do Parque Eduardo VII, através de vários espaços verdes ligados por um percurso de circulação pedonal e ciclovia com uma extensão de cerca de 2,5km que quebra com as barreiras existentes entre o parque e o tecido urbano que o envolve⁴³ (FADIGAS; 2010).

Numa segunda fase, ainda em elaboração, estaria o plano para o Parque Periférico, que previa a ligação dos espaços verdes a norte da cidade através de uma cintura verde, sendo que, actualmente, está previsto a elaboração de um conjunto de corredores verdes ligados entre si, com base no Plano Directo Municipal (PDM) de 2012.

43 O Corredor Verde é constituído pelos seguintes elementos: Avenida da Liberdade; Parque Eduardo VII; Jardim Amália Rodrigues (Alto do Parque); Ponte Ciclopederal sobre a Rua Marquês da Fronteira; por uma zona de prado junto ao Palácio da Justiça; Ponte Ciclopederal Gonçalo Ribeiro Telles; Jardins da Amnistia Internacional; Parque Hortícola Jardins de Campolide; Parque Urbano da Quinta José Pinto. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto>).

1.6 UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA A AJUDA

As últimas décadas do séc. XX, foram tempos de recuperação e adaptação às novas realidades de uma cidade moderna que começou a encaminhar-se para uma nova época de vida social e cultural num processo de consolidação das políticas da cidade.

Em 1977⁴⁴ e, novamente, em 1994⁴⁵, regressa, à Ajuda, a ideia da criação da VME, no âmbito dos novos PDM. O primeiro, propunha ligar o AA directamente ao Alto de Santo Amaro, a partir do Bairro de Caselas, continuando até ao Vale de Alcântara e à zona oriental da cidade, através de uma ligação em túnel, enquanto que o segundo terminaria em Alcântara.

Esta, mais uma vez, não seria concretizada.

Ainda em 1988, seria apresentado para a Ajuda o novo Plano de Salvaguarda e Valorização da Zona Ajuda/Belém, com um conjunto de propostas e várias normas estabelecidas, com o intuito de conservação do património, não só imobiliário, mas também paisagístico, chamando a atenção para os vários espaços expectantes e problemas viários existentes, propondo até o rebaixamento da marginal.



fig. 1.34 | Via de Meia Encosta desenhada no Plano Director de 1977.

44 O plano de 1977, Director com base no plano de 1967 do arquitecto e urbanista Georges Meyer-Heine, propunha como objectivos, facilitar o tráfego viário intensificado pela presença do automóvel e a reorganização dos sectores terciários, no centro da cidade, e industriais, na frente ribeirinha.

45 O plano de 1994, tendo como base o Plano Estratégico de 1992, tenta focar-se na organização estrutural e consolidada da cidade e a criação de um regulamento mais complexo e elaborado que os anteriores, que visa a sua modernização. O plano apresenta uma organização do uso dos solos que será gerido pelas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que, por sua vez, será complementado pelos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, definindo assim Plano Municipal de Ordenamento do Território. Num plano geral não haveria grandes alterações na composição da cidade, com excepção da zona oriental e a preparação para a Expo 98.

Elaborado pelo urbanista Manuel Costa Lobo, o plano abordava, ainda que de maneira leve, o futuro PUAA que, juntamente com outras instituições de ensino que despontavam, como a Universidade da Lusíada (ULL), reforçava a ideia de um território dedicado ao ensino. Embora traçasse linhas importantes para a gestão do território, poderia-se dizer que o plano serviria apenas como guia de boas práticas, sem nunca se ter constituído como um plano de execução (LOBO; 1989).

“O despontar no local de escolas superiores (...) apontam para este espaço uma forte vocação de ensino ao mais alto nível, que tende a transformá-lo num bairro universitário urbano, simbiose equilibrada entre as funções de ensino e as funções residenciais.”

(LOBO; 1989: 78)

As primeiras ideias surgiram no final dos anos 80, porém só em 1993 viria a ser elaborado o Plano de Pormenor (PU) do PUAA⁴⁶, sendo que, em 1994, com a revisão do PDM, o AA viria a integrar uma Unidade Operativa de Planeamento que estipulava as directrizes para a ocupação do PUAA, entre os quais: os usos para equipamentos colectivos (60%) e outros usos, designadamente habitacional (40%); relação funcional e paisagística com o PFM; a integração no sistema de vistas; e a inclusão da VME, prevista no PDM⁴⁷.

Contudo, o plano nunca chegaria a ser terminado, talvez demasiado ambicioso, terá sido, provavelmente, afectado pelo adiamento constante da VME, sendo sujeito a múltiplas alterações, até aos dias de hoje.

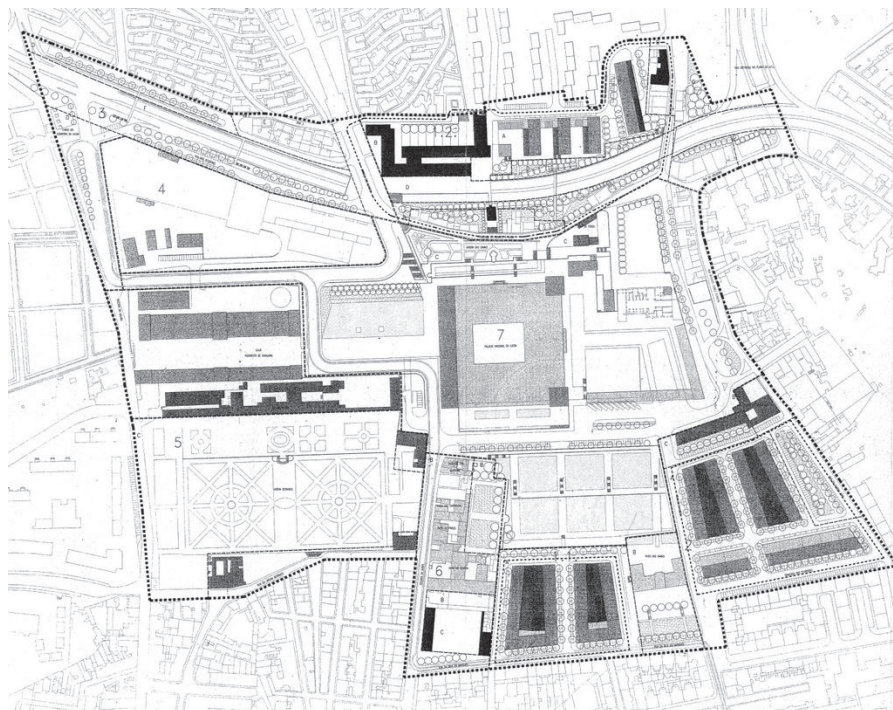
O PNA, também ainda por terminar, continuou por resolver, sendo alvo de várias discussões ao longo do séc.XX e lançando propostas como o projecto apresentado pelo arquitecto Raul Lino ou o Plano de Pormenor da Envolvente ao Palácio da Ajuda, elaborado por Gonçalo Byrne, com base num plano do mesmo, em 1992, que inclui mais uma vez a VME, pre-

46 Decreto-Lei nº380/74 de 22 de Agosto. Este indicava a Decreto-Lei nº380/748 que indicava a cedência de 56ha do perímetro do PFM para a construção do PUAA.

47 Anexo n.º 4 do PDM de 1994, artigo 125º, UOP 22

fig. 1.35 | Plano de Pormenor da Envolvente do Palácio, elaborado por Gonçalo Byrne, entre 1989 e 1992. Em cima encontra-se a VME.

fig. 1.36 | Fachada Oeste do PNA, ainda por terminar.



vista também no PDM de 2012.

Resta realçar a criação do Parque Urbano do Rio Seco. Este último viria a ser de extrema importância, não só para a cidade, face aos objectivos no PDM de 2012⁴⁸ para a Estrutura Ecológica e a sua integração na malha urbana, mas também para Ajuda, estreitando, cada vez mais, a relação com Monsanto.

Fica assim a ideia, que, durante a sua existência, a Ajuda nunca chegou a atingir o seu potencial, definindo-se como uma manta de retalhos composta por um conjunto de intervenções desarticuladas. Numa cidade não mais em expansão e com os seus limites definidos, onde chega agora a fase de intervir numa cidade existente, mas longe de estar consolidada.

48 7 objetivos principais a alcançar no PDM de 2012: Atrair famílias para residirem em Lisboa, mais empresas e mais empregos; Incentivar a reabilitação do edificado, o seu aproveitamento e das infraestruturas existentes; Melhorar o espaço público e aumentar as áreas pedonais; Integrar a frente-rio existente; Diminuir o número de carros a circular e melhorar os transportes públicos; Aumentar os espaços verdes e a eficiência energética.



1. Torre de Belém 2. Mosteiro dos Jerónimos
3. Ermida da Nossa Senhora da Ajuda 4. Ermida de Santo Amaro
Séc. XVI



5. Palácio de Belém 6. Tapada da Ajuda 7. Quinta Real de Alcântara
Séc. XVII



39. Bairro do Restelo Norte 40. Estádio do Restelo
41. Doca de Pedrouços
1950



42. Bairro Ilha da Madeira 43. Bairro do Casalinho da Ajuda 44. Museu da Marinha
45. Planetário Gulbenkian 46. Ponte 25 de Abril
1960



fig. 1.37 | Evolução Urbana da zona ocidental de Lisboa.



2. O VALE DO RIO SECO

Se há um elemento que se destaca e merece atenção na encosta da Ajuda, seja pela riqueza na heterogeneidade urbanística que o envolve, seja pelo Geomonumento¹ presente no tecido urbano, é o Vale do Rio Seco.

Outrora um rio rico em organismos produtores de esqueleto (conchas) de natureza calcária, acabou eventualmente por ser mais uma vítima da industrialização com a ocupação empírica e desordenada, 90 milhões de anos mais tarde, levando à sua extinção e dando origem ao topónimo Rio Seco.

O rio, propriamente dito, ter-se-á extinguido algures por volta do início do séc. XIX, talvez aquando da construção do chafariz no Largo do Rio Seco em 1821, sobrando somente um resquício de uma ribeira que percorria um trajecto descendente já canalizado, em parte, após a construção da Cordoaria Nacional.

Por volta de 1911 já a ribeira se encontrava totalmente canalizada, através de um caneiro subterrâneo até à Rua do Rio Seco, terminando a segunda fase até ao Pólo Universitário nos anos 80, com a criação da Rua Eduardo Bairrada².

fig. 2.01 | Vale do Rio Seco, mais precisamente no Largo do Rio Seco, no início do séc. XX.

O Rio Seco, na verdade, divide-se em dois leitos a partir do Largo do Rio Seco. Em cima, à esquerda, viria a ser o troço da Rua Eduardo Bairrada; em baixo, à direita, o troço da Rua D. João de Castro.

Este último mais curto e com menos impacto no território, termina numa pedreira que faz fronteira com a Tapada da Ajuda.

1 Geomonumentos são ocorrências naturais de origem geológica que, pelo seu interesse científico e pedagógico e carácter representativo da paleogeografia do concelho de Lisboa, devem ser considerados património natural. (CML; 2012)

2 Segundo o Edital Municipal de Lisboa de 29 de Fevereiro de 1988, que indica a criação da Rua Eduardo Bairrada.



- 1- Parque Florestal de Monsanto
- 2- Pólo Universitário do Alto da Ajuda
- 3- Tapada da Ajuda
- 4- Fundação Liga
- 5- Rua Sítio do Casalinho
- 6- Grupo Desportivo Império Cruzeiro
- 7- Segunda Pedreira
- 8- Rua Eduardo Bairrada
- 9- Rua do Cruzeiro
- 10- Travessa José Fernandes
- 11- Pátio Alfacinha
- 12- Conjunto Habitacional Sampaio
- 13- Geomonumento
- 14- Calçada Ernesto Silva
- 15- Rua Guarda-Jóias
- 16- Sporting Clube Rio Seco
- 17- Rua Silva Porto
- 18- Rua do Rio Seco
- 19- Escadilhas do Mirador
- 20- Rua D. João de Castro
- 21- Largo do Rio Seco
- 22- Rua Diogo Cão
- 23- Palácio das Águias
- 24- Cordoaria Nacional
- 25- Saída do Caneiro

fig. 2.02 | Ortofotomapa do Vale do Rio Seco.

De forma a compreender este lugar único, rigorosamente, definiu-se um limite que irá servir como base para a análise urbana, englobando os elementos principais da sua envolvente.



fig. 2.03 | Vista sobre o Geomonumento a partir do Pátio Alfacinha.

2.1. O MONUMENTO AO AR LIVRE



fig. 2.04 | Geomonumentos de Lisboa.

Com efeito, são visíveis, naquele local, os vestígios do antigo leito, la-deado por duas escarpas de grandes dimensões escavadas pela corrente das águas, que acabam por funcionar como uma barreira física natural e que impedem uma ligação mais directa de um lado ao outro do vale face à sua dimensão, atingindo uma diferença de cotas até 22 metros. Este viria a ser explorado pelas pedreiras aí instaladas, face à presença de calcário e lioz, para o fabrico de cal e assegurando o essencial da alvenaria, da cantaria e da estatuária de Lisboa (FRANÇA; 2008).

Os novos residentes oriundos das áreas rurais, como alternativa ao desemprego, acabaram por tornar comum a prática agrícola na encosta da Ajuda, concentrada junto ao leito do rio, e que terá sido a principal condicionante natural para o desenvolvimento de edificações urbanas, desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza, e que mais tarde se tornou também opção para os moradores dos bairros sociais.



fig. 2.05 | Parques Hortícolas de Lisboa.

- Construídos
- Em Construção
- Em Estudo

Quando surgiram, inicialmente, era frequente assumirem um carácter precário, devido ao local e à forma como surgiam no território, normalmente em terrenos baldios, como é visível ao longo da encosta. A presença de vazios e outras hortas não planeadas já existentes torna o Vale do Rio Seco num potencial ponto de atracção. Ascher defende que não basta atrair uma classe criativa, mas também aproveitar os recursos locais, muitas vezes ligados a uma indústria ou à produção agrícola. Ambos capazes de fornecer empregos de base, na maior parte pouco qualificados mas que

podem ajudar na redução do desemprego local. (ASCHER; 2010)

Mais recentemente, as hortas ganharam um sentido mais ambiental, até pedagógico e não só de produção, sendo integradas na estrutura ecológica da cidade por se revelarem uma mais-valia na qualidade ambiental e social, existindo atualmente duas hortas planeadas pela CML no âmbito do projecto Parques Hortícolas de Lisboa³

As hortas permitem uma variedade de actividades que fomentam uma boa qualidade de vida para moradores, seja como fonte alternativa de alimentação, seja pelo contacto com a natureza. Neste sentido, as políticas urbanas devem incentivar a implementação da agricultura urbana como forma de promover o desenvolvimento urbano sustentável, tendo em conta a sua integração com a paisagem, o espaço público e o edificado envolvente, sempre devidamente enquadradas nas redes de circulação viária, pedonal e ciclovitária. Algo desafiante de se realizar no Vale do Rio Seco pelo terreno acidentado e pela inexistência de ciclovias, concluídas ou planeadas, e até de passeios como é o caso do cruzamento da Rua Eduardo Bairrada com a Rua do Cruzeiro.

Como uma ferida aberta na Ajuda, nos anos 80 o Geomonumento chegou a ser uma lixeira utilizada pela CML, mas a contestação dos moradores levou a que fosse construído um campo de jogos e um pequeno jardim, o que se revelou insuficiente por ser deixado ao abandono e mal frequentado.

Em 2008, o seu destino foi premiado com um parque urbano ao abrigo do programa Orçamento Participativo. Uma ferramenta inovadora para



3 Normas de Acesso e Utilização das Hortas Urbanas (Parques Hortícolas Municipais) da CML

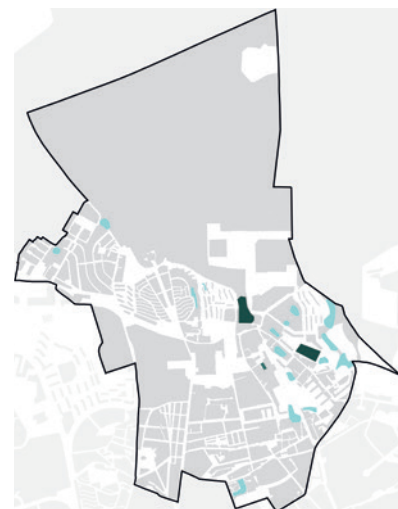


fig. 2.06 | Hortas da Ajuda.

- Parque Hortícolas CML
- Hortas Dispersas
- Horta Pedagógica (fora do abrigo da CML)

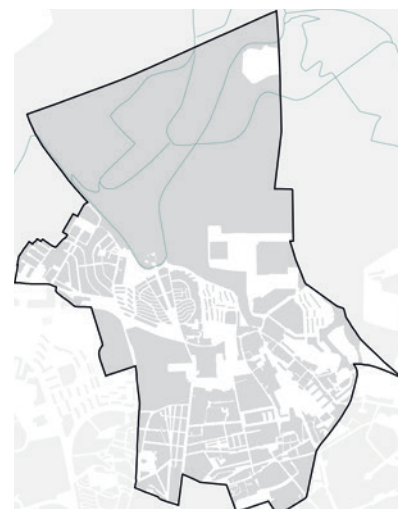


fig. 2.07 | Rede de Ciclovía na Ajuda.

Actualmente a Rede de Ciclovias na freguesia da Ajuda reserva-se a Norte, dentro dos limites do PFM, sem estar qualquer troço previsto.

fig. 2.08 | Vista aérea do Geomonumento, enquanto lixeira

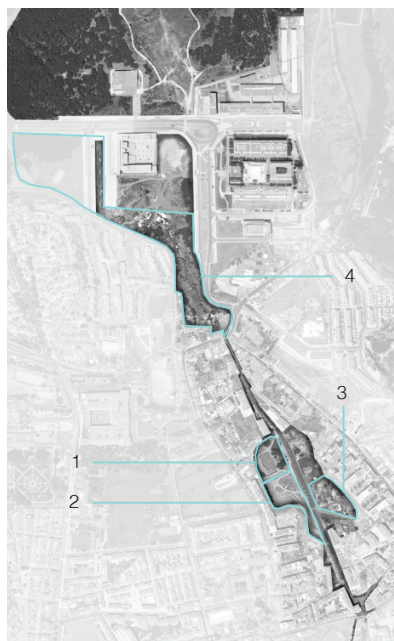


fig. 2.09 | Fases de construção do Parque Urbano



fig. 2.10 | De cima para baixo: Campo de Jogos; Gruta e Fornos de Cal; Miradouro Ernesto da Silva.

fig. 2.11 | Planta do Parque Urbano do Rio Seco 4ª Fase

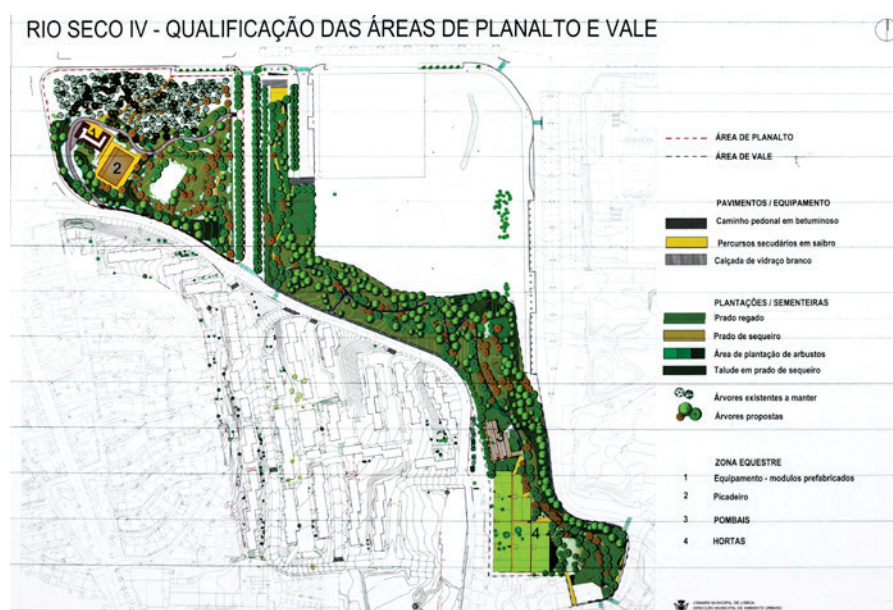
O projecto foi elaborado pela CML e financiado pela EDP, como projecto de enquadramento paisagístico da futura subestação no Rio Seco.

a governação da cidade e na integração dos cidadãos na sua participação, em que permite a estes terem poder efectivo na decisão dos projectos a serem elaborados pela CML.

O projecto do Parque Urbano do Rio Seco seria dividido em 3 fases, estando em 2016 perto de ser concluída a última fase.

Este surge, inicialmente, enquanto espaço verde de enquadramento à escarpa rochosa (2ª fase), dando continuidade ao espaço já existente do campo de jogos (1ª fase), numa tentativa de regeneração urbana, estabelecendo a relação urbana e paisagística, e funcionando a gruta como cenário para quem passa ou usufrui do espaço. Esta foi também recuperada, assim como os fornos de cal, para a constituição de um núcleo museológico que nunca chegou a ser concretizado. O espaço verde foi dotado de uma estrutura de corda para escalar e uma parede de escalada (houve a intenção de conceber um pavilhão para a prática da escalada e funcionar como espaço de atractividade turística) e é atravessado por um percurso ao redor da escarpa.

A 3ª fase passou pela criação de um espaço verde de enquadramento à escarpa do outro lado da Rua Eduardo Bairrada, com um miradouro no seu topo e o primeiro Parque Hortícola da Ajuda, do outro lado da então requalificada Calçada Ernesto da Silva. O espaço é atravessado por um percurso que vem da gruta, passa pela escarpa e segue junto às



hortas, não havendo, contudo, um espaço de estar como acontece no lado contrário.

A 4ª fase encontra-se em fase de conclusão e teve o objectivo de fazer ligação e dar continuidade à estrutura verde do Parque Florestal de Monsanto, concentrando-se no enquadramento com o Bairro 2 de Maio e em servir as suas necessidades com a criação do 2º Parque Hortícola da Ajuda, pombais e um picadeiro para a prática equestre que era usual neste espaço antes da intervenção, sem no entanto mostrar qualquer intenção de integração com o Pólo Universitário.

“Mais Áreas livres para quê? Para facilitar assaltos? Para haver mais vazios entre os prédios? Ou para as pessoas comuns usarem e usufruírem? Porém, as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá e os urbanistas e planeadores urbanos gostariam que utilizassem.” (JACOBS; 2014: 98)

Apesar do impacto destas intervenções na paisagem urbana, as dificuldades na acessibilidade provocadas pelas contrariedades do terreno, principalmente na Rua Eduardo Bairrada, tornam o espaço pouco frequentado sendo que o campo de jogos acaba por ser a atracção do lugar, muito procurado pelas crianças que moram no edifício de habitação social junto ao parque, enquanto o espaço verde é apenas utilizado para passear cães, não contribuindo para a valorização residencial nem como referência da cidade ou mesmo da freguesia, provavelmente pela não conclusão dos projectos do núcleo museológico e do pavilhão como foi previsto.

Sem um elemento verdadeiramente atractivo e um conjunto de falhas no espaço público que promova a circulação pedonal, e neste particular caso, a passagem pelo parque, este desespera por algo que o conecte e o mantenha vivo.



fig. 2.12 – fig. 2.13 | Espaços por requalificar no Parque Urbano.

2.2. A ANARQUIA URBANA

De todo o Vale do Rio Seco não apresenta uma conjuntura favorável para a sua sobrevivência, caracterizando-se por uma paisagem urbana heterogénea e de grande contraste.

Numa análise mais aprofundada verifica-se que o edificado apresenta uma volumetria bastante variada, seja pelo terreno seja pelos diferentes planos executados em épocas distintas, em que cerca de metade pertence ao Estado e um terço é privado, restando uma pequena amostra de edifícios municipais (cerca de 5%).

A maioria dos bairros são virados para si mesmo ou para as ruas à sua volta, resumindo-se quase só a habitação.

Cerca de dois terços dos edifícios são exclusivos a habitação e, salvo um ou outro restaurante e café espalhados pelo vale, o Largo do Rio Seco, ainda que sofra com a desordem e a desqualificação do espaço público, quase definido pela quantidade excessiva de automóveis estacionados, assume-se como o centro simplesmente por concentrar uma maioria de actividades.

Existe ainda um conjunto de pequenas empresas nos edifícios no centro da Rua Eduardo Bairrada mas que se revelam pouco relevantes e contribuem pouco para um maior dinamismo, assim como uma grande maioria de estabelecimentos encerrados.

Em termos de equipamentos (representam cerca de 6%); os mais relevantes acabam por ser as Faculdades a Norte e os campos de jogos no Parque Urbano e no Grupo Desportivo Império do Cruzeiro. Este último acaba por ser a alternativa mais válida a Norte do vale, provavelmente pela localização favorável, reunindo um conjunto de actividades para além do campo de jogos, o que aliás demonstra a força que estes pequenos equipamentos têm no território, contribuindo para uma vida mais dinâmica nos bairros adjacentes.

Um património heterogéneo, cada vez mais ameaçado pela degradação dos edifícios mais antigos. Nos últimos 15 anos, tirando o projecto para o parque e a construção ou reabilitação de alguns edifícios, não



fig. 2.14 – fig. 2.16 | Análise Urbana (de cima para baixo) Volumetria; Cadastro; Usos. (Em Anexo)

houve quaisquer outras intervenções no VRS e na sua envolvente de relevância, estando um quarto dos edifícios em mau estado, principalmente os anteriores a 1950, e alguns desses até abandonados, quase esquecidos.

É interessante também observar os vários arruamentos presentes no território, mais a pormenor e verificar as suas características únicas.

“A rua deixou de ser um passeio no qual amigos e vizinhos podem manter práticas amáveis e converteu-se numa artéria de serviço pela qual circulam perigosos camiões e veículos malcheirosos cheios de pessoas estranhas. Já não é adequada nem sequer para um cão. O conflito não resolvido entre peões e veículos fez dela um lugar ineficiente e antiquado.” (CHERMAYEFF e ALEXANDER; 1977: 91)

A Rua do Cruzeiro, uma das ruas mais antigas, é composta, na sua maioria, por edifícios baixos, entre 2 a 4 pisos, com excepção para o Conjunto Habitacional da autoria do Arquitecto Renato Sampaio, situado entre o cimo da Calçada Ernesto Silva e a Rua do Cruzeiro. Construção típica dos anos 60, semelhante ao Conjunto da Avenida de Infante Santo ou da Avenida do Brasil, apresenta-se inacabada, com cerca de 30 metros de altura (7 pisos), bastante marcado pelo contraste com a envolvente mais antiga, mostrando-se desajustado ao contexto em que está inserido.

A rua em si tem um perfil com cerca de 7 metros, composto por passeios estreitos, alguns não mais que 1 metro e, por vezes, obstruídos por veículos face à falta de estacionamento na zona. Com poucos espaços de lazer, o bloco habitacional junto às hortas, construído nos anos 90 como habitação social, encontra-se recuado em relação às fachadas dos restantes edifícios, criando espaço para respirar, mas que se viu ocupado por lugares de estacionamento.

A Rua do Rio Seco e o Largo do Rio Seco são casos ainda mais preocupantes pela quantidade de ruínas existentes e edifícios devolutos e pela indefinição do espaço público, onde nem sempre existem passeios, obrigando as pessoas a partilharem a rua com os automóveis. Existe um contraste acentuado devido à presença, mais uma vez, de edifícios que surgiram nos anos 60 e 70 (6 a 8 pisos), quase que engolindo os edifícios mais antigos (2 a 4 pisos).



fig. 2.17 – fig. 2.18 | Análise Urbana (de cima para baixo) Estado de Conservação; Estado de Ocupação. (Em Anexo)





fig. 2.21 – fig. 2.25 | Fotografias do lugar

De cima para baixo: Largo do Rio Seco; Rua Eduardo Bairrada, parte de cima, central e vista sobre a Rua do Rio Seco; Cruzamento entre a Rua Eduardo Bairrada, Cruzeiro e Sítio do Casalinho.
(Ver Análise Viária em Anexo)

fig. 2.19 – fig. 2.20 | Fotografias do lugar (página anterior)

De cima para baixo: Rua do Cruzeiro; Largo do Rio Seco visto da Rua do Rio Seco.
(Ver Análise Viária em Anexo)

A Rua Eduardo Bairrada apresenta 3 fases distintas. No cimo da rua estão presentes as construções mais antigas sendo que a maior parte delas estão viradas para dentro com as travessas que ligam à Rua do Cruzeiro ou o Pátio Seabra. A largura da rua chega a atingir 5, 50m, sem passeios e rodeada de muros, não oferecendo qualquer segurança para a circulação pedonal ou rodoviária. Mais a baixo encontram-se os blocos habitacionais dos anos 70 e 80 e o edifício de habitação social já deste século. Uma rua larga, tendo em conta o contexto (com cerca de 25 metros), aparenta ter uma proporção adequada mas sofre pela falta de actividade de rua, com as entradas principais dos blocos mais antigos virados para o exterior do vale, sendo que o edifício de habitação social é o único que parece promover alguma dinâmica, com bancos de rua e frentes de lojas, estando bastante vandalizado.

A fase mais recente, a que contém o Parque Urbano, peca pela largura da via que aparenta ser exagerada, com 12 metros de largura, suficiente para 4 veículos lado a lado, mais 6 metros para estacionamento, reduzindo até 15 metros, incluindo estacionamento em ambos os lados, ao chegar à Rua do Rio Seco.

No cimo do vale surge um cruzamento complexo e nada bem resolvido, composto por edifícios de 2,3 e 4 pisos que conecta a Rua Eduardo Bairrada com a Rua do Cruzeiro, a Rua do Sítio ao Casalinho da Ajuda e a Rua Sá Nogueira. Bastante movimentada, o troço da Rua do Sítio ao Casalinho da Ajuda faz a ponte entre dois pontos distintos de intersecção, tendo apenas uma largura de 13 metros, onde é comum a passagem de transportes públicos, incluindo paragens de autocarro em ambos os sentidos sem haver um espaço de paragem, e que muitas vezes está parcialmente ocupada por estacionamento indevido, que dificulta a circulação rodoviária já agravada por um espaço público mal definido que não permite aos condutores uma clara percepção da hierarquia e prioridades das vias.

Por último a Rua Sá Nogueira, que surgiu com a construção do Pólo Universitário, que fazia sentido no plano em que estava inserido, num desenho semelhante a uma Alameda, mas que por estar inacabado, o seu uso é maioritariamente de acesso às faculdades. A sua largura atinge os 50



metros, quase equivalente à Avenida da República (60 metros) e maior que a Avenida Fontes Pereira de Melo (30 metros), ambas com uma quantidade de trânsito elevada, mas que demonstra a desproporção a nível da escala e do seu uso.

O aparecimento do automóvel veio com certeza alterar o modo como as ruas eram vividas, não estando as mais antigas preparadas para tal, mas que seguindo as políticas modernistas passaram a privilegiar o automóvel em detrimento do peão aquando da sua adaptação à nova função, sem condições adequadas à circulação pedonal e à permanência, com a agravante de todo o ruído e poluição que advém do tráfego automóvel.

A Rua do Cruzeiro, a Rua do Rio Seco e o Largo do Rio Seco são claros exemplos desta mudança de paradigma e que foram perdendo o sentido de comunidade de bairro e um conjunto de vivências muito valorizado pelos moradores.

Verifica-se que na maior parte das ruas não se encontram certos elementos urbanos que poderiam contribuir para recuperar essas valências. O VRS peca por falta de espaços públicos qualificados, e não contando com o Parque Urbano, encontram-se poucos espaços de permanência que nem sempre em condições dignas.

A rua perdeu o seu papel social e o primeiro contacto que os moradores têm ao sair de casa são os incontáveis automóveis estacionados, muitas vezes a obstruir os curtos, ou até inexistentes, passeios, e não os vizinhos.

As alternativas acabam por ser os pequenos espaços de restauração, os cafés de bairro, locais de encontro não só para quem chega de um dia de trabalho mas também para os muitos desempregados que, na ausência de actividade, os escolhem como refúgio.



fig. 2.26 – fig. 2.27 | Fotografias do lugar

Vista panorâmica a partir da PUAA, Faculdade de Medicina Veterinária; Parte de baixo da Rua Sá Nogueira.
(Ver Análise Viária em Anexo)



fig. 2.28 – fig. 2.30 | Fotografias do lugar

De cima para baixo: Largo junto ao Conjunto Habitacional Sampaio; Edifício Social na Rua Eduardo Bairrada; Miradouro junto às Escadilhas do Mirador.

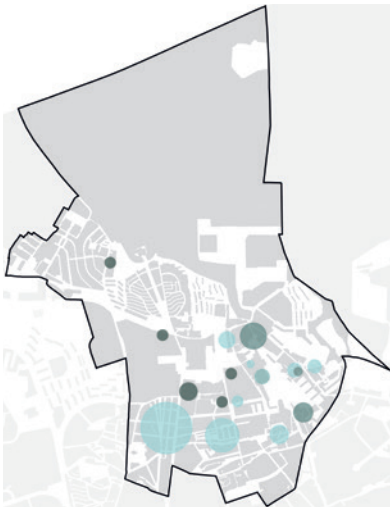


fig. 2.31 | Pátios da Ajuda.

- 1-Pátios CML
- 2-Pátios Rio Seco
- 3-Bairros vivências semelhantes
- 4-Outros Pátios

2.3. OS PÁTIOS DO RIO SECO

Sobrevivem a estas mudanças alguns espaços mais escondidos a que se podem chamar de pátios do Rio Seco, ainda que nem todos sejam assim designados pela sua toponímia, como a Rua e a Travessa Silva Porto junto ao Largo do Rio Seco e as travessas da Rua do Cruzeiro, ou não apresentem uma configuração digna, como o Pátio Seabra, junto à Rua Eduardo Bairrada.

“Tive o privilégio de ter nascido num desses pátios (...) Um pátio muito pequeno, com apenas sete pequeninas casas, a maioria delas habitadas por famílias numerosas e com grandes dificuldades económicas.” (AAVV; 2013: 09)

Todos eles, fruto de ocupação empírica, acabam por ganhar um carácter de pátio não só pelas vivências de rua mas pela escala humana que permite exponenciar as relações de vizinhança.

O Pátio Seabra tem um caminho marcado com uma calçada mas a entrada é ladeada por dois espaços vazios, abandonados e mal tratados, assim como parte dos edifícios, com vista para duas fachadas cegas, terminando com um conjunto de hortas urbanas.

A Rua Silva Porto nada mais é que um acesso às casas mais reculadas do bairro e ao pavilhão do Sporting Clube Rio Seco, enquanto as travessas têm um arruamento estreito, ladeado por edifícios de 2 a 4 pisos, e que se transformam em escadas ou rampas para ligar a Rua do Cruzeiro e Eduardo Bairrada.

A Travessa das Fiandeiras tem a pequena particularidade de conter no seu interior o Pátio de Joaquim Pereira Dias, um pátio de dimensões muito reduzidas, assente numa formação rochosa com um edifício em risco de queda.

Existe ainda um pátio muito pequeno com acesso através de um arco, contido no edifício da Rua do Cruzeiro, com um percurso em “L” que suscita alguma curiosidade mas que desilude após a entrada para um es-



fig. 2.32 – fig. 2.34 | Fotografias dos Pátios do Rio Seco

De cima para baixo: Entrada do Pátio Seabra; Hortas do Pátio Seabra; Final da Rua Silva Porto.

paço em clara decadência.

“ Mas quanto mais as dificuldades as pessoas passam. Mais o espírito de união é fortalecido. A entreaajuda era constante e as amizades que se fizeram entre as crianças pobres que cresciam e brincavam na rua perdurará, estou certo, até ao fim das suas vidas”

(AAVV; 2013: 09)

Recheados de famílias, onde prosperava o espírito de entreaajuda, em que um adulto ia recolhendo as crianças dos pátios e atravessavam o vale para levá-las à escola, ou que uma ida ao supermercado de alguém mais jovem servia para trazer as compras dos mais idosos e com menos mobilidade, já não se observa com tanta frequência com a perda de população, mas continua presente nas gerações mais velhas ainda resistentes e que fazem questão de partilhar esta tradição com os moradores mais recentes, como referem as moradoras D. Cesaltina e Maria Margarida, da Travessa das Fiandeiras. Sentem falta dos dias em que as ruas estavam cheias com pessoas, mas agora são muitos os apartamentos vagos, onde existe apenas uma família que até fez renovações e aumentou a casa com mais um piso. Assim como o Sr. José, 3ª geração da família, do Pátio Seabra, a maneira como aquela zona é deixada ao esquecimento, como o chafariz na Travessa do Chafariz, na esperança que alguém se lembre que a Ajuda não é só a Calçada. Apesar do mau estado de conservação do espaço público do pátio, o Sr. José sente-se confortável onde está, e relembra os tempos em que andava de carrinho de rolamentos na Rua Eduardo Bairrada antes do automóvel apoderar-se do espaço e dos fins de tarde de churrascos e jogos de cartas com os vizinhos à entrada do pátio, que agora partilha o espaço com o estacionamento. No entanto, sente a falta de um equipamento que ofereça a possibilidade de aceder à tecnologia, uma opinião que o Sr. João, vizinho, não partilha, talvez por não ter a mesma ligação com o bairro, pelo facto de ter ido para o estrangeiro quando era mais jovem, à procura de trabalho, e voltado mais velho. Apesar de ter regressado sozinho o Sr. João partilha casa após ter alugado um piso de sua





fig. 2.39 – fig. 2.41 | Fotografias dos Pátios do Rio Seco

De cima para baixo: Travessa das Fiandeiras vista do Pátio Seabra; Habitação operária na Travessa José Fernandes; Lavadouro na Travessa do Chafariz;

fig. 2.35 – fig. 2.38 | Fotografias dos Pátios do Rio Seco (página anterior)

De cima para baixo: Travessa das Fiandeiras; Edifício assente na rocha visto da Travessa José Fernandes; Entrada para o pátio sem nome; Interior do pátio sem nome.

casa a um dos três jovens adultos (cerca de 30 anos de idade) que moram no bairro, uma forma talvez de combater a solidão. São vários os quartos ou as casas vazias numa comunidade com cerca de 60 pessoas e sem crianças, onde a confusão se instala entre paredes e hortas e os telhados se misturam e se perdem. Todavia, se há algo em comum é o facto de não quererem alterar este estilo de vida nem por um apartamento com melhores condições de habitabilidade.

“No pátio substitui-se a casa pela rua e a rua pela casa.” (CRISTINA e VILHENA; 1991: 105)

Estes lugares, apesar de abertos ao público oferecem por um lado uma certa privacidade aos moradores, por outro levam um desconhecido a sentir um certo desconforto inicial numa sensação de invasão a um espaço que não é nada mais do que uma extensão das suas casas, uma sala de visita ao ar livre e onde a diferença entre o privado e o público é ténue, onde os vizinhos se encontram e conversam à janela e que após o primeiro contacto o fazem sentir bem-vindo (HOLSTON; 1989).

SWOT

Strenghts (Forças)

- Referências turísticas
- Parque Florestal de Monsanto
- Rio Tejo
- Universidades
- Programas e políticas de apoio à comunidade
- Sentido de vizinhança
- Parque Urbano do Rio Seco

Weaknesses (Fraquezas)

- Condições de habitabilidade
- Acessibilidade e Mobilidade
- Mau estado de conservação dos edifícios
- Fraca qualidade espaço público
- Relação este/oeste
- Muros
- Segregação Social
- População Envelhecida
- Transportes públicos
- Descontinuidades urbanas

- Vazios Urbanos
- Falta de residências de estudantes
- Falta de equipamentos e serviços
- Vale do Rio Seco
- Relação entre o Pólo Universitário e a comunidade local
- Associações e Colectividades
- Falta de incubadoras

- Falta de conservação e manutenção dos edifícios e espaço público
- Conjuntura económica nacional
- Envelhecimento populacional
- Estacionamento

Opportunities (Oportunidades)

Threats (Ameaças)

fig. 2.42 | Análise SWOT da Ajuda e VRS.

Séc. XIX



1911



1950



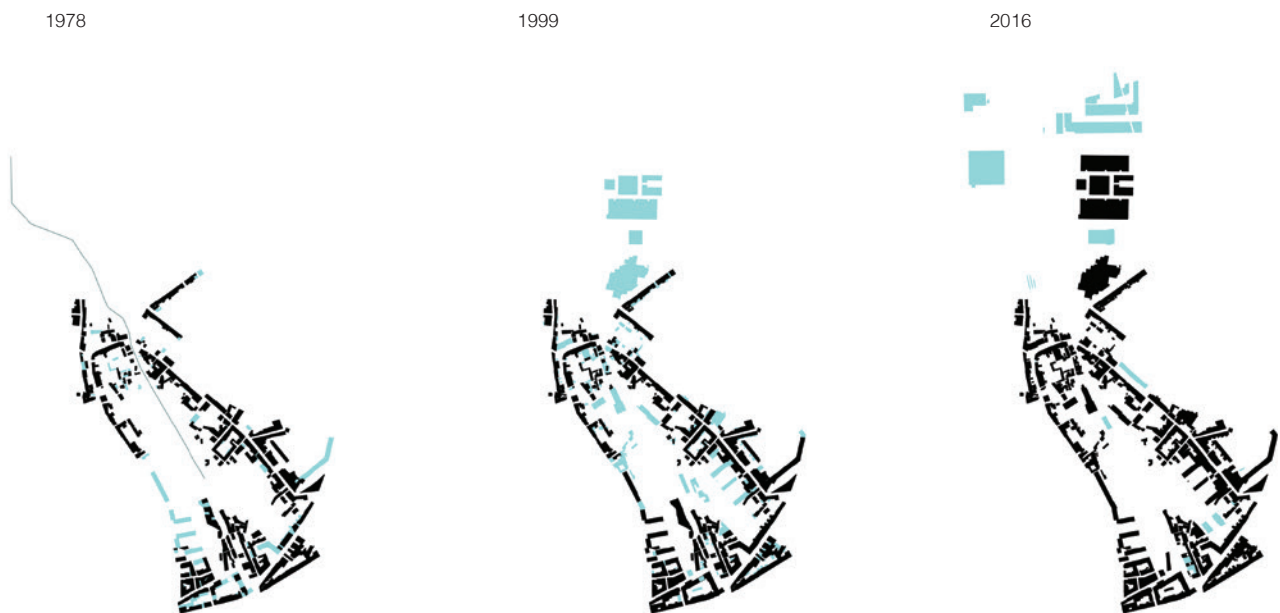
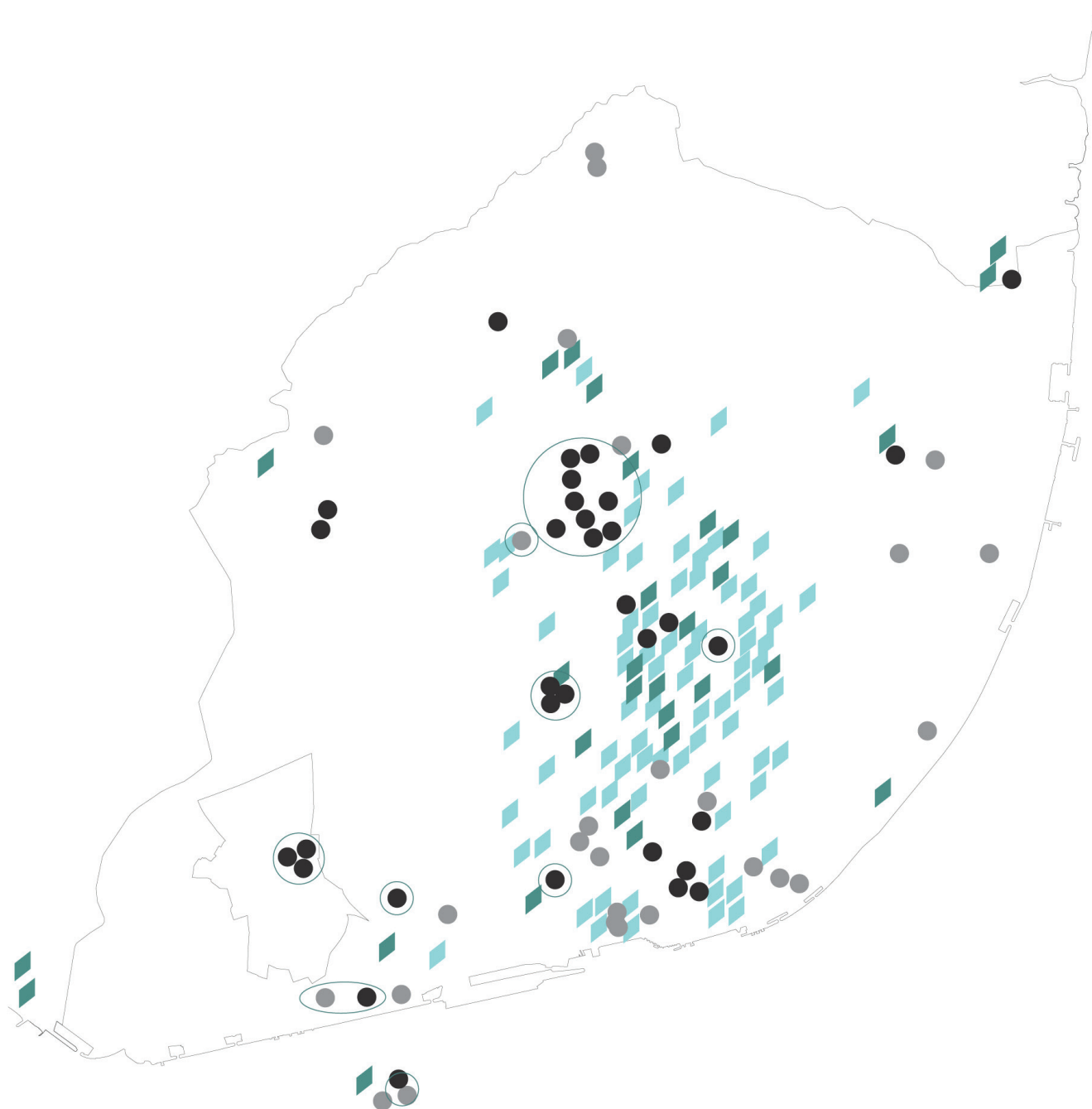


fig. 2.43 | Evolução Urbana do Vale do Rio Seco



3. OS ESTUDANTES E A CIDADE

Pouco foi falado sobre a importância do PUAA para a encosta da Ajuda. O fluxo gerado pelas dinâmicas da vida de um estudante não é de fácil compreensão pois não existem, especificamente, levantamentos, estudos ou registos prévios, da presença de uma comunidade estudantil na Ajuda.

Porém, a inserção de uma universidade num lugar torna essa presença inevitável e uma realidade, com um impacto positivo para a vida desse local, estando associado à sua chegada, o aparecimento de um conjunto de equipamentos e habitação específica para esses mesmos estudantes.

Algo que não sucede na Ajuda pelo inacabado plano do PUAA.

“Se você não levar as necessidades dos estudantes seriamente, então você não leva o futuro seriamente!”¹

A ausência de RU, junto ao PUAA, obriga a que vários estudantes procurem alternativas em quartos alugados, que nem sempre se revelam adequadas, fruto de uma especulação imobiliária.

Numa tentativa de explorar este mercado em Lisboa, são muitas as residências que surgiram nos últimos anos a nível privado e que vieram, em parte, colmatar o défice de alojamento que conta em 2014/2015 com 4000 camas (60% a nível público) disponíveis para os alunos deslocados, acrescentando ainda os alunos em programas de mobilidade internacional (WORX; 2013).


-  Residências Universitárias Públicas
-  Residências Universitárias Privadas
-  Ensino Público
-  Ensino Privado
-  Pólos Universitários

fig. 3.01 | Localização das Residências Universitárias e Pólos Universitários/Universidades

1 Bjarke Ingels sobre o projecto de residências universitárias em Copenhaga, em 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/bjarke.ingels.group/posts/1194431927262933>

3.1. IMPACTO DO PÓLO UNIVERSITÁRIO NA AJUDA

“A Universidade e a cidade vivem em simbiose; o que afecta uma afecta a outra simultaneamente.” (MATOS; 2000: 11)

Associado às universidades estão sempre as residências universitárias pelo que falar do impacto das residências seria semelhante falar do impacto das universidades. Esses mesmos impactos que advêm da existência de universidades nas cidades em que estão fixadas são registados na tese de doutoramento “As Cidades e os Campis” realizado pela Arquitecta Maria Madalena Cunha Matos, e permitirá entender melhor qual o impacto do Pólo Universitário na Ajuda.



fig. 3.02 | Com base em “As Cidades e Campis”, identificou-se um conjunto de impactos sobre o território.

“Os estudantes percorrem e habitam a cidade” (MATOS; 2010: 187)

O aumento da população, seja estudantil ou um corpo científico e técnico mais qualificado, é de facto o maior impacto, que consequentemente faz aumentar a procura de um conjunto de infraestruturas necessárias ou até mesmo a revitalização do comércio em zonas mais adormecidas, como poderia suceder no caso do Largo do Rio Seco.

A população estudantil, apesar de presente, é renovada anualmente, dando o cariz temporário onde cada geração permanece normalmente no território por, pelo menos, 3 ou 5 anos, o equivalente à duração dos cursos, ou 6 a 12 meses no caso de estudantes em programas de mobilidade internacional e que por sua vez contribuem também para um aumento do turismo. Além dos estudantes há ainda que referir um aumento da população por um período de tempo de curta duração aquando a realização de conferências e congressos, não só por outros estudantes mas também professores e investigadores.

No caso da Ajuda, não só o aumento populacional é benéfico como também a faixa etária dessa população contribui para rejuvenescimento da freguesia.

Porém, a presença dos estudantes apenas tem mais expressão no território no decorrer das praxes, sendo a única época do ano lectivo em que os estudantes percorrem a freguesia e ocupam os diversos cafés espalhados pelo Alto da Ajuda, contribuindo para um forte aumento de actividade económica.

O importante seria no entanto a fixação desta população em constante renovação, para um futuro mais sustentável, algo também registado, principalmente em cidades mais pequenas, com a fixação de empresas, como sucedeu na Covilhã com o aparecimento da Universidade da Beira Interior (MATOS; 2000).

Concelho	*Alunos Inscritos 1997/1998	*População Concelho 1996	*% Estudantes/ 1000 Habitantes	***Alunos Inscritos 2014/2015	**População Concelho 2011	****% Estudantes/ 1000 Habitantes
Faro	8207	51560	159	7520	64560	116
Vila Real	6861	46520	147	7023	51580	136
Coimbra	19908	138170	144	36561	143396	255
Évora	6504	53810	121	6208	56596	110
Aveiro	7652	68560	112	13028	78450	166
Lisboa	53890	572370	94	113390	547733	207
Covilhã	4297	51510	83	6945	51797	134
Porto	22270	276070	81	59965	237591	252
Braga	9949	150130	66	8839	181494	49
Ponta Delgada	2170	63240	34	2468	68809	36
Guimarães	3773	163530	23	1842	158124	12
Funchal	2291	115580	20	3171	111892	28
Angra do Heroísmo	611	35620	17	542	35402	15

fig. 3.03 | Relação Demográfica entre Estudantes e População Residente.

**"As Cidades e os Campis"

**INE, 2011

***DGEE, 2015

**** Autor

No mesmo estudo a autora revela a relação de alunos para cada 1000 habitantes², o qual se usou como referência para se observar a situação actual, através da tabela.

Verificou-se que Lisboa, em 1997, apesar de capital, nem era das cidades em que a presença dos estudantes causava maior impacto demográfico. Situação que se alterou, nos últimos 15/20 anos, com aumento de alunos para o dobro apesar da população ter vindo a decrescer recentemente, reforçando a importância que deve ser dada ao estudantes.

Num contexto similar surge o Porto, com um impacto ainda maior, que não fica muito atrás de Coimbra, que assume o papel da cidade universitária em Portugal (MATOS; 2000).

Estes valores, contudo, não deverão demonstrar o verdadeiro impacto na cidade de Lisboa, pois a maioria dos estudantes são residentes e não deslocados, não sendo tão expressivo como em cidades mais pequenas, como em Coimbra, em que uma parte significativa provém de outras localidades e se instala na cidade durante o período lectivo, tendo uma forte presença durante os dias de semana.

Convém, então, tentar definir o que é um aluno deslocado para se entender melhor a realidade.

O Regulamento de Atribuição de Bolsas (RABEEES) especifica que

² A relação utilizada permitia comparar cidades com grandes diferenças de população.

os alunos deslocados são aqueles que necessitam de alterar o seu local de residência para o local da instituição de ensino, ou para as suas localidades vizinhas³.

Já a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEE), que forneceu os dados para este estudo, contabiliza esses mesmos alunos como todos os que não são residentes no concelho de Lisboa.

Pegando no contexto de Lisboa, um estudante que seja residente em Algés, no concelho de Oeiras, a menos de uma hora de transportes públicos do PUAA, segundo a DGEE é contabilizado como aluno deslocado, quando na realidade o impacto não seria a mesmo que um aluno que se mudasse para Lisboa. Para efeitos de estudo, a definição feita pelo RABEEES será tida, então, como base de análise.

Lisboa, com os seus 79573 alunos deslocados, que representam ainda 145% por cada 1000 habitantes, é equivalente ao total de Aveiro, Covilhã e Vila Real, que se contabilizarmos apenas os que residem fora da Área Metropolitana de Lisboa (49232 alunos), representam ainda 90%, próximo do valor para Lisboa em 1996⁴.

Num semelhante exercício, ao anterior, segue-se agora para a compreensão do contexto da FRGA, em específico do PUAA⁵.

Ajuda 15584 Habitantes	*Alunos inscritos 2014/2015	**Alunos deslocados 2014/2015	**Alunos deslocados fora da AML 2014/2015	**Alunos deslocados a mais de 1 hora de Transportes Públicos 2014/2015
FA	1786	1123	545	831
FMV	619	634	348	497
ISCSP	3693	2867	1291	2085
ERASMUS	****	421	421	421
TOTAL	6298	5045	2605	3834
***% Estudantes/ 1000 Habitantes	404	324	167	246

fig. 3.04 | Relação Demográfica entre Estudantes do PUAA e a População residente na FRGA.

* INE, 2011

** DGEES, 2015

*** Autor

**** Erasmus já contabilizado

3 Aluno deslocado é aquele que, em consequência da distância entre a localidade da sua residência e a localidade onde frequenta o curso em que está inscrito, necessita de residir nesta localidade, ou nas suas localidades limítrofes, para poder frequentar as actividades curriculares do curso em que se encontra inscrito. N.º 1 do artigo 18.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

4 DGEES, 2015

5 Não foram contabilizados, para estudo, o Instituto Superior de Agronomia, nem a Universidade da Lusíada, apesar da proximidade geográfica.

Verifica-se, pois, que existe uma relação significativa nos alunos inscritos, sendo mais de um terço da população, mas que, no entanto, com a falta de integração do PUAA com a envolvente, assim como a ausência de residências universitárias, mantendo assim o contacto destes alunos com o território, mínimo, torna o impacto apenas potencial e não real.

Focando apenas nos alunos deslocados, estes ainda representam um terço da população da Ajuda.

Porém, tentando justificar a necessidade de criar RU para o PUAA, contabilizou-se apenas os alunos que vivem a mais de uma hora de Transportes Públicos do Pólo Universitário⁶. O número de alunos chega a equivaler cerca de um quarto da população residente, apresentando uma relação superior ao total de Lisboa.

É preciso ter em conta, ainda, que existem outras variáveis, como o trânsito, o acesso, a frequência e o número de vezes que se muda de transporte público, os alunos com acesso ao automóvel, seja próprio, emprestado ou boleia, e as possibilidades financeiras, que podem ou não contribuir para o aumento ou diminuição do tempo de deslocação e influenciar a escolha do local de residência.

“Por último, mas não menos importante, deve-se salientar que a presença de estudantes nas cidades também contribui positivamente para a sociedade, a cultura e as economias locais. O facto de que os alunos são indivíduos educados que são um recurso importante para o futuro das cidades e do país raramente é mencionado nas discussões.” (THOMSEN; 2010: 18)

Os números apresentados demonstram de facto o impacto demográfico sobre a freguesia, que conseqüentemente aumenta a procura de alojamento por parte dos estudantes do PUAA, e que poderia ser benéfico no seu desenvolvimento social e económico, pelo poder de compra e pelo aparecimento de um certo tipo de comércio e serviços inexistentes nas

6 Os concelhos da Amadora, Odivelas, Oeiras, Cascais e Sintra foram excluídos,.

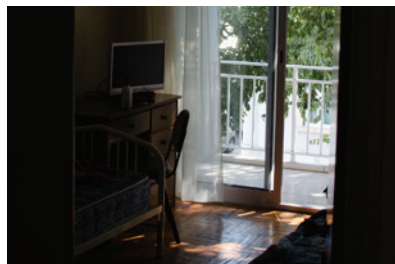


fig. 3.05 – fig. 3.06 | Comparação entre quartos nas residências visitadas.

Em cima, a RU da Rua Luís de Camões; em baixo, a RU da Rua Gonçalo Crespo.

proximidades, como livrarias, casas de fotocópias, restaurantes de refeições rápidas, bares ou até mesmo lojas de conveniência, assumindo-se assim como mais uma centralidade universitária na cidade.

A necessidade de alojamento é realçada quando as 26 residências pertencentes à UL apenas contêm 1320 camas, havendo na zona ocidental uma única residência da UL, na Rua Luís de Camões (Alcântara), somente com 91 camas, significativamente escassas para a quantidade de estudantes que todos os anos procuram alojamento⁷.

Porém, apesar da preferência, nem sempre a localização da faculdade é o primeiro critério de escolha, surgindo o centro da cidade como alternativa, desde que devidamente servida de transportes públicos, muitas vezes procurado pela oferta variada no que toca ao comércio, restauração, cultura e lazer, este último principalmente pela diversão nocturna, de certa forma sacrificando a escolha da residência, algo que pode ser influenciado pelas condições arquitectónicas que as residências universitárias oferecem (THOMSEN e EIKEMO, 2008 e JESUS, 2005).

Para se ter uma noção do estado das residências realizou-se visitas às residências da Rua Luís de Camões (Alto de Santo Amaro, a mais próxima do Pólo Universitário) e Rua Gonçalo Crespo (no centro da cidade, junto à sede da Polícia Judiciária). O que os tornou peculiares não foram as condições em si, mas as funções que mantinham antes da sua adaptação a residências universitárias, um lar de padres e um simples edifício de habitação, respectivamente, e que as torna inadequadas para estudantes. Enquanto que a primeira ainda continha um conjunto de equipamentos que permitia uma adaptação mais fácil, como a cozinha industrial, balneários ou até mesmo os quartos, a segunda como edifício de habitação obrigou a alterações mais profundas como a separação de instalações sanitárias ou a criação de novas, sendo que a maioria dos espaços têm dimensões descontroladas para os seus usos.

Em Lisboa a maior parte das universidades localizam-se no centro, daí também a predominância de residências universitárias, que juntamente como uma rede de transportes mais completa, para o qual o metro partici-



fig. 3.07 – fig. 3.08 | Comparação entre cozinhas nas residências visitadas.

Em cima, a RU da Rua Luís de Camões; em baixo, a RU da Rua Gonçalo Crespo.

7 <http://www.ulisboa.pt/home-page/viver/alojamento/>

pa fortemente, contribui especificamente para a preferência da localização na cidade (WORX; 2014).

No PUAA estes critérios têm alguma expressão, nomeadamente nos alunos de mobilidade internacional, que na altura de escolher preferem um apartamento no centro, por oferecer uma experiência mais próxima com a população e os costumes locais e ao mesmo tempo explorando a maior parte do pontos turísticos principais e actividades nocturnas, facilitado pela rede de transportes públicos mais completa.

Mesmo os alunos nacionais, caso os transportes públicos ofereçam um percurso que os ligue à instituição de ensino, optam por vezes o centro como local de residência (JESUS; 2005).

Em qualquer dos casos a localização das residências acaba por ter sempre uma vantagem pelo dinamismo gerado pelos fluxos que os estudantes estão sujeitos, sendo dos poucos utilizadores da rua num horário nocturno, oferecendo uma segurança à rua, como é defendido por Jane Jacobs (JACOBS; 2014).

“Campos como o desenvolvimento urbano e políticas de planeamento, geografia e habitação mostram preocupação com as questões relacionadas com a fixação dos estudantes, uma vez que foi verificado que uma alta concentração de estudantes a residir em áreas específicas tem consequências para estes bairros urbanos, como por exemplo na sua estrutura social.” (THOMSEN e EIKEMO; 2008: 08)

A presença dos estudantes pode também tornar-se uma ferramenta para limitar os efeitos das dinâmicas de segregação que se observa na Ajuda, pela partilha do mesmo território por diferentes extratos sociais em que se encontram, se conhecem e confrontam as suas expectativas, os seus valores e as suas representações do mundo. Não só é possível a nível de habitação, mas também pela frequência dos equipamentos, como já é observável nas escolas da freguesia, em especial as mais próximas dos bairros sociais.

“A mobilidade, em particular a dos estudantes, é uma das ferramentas políticas que visam limitar os efeitos das dinâmicas de segregação.” (ASCHER; 2010: 157)

Esta mistura social que Ascher defende poderia até fazer ascender socialmente os residentes actuais para uma classe média se juntamente se fixasse esta classe de estudantes após o término dos seus percursos académicos (ASCHER; 2010).

3.2 TRANSIÇÃO ENSINO-PROFISSÃO

A presença da universidade na cidade é de facto uma fonte inesgotável de população jovem e as residências contribuem positivamente de forma a tornar a presença dos estudantes mais prolongada no território, no entanto com o decréscimo e envelhecimento da população urge a necessidade de cativar e fixar esses mesmos estudantes e fornecer as ferramentas para tal, onde as próprias universidades, que finalizam a ligação com o estudante após o curso terminado, deverão ter um papel importante.

Em 1999 foi formado o Processo de Bolonha que visava não só facilitar a mobilidade entre estudantes mas também favorecer a empregabilidade na Europa, estando integrado no programa LX Europa 2020.

Contudo, a meta estipulada para a taxa de empregabilidade de 75% ainda está longe de atingir, que segundo estudo do estado actual da estratégia prevê que apenas se atingirá os 72%. Uma diferença de 3%, que equivale a 16 milhões de pessoas⁸.

Numa época abalada por uma profunda crise económica a entrada para o mercado de trabalho é um dos grandes desafios para os estudantes recém-graduados.

No caso do PUAA, cada faculdade já é capaz gerar emprego. Enquanto a FA e ISCSP aos poucos têm vindo a receber recém-graduados nos seus grupos de investigação, sendo que o ISCSP até tem elaborado pro-

8 <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52014DC0130>

tolos com empresas a fim de proporcionar estágios, a FMV contam um Hospital Veterinário dentro dos limites das suas instalações que, apesar da exploração privada do mesmo, proporciona estágios e aulas em ambiente profissional.

Enquanto estudantes a maioria dos trabalhos durante os cursos são temporários, usualmente ligados ao comércio e serviços locais, algo que pode ser facultado dentro das instalações da faculdade, como acontece na FA no caso da papelaria e centro de cópias, ou até mesmo pela própria faculdade como acontece com o programa PAR na FA e que permite uma iniciação ao mercado de trabalho dentro da área de estudo. Um exemplo mais amadurecido é o Studentenwerk⁹ em Berlim que através de vários protocolos entre as universidades e empresas é capaz de fornecer uma rede de empregos não qualificados e qualificados fora ou dentro da área de estudo.

Como defendia José Pinto Duarte¹⁰, este tipo de oportunidades permite ao estudante adquirir experiência ligado à futura profissão, num mercado cada vez mais competitivo.

Porém quando um curso superior já não assegura postos de trabalho como antigamente surge a necessidade de alternativas. O estudante não é mais visto só como um possível empregado mas também alguém empreendedor ou até mesmo um potencial criador de empregos.

Nesta perspectiva surge um projecto estratégico desenvolvido pela CML que num ecossistema empreendedor cria e promove uma diversidade de espaços de incubação e *coworking* de forma a melhorar a capacidade de Lisboa atrair, criar e manter empresas e empregos.

Entre as 16 incubadoras, os 38 espaços de *coworking* e outros tantos espaços, a Rede de Incubadoras de Lisboa conta com mais de 350 *startups* alojadas neste ecossistema fundamental para o incentivo à criação de emprego e o reforço da competitividade.

Denota-se, que incompreensivelmente, o Pólo Universitário, assim

9 <http://www.studentenwerk-berlin.de/en/>

10 Entrevista à Revista Mais Educativa, enquanto Presidente da FAUL(2011-2014). Disponível em: <http://www.maiseducativa.com/2013/04/29/aqui-combina-se-tradicao-com-inovacao/>

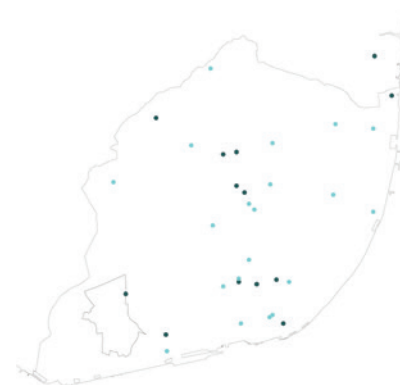


fig. 3.09 | Localização das Incubadoras em Lisboa.

- Incubadoras
- Espaços de Coworking

como grande parte da zona ocidental, carece de tais infraestruturas, sendo que entre todas as instituições de ensino existentes no território apenas o ISA está integrado nesta rede através da INOVISA que tem como principal objetivo promover a inovação, a tecnologia e o empreendedorismo nos sectores agrícola, alimentar, florestal, biotecnológico, paisagista e ambiental, numa estreita relação entre faculdade e empresas.

Num projecto semelhante, mais recentemente, surge na cidade do Porto o Pólo Zero em resposta às preocupações da comunidade estudantil. Uma iniciativa que envolve a Federação Académica do Porto, a Universidade do Porto e Câmara Municipal do Porto e dá origem a um espaço na Praça de Lisboa, junto à Torre dos Clérigos, que representa uma forte aposta na promoção do empreendedorismo, da inovação e da cultura no meio académico¹¹.

Na Ajuda, em especial no Vale do Rio Seco, a aposta neste tipo de infraestruturas iria permitir não só a fixação de uma classe qualificada mas também elevar a procura e consequente estatuto das faculdades presentes, para além da possibilidade de recrutamento para as empresas.

Assim como certas instituições aderem ao Ano Zero, proporcionando aos estudantes a terminar o ensino secundário a possibilidade de experimentar uma nova realidade num ano de transição, também a integração destas incubadoras em parceria com empresas, instituições e faculdades, e até mesmo as associações existentes na Ajuda, poderia garantir, num Ano Seis, a entrada no mercado de trabalho e assegurar a continuação dos recém-graduados no território num ano de transição.

11 <https://jpn.up.pt/2016/03/07/fap-abertura-polo-zero-proxima/>

3.3. PÓLOS UNIVERSITÁRIOS COMO CASOS DE ESTUDO

Lisboa nunca foi, nem nunca será provavelmente, uma cidade só por si universitária¹², uma cidade com o espírito académico e dedicada grande parte ao ensino, como Coimbra, mas tem vindo a registar um aumento substancial no número de estudantes, quando surgiu a primeira universidade em 1911. Já antes a actual Universidade de Coimbra (UC) saltitava entre as duas cidade, Lisboa e Coimbra, até se fixar em Coimbra, em 1537¹³.

Desde do séc. XV que o papel lectivo era da responsabilidade das pessoas ligadas à religião e o acesso ao conhecimento era reservado às elites da sociedade. À medida que a democratização do conhecimento foi evoluindo, mais pessoas tiveram acesso e eram necessários novos espaços.



fig. 3.10 | Universidades Europeias no séc. XVI.

“Ironicamente, a estética libertadora do Moderno viria da Europa uma altura em que os governos totalitaristas estavam a formar-se e a solidificar; ironicamente, a linguagem arquitectónica Moderna, atractiva para os jovens arquitectos da escola Americana, teve a sua origem no seu próprio país.” (DOBER; 1996:)

Após a 2ª Guerra Mundial os arquitectos estadunidenses decidem basear-se nos ideais modernistas e na Carta de Atenas, em que promoviam o planeamento das cidades funcionais, com a separação do espaço urbano em habitação, trabalho e lazer. Algo que não incluía a função estudar e que levou a criação dos campus¹⁴ (DOBER: 1996).

Em Portugal, só após o fim da ditadura, o ensino superior se tornou

12 Cidade Universitária: cidade onde a Universidade é percebida como a instituição principal (MATOS; 2010: 191)

13 <http://www.uc.pt/sobrenos/historia>

14 Campus: complexo edificado ocupando um terreno de dimensões reduzidas mas atraindo uma população discente numerosa, em virtude de ser a sede de uma escola ou instituição e/ou um terreno de dimensões consideráveis, comportando um ou mais edifícios com um uso definido de ensino ou investigação universitários, como são actualmente conhecidos, para as periferias, onde concentravam as funções todas aliadas à instituição num mundo independente da cidade.

disponível a toda a população, o que motivou a necessidade de criar instalações com capacidade suficiente para todos os alunos. Nesta altura, o campus universitário já era mais do que um conceito, popularizado pelo modelo anglo-saxónico, que aliás inspirou o PUAA.

“Quando escolhe uma zona histórica, a instalação da Universidade é um poderoso embrião do processo de revitalização e reabilitação.”
(MATOS; 2000: 229)

Com o passar dos anos os pólos mais antigos passaram naturalmente a fazer parte da malha urbana da cidade, para o qual o seu crescimento em muito contribui para a valorização das áreas envolventes. A presença da Escola de Belas Artes no Chiado contribui fortemente para a concentração de artistas e para a personalidade única daquela zona. Mais recentemente, o IST atraiu um conjunto de centros de cópias, cafés e restaurantes nas suas imediações, sendo que nos anos 50 e 60 as residências e escritórios de engenheiros localizavam-se na sua vizinhança. A Cidade Universitária contribui não só para o aparecimento de vários espaços comerciais e serviços como foi também a escolha para a Biblioteca Nacional (MATOS; 2000).

Contudo, este carácter de envolvimento entre as universidades e as suas imediações veio sofrer um certo declínio quando as universidades passaram a incorporar no seu interior grande parte destas funções. No caso do PUAA, a relação de proximidade com a vizinhança não se irá verificar pela sua localização periférica e plano inacabado que dificilmente o levará a ser absorvido da mesma forma.

3.3.1 UNIVERSIDADE DE BOLONHA

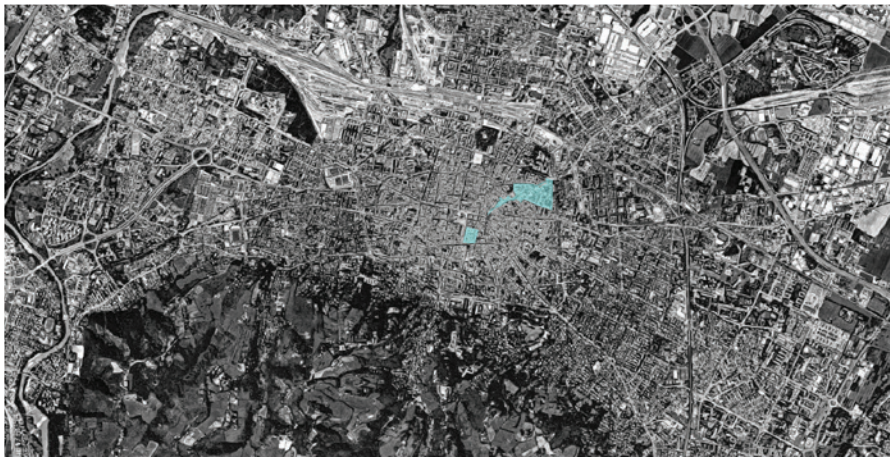


fig. 3.11 | Malha urbana de Bolonha, com a Universidade de Bolonha em destaque.

A Universidade de Bolonha (UB) data do ano 1088, a primeira Universidade do mundo ocidental, era inicialmente comandada pela Igreja, como era norma da época, e funcionava como uma ferramenta de censura controlando a publicação de ideias. Típica universidade medieval, o acesso à aprendizagem era reservada a indivíduos das classes sociais altas, na sua maioria estrangeiros, o que originou queixas da população e levou a Igreja a criar o primeiro campus em 1563, por forma a garantir ordem. Neste caso, a primeira Sede Unificada da UB, o Archiginnasio, sendo eventualmente aberta ao público em geral¹⁵.

Esta sede funcionou como local de ensino até 1803, mas com o reconhecimento crescente da universidade pela Europa e o consequente aumento do número de estudantes, surgiu a necessidade de mudar de instalações.

A expansão passou pela apropriação de diversos edifícios existentes, pertencentes à Igreja, ao longo de uma das vias principais, Via Zomboni, interagindo mais próximo com a própria cidade e malha urbana, largando a sua única sede, espalhando-se num percurso contínuo pela rua ritmada pelas rupturas criadas pelas praças (BONFANTINI; 2012).

Além dos edifícios que contêm os diversos departamentos e faculdades, a rua tem também como objectivo albergar os estudantes, oferecen-



fig. 3.12 – fig. 3.13 | Archiginnasio em cima e Praça Giuseppe Verdi em baixo.

Observa-se, no caso da Praça, a concentração de estudantes nas ruas da cidade.



¹⁵ <http://www.unibo.it/en/university/who-we-are/our-history/university-from-12th-to-20th-century>

fig. 3.14 | Ocupação do território por parte da Universidade de Bolonha, com destaque para as ruas e praças.

Observa-se como os edifícios pertencentes à universidade se encontram bem enraizados na malha da cidade.

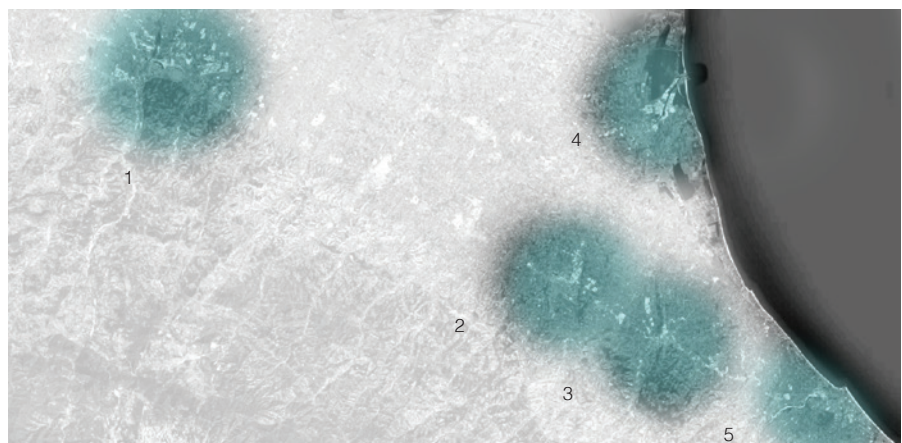


do-lhes os serviços e equipamentos necessários como zonas de refeições.

Em 1988 foi criada a Carta Magna Universitária (Magna Charta Universitatis)¹⁶ que veio afirmar a autonomia da Universidade, a ligação essencial entre o ensino e a investigação o levou a transcender os limites impostos por qualquer fronteira geográfica ou política, e a consequente descentralização da universidade criando 4 Campus Universitários em 4 localidades diferentes, Cesena, Forli, Ravenna e Rimini¹⁷, com o mesmo conceito de ocupação do território, contribuindo como principal impulsionador do crescimento dessas mesmas localidades, assim como foi para a própria cidade (BONFANTINI; 2012).

fig. 3.15 | Expansão da Universidade de Bolonha, para lá dos limites da cidade.

1-Bolonha; 2-Forli; 3-Cesena; 4-Ravena;
5-Rimini



16 <http://www.magna-charta.org/magna-charta-universitatum>

17 <http://www.unibo.it/en/university/campuses-and-structures>

3.3.2 UNIVERSIDADE DE COIMBRA

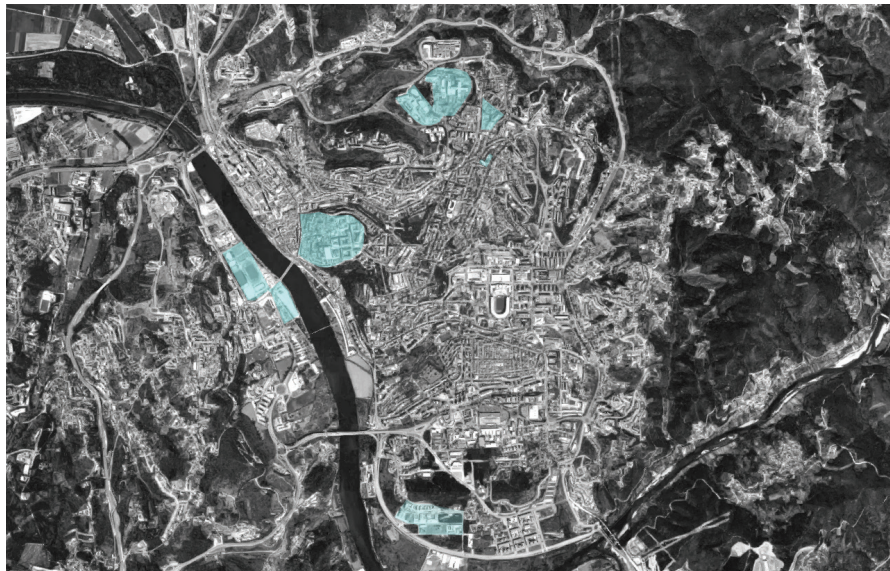


fig. 3.20 – fig. 3.24 | Pólos Universitários da Universidade de Coimbra (página seguinte)

- 1-Alta Universitária
- 2-Pólo de Engenharia
- 3-Pólo das Ciências da Saúde
- 4-Estádio Universitário
- 5-Faculdade de Economia

fig. 3.16 | Localização dos pólos universitários da Universidade de Coimbra.

Assim como a UB, surge a UC no contexto nacional, em 1537¹⁸. Apesar da indefinição em torno da sua fixação em Coimbra é a primeira universidade portuguesa. Também ela inserida numa malha urbana medieval, sofreu uma intervenção sem precedentes em 1942 aquando da execução do Plano de Coimbra por De Gröer, com a demolição extensa e maciça da Alta de Coimbra, segundo os ideais haussmanianos, que permitiu abrir espaço para os novos edifícios e desenvolver uma moderna cidade universitária (CARVALHO; 2003).

Este acontecimento seria apenas o iniciar da expansão da universidade, surgindo durante o Estado Novo não só novas faculdades mas também equipamentos importantes para a vida da cidade como o Estádio Universitário e o Teatro Gil Vicente, sendo este o único edifício teatral universitário do país. Porém a marca universitária não ficaria por aqui, sendo que em 1986 é construído o Hospital da UC e mais recentemente, com o parque ribeirinho, é renovado o Queimódromo (MATOS; 2000).

Actualmente a UC divide-se entre três Pólos (I. Alta Universitária; II. Pólo de Engenharia; III. Pólo das Ciências da Saúde), o Estádio Universitário e a Faculdade de Economia¹⁹.



fig. 3.17 – fig. 3.19 | Processo de construção do Plano de Coimbra por De Groer. Antes, durante e depois, respectivamente.

¹⁸ <http://www.uc.pt/sobrenos/historia>

¹⁹ <http://www.uc.pt/>



Além das 14 residências inseridas em cada um dos pólos, a cidade conta ainda com 25 das cerca de 150 históricas Repúblicas Universitárias, presentes desde o séc. XIX. Após a extinção das ordens religiosas deu-se um rude golpe no alojamento académico dando origem ao aparecimento das Repúblicas, onde grupos de estudantes arrendavam apartamentos ou até mesmo edifícios inteiros, ficando à sua responsabilidade a gestão dos mesmos.



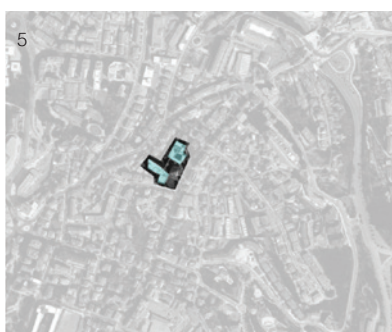
Em 1948 é criado o Conselho das Repúblicas com intuito de ultrapassar a má reputação, albergar mais estudantes e repensar a relação com a Associação Académica (SILVA e MADEIRA; 2009).



“Verdadeiras comunidades de substituição, lares de alternativa aos deixados na terra natal, as Repúblicas vão mais além do que as outras casas de estudantes ou residências universitárias, representando a forma tradicional da vida académica de Coimbra, com tudo o que isso implica, da boémia às questões ideológicas.” (SILVA e MADEIRA; 2009: 04)



Com a criação do Novo Regime do Arrendamento Urbano em 2012, a Lei n.º 2/82 de 15 Janeiro, que inclusive impedia o despejo dos estudantes das Repúblicas, é contornada permitindo aos senhorios a alteração das rendas para valores demasiados altos para serem suportados pelos estudantes ameaçando a extinção das Repúblicas.



Das 25, apenas 7 estão aparentemente seguras (3 pertencem à universidade, 1 à Câmara Municipal e as outras 3 a associações ligadas às respectivas Repúblicas), restando 18 pertencentes a diferentes senhorios que estão sujeitos ao novo regime. Desde então os estudantes lutam para tornar as Repúblicas parte do Património Mundial, mas até ao momento sem sucesso deixando a dúvida quanto ao seu futuro.²⁰

Tanto a Universidade da Bolonha como de Coimbra, contribuindo bastante, para isso, os anos de existência, estão fortemente integrados

²⁰ <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/republicas-de-coimbra-as-casas-das-portas-abertas-nao-as-querem-fechar-1698211>

na malha urbana permitindo assim uma ligação mais íntima com a cidade.

Em Coimbra a universidade chega mesmo a ser a principal responsável pelos equipamentos culturais e desportivos. Porém, assim como o Pólo de Engenharia se encontra isolado, o mesmo se verifica no Pólo Universitário da Ajuda, mas enquanto que o caso coimbreense ficou servido de outros equipamentos de apoio e residências universitárias, o caso lisboeta isso já não sucedeu.

fig. 3.25 | Localização das Residências Universitárias em Coimbra, todas elas na malha antiga da cidade.



3.3.3 PÓLO UNIVERSITÁRIO DO ALTO DA AJUDA



fig. 3.26 | Localização das Universidades no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

A presença do ensino superior na cidade de Lisboa não se limita apenas a uma instituição, tornando-a num caso peculiar. Em Lisboa, só nas instituições públicas conta-se com a UL²¹, que, a Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Politécnico de Lisboa.

Todavia, assim como a UB, também o património universitário de Lisboa se expandiu para lá dos limites da cidade, distribuindo-se pela área metropolitana. No entanto, tirando talvez o caso do Pólo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no Monte da Caparica, nenhum foi realmente impulsionador do crescimento urbano onde estão inseridos.

No caso do PUAA, apesar de ainda dentro dos limites da cidade, este encontra-se no limite da área urbanizada existente aquando da sua construção, numa implantação semelhante a universidades em cidades mais pequenas como a Universidade de Aveiro, porém sem o mesmo impacto (MATOS; 2000).

21 Em 2013, fundiu-se com a Universidade Técnica de Lisboa, do qual faziam parte as faculdades presentes no PUAA.



fig. 3.27 | Primeiras propostas para o PUAA.

A primeira e segunda, de António Augusto Pereira Brandão, eram soluções mais orgânicas, enquanto que a terceira, de Sidónio Pardal, era mais simples e geométrica e iria dar origem ao plano de 1993.

Importa realçar que as 3 propostas exploram o Rio Seco, ao contrário do que iria suceder.

Em 1988 a Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), apoiada pela Associação de Arquitetos Portugueses, preparou um concurso público para o projeto que incluía as Faculdades de Arquitectura, de Motricidade Humana e de Veterinária, os Institutos Superiores de Ciências Sociais e Políticas e de Economia e Gestão, a Reitoria, residências universitárias e espaços comerciais.

As primeiras ideias apresentadas tinham por base um conceito modernista de campus, de inspiração anglo-saxónica, afastado do centro da cidade e estabelecendo uma relação orgânica com o ambiente, evidenciado pelos edifícios isolados separados por grandes espaços verdes (MATOS; 2000).

O arquitecto Augusto Pereira Brandão, que contribuiu para o projecto do PUAA, ficaria encarregue da Faculdade de Arquitectura, que iria ter início em 1989 e terminaria em 1993, sendo inaugurado no ano seguinte. A faculdade no entanto seria a única concluída aquando da aprovação do Plano de Pormenor do PUAA elaborado pelo urbanista Sidónio Pardal. Esta nova proposta alterava significativamente as ideias iniciais apostando num desenho mais ortogonal (AAVV; 2011).

O plano previa um uso misto com um parque urbano, a Universidade, habitação e escritórios seguindo uma ordem norte para sul, numa grelha ortogonal definindo grandes quarteirões em 'T' formado pelas vias principais que tinham um largo separador central semelhante a uma alameda. Haveria também a intenção de esconder o Bairro 2 de Maio com a demolição de uma parte do bairro, assim como a criação de duas vias de ligação à cidade. Uma a norte que atravessaria a Tapada da Ajuda e a já falada VME.



fig. 3.28 | Axonometria da proposta de Sidónio Pardal.



fig. 3.29 | Plano de Pormenor do PUAA de Sidónio Pardal, em 1993.

Com o decorrer dos anos, a falta de verbas dificultava a concretização deste arrojado plano, sendo que em 1998 seria concluída a FMV, projecto do arquitecto João Lúcio Lopes, e em 2001 o edifício do ISCSP, projecto do arquitecto Gonçalo Byrne.

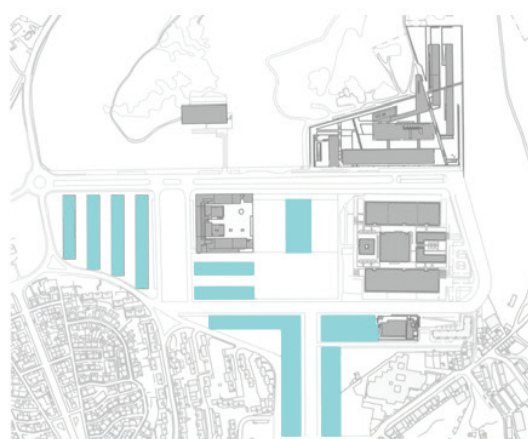
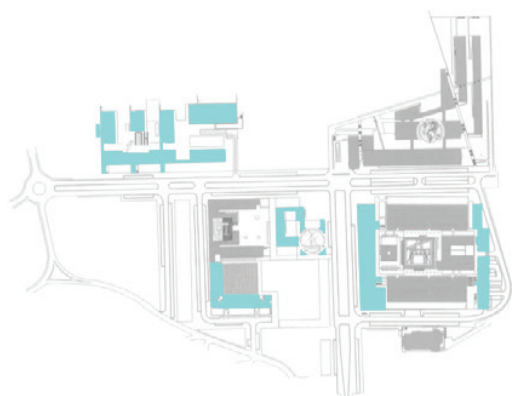
Ambos considerados bons exemplos como elementos isolados, mas que desvirtuaram o conceito inicial do pólo, sendo fechados para si mesmos com pouco ou nenhuma relação directa com o exterior e as ruas envolventes.

“Do plano inicial do arquitecto Sidónio Parda, pouco de concretizou. A intenção de continuidade urbana com o resto da cidade, originando um pólo universitário, não se verifica, assumindo-se o local como uma “ilha”, sem qualquer ligação urbana com a envolvente,(...) também se constata a falta de uma vivência universitária no mesmo Pólo.” (AAVV; 2009)

Ainda em 1995, foi aprovado a construção do Refeitório, sendo construído a sul da FA e de certa forma deslocado das faculdades o que em nada contribuiu para a unificação do pólo.

A FMH e o ISG nunca chegaram a deslocar-se para o novo pólo, assim como a Reitoria, sendo que ainda foi construído do plano original para a FMH o equipamento desportivo, aprovado em 1998, sofrendo com isso alterações, tendo sido improvisado uma rampa exterior de acesso à entrada.

fig. 3.30 | Planos de expansão do PUAA no início do séc. XXI.



Numa tentativa de corrigir as falhas que se verificavam, no início do séc. XXI foram elaborados alguns projectos para expansão e consolidação do pólo sem nunca terem avançado.

Esteve sempre previsto nesses vários planos a construção de residências, porém apenas em 2015 é elaborado um concurso com um plano concreto para umas novas residências no terreno anexo ao Refeitório, em que o Atelier CVDB saiu vencedor com uma proposta que prevê a sua construção em 3 fases distintas, com 3 blocos a formar um quarteirão com um pátio interior com capacidade para 250 alunos²².

Apesar das várias condicionantes registadas no pólo as residências propostas parecem seguir a mesma linha das faculdades no sentido em que a vida dos estudantes é fechada para o seu interior. Além das salas comuns viradas para a Rua Joaquim Fiadeiro a proposta não apresenta mais nenhuma relação entre o interior e o exterior estando mesmo voltada de costas para as faculdades num volume que bloqueia a vista sobre o rio da Faculdade de Arquitectura, mostrando-se aparentemente desactualizado face às características actuais do pólo que em nada contribuem para a sua integração com a freguesia.



fig. 3.31 | Proposta para o Parque Urbano do Rio Seco, em 2011, da autoria da PROAP e Aires Mateus.

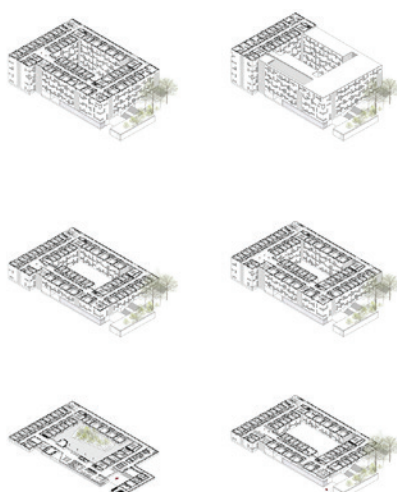
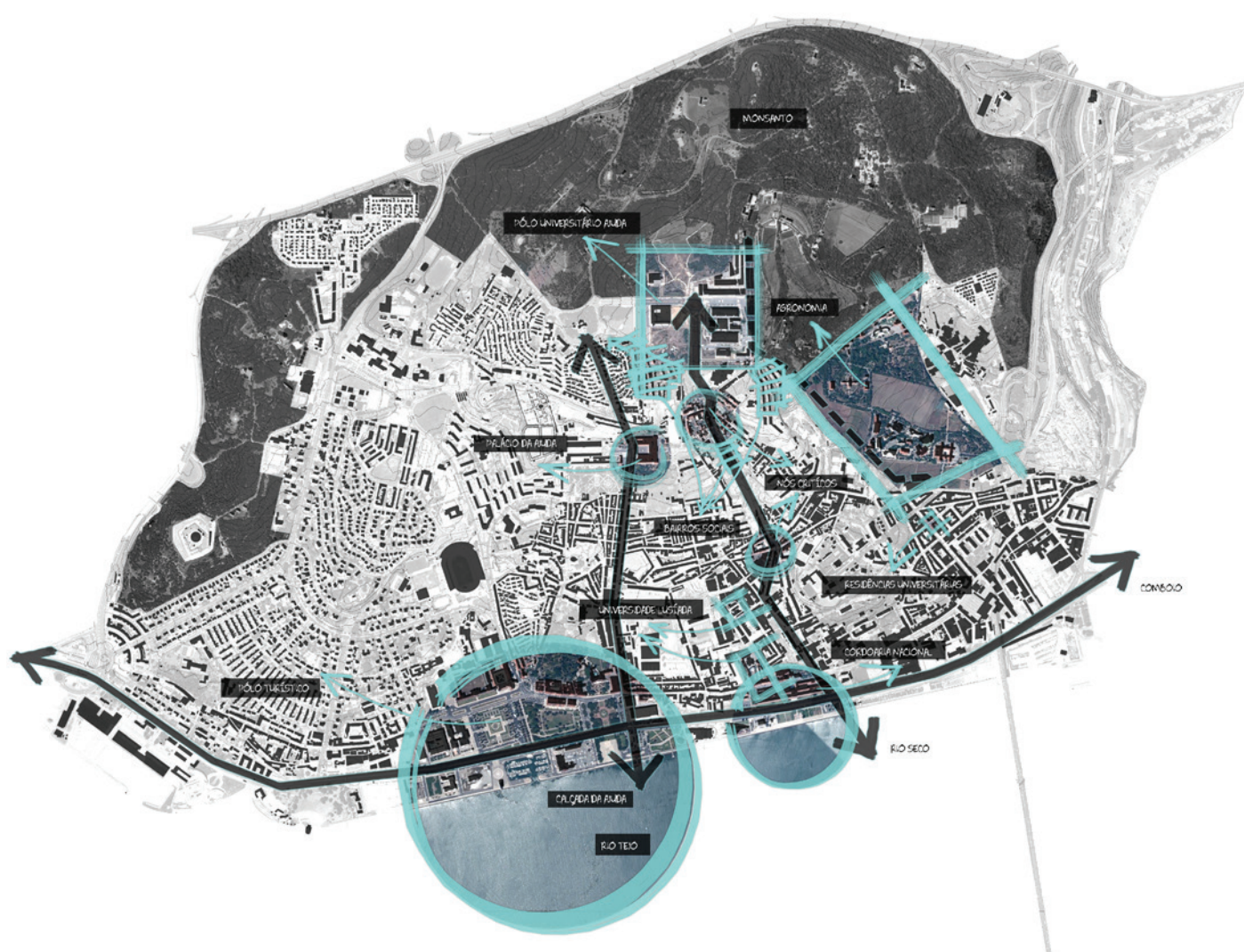


fig. 3.32 – fig. 3.33 | Localização e proposta do atelier CVDB para as RU no PUAA, em 2015.

²² As plantas disponíveis, contam com 307 camas, sendo, no entanto, destinadas aos alunos apenas 250, conforme indicado na apresentação do projecto pelo atelier.



4. DESENHAR O VALE

As análises urbanas realizadas sobre o território, assim como as conversas com os moradores, permitiram entender e identificar um conjunto de elementos que servem de premissas para a elaboração de uma estratégia para o VRS, de forma a colmatar as suas demais carências que surgiram ao longo da sua história.

“As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano.”
(JACOBS; 2014: 05)

As intenções iniciais, face ao conjunto de edifícios abandonados e deteriorados, passavam por reactivar esses mesmos edifícios e as suas actividades através de intervenções específicas, como é defendido por Lerner (2014).

No entanto, o facto de que grande parte desses edifícios não apresentarem condições, ou até mesmo actividades relevantes, e as deficiências visíveis a nível urbanístico e social levaram a uma intervenção muito mais profunda. As próprias colectividades e associações e o seu vasto património acabam por não ter uma presença forte no vale, como na restante freguesia, com excepção do Grupo Desportivo Império do Cruzeiro ou do Sporting Clube do Rio Seco. Este último em condições também pouco satisfatórias.

A complexidade visível no território obrigou a uma intervenção que resolvesse não só as questões de mobilidade e acessibilidade, re-

geração etária e relações sociais, mas que tivesse também em conta as intenções apresentadas em planos directores municipais e que nunca se tornaram realidade, como são os casos da VME e o atravessamento rodoviário sobre o vale.

Apesar da necessidade de uma estratégia global que consolidasse um território disperso, a ligação do Pólo Universitário com a freguesia seria tomada como preocupação principal e ponto de partida para a elaboração de um projecto que fortaleça a presença e fixação dos estudantes ao longo do VRS e preveja uma sustentabilidade demográfica, económica e social.

4.1. ESTRATÉGIA URBANA

“O desenvolvimento local passa hoje cada vez mais pela capacidade de atrair as camadas médias jovens e qualificadas.” (ASCHER; 2010)

Foi possível observar que uma integração bem conseguida da universidade na cidade é de extrema importância não só para universidade mas também para a cidade, funcionando numa relação simbiótica criando um impacto positivo sobre o território. No entanto, a ligação entre o Pólo Universitário e a freguesia da Ajuda, apesar da presença dos estudantes em apartamentos e quartos alugados, não espelha os benefícios dessa relação, sendo que o VRS nesse sentido torna-se um espaço potencial a explorar.

Nem todos os estudantes escolhem viver junto ao pólo, seja pela falta de condições de habitabilidade e mobilidade, seja pela privação de um conjunto de infraestruturas que proporcionam actividades destinadas a esses mesmo estudantes. Actividades essas inviabilizadas pelos escassos, ou até mesmo inexistentes, equipamentos, que, em muitos casos, são idênticas às dos moradores, grande parte pertencente a um grupo etário envelhecido.

Torna-se assim necessário elaborar uma proposta que combata este envelhecimento crescente não só com a atracção dos estudantes, mas

fig. 4.02 | Esquema conceitual da estratégia geral proposta para o VRS.



também com a fixação destes após o seu percurso académico.

A estratégia principal passa por integrar os estudantes deslocados, com necessidade de alojamento, e oferecer as infraestruturas em falta, distribuídas pelo vale e conectadas através da consolidação do parque ur-



fig. 4.03 | Esquema de Ocupação Urbana

bano, com uma ocupação de usos mistos que proporcionará espaços mais activos em diversas alturas do dia. Estas intenções visam não só assegurar a segurança nos espaços públicos através dos seus utilizadores (JACOBS; 2014), mas também promover a interacção entre populações de estatutos sociais diferentes (ASCHER; 2010).

Esta estratégia abrange todo o Vale do Rio Seco e sua envolvente, desde de Monsanto até à Cordoaria Nacional de forma a oferecer uma continuidade num território fragmentado por vazios, muros e edifícios abandonados ou em mau estado.

Contudo, para este trabalho foi definida uma área de intervenção contida dentro da freguesia da Ajuda, limitada a Norte na mesma por Monsanto e a Sul pelo Largo do Rio Seco/Rua da Aliança Operária.

4.1.1. PERCURSOS TEMÁTICOS

A fragmentação que se assiste na freguesia leva, numa primeira fase, a criar um conjunto de intenções de percursos que promovem a mobilidade entre diferentes lugares e referências como o Palácio Nacional da Ajuda, o Geomonumento do Rio Seco, o Mercado da Boa-Hora ou até mesmo reactivar o moinho no Bairro do Casalinho.

O Percorso Comercial pretende assegurar as ligações entre as centralidades comerciais da freguesia. Aproveitando o já existente Mercado da Boa-Hora este iria ligar ao Largo do Rio Seco, seguido do Largo da Torre,

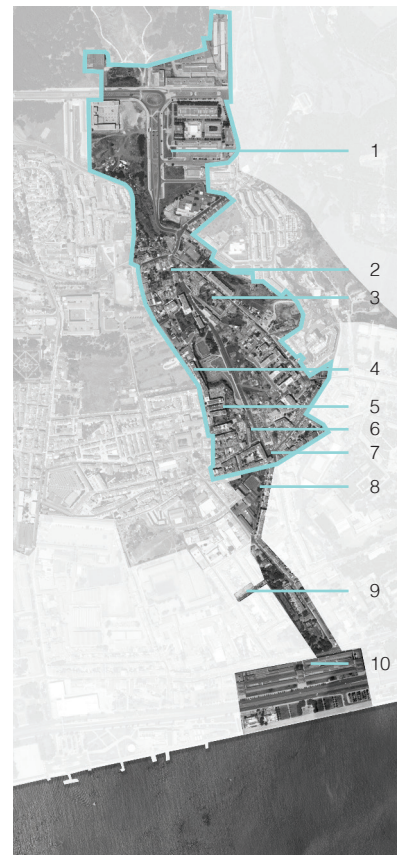


fig. 4.04 | Área de estratégia realçada e área de projecto delimitada.

1-Pólo Universitário; 2-Pátio Seabra; 3-Travessa do Chafariz, das Fiandeiras e José Fernandes; 4-Rua Guarda-Jóias; 5- Rua José Osório de Oliveiras; 6-Travessa do Mirador e Rua do Rio Seco; 7-Largo do Rio Seco e Rua Silva Porto; 8-Quartel Militar e Rua Diogo Cão; Travessa Artur Lamas; 10-Palácio das Águias e Cordoaria Nacional

fig. 4.05 | Esquema do Percorso Comercial

Rua das Açucenas, Largo da Memória, Calçada da Ajuda e novamente de volta ao mercado. Associado a iniciativas de mercados de rua permitiria reactivar e estimular o comércio local algo adormecido, podendo ser alternado os dias de mercado não sendo assim o Mercado da Boa-Hora monopolizador das actividades comerciais dando espaço a outros tipos de comércio, como o mercado cigano. Por sua vez, o Largo do Rio Seco recupera uma actividade que desapareceu e levou ao encerramento e abandono do edifício do mercado.

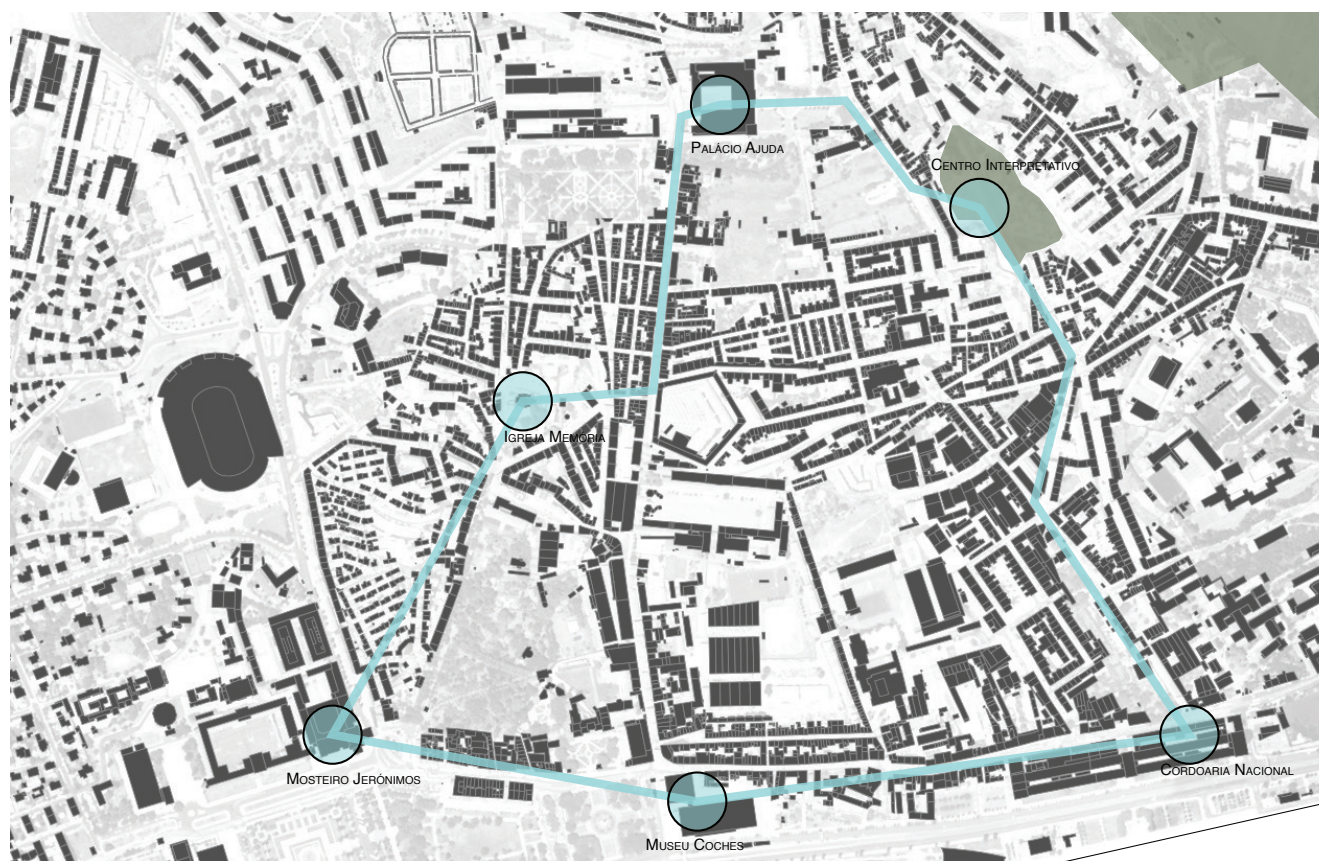


fig. 4.06 | Esquema do Percurso Cultural

O Percurso Cultural pretende assegurar as ligações entre as atrações turísticas e outros espaços culturais de relevância. Este percurso permite fortalecer a relação com Belém através de uma ligação desde o Mosteiro do Jerónimos, seguido do Museu dos Coches, Cordoaria Nacional, Geomonumento do Rio Seco, Palácio Nacional da Ajuda, Igreja da Memória e novamente o Mosteiro. O novo percurso ao longo do Vale do Rio Seco viria oferecer uma alternativa à Calçada da Ajuda como acesso ao Palácio, tentando atrair turistas para zonas menos visitadas.

O Percurso Verde pretende assegurar a continuidade do Parque Urbano existente no VRS, transformando-o num continuum verde e assim complementar a estrutura ecológica da cidade.

O desenvolvimento deste percurso, em conjunto com o espaço público, visa colmatar os vazios no VRS e valorizar a paisagem natural existente, funcionando como elemento agregador do tecido urbano, e fazer chegar os espaços verdes, destinados a estudantes e moradores, a certas partes que se vêem privadas do direito de usufruir desta paisagem.

“A paisagem assume-se como uma categoria cultural resultante de uma interpretação humana. Podemos assim dizer que só há paisagem a partir do momento em que existe presença humana no território. Sem presença humana não existe paisagem. Existe apenas um território com coberto vegetal, fauna e acidentes geológicos e geográficos.” (FADIGAS; 2007: 124)

O percurso, com início ainda em Monsanto, permitindo ligar-se ao CV existente, segue pelo Pólo Universitário, a Rua Eduardo Bairrada, o Largo do Rio Seco, a Rua Diogo Cão, a Calçada da Boa-Hora, Cordoaria Nacional e frente ribeirinha.

Na tentativa de reforçar a ligação entre os vários espaços, é proposto a integração de um percurso de água, reavivando a memória do rio que em tempos ali fluiu.

No entanto, face ao contexto actual, ou seja a ocupação existente, torna-se inexequível a reactivação do Rio Seco à superfície como o era antigamente.

O curso de água é controlado através de bacias de retenção, distribuídas ao longo do vale, propícias a actividades de lazer e desportivas. As bacias estão ligadas por canais a céu aberto, que por sua vez também fazem a recolha das águas pluviais.

A arborização e as novas áreas verdes complementam este percurso não só na sua função de retenção, mas também pela capacidade de diminuição de perigo de deslizamento de terras ou ocorrência de cheias.

fig. 4.07 | Esquema do Percurso Verde

- Percurso de Água
- Bacias Hidrográficas



fig. 4.08 – fig. 4.09 | Em cima, Quarry Garden, em Shanghai, China. A paisagem danificada pela criação de pedreiras é transformada num parque para a cidade; Em baixo, Umeå Campus Park, Suécia. A estreita relação entre a natureza e a universidade.



fig. 4.10 | Canal de água, Banyoles, Espanha. A relação entra a água e a cidade.



“As crianças são fascinadas por água a correr. Elas usam-na sem parar, para brincar, atirar paus e vê-los desaparecer, deixar os barquinhos de papel flutuar ao longo da corrente, misturar lama e vê-la desaparecer gradualmente.(...)A água da chuva pode ser recolhida a partir dos telhados para pequenos lagos e correr através de canais ao longo de caminhos de jardins e caminhos públicos pedonais, onde podem ser visto e apreciados. Fontes podem ser construídas em espaços públicos. E nas cidades onde cursos de água foram enterrados, pode ser ainda possível desvendá-los novamente.(...)Sempre que possível, recolhe água em calhas abertas e deixar fluir acima do solo, ao longo de caminhos pedestres e em frente às casas. Em lugares sem cursos de água naturais, crie fontes na rua.”
(ALEXANDER; 1977: 326)

A presença destes elementos, acaba por se tornar fulcral, por estes actuarem como processo de mitigação do efeito de calor, possibilitando a regularização da temperatura do ar em alturas do ano de maior calor.

4.1.2. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Nesta segunda fase, pretende-se enquadrar os meios de circulação e de transporte urbano com a paisagem natural, ao mesmo tempo possibilitem a descoberta do parque, assegurando a continuidade dos percursos apresentados anteriormente. Porém a rede viária nem sempre apresenta perfis de arruamento e cruzamentos adequados, enquanto que os passeios são por vezes inexistentes ou encontram-se bloqueados por estacionamento indevido, como já foi analisado anteriormente.

O terreno acidentado em muito dificulta os fluxos pedonais e rodoviários. Foi necessário a reestruturação das via principais, o que iria levar à demolição de diversos edifícios para permitir uma maior flexibilidade no desenho dos novos perfis.

A principal intervenção passa, no entanto, pela integração da VME, com uma diferença ao proposto pela Câmara Municipal de Lisboa. Neste caso a via iria ligar directamente à Rua Sá Nogueira em vez da Rua das Açucenas, como previsto, fazendo assim a ligação entre o Alto da Ajuda e o Alto de Santo Amaro.

O perfil da Rua Sá Nogueira é diminuído, reduzindo a largura do separador central, assemelhando-se mais a uma avenida e não tanto a uma alameda. Esta redução permite a criação de uma via paralela junto à Faculdade de Arquitectura destinada a estacionamento.

A ligação à VME é feita através de um viaduto que passa pela Rua do Sítio ao Casalinho, assente em pilares, ao invés de um túnel, com intenção de aliviar a sua presença e haver uma maior permeabilidade visual por baixo, evitando tornar-se uma barreira.

A nova via permite, também, a criação de duas ligações entre a Rua do Cruzeiro e o Bairro do Casalinho. Ao mesmo tempo permite desviar parte do trânsito da Rua Eduardo Bairrada, passando esta a via de distribuição local ao invés de distribuidora principal.

Por sua vez, este desvio permite aliviar o tráfego dos pontos críticos, como o Largo do Rio Seco e o cruzamento a norte, entre a Rua do Cruzeiro, a Rua do Sítio ao Casalinho e a Rua Eduardo Bairrada.

fig. 4.11 – fig. 4.12 | Em cima, Buffalo Bayou Promenade, Houston, EUA.

Em baixo, Lynch Family Skatepark, Boston, EUA.

Em ambos os casos é possível observar a relação de infraestruturas viárias com novos espaços de verdes e actividades de lazer.

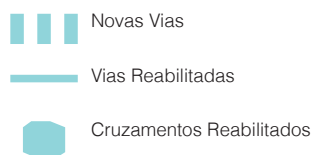


A Rua Eduardo Bairrada adquire um perfil idêntico à e Rua do Rio Seco, com apenas uma via em cada sentido, obrigando a uma velocidade mais reduzida que não se verificava anteriormente, onde a sua largura e inclinação incentivava uma velocidade excessiva.

O Largo do Rio Seco é redesenhado a pensar nos peões, com um alargamento considerável dos passeios em algumas zonas, proporcionado pela reorganização do estacionamento. A intenção passa por assumir a ligação entre a Rua do Rio Seco e a Rua da Aliança Operária como principal, deixando a Rua D. João de Castro como acesso local.

Assim como o Largo do Rio Seco, também o cruzamento a norte é redesenhado, fazendo desaparecer o estrangulamento da via e garantir a largura suficiente para dar continuidade ao corredor verde e ao funicular proposto.

fig. 4.13 | Esquema com as novas vias.



O funicular surge como alternativa à falta de transportes públicos no vale. O percurso tem início no Largo do Rio Seco e segue pelo corredor

verde até Monsanto, paralelamente à ciclovia proposta. Pode servir tanto os estudantes e os moradores que vivem no vale como turistas que se deslocam aos pontos turísticos principais.

“Não tenho dúvidas que a cidade do futuro irá ser servida por transportes de superfície. Mais rápido, vastamente mais barato (custo até 100 vezes menor por quilometro que o metro), e que pode ser facilmente integrado às linhas de metro existentes. O segredo é criar um serviço de autocarro que actue tão eficientemente ou melhor que o metro.” (LERNER; 2014: 52)



A linha do funicular não se fixa pelo vale. Ao atravessar Monsanto permite conectar diversos espaços de actividades e o CV existente ,estabelecendo um ligação ao centro da cidade.

Os fluxos pedonais são de extrema importância para a freguesia e em particular para o VRS. O aumento dos moradores nas ruas oferece não só uma maior segurança mas também um maior estímulo da economia local.

fig. 4.14 | Esquema do percurso do funicular, que aproxima Monsanto dos cidadãos.

fig. 4.15 – fig. 4.16 | Em cima, Eléctrico de Sintra.
Em baixo, Funicular de Guindais, Porto.
A relação do transporte com a natureza e malha urbana.





fig. 4.17 | Incentivo ao comércio local.

Apesar de não haver estudos que comprovem a 100% a mensagem partilhada, esta imagem ilustra a ideia do que o comércio local deve ser incentivado para o bem da comunidade.



fig. 4.18 | Esquema da localização dos novos parques de estacionamento público e elevadores públicos.

- Parques de estacionamento
- Elevadores

fig. 4.19 – fig. 4.21 | Da esquerda para a direita: Elevador Público Covilhã; Elevador Público Gironellas, Itália; Ponte Pedonal Covilhã.



Esta intenção de devolver o passeio aos peões levou também à reorganização do estacionamento no espaço público e à criação de parques de estacionamentos ou silos.

Além do alargamento dos passeios foram criados acessos verticais em diversos pontos do vale, com escadas a atravessar o parque, em zonas actualmente inacessíveis, e a instalação de elevadores ao longo do vale tornando a acessibilidade mais directa e disponível para todos.

Os novos percursos pedonais, dentro das áreas verdes, seguem uma ideia de conservação da paisagem, onde, sempre que possível, são construídos numa estrutura em suspensão, adaptando-se ao terreno existente de forma a minimizar o impacto ao mesmo tempo que deixam transparecer o rochedo e a vegetação.

O mesmo cuidado se aplica nos materiais, influenciados pelo rochedo e os fornos de cal, usando o calcário característico do lugar, numa continuação da imagem existente.

Por último, de forma a garantir o atravessamento directo entre os dois lados do vale foram criadas três pontes.

A ponte sobre a Rua do Rio Seco, que além de pedonal é também viária, liga directamente a Rua José Osório de Oliveira à Rua do Cruzeiro, a partir da abertura de uma nova rua junto ao Conjunto Habitacional do Arquitecto Renato Sampaio.

A ponte pedonal, no cimo da Rua Eduardo Bairrada, permite recriar o atravessamento que se percorria até à escola ou viabilizar uma ligação mais directa ao moinho, ambos no Bairro do Casalinho.

A terceira ponte, também ela pedonal, permite o atravessamento sobre o parque urbano no Pólo Universitário, ligando o ISCSP e o Bairro 2 de Maio, directamente, à Cantina.

4.1.3. OS ESTUDANTES E A POPULAÇÃO

A terceira fase passa pela implantação das residências universitárias e das respectivas infraestruturas de apoio.

A prioridade passa por uma estratégia que retire o verdadeiro potencial do Pólo Universitário com a integração de estudantes e moradores no mesmo meio.

O Pólo Universitário deve ser pensado como um motor de desenvolvimento para a freguesia num cenário sinérgico entre a instituição, o espaço verde e a comunidade local e estudantil.

A relação do Pólo Universitário e o vale não é somente uma ligação física, assim como a consolidação urbana do território também não pode ser limitada a esse nível, devendo contribuir também para factores económicos e sociais.

As residências e outros equipamentos complementares dispostos ao longo do vale permitem assim um aumento dos fluxos urbanos ao apelar a uma maior mobilidade.

Sabendo das dificuldades económicas por que muitos estudantes passam, os equipamentos propostos, funcionam como elementos geradores de interacção entre os diferentes extractos sociais presentes, podendo fornecer postos de trabalho, não só à comunidade local, mas também aos próprios estudantes, através de programas de apoio e parcerias com as universidades.

Os equipamentos são pensados tendo em conta os recursos e memórias locais e as necessidades exigidas pelos próprios moradores: o Mercado no Largo do Rio regressa como forma de reactivar a actividade económica; o Centro de Dia, de forma a colmatar a falta de um equipamento de saúde no lado Este do Vale, muito exigido pela população; o Centro Interpretativo do Geomonumento, como elemento museológico e atracção turística; o Pavilhão de Basquetebol do Sporting Clube do Rio Seco, que recebe novas instalações e uma piscina municipal, inexistente actualmente; o espaço comunitário Grupo Desportivo Império do Cruzeiro que também recebe novas instalações face a reestruturação viária; a Biblioteca/Centro de Exposições, que funciona como charneira entre o Pólo Universitário e os bairros vizinhos, podendo funcionar como espaço de aproximação das fa-



fig. 4.22 | Esquema de localização dos equipamentos e RU (Ver imagem 4.23) propostos.

1- Pólo de Investigação; 2-Biblioteca/Centro de Exposições; 3-Novas instalações para o Grupo Desportivo Império Cruzeiro; 4-Centro de Saúde; 5-Centro Interpretativo; 6-Novas instalações para o Grupo Desportivo Rio Seco; 7-Mercado.

culdades e a comunidade local; por último é proposto um equipamento de educação no PUAA , com o intuito de consolidar o próprio pólo e integrar um espaço de actividades ligado ao parque urbano, podendo albergar uma nova instituição ou funcionar como pólo de investigação.

Como já foi referido, as condições de conservação de muitos edifícios levou à demolição de parte do edificado existente oferecendo assim mais liberdade na reorganização do território, sem, no entanto, fugir ao contexto em que os novos edifícios são inseridos, adaptando-se volumetrias, empenas e coberturas ao edificado existente.

Com vista nestas intenções são propostas, dentro dos limites do projecto, 3 novas RU definidas de acordo com a sua localização. Prevê-se a oferta de 278 camas, sendo que, juntando as 250 da RU previstas para o Pólo Universitário, faz um total de 528 camas ¹.

No entanto, a estratégia de habitação, apesar de uma primeira fase se focar nas residências, passa por a longo prazo oferecer condições para a fixação de recém-licenciados, através da existência de habitação partilhada e habitação colectiva. Isto levou a uma maior intervenção do projecto urbano, prevendo o crescimento do vale e da sua envolvente.

Para complementar, é proposto também uma rede de incubadoras, onde estas estão adjacentes às RU, sendo assim propostas 3 incubadoras dentro do projecto.

Em suma, assume-se as RU como elemento estruturador do espaço urbano, pela qualidade e universalidade de soluções que as acompanham, face às necessidades exigidas pela presença dos estudantes, consolidando o território não só em termos urbanísticos mas também sociais com a concentração de diferentes comunidades e culturas no mesmo lugar.

Residências Universitárias	Área de Implantação m2	Número de Pisos	Número de Camas
A	1306	5	250
B	1413	3	106
C	431	4	86
D	310	4	62
E	253	2	24
F	479	3	70
F	894	3	134

fig. 4.23 | Tabela de Áreas e número de camas das residências propostas

Como base de raciocínio, usou-se a área bruta de 20 m2 para cada quarto duplo, sendo que para a área de cada residência, metade é destinada aos quartos e a outra metade aos espaços comuns e de circulação.

1 Adicionando as RU propostas no contexto estratégico para o antigo, o número de camas passa a 482 propostas, 732 no total.

4.2. PROJECTO URBANO DO VALE DO RIO SECO

O projecto urbano proposto é dividido em 6 áreas distintas: o Largo do Rio Seco; a Travessa do Mirador; o Parque Urbano; as Travessas da Rua do Cruzeiro; o Pátio Seabra; e o Pólo Universitário.

Apresenta-se de seguida cada área, com uma breve descrição do seu estado actual e a explicação das respectivas propostas de projecto.

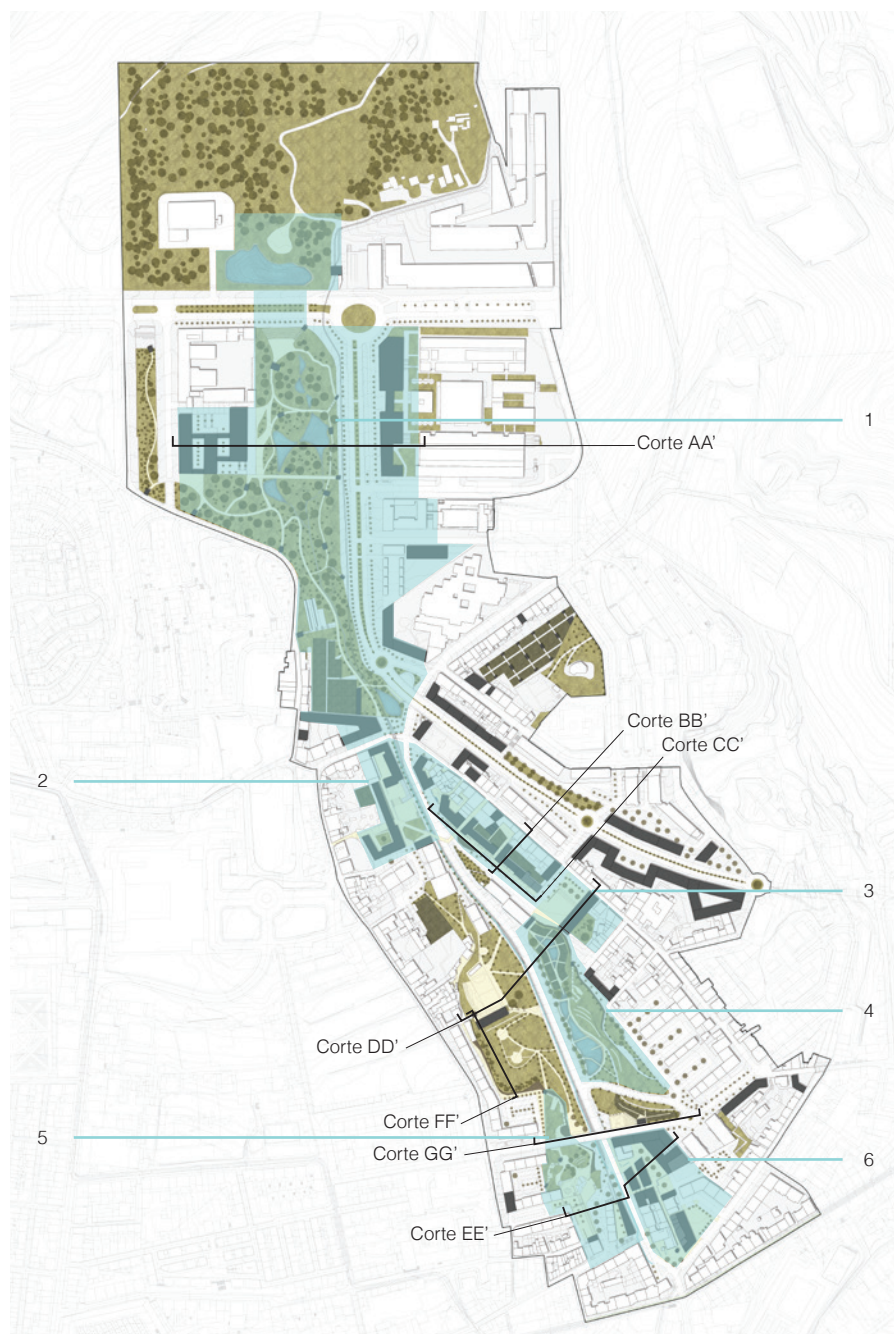


fig. 4.24 | Projecto Urbano com os cortes transversais urbanos indicados.

4.2.1. LARGO DO RIO SECO

O Largo do Rio Seco apresenta graves problemas a nível de espaço público.

O estacionamento descontrolado impede a circulação natural dos peões, obrigando-os a fintar os veículos estacionados nas suas deslocções, sacrificando para isso a sua segurança. Além disso apresenta uma disparidade de volumetrias com a presença de edificado de diferentes épocas, onde parte se encontra em mau estado de conservação.

Pretende-se numa primeira instância, a reorganização do espaço público através do redesenho do largo, dando prioridade à ligação da Rua do Rio Seco e a Rua da Aliança Operária.

Aumentou-se a largura dos passeios e reorganizou-se o estacionamento, sendo parte deste redireccionado para os parques de estacionamento mais próximos propostos.

O edifício do mercado antigo é demolido, permitindo aumentar o largo em si, dinamizado pela instalação de um quiosque com esplanada, confinados a uma área delimitada pelos cursos de água desenhos no pavimento. O mercado é reposto no armazém antigo do Sporting Clube Rio Seco, no centro do quarteirão, usufruindo do espaço livre anexo a si para dias de mercado de rua. O estacionamento é feito através do mercado, com ligação a um grande espaço comercial, que complementa o mercado, podendo ser usado como supermercado. Nos pisos superiores encontra-se a incubadora e um conjunto habitacional que remata a nova rua criada pela nova ponte.

A Travessa D. João de Castro é substituída por um largo, rematando as traseiras dos edifícios reabilitados da Rua Silva Porto, com um conjunto de espaços comerciais e de restauração que ocupam o largo com esplanadas e incluem casas de banho públicas.

Na Rua do Rio Seco deu-se continuidade à fachada já existente, sendo apenas interrompida pelos atravessamentos de acesso ao interior do quarteirão. Aqui são inseridas as novas residências, com cerca de 62 camas previstas divididas entre dois blocos ligados pelo piso sob o pátio.

O piso térreo à cota 22 tem uma frente de lojas e esconde o estacionamento subterrâneo. No segundo piso encontram-se os espaços comuns com duplo pé direito, permitindo, ao mesmo tempo, a sua passagem sob o pátio e o acesso a este, ficando a meio piso acima da cota 26 no lado do interior do quarteirão. Os pisos superiores ficam reservados aos quartos e outros espaços comuns mais frequentes.

Do lado oposto na Rua do Rio Seco, é proposto um edifício de apoio ao funicular, funcionando com estação terminal. Este contém um largo que permite ser usado como paragem de espera durante os dias de melhor clima. A cobertura remata o pátio dos edifícios de habitação da Travessa do Mirador que é aumentado, permitindo o prolongamento das habitações para o exterior.

Debaixo da ponte são inseridas as novas instalações do equipamento desportivo para o Sporting Clube Rio Seco. Um equipamento desta envergadura permite preencher o espaço criado pela ponte, que chega a atingir um pé direito de cerca de 17 metros. Além do pavilhão de basquetebol reposto no piso superior, é criado um campo também no exterior com uma bancada para assistência. O piso térreo é composto pela nova piscina municipal e respectivas áreas de serviço.

O conjunto habitacional, com a forma em L, tem início no mercado e termina na Rua do Rio Seco, fazendo fachada com o equipamento desportivo. Para distinguir a leitura entre os diferentes usos o volume é quebrado à cota 44 com um piso de comércio recolhido. O conjunto habitacional acaba por roubar as vistas para o rio da área verde junto à Rua Giovanni Antinori. Por sua vez o recuo do piso comercial permite criar uma varanda contínua com uma vista alargada, sendo que a habitação é fortemente valorizada por este factor.



fig. 4.25 | Corte Transversal EE'

4.2.2. TRAVESSA DO MIRADOR

A Travessa do Mirador é marcada pela presença da formação rochosa que define o espaço, contudo, esta está coberta por uma camada de betão afim de assegurar a sua solidez e evitar a caída de detritos sobre a oficina automóvel construída. No cimo desta formação o terreno é ocupado por barracas que servem de apoio às hortas. Estes espaços foram todos alvos de ocupação empírica, sendo limitado a norte pelas paredes dos antigos fornos de cal.

No lugar da oficina é proposto um silo automóvel na tentativa de compensar a falta de estacionamento público no Largo do Rio Seco. É previsto 210 lugares de estacionamento divididos por 5 pisos (25 m² para cada lugar). O terraço do silo é usado como mirador, com uma pérgola que percorre longitudinalmente o edifício. O bloco de acesso verticais permite albergar um espaço de restauração que se prolonga pelo terraço, cobrindo a fachada cega do edifício existente.

No lugar das barracas é proposto um espaço verde que se enquadre com as zonas residenciais vizinhas e valorize mais uma paisagem do vale, com espaços de lazer, orientados para as vistas sobre o próprio vale e o rio, e percursos que permitem vencer uma diferença de até 25 metros de altura entre a Travessa do Mirador e a Rua do Guarda Jóias. Um pequeno palco, coberto pela ponte, orientado tanto para o anfiteatro, também coberto, como para o relvado oferece dois tipos de espaços para assistir a espectáculos e cinema ao ar livre. O remate do silo com o conjunto habitacional existente forma um canto que permite a instalação de um parque infantil incorporado no declive do terreno.

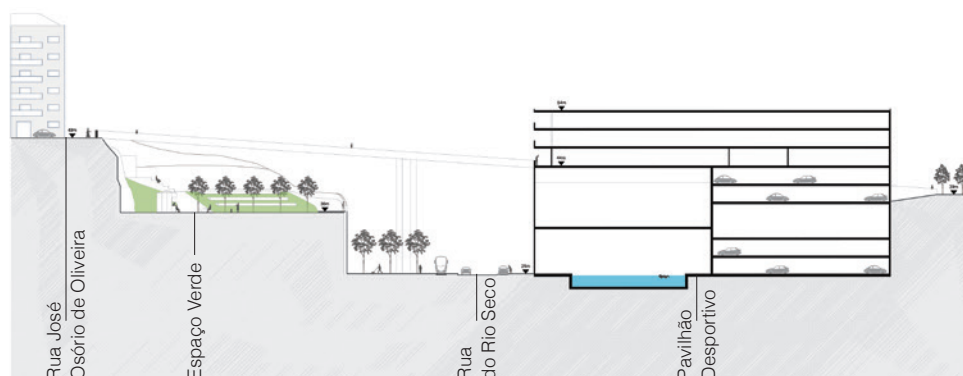


fig. 4.26 | Corte Transversal GG'

4.2.3. GEOMONUMENTO

O parque de enquadramento ao Geomonumento peca pelas suas acessibilidades e falta de um elemento gerador de actividade mais concreto, não se limitando ao campo de jogos. Como já referido, houve a intenção de construir um complexo dedicado à actividade de escalada, contudo sem sucesso.

Em alternativa é proposto, no lado Oeste do vale, um centro interpretativo que receba um espaço museológico permanente com intuito de promover e valorizar os geomonumentos de Lisboa e em especial do Rio Seco e principalmente estabelecer relações com os diferentes públicos e comunidades, sendo o geomonumento o ponto de partida para uma viagem pela paisagem natural histórica da cidade.

Este é implantado no declive adjacente ao campo de jogos, como forma a integrá-lo no terreno, estando o terraço à cota 47 (a mesma do campo), oferecendo um espaço de contemplação sobre o geomonumento.

No seu interior, além do espaço museológico, é feita uma ligação directa ao elevador público que acede ao Pátio Alfacinha.

No lado Este do vale, pretende-se consolidar o parque, com o enquadramento do novo lago com o rochedo, num conjunto de espaços de lazer e prática hortícola, sendo esta última um acréscimo à já tradicional actividade rural da freguesia.

As escadas permitem o acesso directo à Rua do Cruzeiro, ultrapassando uma diferença de cerca de 15 metros de altura. Como alternativa surge o elevador a Norte das hortas, que esconde a fachada cega do conjunto habitacional existente e permite vencer cerca de 13 metros.

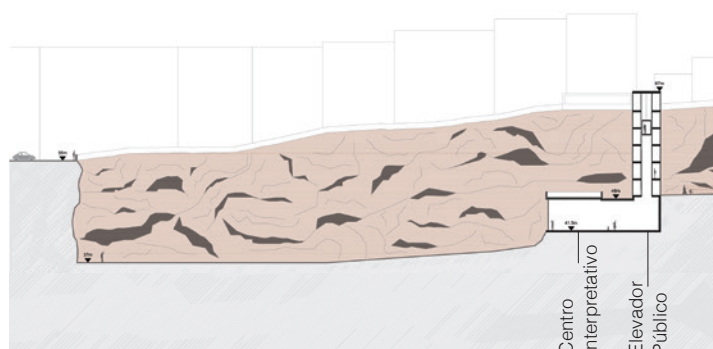


fig. 4.27 | Corte Transversal FF'

fig. 4.28 | Corte Transversal DD' (página seguinte)

4.2.4. TRAVESSAS DO CRUZEIRO

As travessas ligadas ao à Rua do Cruzeiro, nomeadamente, a Travessa José Fernandes, Travessa das Fiandeiras e Travessa do Chafariz, foram alvo de ocupações empíricas de famílias com carências económicas na transição para o séc. XX. O método construtivo e a época de construção levou a que muitas não se encontrem em condições de habitabilidade.

Além destas preocupações os quarteirões não apresentam qualquer relação com o interior do vale, com excepção para o lavadouro na Travessa do Chafariz, que se encontra em ruínas.

A proposta passa pela consolidação destes quarteirões sem fazer perder o sentido de comunidade que as travessas oferecem.

São definidos três quarteirões maioritariamente residenciais, com pátios interiores privados, com acesso único, à excepção do quarteirão entre a Travessa das Fiandeiras e a Travessa José Fernandes, que permite o seu atravessamento ao aproveitar o pátio existente com acesso pela Rua do Cruzeiro, além da reposição e reorganização das actuais hortas e respectivos espaços de apoio.

Os quarteirões passam a ter uma maior relação com o vale, com as fachadas orientadas para Este.

O lavadouro na Travessa do Chafariz é reerguido, transformado num espaço de convívio mais qualificado.

As residências universitárias situam-se a Norte do quarteirão, prevendo 86 camas distribuídas em L fazendo a esquina com a Travessa das Fiandeiras e a Travessa José Fernandes. A fachada está alinhada com as habitações em ruínas a Sul do quarteirão, que são reabilitadas. Um per-



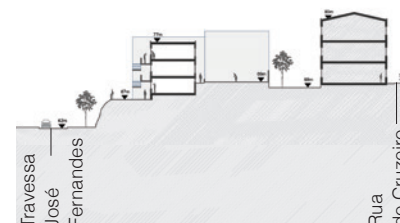
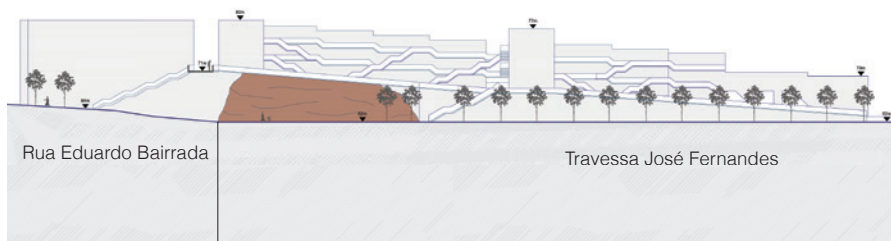
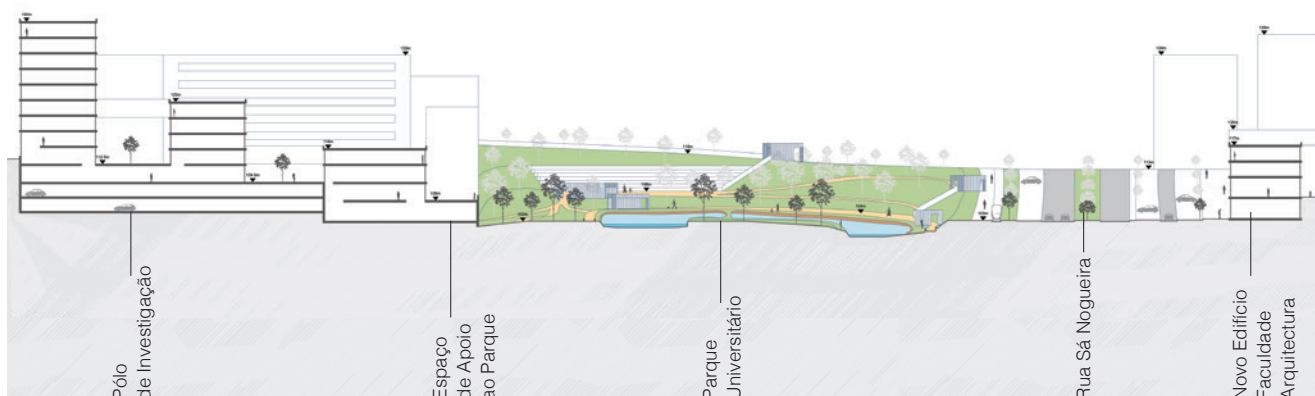


fig. 3.29 – fig. 3.30 | Cortes Transversais BB' (esquerda) e CC' (direita)

curso ao longo da fachada, paralelo à Travessa José Fernandes, permite o acesso às residências e restantes habitações, atingindo a cota 71, na Travessa das Fiandeiras, dando acesso à ponte pedonal, que liga ao Pátio Seabra, e revelando a rocha, actualmente escondida pelo edificado existente.

O lado da Rua do Cruzeiro é também reabilitado, sendo rematado a Sul com as novas incubadoras que se encontram orientadas para a nova praça. Esta permite criar um espaço aberto e que deixa a estreita Rua do Cruzeiro respirar.

A praça enquadra-se com o proposto Centro de Dia, que visa servir a zona Este do vale, estando próximo do lar de idosos na Rua do Cruzeiro e prevendo o crescimento urbanístico da envolvente da VME. O edifício é perpendicular ao vale e contém um pátio privado para uso dos utentes. A fachada Oeste é elevada, permitindo a passagem por baixo dando continuidade ao percurso ao longo do rochedo.



4.2.5. PÓLO UNIVERSITÁRIO

A área de intervenção do Pólo Universitário está dividido em duas partes, nomeadamente o PUAA em si e o cruzamento a Sul que prevê a ligação da VME ao AA.

Ao contrário do previsto é proposto a ligação da VME à Rua Sá Nogueira, o que leva à criação de uma ponte, com acesso a partir da Rua do Sítio do Casalinho.

Com esta transformação do território, o Grupo Desportivo do Império do Cruzeiro ganha um novo espaço ligado às actividades culturais que actualmente oferece.

O espaço por baixo da ponte é ocupado por um parque de skate que se liga directamente ao parque urbano.

Junto ao parque de skate encontra-se um novo lago, que juntamente com a praça, marca o início da parque urbano e serve de enquadramento com a Biblioteca e Centro de Exposições.

A forma em L remata o quarteirão, com vistas sobre o parque urbano, e oferece a possibilidade de ser também acedido a partir do Bairro 2 de Maio, tornando-se, também, numa ponte entre diferentes culturas e comunidades.

Por sua vez, o novo equipamento educacional proposto para o Pólo Universitário é pensado, apesar dos pátios interiores, para ter uma relação mais forte com a sua envolvente.

O equipamento é composto por 3 edifícios perpendiculares ao rio com as entradas direccionadas para o Bairro 2 de Maio. As ligações são feitas por pontes nos pisos superiores e por pisos comuns que passam por baixo dos pátios.

A volumetria acompanha o declive do terreno de forma a não tapar a fachada Sul do ISCSP, podendo este continuar a usufruir das vistas.

O edifício a Este está ligado directamente ao parque, através do piso inferior, sendo usado como equipamento de apoio ao novo espaço verde dedicado a eventos académicos e outras actividades para estudantes, ocupando assim o vazio existente no centro do Pólo Universitário.

4.3. PÁTIO SEABRA

"A verdadeira cidade, a cidade de outrora, era uma festa; a rua era um teatro permanente, onde cada um é ao mesmo tempo actor e espectador (...) A cidade é uma cidade de cultura onde a vida germina e prolifera (...) onde as ideias nascem e se desenvolvem. O meio urbano é favorável à criatividade e é também um espaço de socialização. Nas ruas as crianças e adolescentes viviam sobre o olhar dos mais velhos, não ficando entregues a si próprias; a fusão de gerações e a transmissão de conhecimentos ocorria naturalmente."(CARVALHO; 2003: 62)²

O Pátio Seabra, limitado a Norte pela Rua do Cruzeiro, a Sul e a Oeste pela Travessa da Ajuda e a Este pela Rua Eduardo Bairrada, é, à semelhança das Travessas do Cruzeiro, ocupado exclusivamente por habitação unifamiliar, na sua maioria em mau estado de conservação, composto em parte por edifícios abarracados que invadem a Rua Eduardo Bairrada, causando o estrangulamento da via.

Os moradores são em parte idosos e na maioria vivem sozinhos, à excepção de alguns casais, não havendo crianças dentro da comunidade.



fig. 4.32 | Pátio Seabra visto da Rua Sítio do Casalinho

2 Paul Claval, La Logique des Villes, pp.552, 1981, tradução por Jorge Carvalho.

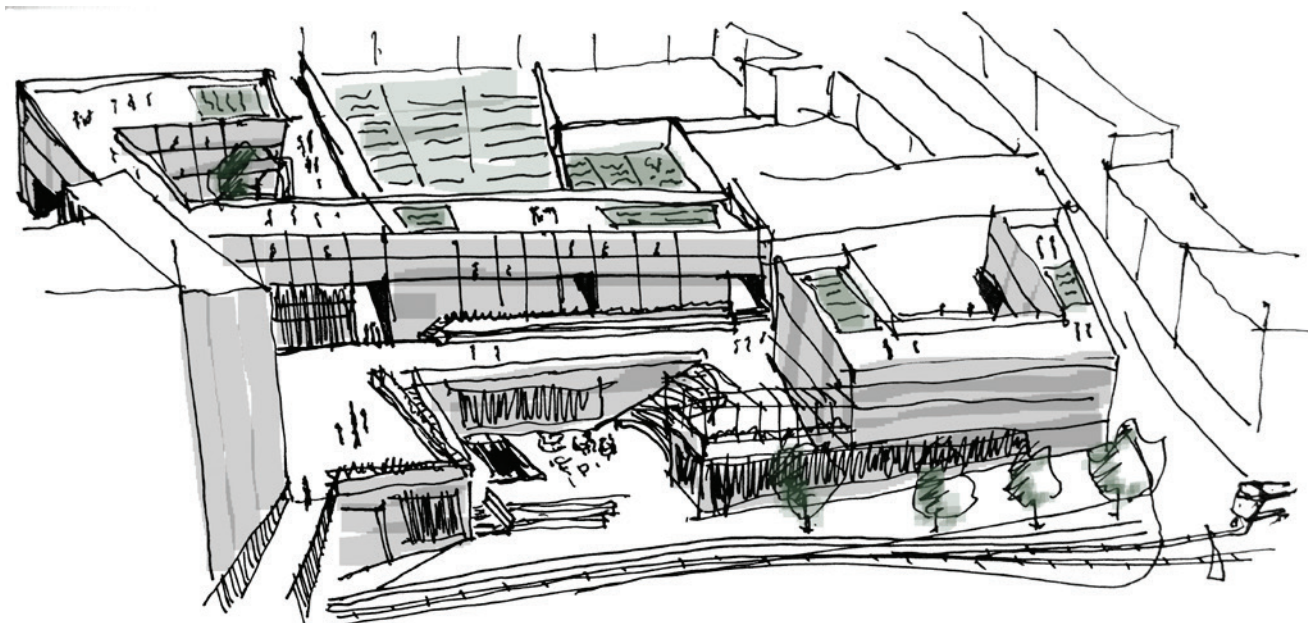


fig. 4.33 | Perspectiva geral dos diferentes espaços.

Face às necessidades na circulação viária e pedonal, o alargamento da Rua Eduardo Bairrada proposto, levou à demolição de uma parte do pátio.

Tendo em conta essa intervenção e as condições das restantes habitações é proposto, também, a demolição destas.

Isto torna o Pátio Seabra num espaço de particular interesse, apresentando-se como uma potencial área de intervenção a um escala mais aproximada para elaboração de uma proposta arquitectónica sobre o tema das residências universitárias.

Contudo, o propósito deste trabalho não é focar-se sobre as tipologias de habitação universitária, mas sim na relação das residências com o território inserido, levando a uma proposta, que apesar de não ser detalhada à escala arquitectónica, foi pensada para atingir tal escala.

O isolamento e solidão observados torna urgente criar uma intervenção que combata esta questão social.

É proposto a integração das residências universitárias e habitação unifamiliar num conjunto habitacional único como resposta.

São propostos 3 volumes, pensados para serem executados em 3 fases distintas, permitindo maior flexibilidade no realojamento dos moradores nas habitações unifamiliares.

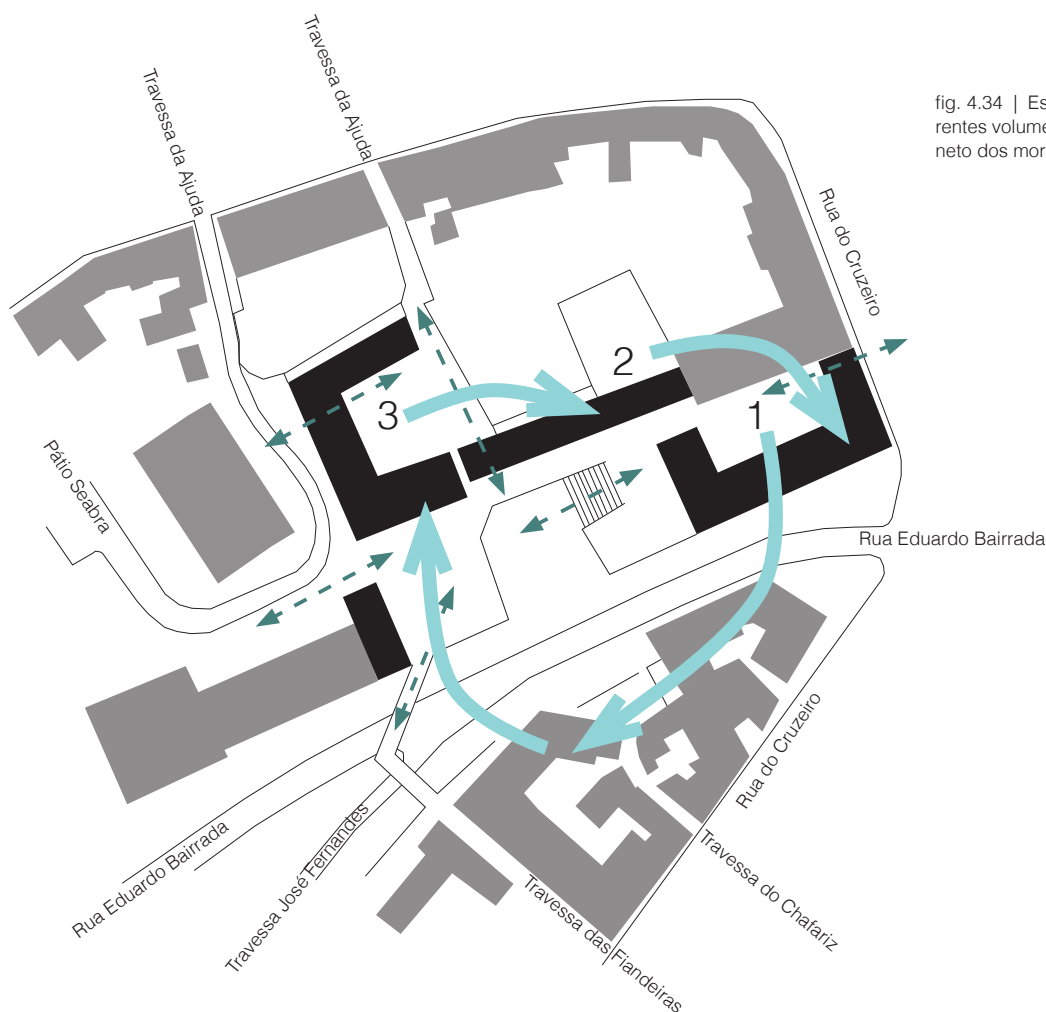


fig. 4.34 | Esquema de implantação dos diferentes volumes, principais acessos e realojamento dos moradores.

O conjunto é desenvolvido à volta de diferentes pátios e espaços de convívio, criando diferentes tipos de vivências e relações não só entre o interior e o exterior, mas também com a envolvente.

Tendo em conta a problemática em causa, no Porto e em Coimbra, foram criados programas de apoio aos idosos, Programa Aconchego e Programa Lado a Lado, respectivamente. Estes apostam nas relações de proximidade entre estudantes e idosos, proporcionando um lar ao estudante, a baixo custo ou grátis, em troca de companhia e serviços de apoio.

Apesar da possibilidade de introduzir o mesmo conceito na proposta elaborada, esta é criada de forma a ter os espaços dedicados aos estudantes independentes às habitações unifamiliares.

Enquanto que as habitações unifamiliares se encontram no piso inferior, para facilidade de acesso por parte dos moradores mais idosos ou de mobilidade condicionada, as residências universitárias situam-se nos pisos superiores, acedidas através de núcleos de acesso colocados nos cantos dos volumes propostos.

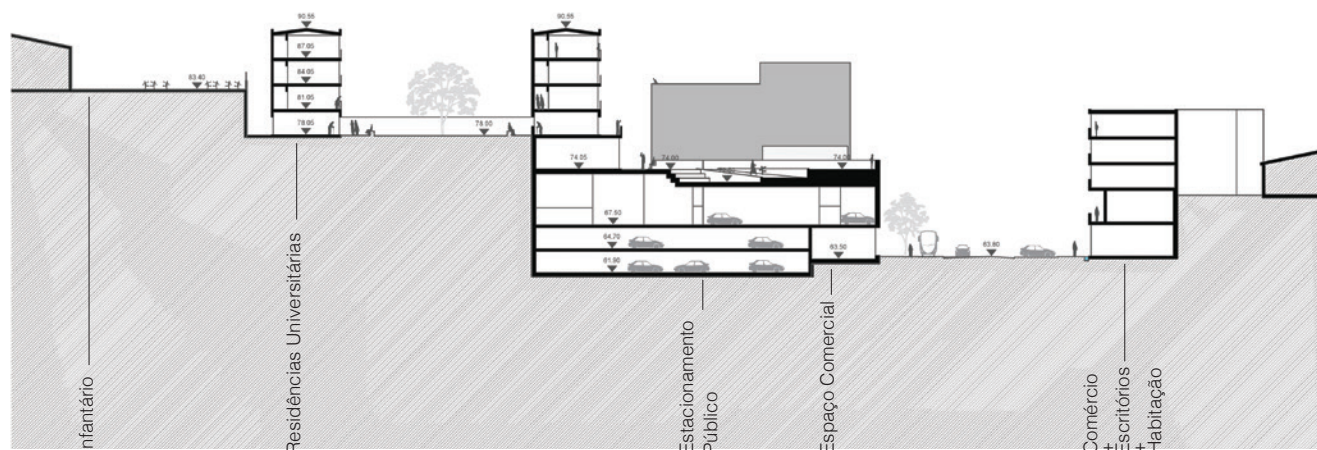


fig. 4.35 | Corte Transversal do Pátio Seabra

Face à diferença de cotas do local é proposto a criação de espaços a cotas diferentes. Ao nível da Rua Eduardo Bairrada (da cota 62 à 72) e do Cruzeiro (cota 72 e 73) são colocados os espaços de comércio, restauração e estacionamento subterrâneo, enquanto que ao nível do Pátio Seabra (da cota 74 à 78) encontram-se os acessos às habitações, sendo ligados através de espaços de transição.

Os limites, nas duas ruas, são definidos pelas fachadas dos edifícios existentes, marcando uma continuidade no espaço público.

No entanto, para a Rua Eduardo Bairrada, propõem-se uma transição gradual, recuando as residências para um segundo plano.

Isto permite uma maior privacidade na habitação, enquanto que os espaços em frente se tornam em praças, como que varandas públicas para a Rua Eduardo Bairrada se tratassem.

No centro é criado um pátio recolhido em relação à Rua Eduardo Bairrada, à cota 67, ladeado por espaços comerciais e restauração e um pequeno anfiteatro, afim de funcionar como um espaço de convívio e actividades, inspirado no Pátio das Comédias das Arcas.

O pátio está enquadrado com a Travessa do Chafariz criando um espaço aberto de paragem na Rua Eduardo Bairrada.

O acesso às residências, a partir da rua, pode ser feito através do pátio, ou pelo elevador público criado a Sul da intervenção, anexo ao conjunto habitacional existente.

O edifício, que contém o elevador, alberga também alojamentos

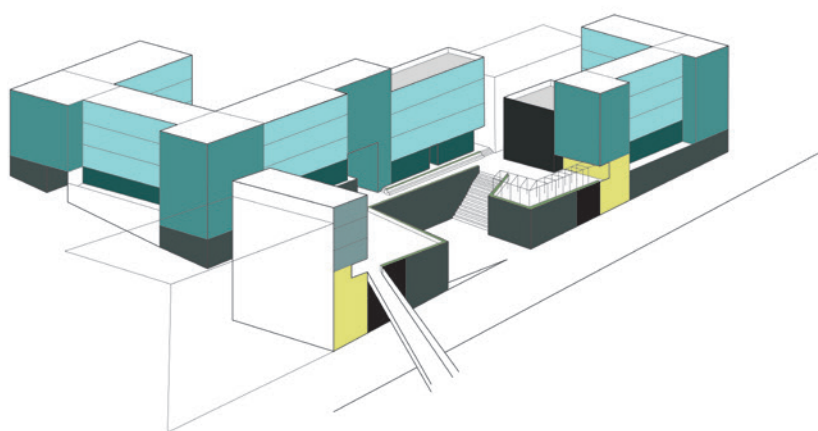


fig. 4.36 | Diagrama funcional

- Residências Universitárias
- Acessos Verticais/Cozinhas/Espaços Comuns
- Habitação Unifamiliar
- Residências para Professores/Investigadores
- Espaços de Comércio e Restauração
- Incubadoras
- Acesso ao Estacionamento Subterrâneo
- Terrços Acessíveis
- Acessos Verticais Públicos

do conjunto habitacional e enquadrando-se com a praça adjacente e o volume de habitação da fase 3.

Pelo lado da Rua do Cruzeiro, o acesso é feito através de um percurso enquadrado com a biblioteca. Este passa por baixo das residências (Fase 1), junto ao edifício pré-existente, e pelo pátio interior de acesso a estas, separado por um canteiro, até à incubadora proposta no interior do Pátio Seabra, que se encontra enquadrado com a praça adjacente, à cota 74.

O percurso segue então até à Travessa da Ajuda, percorrendo longitudinalmente as residências recuadas. O acesso às residências (Fase 2) é feito através de uma patamar de transição, à cota 75, acedido nas extremidades, que contém um canteiro e uma bancada contínua.

Nas traseiras são criados pátios privados para as habitações unifamiliares, separando os volumes dos muros das propriedades vizinhas.

A distância em relação aos muros é superior a 3 metros, tendo uma parte que alarga e permite repor as hortas que actualmente existem.

A fase 3 é composta por um volume desenvolvido à volta de um pátio, à cota 78, assim como o volume da fase 1, e agrega-se ao muro da escola existente, através de pátios privados, partindo a Travessa da Ajuda em duas partes.

A parte que passa pelo pátio passa a ser de circulação pedonal e a outra fica reservada à circulação rodoviária. A agregação à escola é também feita através de pátios.

A relação deste volume com a praça adjacente, à cota 74, é feita

através da colocação de um espaço grande, no piso térreo, destinado aos estudante, dividido entre trabalho e convívio, em que o duplo pé direito permite a ligação com o pátio interior.

O volume tem ligação às residências da fase 2 a partir dos pisos superiores. Esta ligação superior permite a passagem por baixo de forma a chegar ao pátio de acesso às residências, tendo ainda outra passagem com acesso à Travessa da Ajuda.

As habitações são organizadas com base numa unidade modular com cerca de 42 m² (8,10 m x 5,15 m), o que permite a criação de diferentes tipologias.

As habitações unifamiliares podem ser compostas por um ou dois módulos, consoante o número de pessoas.

A tipologia 1 (42 m²) destina-se aos estudantes, sendo que o quarto é partilhado por dois estudantes e tem apenas 32,5 m². A restante área passa a espaço de circulação e acesso. O quarto é composto por instalações sanitárias comuns, com os espaços de dormir e trabalho divididos de forma a terem mais privacidade.

A tipologia 2 (42 m²) destina-se a uma pessoa singular, com um módulo composto por uma sala, um quarto, uma cozinha e instalações sanitárias.

A tipologia 3 (84 m²) destina-se a um casal, com dois módulos compostos por uma sala, um quarto, uma cozinha, um escritório e instalações sanitárias.

A tipologia 4 (84 m²) destina-se a uma família com uma criança, semelhante à tipologia 3, trocando o escritório por um quarto extra.

As extremidades dos volumes são rematadas com tipologias adaptadas, sendo as únicas exceções.

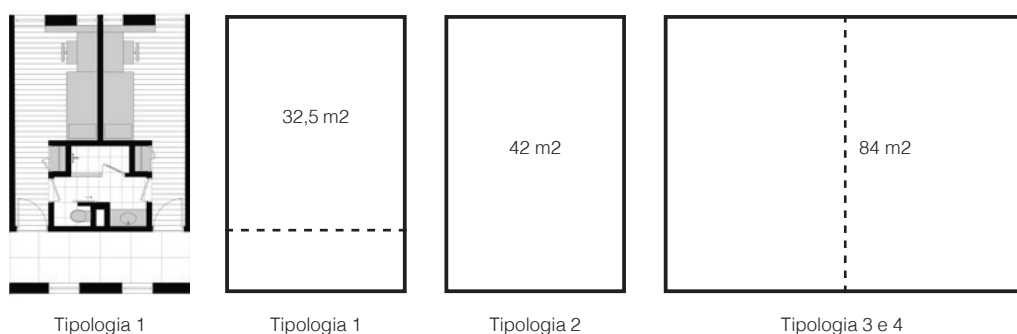


fig. 4.37 | Esquema Tipologias de Habitação

Por fim, a orientação das habitações foram pensadas de forma a potenciar as relações entre o interior e exterior. Deste modo, existem algumas variações na organização destas, podendo estarem mais ligadas aos pátios interiores ou às praças, criando diferentes dinâmicas nos espaços propostos.

fig. 4.38 | Planta de Cobertura



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perda de população nos últimos anos levou a Câmara Municipal de Lisboa a rever as políticas de habitação e a elaborar estratégias para contrariar esse acontecimento na cidade de Lisboa, reiterando a importância da fixação de uma população mais jovem.

Em certas zonas da cidade, observa-se as consequências dessa perda, com o abandono e consequente desertificação, como é o caso da freguesia da Ajuda, o que, por sua vez, leva a uma degradação urbana do seu património.

Nesse sentido, as Residências Universitárias, que até ao momento não demonstraram ser equacionadas pela Câmara, são apresentadas neste trabalho como uma ferramenta importante para a revitalização de zonas desqualificadas em Lisboa.

Além do contributo para a regeneração etária, a presença de estudantes acarreta consigo um conjunto de benefícios económicos e sociais, como a revitalização do comércio ou o surgimento de equipamentos comunitários que funcionam como espaços de encontro entre as várias comunidades, tornando-se óbvio a capacidade de tornar Lisboa numa cidade mais cativante enquanto destino de estudo.

Todavia, o número reduzido de alojamento estudantil, em Lisboa, obriga a uma procura de soluções fora do contexto universitário que tem vindo a aumentar progressivamente e que nem sempre se verificam ter condições adequadas ao tipo de vida de um estudante, como sucede na freguesia da Ajuda.

A presença do Pólo Universitário do Alto da Ajuda, que poderia ter um papel mais preponderante como centro activo e dinamizador para a zona, acaba por não ter um peso significativo para a freguesia, por ser

vítima de um plano inacabado e que o inibiu de possuir residências, acabando assim, por se tornar num equipamento “silencioso”, desligado do sítio onde está inserido..

Olhando a pormenor, verifica-se também que toda a zona ocidental de Lisboa apresenta um défice de residências, contabilizando-se apenas uma destinada a alunos da UL.

Perante esta situação, pode-se afirmar que é notável o potencial existente na criação de habitação destinada a estudantes universitários.

Neste âmbito, o Vale do Rio Seco surge como local de intervenção, ao estar geograficamente ligado ao Pólo e por se tratar de uma zona desqualificada, apresentando ainda, todas as condicionantes e problemáticas defendidas neste trabalho, tanto seja pelos edifícios votados ao esquecimento, como pela paisagem natural.

No seguimento dos propósitos anunciados pôs-se em prática um projecto para o Vale do Rio Seco, visando colmatar o défice de alojamentos.

Uma proposta que levou a alterações mais profundas, do que as intenções iniciais, deu origem a uma transformação do lugar numa centralidade universitária, verificando-se inevitavelmente a necessidade de acompanhar as Residências Universitárias com equipamentos comunitários, com qualquer outro bairro.

Sobre o risco de se tornar um lugar exclusivamente universitário transformando numa centralidade universitária, pretende-se com esta proposta antever outras preocupações, como a perda de população, bem como o seu envelhecimento. Espera-se com isto, a integração de uma comunidade jovem num meio profundamente envelhecido, com o objectivo de alcançar um equilíbrio etário e uma interação entre a população residente e os estudantes do Polo Universitario, sob a forma de entre-ajuda e partilha de experiências.

É preciso ter em atenção que este tipo de habitação é sazonal, e o período de férias escolares deve ser tido com especial cuidado, deixando aqui a ideia que durante este período as residências podem e devem ter um segundo propósito, podendo ser ocupadas durante conferências,

programas de Verão ou até mesmo ser alugadas a turistas, criando uma sustentabilidade contínua ao longo do ano, de modo a evitar situações semelhantes ao caso de Coimbra, onde durante a semana é invadida pelos estudantes, ficando deserta aos fins de semana, causando um impacto negativo à vida da cidade.

Uma última consideração, aquando do término deste trabalho surge um novo projecto para o Palácio Nacional de Ajuda, que poderá finalmente dar o impulso necessário para o crescimento da freguesia e colocar a Ajuda novamente no centro de Lisboa.

6. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

AAVV (2013); A freguesia da Ajuda no Tempo e no Espaço; Ramiro Leão e JFA, Lisboa

AAVV (2008); A Rua: Espaço, Tempo, Sociabilidade; Livros Horizonte, Lisboa

AAVV (2006); Atlas Urbanístico de Lisboa; Argumentum, Lisboa

AAVV (2009); História de Lisboa-Tempos fortes; GEO, Lisboa

AAVV (2011); Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa; UTL, Lisboa

AAVV (2007); Vazios Urbanos; Caleidoscópio, Lisboa

ABECASSIS, Maria Isabel Braga (2009); A Real Barraca. A Residência na Ajuda dos Reis de Portugal Após o Terramoto (1756-1794); Tribuna da História, Lisboa

ARCHER, François (2010); Novos princípios do urbanismo, Novos compromissos urbanos; Livros Horizonte, Lisboa

ALEXANDER, Christopher (1977); A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction; Oxford University Press, New York

BANDEIRINHA, José António (2007); O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974; Imprensa da Universidade, Coimbra

CALADO, Maria (1993); Atlas de Lisboa: A cidade no espaço e no tempo; Contexto, Lisboa

CARDOSO, António Muñoz (1993); Os edifícios da Tapada da Ajuda; ISA, Lisboa

CARVALHO, A. Ayres de (1979); Os Três Arquitectos da Ajuda. Do Rocaille ao Neoclássico, Lisboa

CARVALHO, Jorge (2009); Formas Urbanas; Edições Minerva Coimbra, Coimbra

CARVALHO, Ricardo (2016); A Cidade Social: Impasse, Desenvolvimento, Fragmento; Edições Tinta da China, Lisboa

CASTILHO, Júlio de (1939); Lisboa Antiga: Bairros Orientais, Volume I; CML

CHERMAYEFF, Serge e ALEXANDER, Christopher (1970); Comunidad y privacidad: Hacia una nueva arquitectura humanista; Nueva visión, Buenos Aires

CRISTOVÃO, Rodrigues de Oliveira (1551); Sumário em que brevemente se contém algumas cousas que há na cidade de Lisboa; Lisboa

FADIGAS, Leonel (2007); Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem; Edições Sílabo, Lisboa

FADIGAS, Leonel (2010); Urbanismo e Natureza, Os Desafios; Edições Sílabo, Lisboa

FERREIRA, Victor Matias (1987); A Cidade de Lisboa - De Capital do Império a Centro da Metrópole; Publicações Dom Quixote, Lisboa

FRANÇA, José Augusto (2005); Lisboa: Urbanismo e Arquitectura; Livros Horizonte, Lisboa

FRANÇA, José Augusto (2008); Lisboa, História Física e Moral; Livros Horizonte, Lisboa

DOBER; Richard P. Dober (1996); Campus Architecture: Building In The Groves Of Academe; McGraw-Hill ,Nova Iorque

GEHL, Jan (2004); Places for People; Gehl Architects, Copenhaga

GEHL, Jan (2010); Cities for People; Island Press, Washington

HOLSTON, James (1989); The Modernistcity: An Antropological Critique of Brasília; University of Chicago Press, Chicago, 1989

JACOBS, Jane (2014); Morte e vida das grandes cidades; Martins Fontes, São Paulo

LAMAS, João Manuel (1993); Morfologia urbana e desenho da cidade; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

LEITE, Ana Cristina e VILHENA, João Francisco (1991); Pátios de Lisboa, Aldeias entre muros; Gradiva, Lisboa

LERNER. Jaime (2014); Urban Acupuncture; Island Press, Washign-ton

LICHBOWSKY, Príncipe Felix (1845); Portugal Recordações do anno de 1842; Imprensa Nacional, Lisboa

Lisboa Triste (1916); Ignotus, Lisboa

LYNCH, Kevin(2001); A Imagem da Cidade; Edições 70, Lisboa

MUNÕZ; António (1993); Os edifícios da Tapada da Ajuda; ISA, Lisboa

NORBERG-SCHULZ, Christian (1991); Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture; Rizzoli, Nova Iorque

OLIVEIRA, Ricardo Girão e MATEUS, Adalberto Mascarenhas (1970); Técnicas de Engenharia de Trânsito, Estudo 2; Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes Terrestres, Lisboa

PATO, Bulhão (1984); Memórias: Scenas de Infância e Homens de Letras, Volume I; Academia Real das Sciencias, Lisboa

PCEVCML (1998); Bellem/Belém: Reguengo da Cidade; Edições ASA S.A., Lisboa

ROSETA, Filipa e MORAIS, João Sousa (2006); O Planos da Avenida da Liberdade e seu Prolongamento; Livros Horizonte, 2006

ROSSI, Aldo (2001); A Architectura da Cidade; Cosmos, Lisboa

RUDERS Carl Israel (2002); Viagem em Portugal 1798-1802, Volume I; Biblioteca Nacional, Lisboa

SILVA, Luís Gonçalves da (1987); Breve história da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, IGPA, Lisboa

TOSTÕES, Ana; Monsanto (1992); Parque Eduardo VIII, Campo Grande. Keil do Amaral, Arquitecto dos espaços verdes de Lisboa; Edições Salamandra, Lisboa

VASCONCELOS, José Leite de (1959); Páginas Olisiponenses; CML, Lisboa

OUTRAS PUBLICAÇÕES

AAVV (1995); Vale do Rio Seco e área envolvente; FA UTL, Lisboa

ABRANTES, António Emídio Abrantes (1938), Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa; CML, Lisboa

BÁRTOLO, Carlos (2005); Breve História deste Sítio, entre o sólido, o líquido e o gasoso; ArLíquido: Revista de design da ULL, Nº1, pp.30-53; Lisboa

BRITO, Vasco e CAMARINHAS, Catarina Teles Ferreira (2007); Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938); Cadernos do Arquivo Municipal - série I, pp. 165-191; CML, Lisboa

BONFANTINI; Bertrando (2012); The university as a factor of urban recomposition; Planum, The Journal of Urbanism, Nº24, Volume 1; 2012

CML (2011a); Estudo Estrutura Urbana Rio Seco; Lisboa, 2011

CML (2012); Lx-Europa 2020 – Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário; Lisboa

CML (2011b); Protocolo relativo ao Pólo Universitário do Alto da Ajuda entre o Município de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa; Proposta nº539/2011

CML (2012); Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa; Lisboa, 2012

CML (2014); Documento de apresentação do programa Uma Praça em cada Bairro; Lisboa, 2014

FERREIRA, Maria Júlia (1994); O Bairro Social do Arco do Cego—uma aldeia dentro da cidade de Lisboa; *Análise Social*, Volume XXIX, N.º 127, pp. 697-709; Lisboa

GMPEV (2009); Parque Urbano e Plano Pormenor do Cruzeiro e Rio Seco; Requerimento nº09; Lisboa

IMTT (2011); Rede Pedonal: Princípios de planeamento e desenho; Lisboa

LOBO, Manuel Leal da Costa (1989); Plano de salvaguarda e valorização da Ajuda-Belém, Sociedade e Território, Lisboa, N.º10-11, pp.74-89; Lisboa

NZTA (2009); *Pedestrian Planning and Design Guide*; Wellington

PEREIRA, Nuno Teotónio (1994); Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário; *Análise Social*, Volume XXIX, N.º127, 509-524; Lisboa

PORTAS, Nuno (1986); O Processo SAAL, Entre o Estado e o Poder Local; *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º18/19/20, Lisboa

ROSA, Isabel (2006); Ajuda. Evolução Histórico-Urbana; FA UTL, Lisboa pp. 129-133

SILVA, Maria Antónia Lucas da Silva e MADEIRA, Sérgio (2009); As Républicas de Coimbra; Gabinete de Arqueologia, Arte e História, CMC; Coimbra

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2005); É urgente Reabilitar a Aldeia, Engenharia e Vida, Nº12, p.14-21; Lisboa

TELLES, Gonçalo Ribeiro (1969); Evolução dos espaços verdes de Lisboa, Arquitetura, Planeamento, Design e Artes Plásticas, Nº108, pp.44-51; Lisboa

THOMSEN, Judith e EIKEMO, Terje Andreas (2010); Aspects of Student Housing Satisfaction: A Quantitative Study; Journal of Housing and the Built Environment, Volume 25, Nº3, pp.273–293; Dordrecht

MPAT; Plano de implantação do Pólo Universitário do Alto da Ajuda; Portaria nº1290/93

TIAGO, Maria da Conceição (2010); Bairros Sociais da I República: projectos e realizações, Ler História, Nº59, pp.249-272; ISCTE, Lisboa

VIEIRA, Álvaro Siza (1986); O 25 de Abril e a Transformação da Cidade, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº18/19/20; Lisboa

WORX (2013); Student Housing Review; Lisboa

DOCUMENTOS ACADÉMICOS

CARDIA, Marcelo (2013); Limite como Memória, Consolidação da rua do Sítio ao Casalinho da Ajuda a propósito do Parque Natural do Rio Seco; FA UL, 2016; Tese de Mestrado

FADIGAS, Leonel (1993); A Natureza na Cidade: Uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano; ISA UTL; Tese de Doutoramento

JESUS, Maria Lígia de (2005); Os Conflitos em Duas Residências Universitárias; ISCSP UTL; Tese de Doutoramento

MATOS, Madalena da Cunha (2000); As cidades e os campos: Contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal; FA UTL; Tese de Doutoramento

PEDROSA, Guilherme (2015); Palácio Nacional da Ajuda : contexto e transição de escala; FA UL; Tese de Mestrado

THOMSEN, Judith (2010); Student Housing – Student Homes? Aspects of Student Housing Satisfaction; Tese de Doutoramento

SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos (2015); Entre Habitação e Cidade: Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910-1920; FA UL; Tese de Doutoramento

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Archiginnasio di Bologna

http://www.wikiwand.com/it/Archiginnasio_di_Bologna

Consultado em 03-09-2016

Área Metropolitana de Lisboa

<http://www.aml.pt/>

Consultado em 05-03-2015

Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa

<http://bipzip.cm-lisboa.pt>

Consultado na Web em 15-11- 2014

Câmara Municipal de Lisboa

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo>

Consultado em 22-09-2014

Diário de Notícias, Morar na Ajuda é um inferno

www.dn.pt/arquivo/2007/interior/morar-na-ajuda-e-viver-no-inferno-660071.html

Consultado em 21-04-2016

Diário de Notícias, Oito esquadras da PSP em Lisboa vão fechar portas

<http://www.dn.pt/sociedade/interior/oito-esquadras-da-psp-em-lisboa-vao-fechar-portas-5290470.html>

Consultado em 21-04-2016

Eduardo Bairrada, dos estudos da Calçada portuguesa, numa rua da Ajuda

<https://toponimialisboa.wordpress.com/2016/04/28/eduardo-bairrada-dos-empedrados-de-lisboa-numa-rua-da-ajuda/>

Consultado em 08-03-2016

Gabinete de Estudos Olisiponenses

<http://geo.cm-lisboa.pt/>

Consultado em 02-08-2016

Gebalis

<http://www.gebalis.pt/>

Consultado em 08-08-2016

Incubadoras de Lisboa

<http://www.incubadoraslisboa.pt/>

Consultado em 11-03-2016

Instituto Nacional de Estatística

<http://censos.ine.pt/>

Consultado em 22-09- 2014

Instituto Superior de Agronomia

<http://www.isa.utl.pt/tapada/>

Consultado em 14-08-2016

Jornal de Negócios, Universidade do Minho gera impacto económico de 197 milhões

http://www.jornaldenegocios.pt/economia/educacao/detalhe/universidade_do_minho_gera_impacto_economico_de_197_milhoes.html

Jornal Oficial da União Europeia, Estado atual da estratégia Europa 2020

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:-52014DC0130>

Consultado em 28-08-2016

Junta de Freguesia da Ajuda

<http://www.jf-ajuda.pt>

Consultado em 22-09-2014

Orçamento Participativo Lisboa

<http://www.lisboaparticipa.pt/home>

Consultado em 15-11- 2014

Os Benefícios Econômicos de Construir Cidades Caminháveis

<http://blogs.iadb.org/ciudadessostenibles/2013/03/29/os-beneficios-economicos-de-construir-cidades-caminhaveis/>

Consultado em 06-10- 2014

Página oficial de turismo de Bolonha

<http://www.bolognawelcome.com/en/students/>

Consultado em 03-09-2016

Palácio Nacional da Ajuda

<http://www.palacioajuda.pt/pt-PT/palacio/historia/ContentDetail.aspx>

Consultado em 12-09-2015

Parque Florestal de Monsanto

<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia/historial-do-parque-florestal-monsanto>

Consultado em 16-02-2016

Património Cultural

<http://www.patrimoniocultural.pt/>

Consultado em 15-11-2014

Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/>

Consultado em 09-08-2016

Programa Aconchego

<http://www.bonjoia.org/projetos/populacao-senior-programa-aconchego>

Consultado em 24-08-2016

Programa Lado a Lado

<http://sol.sapo.pt/artigo/53233/alojamento-a-estudantes-em-troca-de-apoio-a-idosos->

Consultado em 24-08-2016

Público, Repúblicas de Coimbra: As casas das portas abertas não as querem fechar

<https://www.publico.pt/sociedade/noticia/republicas-de-coimbra-as-casas-das-portas-abertas-nao-as-querem-fechar-1698211>

Consultado em 23-06-2016

RevelarLX

<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/>

Consultado em 15-01-2016

Serviços de Acção Social Universidade de Lisboa

<https://www.sas.ulisboa.pt/index.php?opt=5;02&chvP=0>

Consultado em 15-11- 2014

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

<http://www.monumentos.pt/>

Consultado em 01-08-2016

Sociedade de Reabilitação Urbana Lisboa Ocidental

<http://www.lisboaocidentalsru.pt/>

Consultado em 22-09- 2014

Studentwerk Berlin (Rede de Trabalho para Estudantes)

<http://www.studentenwerk-berlin.de/en/>

Consultado em 11-03-2016

Uma Praça em cada Bairro

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro>

Consultado em 29-01-2015

Universidade de Bolonha

<http://www.unibo.it/it>

Consultado em 03-04-2016

Universidade de Coimbra

<http://www.uc.pt/>

Consultado em 03-04-2016

Universidade de Lisboa

www.ul.pt

Consultado em 22-09-2014

DOCUMENTOS VÍDEO

As Operações SAAL; Midas Filmes, João Dias, 2007

Consultado em 16-05-2014

Colecção Bairros-Populares Ajuda; RTP Arquivo, 1990

<http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=2345&tm=35&visual=4>

Consultado em 25-10-2014

Vizinhos, Álvaro Siza revisita 4 bairros sociais em 4 cidades da Europa: Porto, Veneza, Haia e Berlim; SIC Notícias, 2016

<http://sicnoticias.sapo.pt/programas/vizinhos>

Consultado em 28-05-2016

Reconstrução Virtual do Pátio das Arcas; Centro de Estudos de Teatro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013

<https://www.youtube.com/watch?v=M5cvaAofTa8>

Consultado em 09-09-2016

TRABALHO DE CAMPO

O Meu Bairro, Vem Fazer um Retrato da Ajuda; FOS, Associação de Fotografia e Video Participativo; Lisboa, 2016

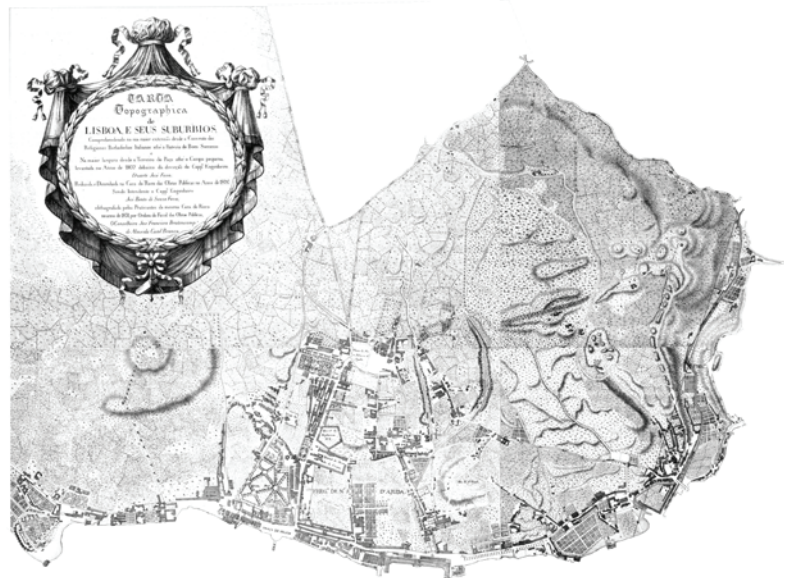
Feiro do Galo; Locals, Projecto d'Ajuda; Largo da Torre, Lisboa, 2016

Tertúlia na Ajuda; Locals, Projecto d'Ajuda; Pátio Alfacinha, Lisboa, 2016

7. ANEXOS

I. CARTOGRAFIA RELEVANTE DA ZONA OCIDENTAL DA AJUDA	133
II. HISTÓRIA DO RIO SECO E AJUDA EM FOTOGRAFIAS	135
III. ANÁLISE URBANA NO VALE DO RIO SECO	139
IV. ANÁLISE BACIA HIDROGRÁFICA	145
V. ANÁLISE VIÁRIA DO VALE DO RIO SECO	147
VI. LEVANTAMENTO DOS PROJECTOS SRU OCIDENTAL	155
VII. VISITA RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DE LISBOA	157
VIII. MAQUETES	159
IX. DESENHOS	165
X. PAINÉIS	169

I. CARTOGRAFIA RELEVANTE E IMAGENS HISTÓRICAS DA ZONA OCIDENTAL E AJUDA



Planta de Lisboa 1807.
Cartografia Faculdade de Arquitectura



Planta de Lisboa 1856/58.
Cartografia Faculdade de Arquitectura



Planta de Lisboa. Silva Pinto 1904/11.
Cartografia Faculdade de Arquitectura



II. HISTÓRIA DO RIO SECO EM FOTOGRAFIAS



Rio Seco, Arquivo Municipal de Lisboa



Ajuda de antigamente: chafariz do Rio Seco, 1953.

O chafariz foi construído em 1821, Fotografia de Fernando Martinez Pozal. Arquivo Municipal de Lisboa.



Ajuda de antigamente: lavadouro do Rio Seco. Ontem, a propósito do Rio Seco, alguns fregueses mencionaram o antigo lavadouro público. Aqui está ele. Fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo. Arquivo Municipal de Lisboa.



Ajuda de antigamente: Rio Seco, 1939. Fotografia de Eduardo Portugal. Arquivo Municipal de Lisboa.



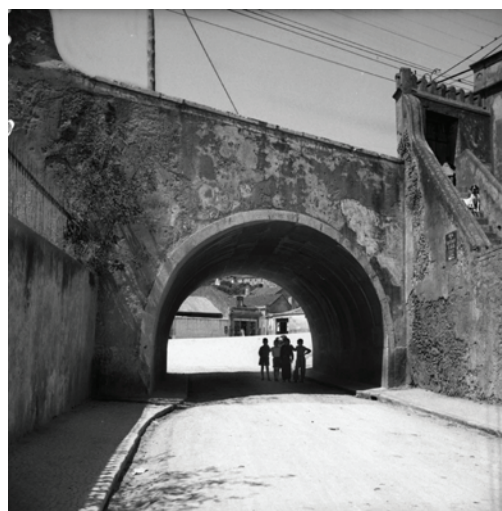
Ajuda de antigamente: Largo do Rio Seco em 1965.
Fotografia de Artur Goulart. Arquivo Municipal de Lisboa.



Ajuda de antigamente: Panorâmica sobre Monsanto, tirada a partir de Casal de Pedro Teixeira em 1940.
Fotografia de Eduardo Portugal. Arquivo Municipal de Lisboa.



Ajuda de antigamente: chafariz do Rio Seco, 1947.
Fotografia de Fernando Martinez Pozal. Arquivo Municipal de Lisboa.



Viaduto do Rio Seco AML
Pozal, Fernando Martinez. 1899-1971, fotografo [c. 1953]



Sítio do Rio Seco AML
Guedes, Paulo. 1886-1947, fotografo [19--]



Fotografia de Eduardo Portugal. Arquivo Municipal de Lisboa.
Editada pelo autor.



Rua do Rio Seco, esquina da rua do Mirador
Figueiredo, Vasco Gouveia de



Lavadouro p'blico
1966-12
Goulart, Jo, o Hermes Cordeiro



Largo do Rio Seco
Goulart, Jo, o Hermes Cordeiro



O registo de uma viagem no 18, pela Ajuda!

"Vai-se ao mercado porque o peixe É fresco e os legumes têm cores outrora encontrados nas hortas que faziam parte de Lisboa quando a cidade ainda era uma aldeia. Uma aldeia calma semelhante à acalmia verificada ainda hoje numa manh., de fim-de-semana no bairro da Ajuda, onde as floristas continuam a dar cor a um terminal que pouco tem de bonito." Leia mais clicando no link: <http://www.diariodotripulante.pt/2012/05/um-retrato-bairrista-do-18-e-seus.html>



Ajuda de antigamente: Fotografia de 1960.
Cemitério da Ajuda, terminal do eléctrico 18 na Rua das Áucenas



Ajuda de antigamente: Palácio da Ajuda a partir da Rua da Bica do Marquês (1939).
Fotografia de Eduardo Portugal. Arquivo Municipal de Lisboa.



Ajuda de antigamente: fotografia aérea de 1934.
Fotografia de Pinheiro Correia. Arquivo Municipal de Lisboa.

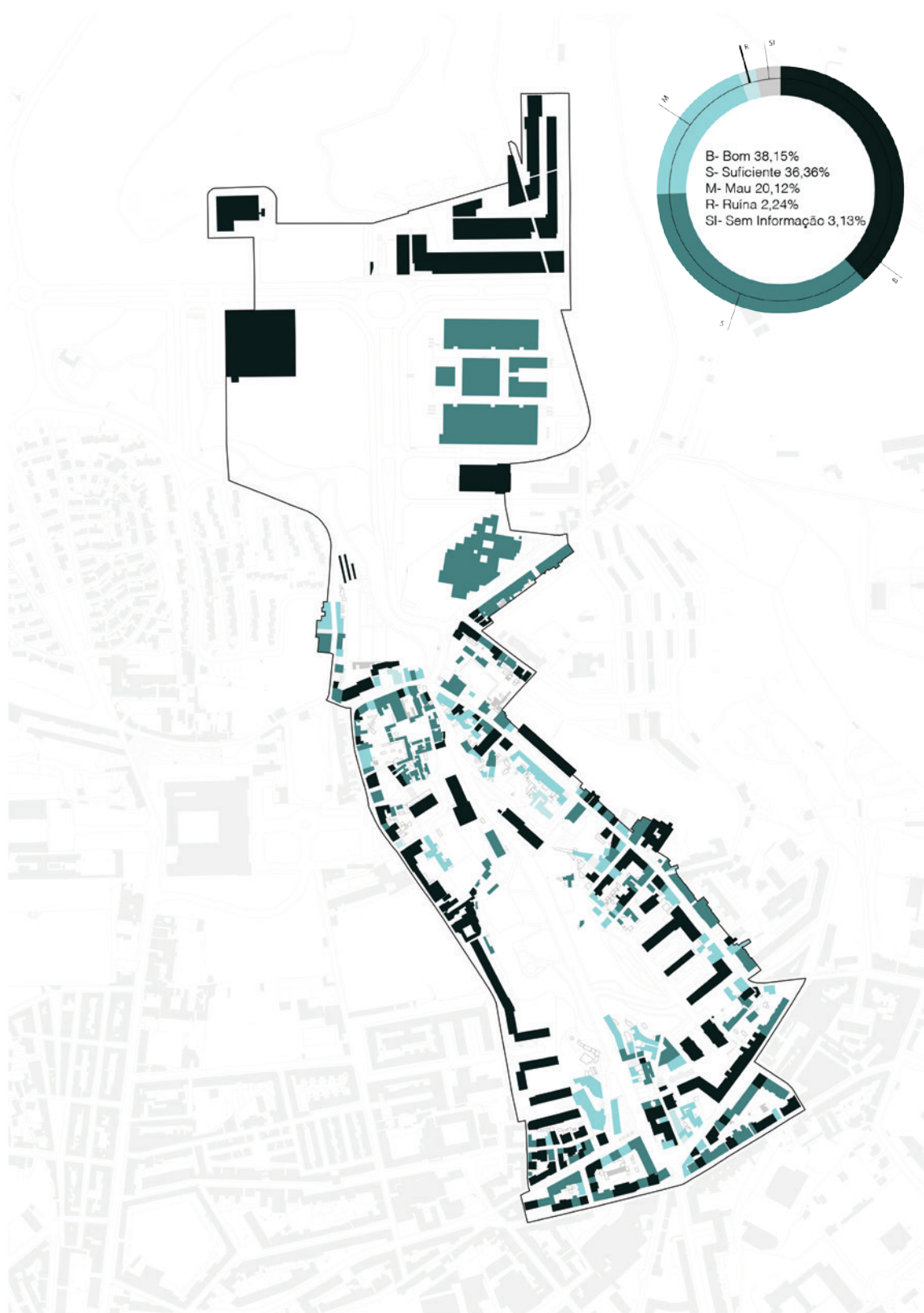
III. ANÁLISE URBANA NO VALE DO RIO SECO

- 1- Planta de Cadastro
- 2- Planta de Volumetrias
- 3- Planta de Estado de Conservação
- 4- Planta de Usos
- 5- Planta de Estado de Ocupação

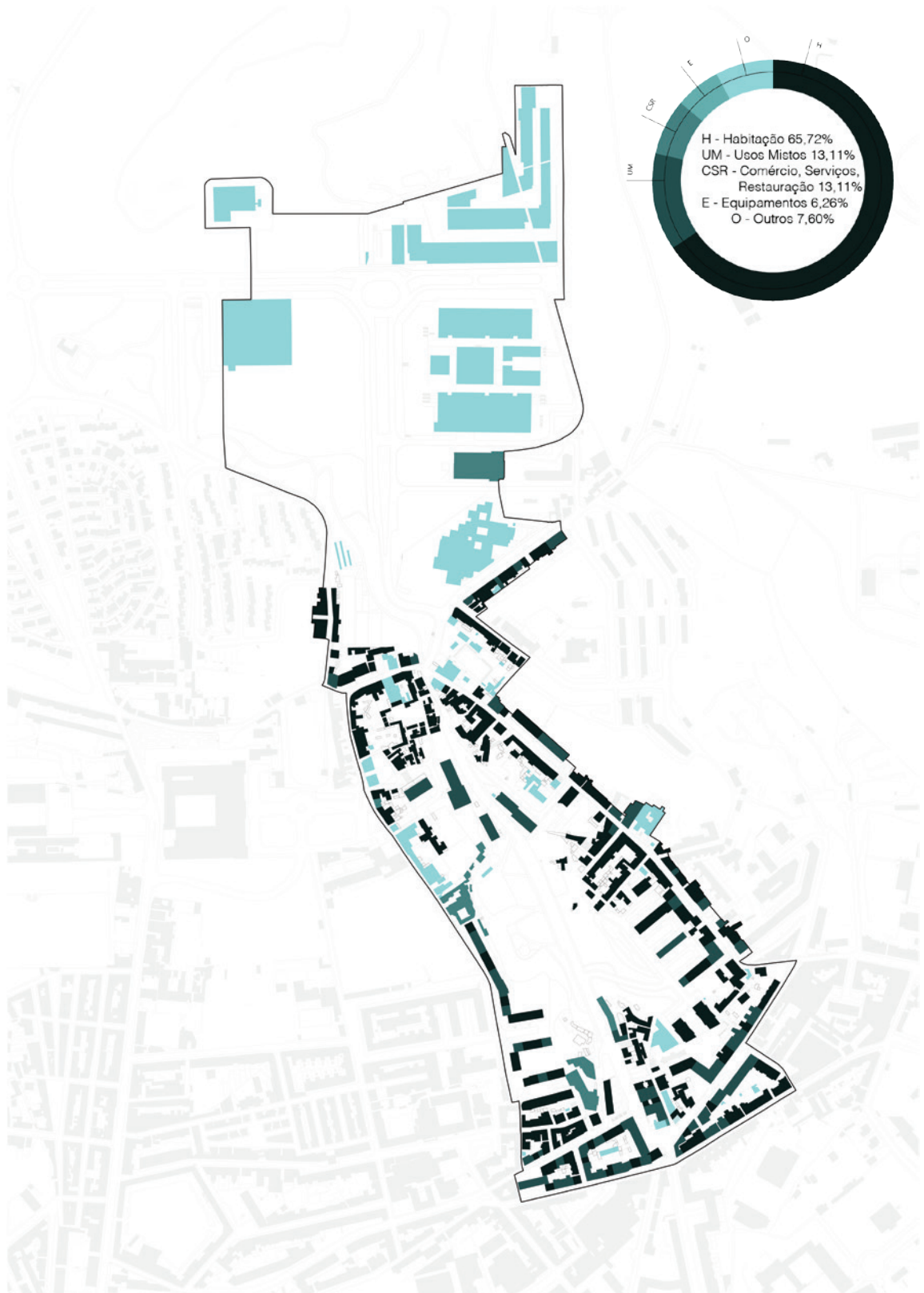


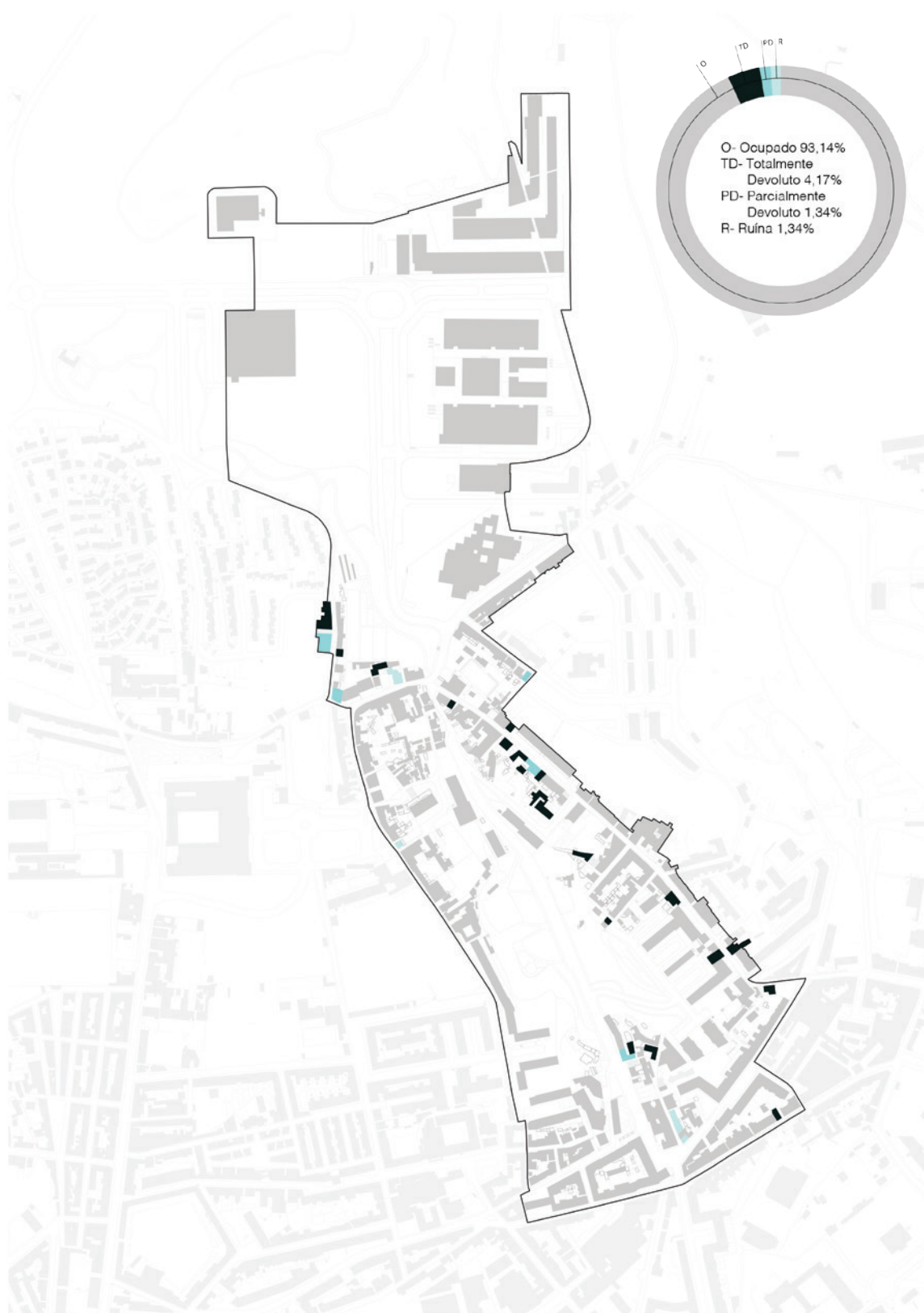
2



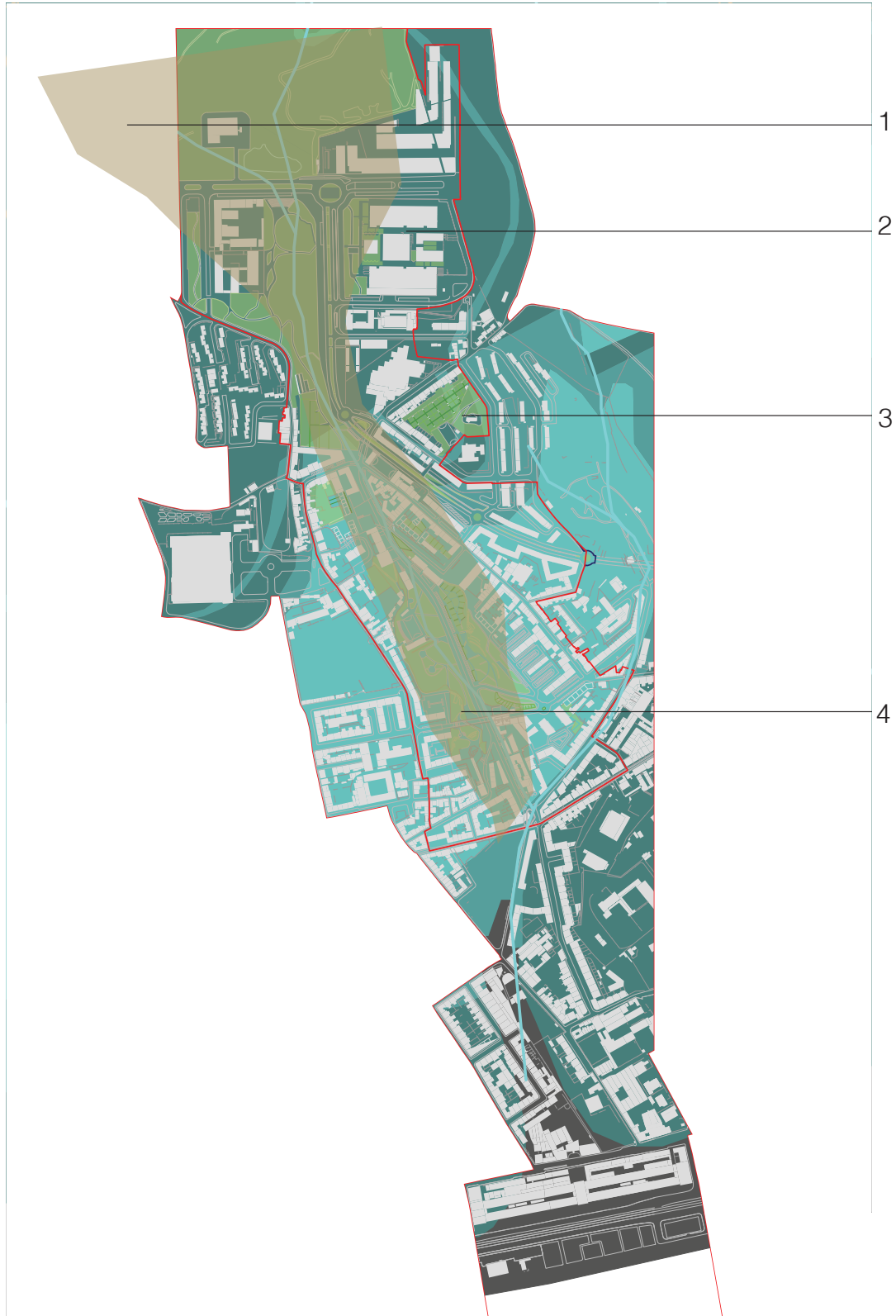


4





IV. ANÁLISE BACIA HIDROGRÁFICA



-
- 1 ————— Área de Projecto
592 118,58 m2 59,21 ha
- 2 ————— Área de Bacia
335 399,89 m2 33,54 ha

Área de Bacia dentro da Area de Projecto
292 544,94 m2 29,25 ha
- 3 ————— Área Permeável*
185 157,74 m2 18,52 ha 31,27%
Área Permeável dentro da Bacia*
121 048,57 m2 12,10 ha 41,38%
Área Impermeável
406 960,84 m2 40,70 ha 68,73%
Área Impermeável dentro da Bacia
171 496,37 m2 17,50 ha 58,62%
- 4 ————— Área Solos dentro da Area de Projecto

BASALTO?
Complexo Vulcânico de Lisboa (β1) 173 179,67 m2 17,32 ha
CVL piroclástico (β2) 5 650,22 m2 0,57 ha

CALCÁRIO?
Formação da Bica (C2Bi) 113 669,52 m2 11,37 ha

Área Permeável por Solo *
BASALTO?
Complexo Vulcânico de Lisboa (β1) 91 177,76 m2 9,12 ha 31,17%
CVL piroclástico (β2) 670,23 m2 0,07 ha 0,23%

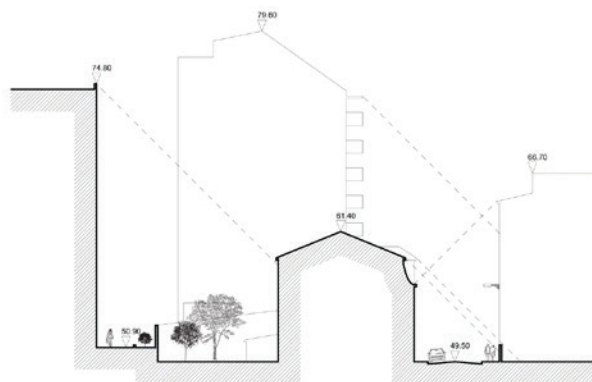
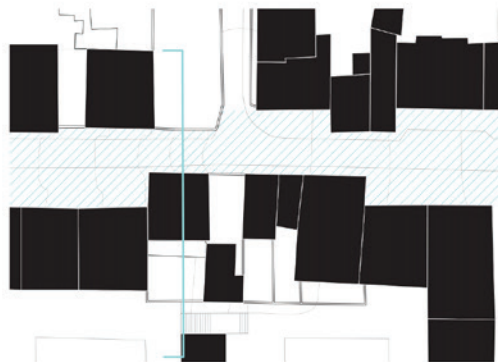
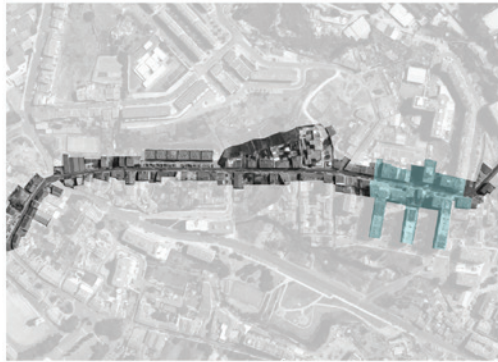
CALCÁRIO?
Formação da Bica (C2Bi) 29 200,58 m2 2,92 ha 9,98%

Precipitação Anual em mm

	Lisboa
2010	1 598,0
2011	1 045,4
2012	862,4
2013	805,8
2014	1 161,9
2015	496,6

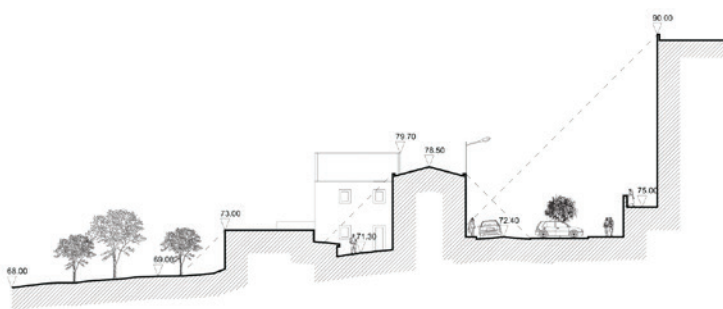
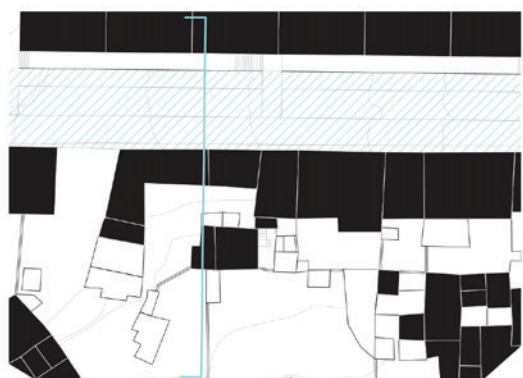
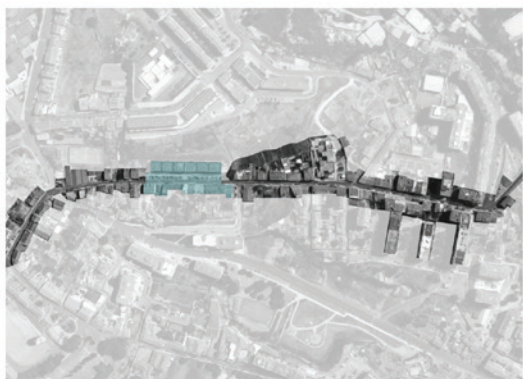
* Faltam os coeficientes

V. ANÁLISE VIÁRIO DO VALE DO RIO SECO



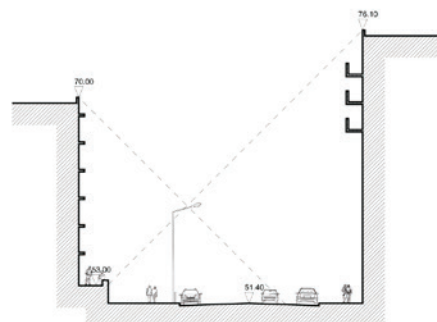
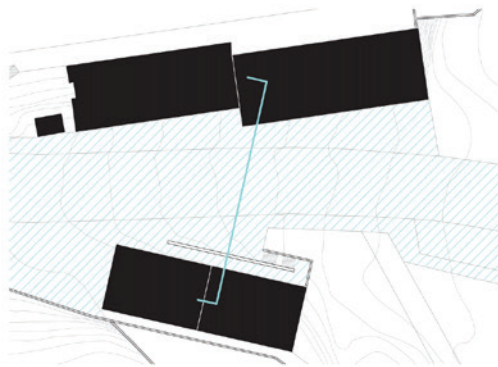
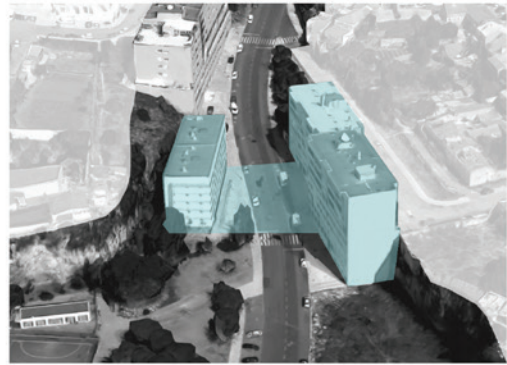
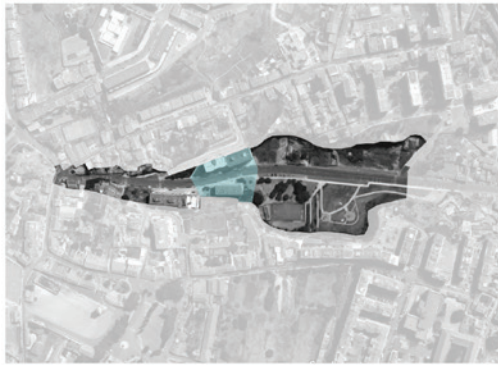
Rua do Cruzeiro:

- 7,71 m de largura
- 9,09 % inclinação



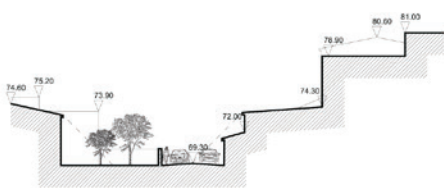
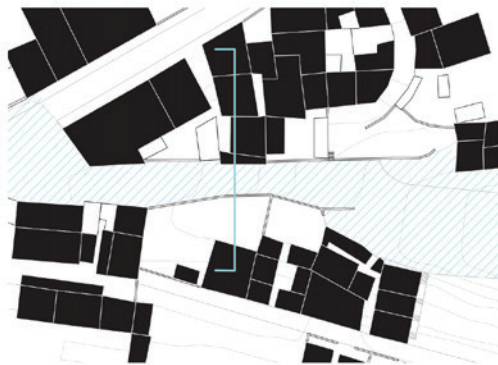
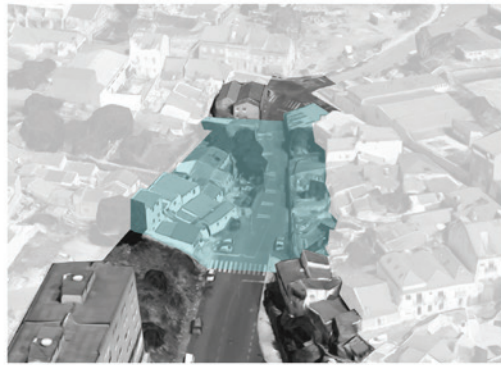
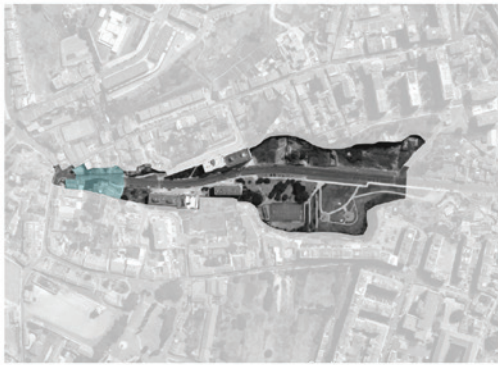
Rua do Cruzeiro 2:

- 3,72 m de largura
- 5,36 % inclinação



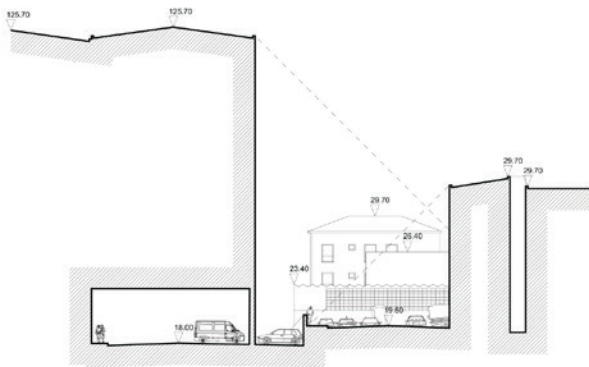
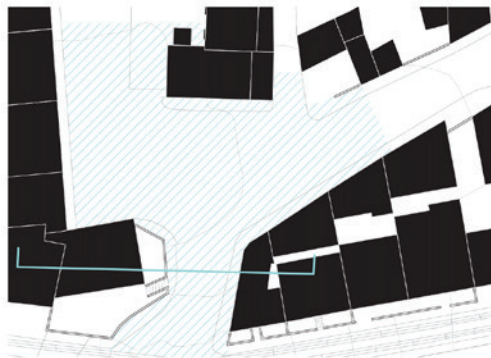
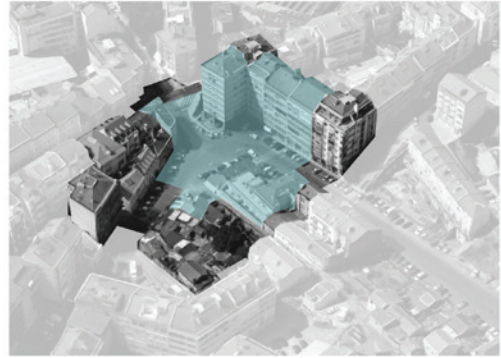
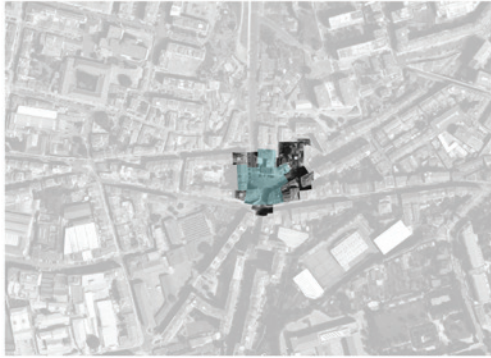
Rua Eduardo Bairrada:

- 24,49 m de largura
- 9,26 % inclinação



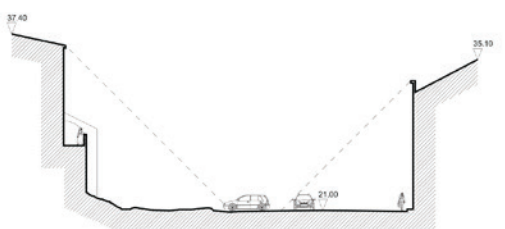
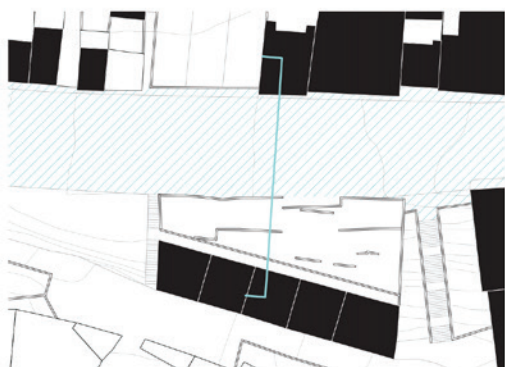
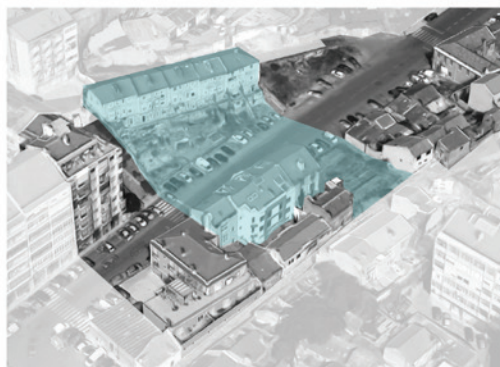
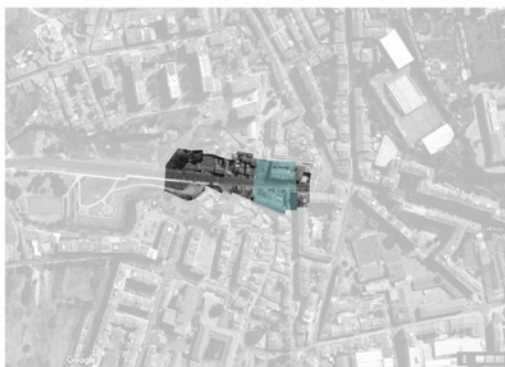
Rua Eduardo Bairrada:

- 5,54 m de largura
- 8,24 % inclinação



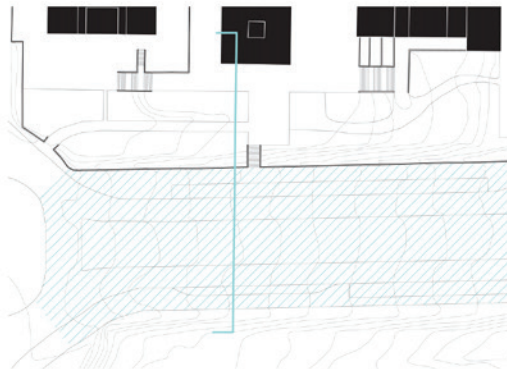
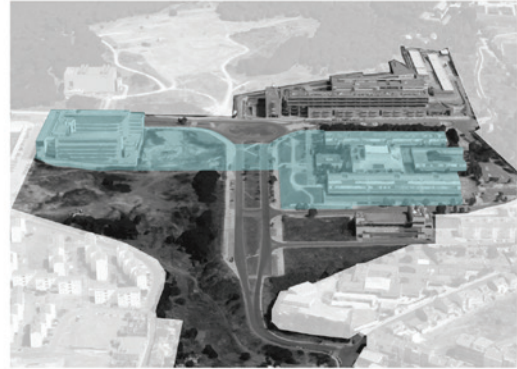
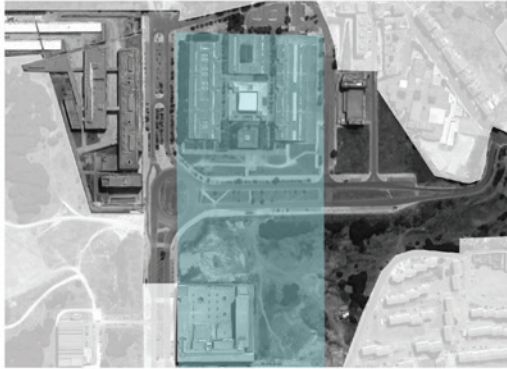
Largo do Rio Seco:

- 17,83 m de largura
- 10 % inclinação



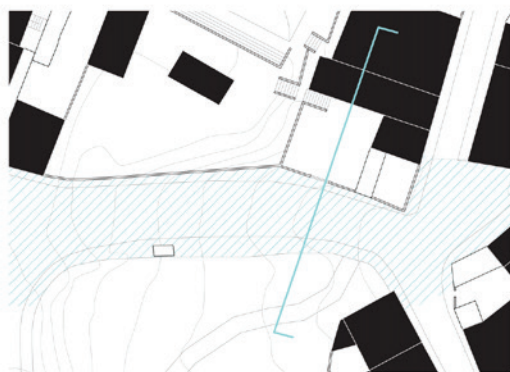
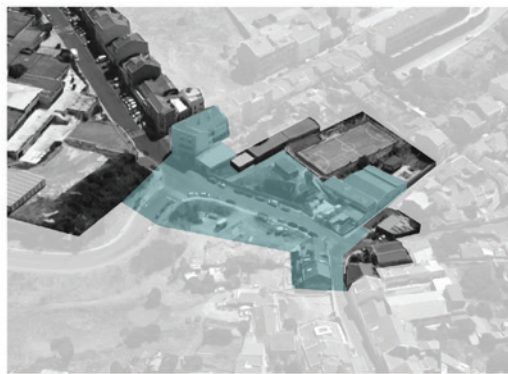
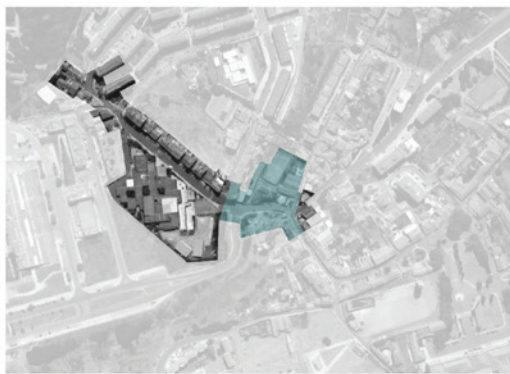
Rua do Rio Seco:

- 18,29 m de largura
- 5,97 % inclinação



Rua Sá Nogueira:

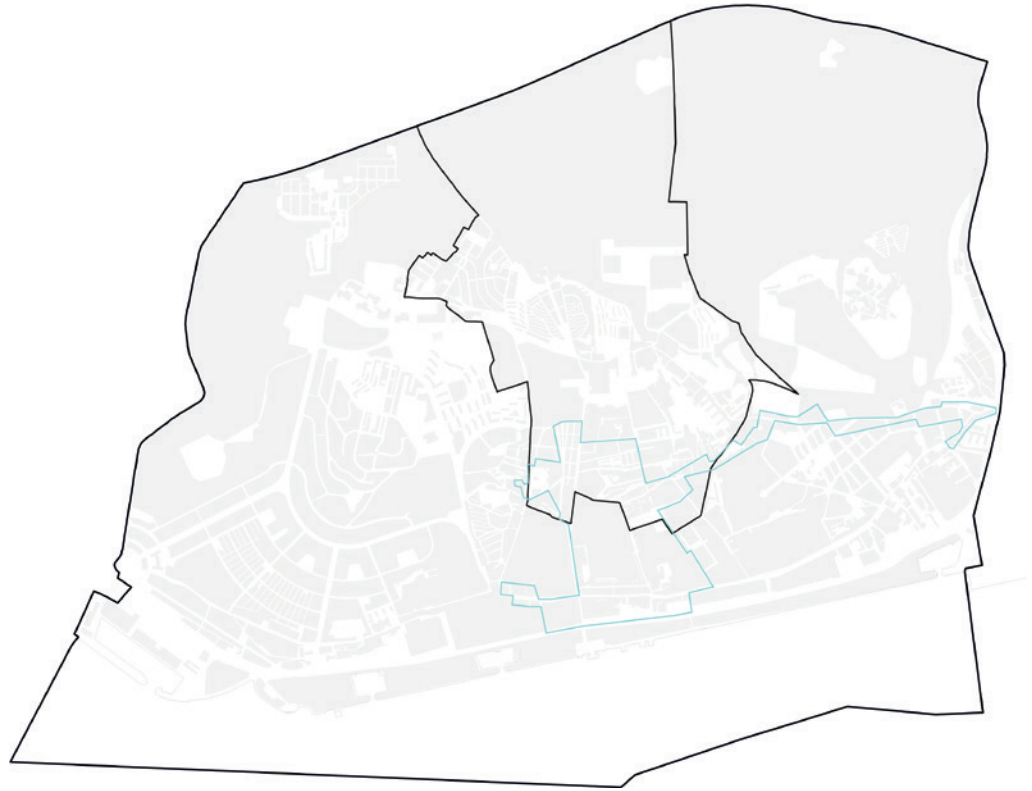
- 49,94 m de largura
- 6,96 % inclinação



Rua do Sítio do Casalinho:

- 13,25 m de largura
- 14,11 % inclinação

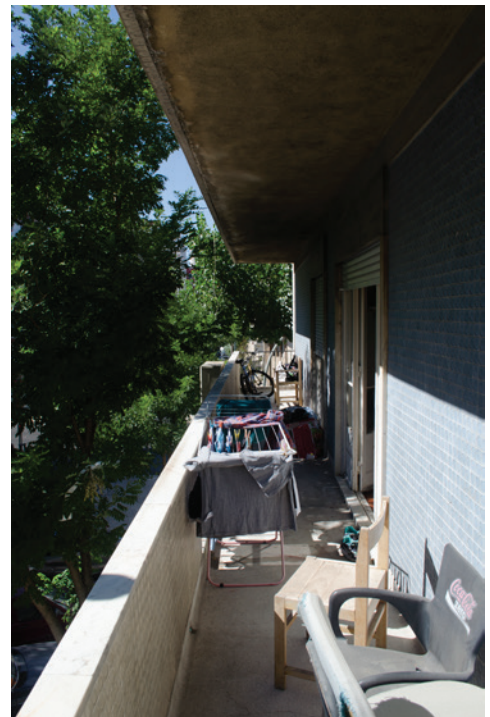
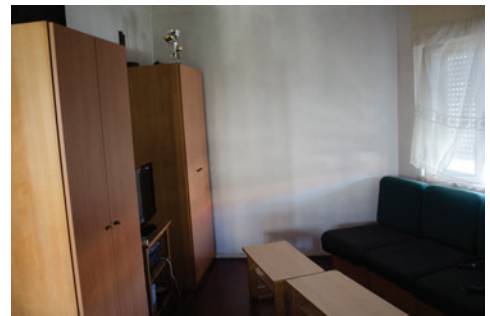
VI. LEVANTAMENTO DOS PROJECTOS SRU OCIDENTAL





VII. VISITA RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DE LISBOA

RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA RUA GONÇALO CRESPO

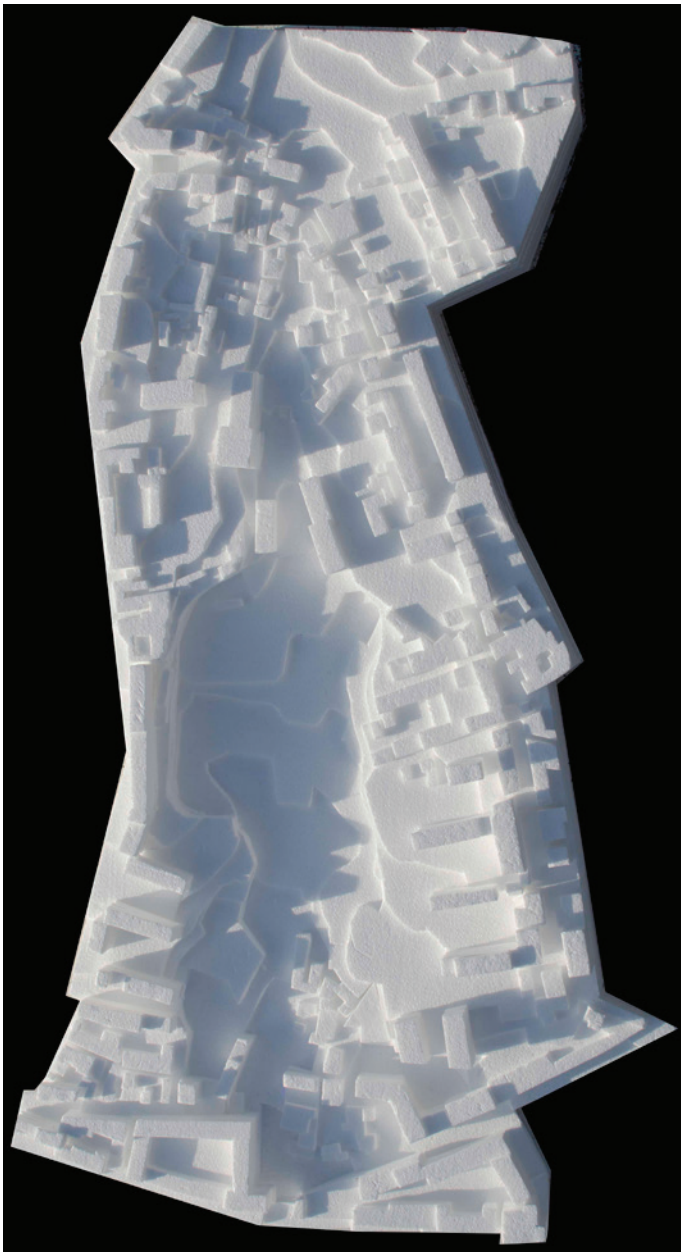


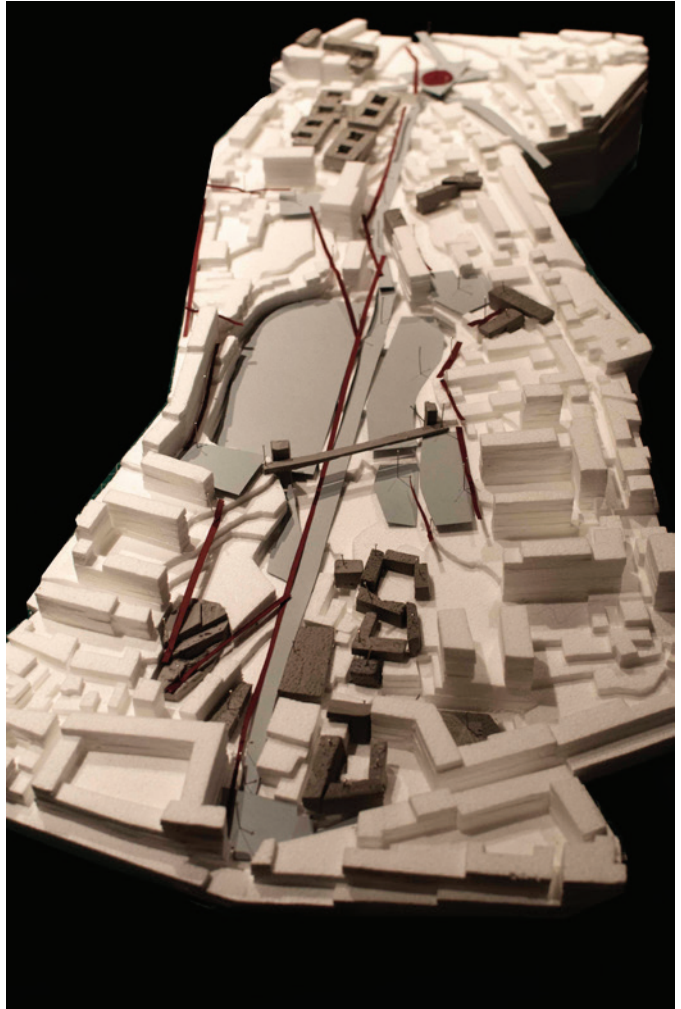
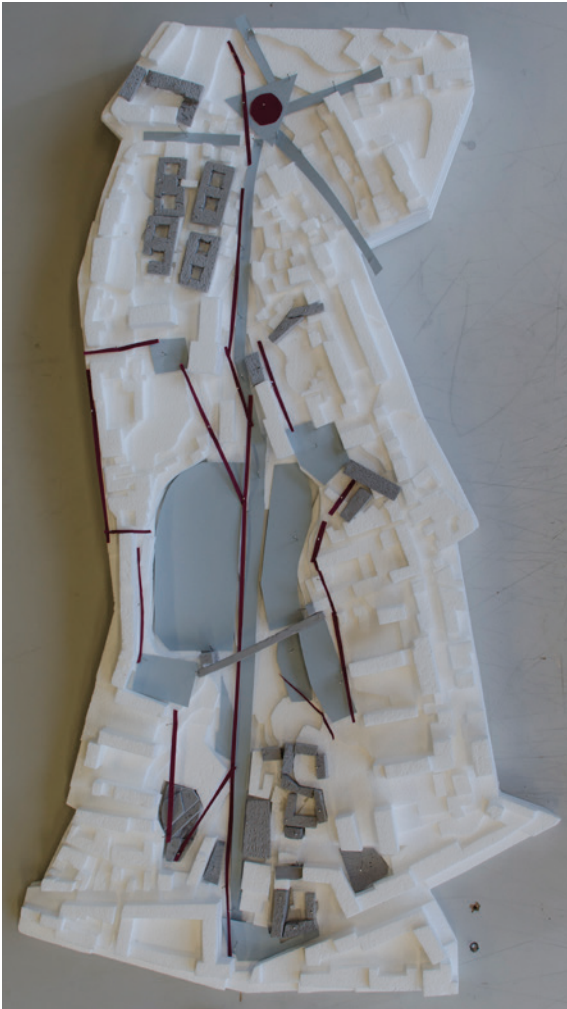
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA RUA LUIS DE CAMÕES



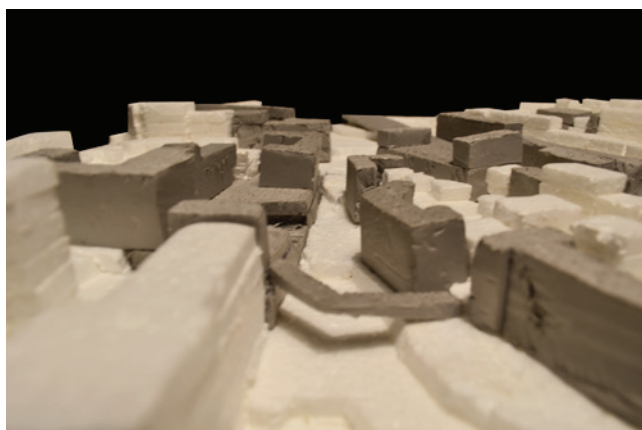
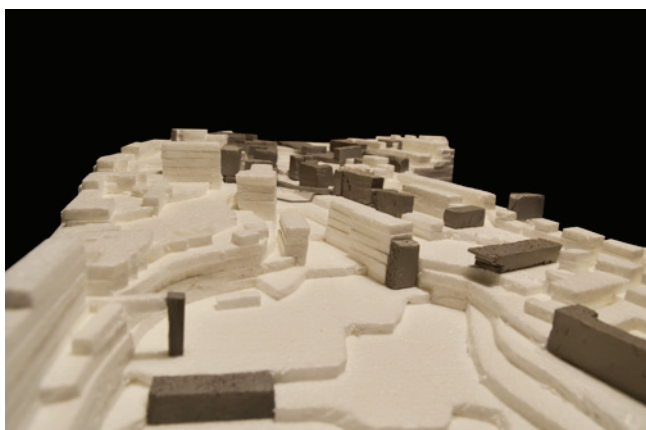
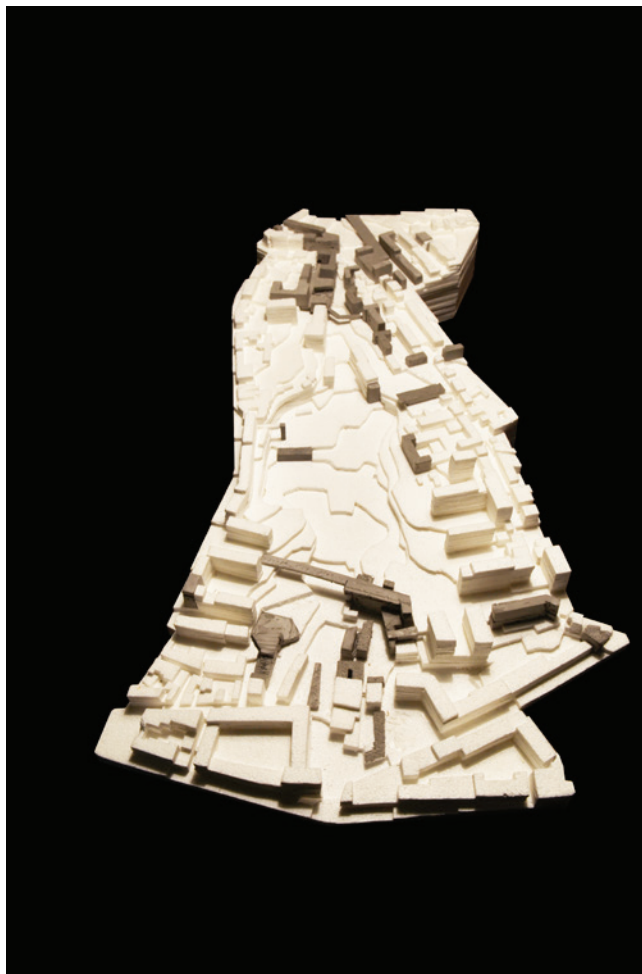
VIII. MAQUETES

MAQUETE URBANA VALE DO RIO SECO 1/1000

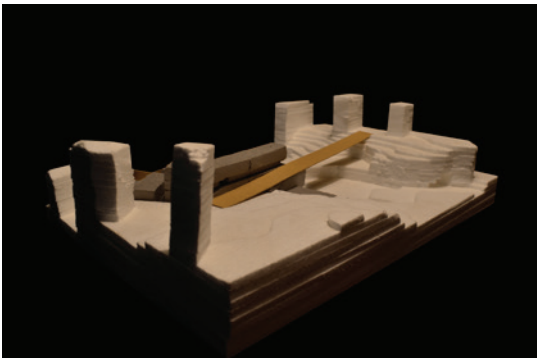
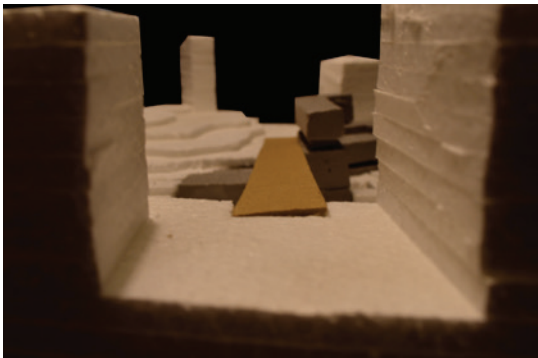
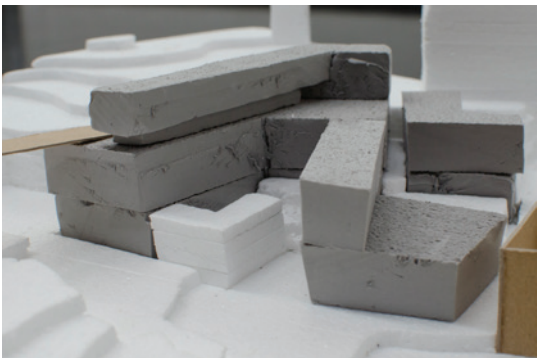




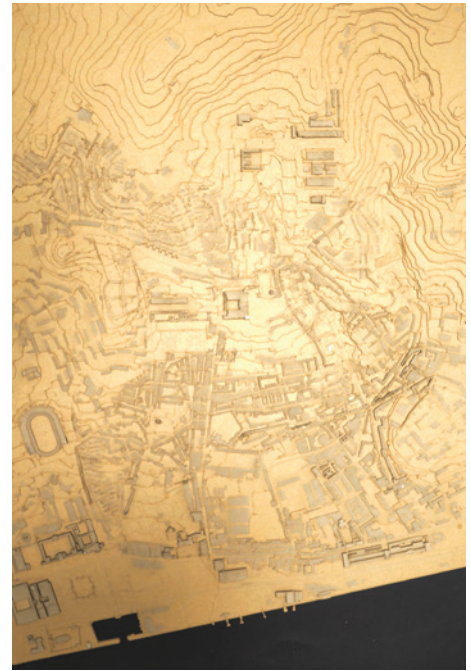
MAQUETE URBANA VALE DO RIO SECO 1/1000



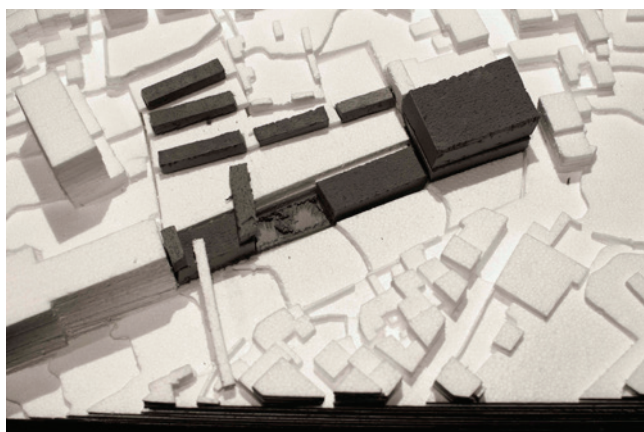
MAQUETE LARGO DO RIO SECO 1/500



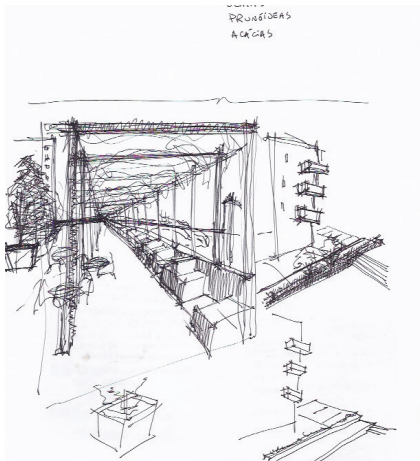
MAQUETES DE BELÉM E AJUDA 1/5000



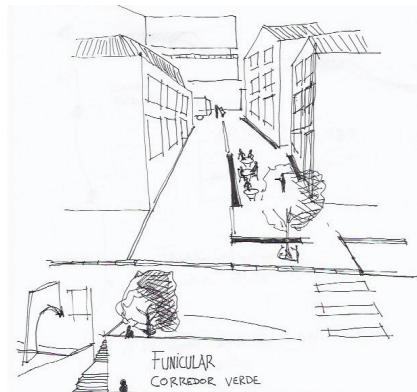
MAQUETES DO PÁTIO SEABRA 1/500



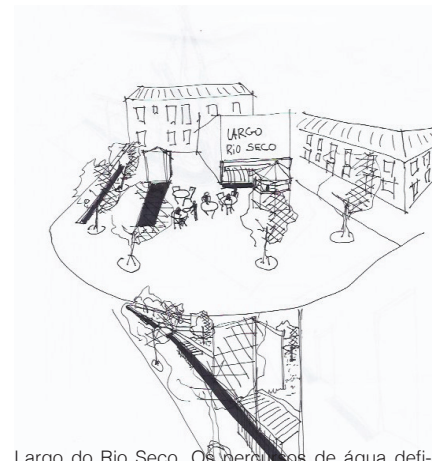
XIX. DESENHOS



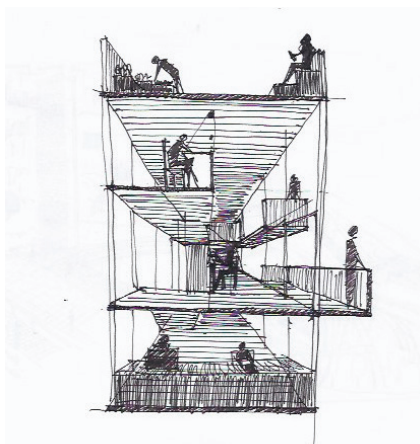
Terraço do silo automóvel na Travessa do Mirador.



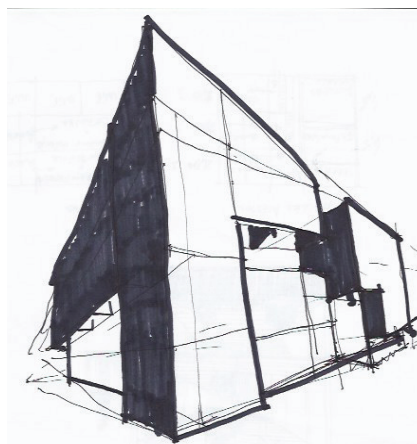
Entrada para a Rua Silva Porto a partir da Rua do Rio Seco.
Espaço de espera na estação do funicular na Rua do Rio Seco.



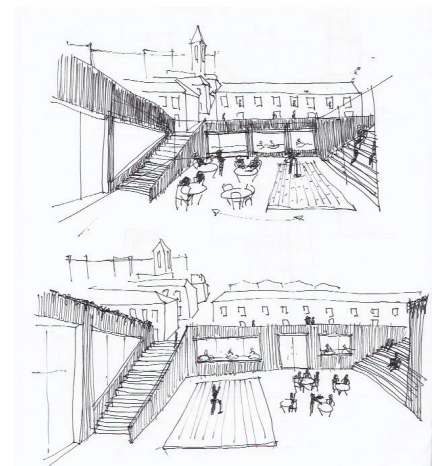
Largo do Rio Seco. Os percursos de água definem o espaço público.



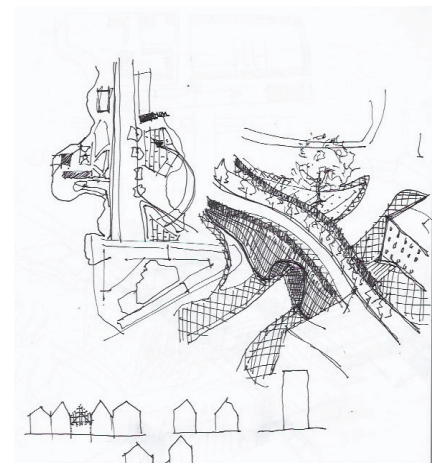
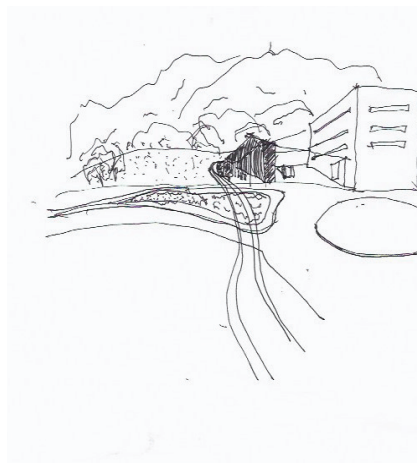
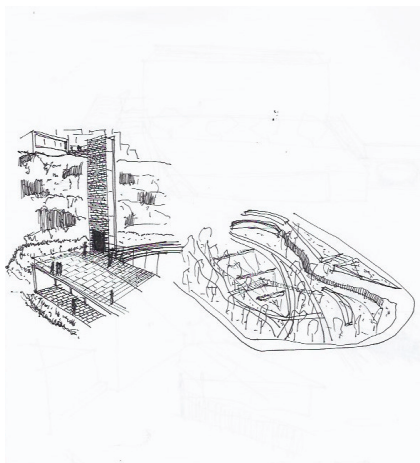
Conceito para espaços comuns das Residências Universitárias.

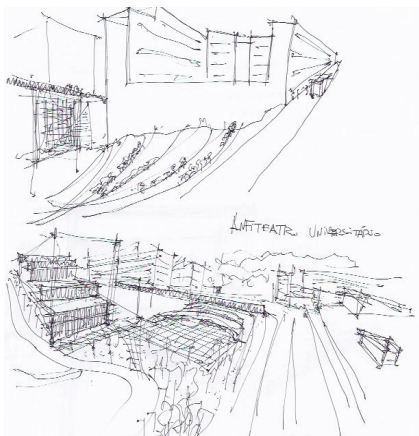


Estudo para fachadas da Residência Universitária no Pátio Seabra.

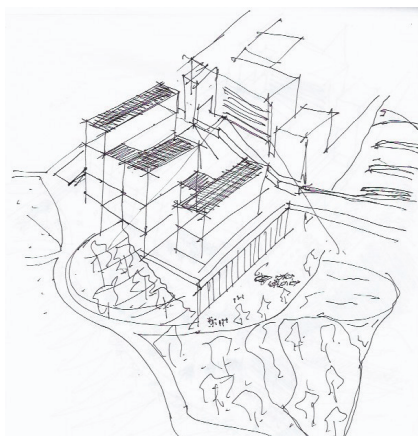


Pátio inferior do Pátio Seabra.

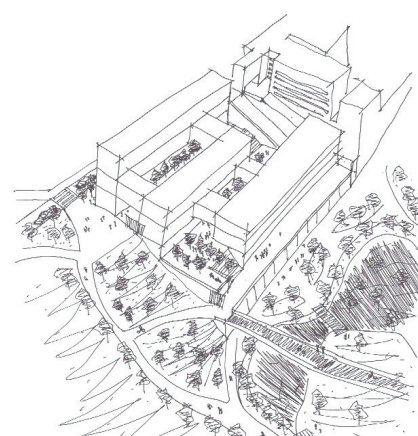




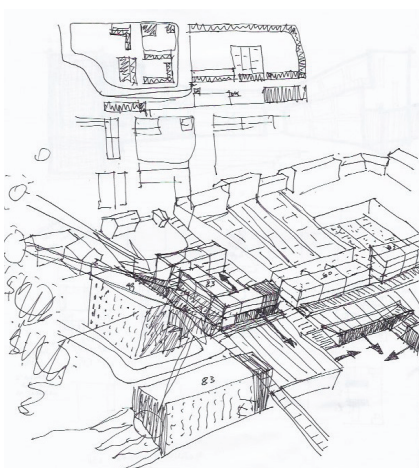
Esboços do pólo de investigação no Pólo Universitário e do parque urbano de enquadramento.



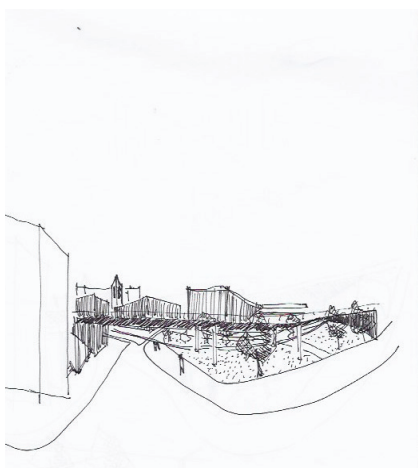
Estudo do pólo de investigação no Pólo Universitário.



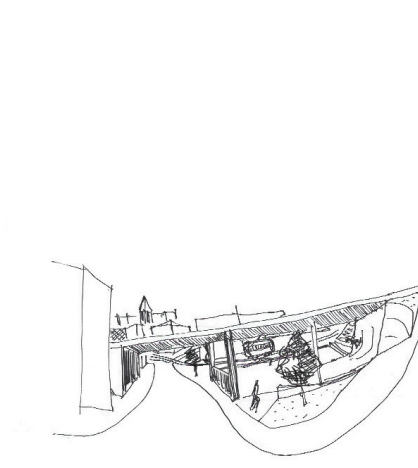
Proposta para o pólo de investigação no Pólo Universitário.



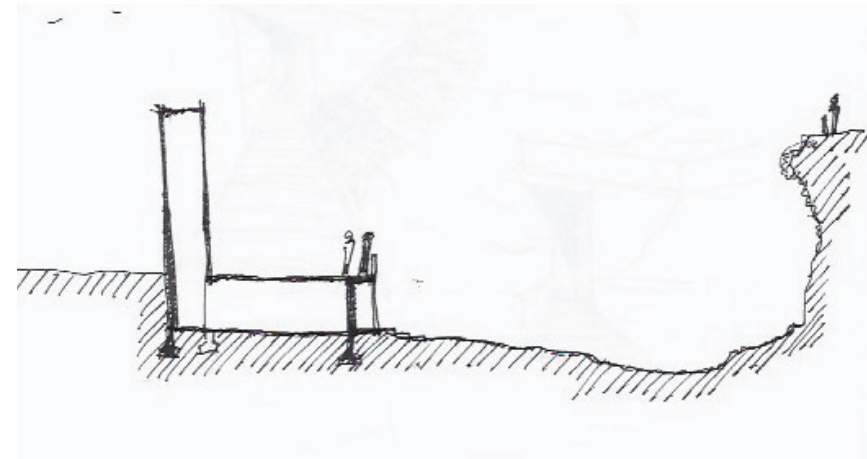
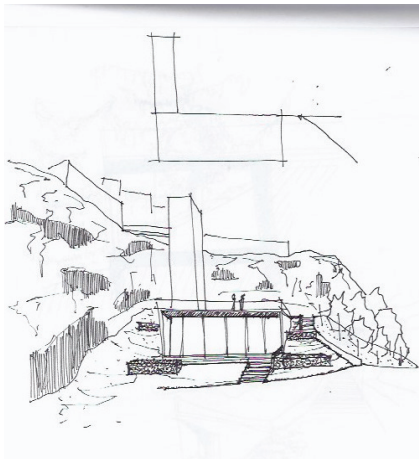
Esboços de estudo para o Pátio Seabra.

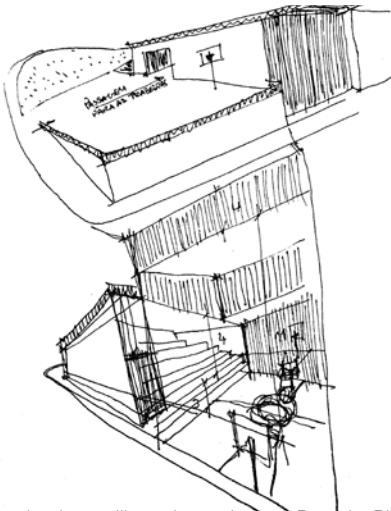


Esboços de estudo para o Pátio Seabra.

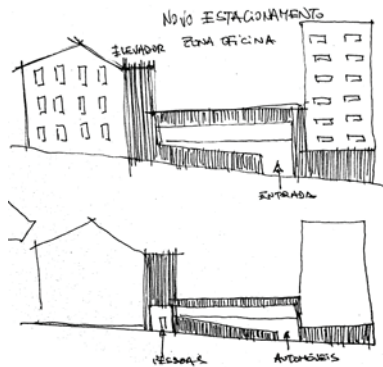


Rua Sítio do Casalinho com viaduto e skatepark.

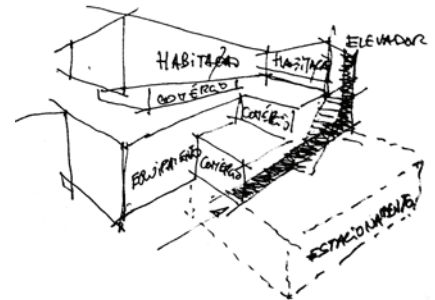




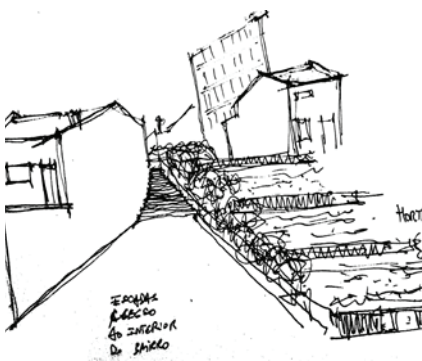
Estudo do pavilhão desportivo na Rua do Rio Seco.



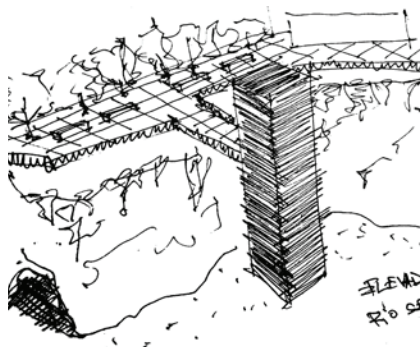
Estudo da fachada para o silo automóvel na Travessa do Mirador.



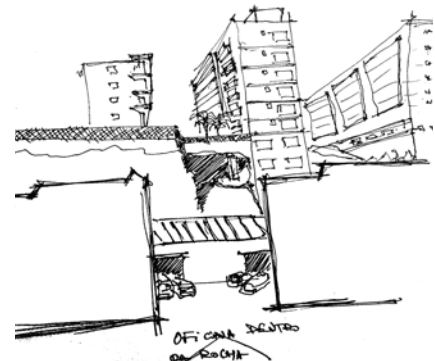
Estudo do edifício anexo ao mercado proposto.



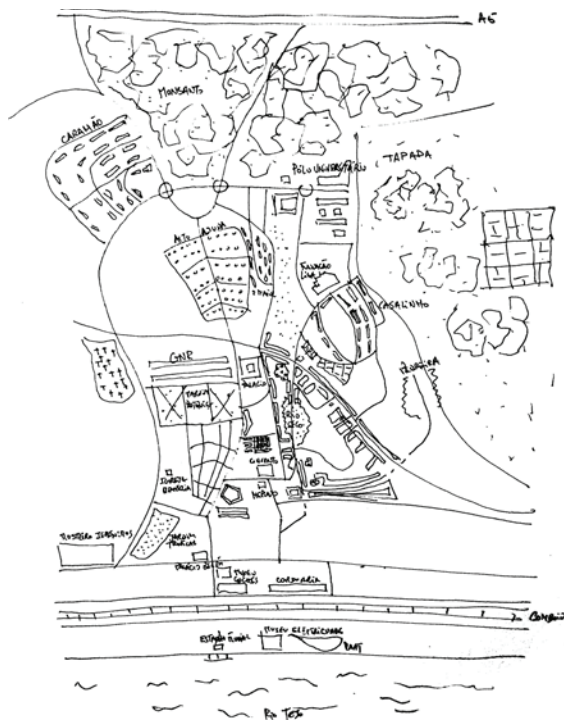
Vista da Rua do Rio Seco para a Rua Silva Porto.



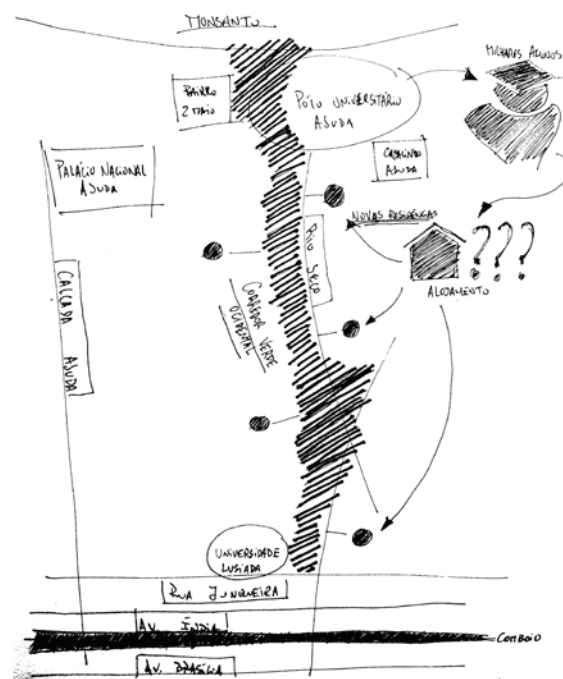
Estudo para o elevador público e Centro Interpretativo.



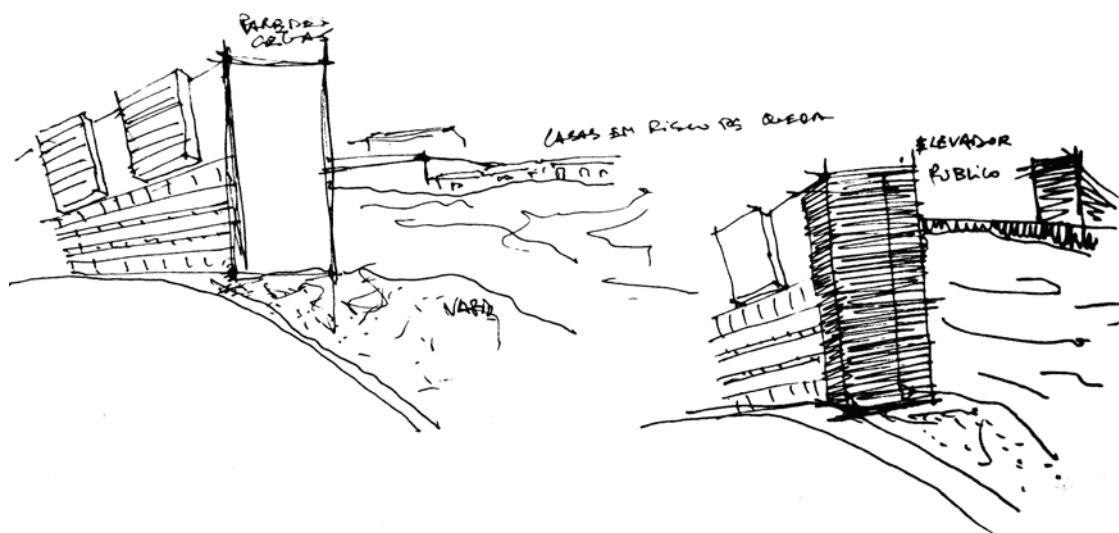
Vista da actual ocupação onde é proposto o silo automóvel.



Mapa mental da Ajuda.



Estratégia para o Vale do Rio Seco.



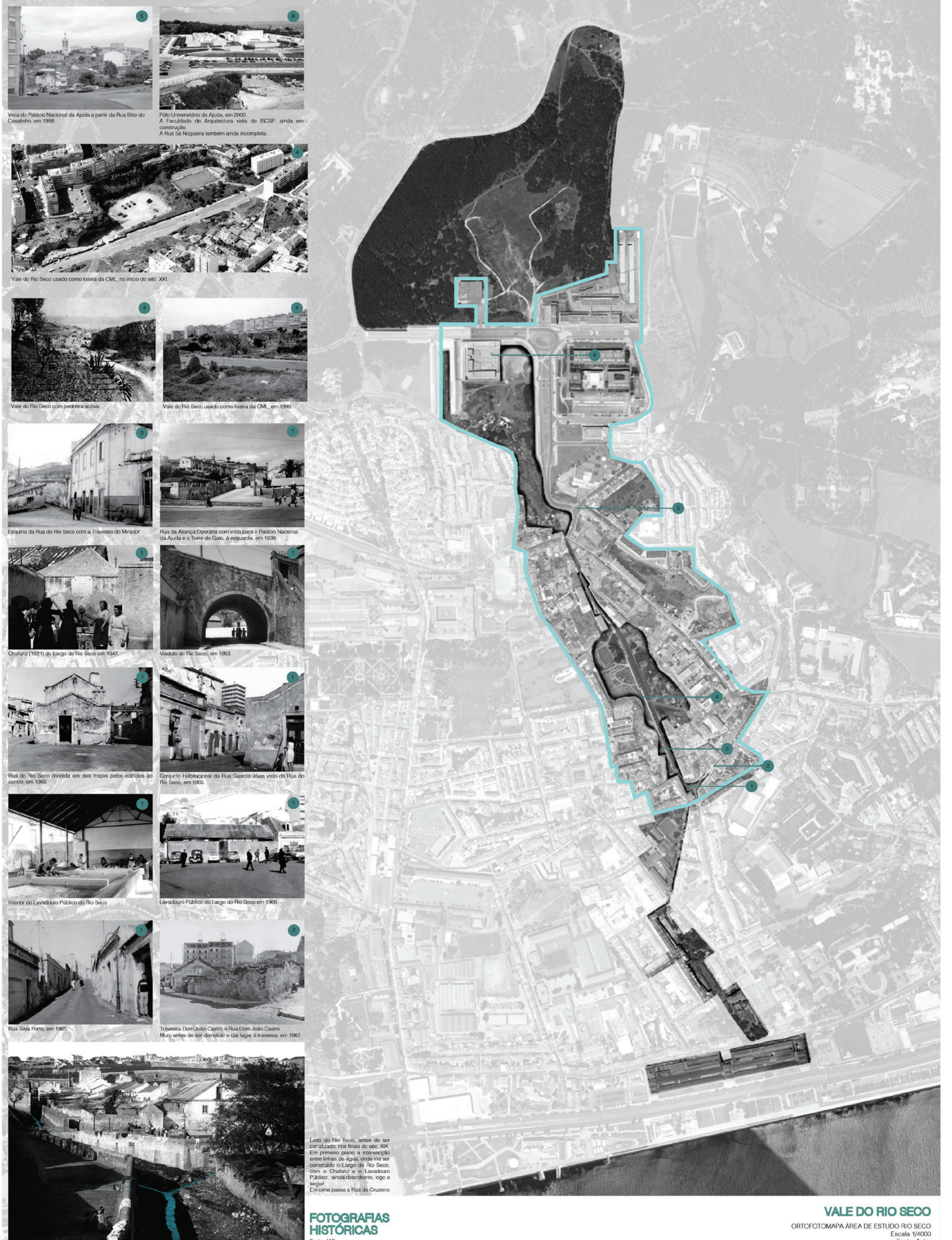
Conceito que define a localização dos elevadores públicos.

X. PAINÉIS

02 ENQUADRAMENTO URBANO



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



Visa do Palácio Nacional da Ajuda a partir da Rua São João do Casalinho, em 1968.



Pólo Universitário da Ajuda, em 2000. A Faculdade de Arquitectura vista do ISCSP, ainda em construção. A Rua da Noqueira também ainda incompleta.



Vale do Rio Seco usado como lixo da CML, no início do séc. XXI.



Vale do Rio Seco com pedra activa.



Vale do Rio Seco usado como lixo da CML, em 1990.



Esquina da Rua do Rio Seco com a Travessa do Mirador.



Rua da Aliança Operária com vista para o Palácio Nacional da Ajuda e a Torre do Galo, à esquerda, em 1939.



Chafariz (1821) do Largo do Rio Seco em 1947.



Viaduto do Rio Seco, em 1953.



Rua do Rio Seco dividida em dois troços pelos edifícios ao centro, em 1965.



Conjunto Habitacional da Rua Guarda Jôias visto da Rua do Rio Seco, em 1965.



Interior do Lavatório Público do Rio Seco.



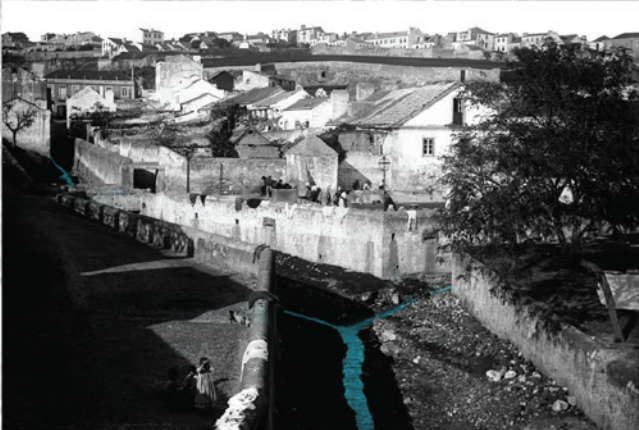
Lavatório Público do Largo do Rio Seco em 1966.



Rua Silva Porto, em 1965.



Travessa Dom João Castro e Rua Dom João Castro. Muro antes de ser demolido e dar lugar à travessa, em 1967.



Leito do Rio Seco, antes de ser canalizado, nos finais do séc. XIX. Em primeiro plano, a intersecção entre linhas de água, onde iria ser construído o Largo do Rio Seco, com o Chafariz e o Lavatório Público, ainda descoberto, logo a seguir. Em cima passa a Rua do Cruzeiro.

FOTOGRAFIAS
HISTÓRICAS
Fonte: AML

VALE DO RIO SECO

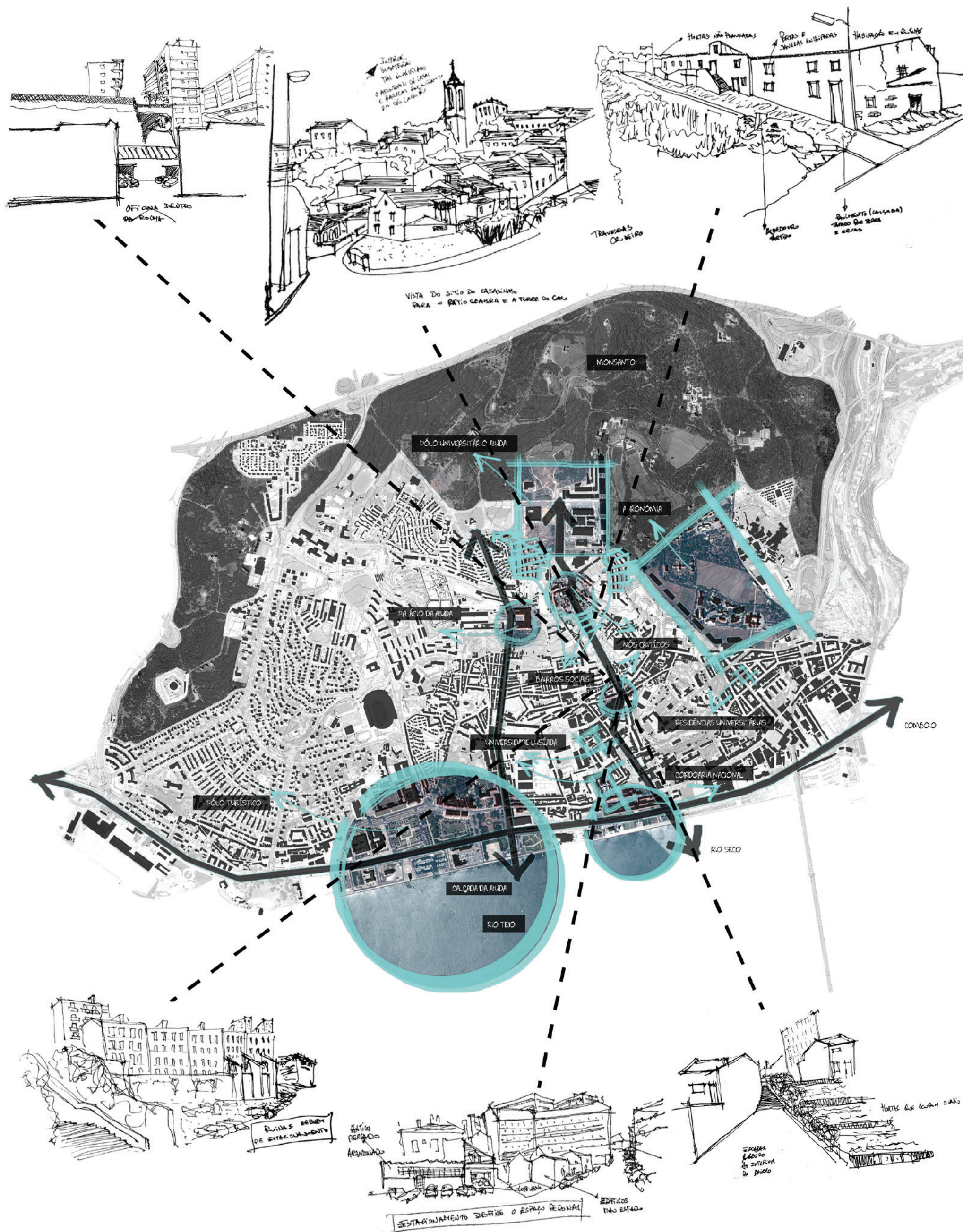
ORTOFOTOMAPA ÁREA DE ESTUDO RIO SECO
Escala 1/4000
Fonte: Autor



03 ANÁLISE URBANA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



ANÁLISE SENSITIVA

Escala 1/5000
Fonte: Autor

04 ANÁLISE URBANA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



ANÁLISE ENVOLVENTE

ZONA OCIDENTAL
Escala 1/40000
Fonte: Autor

SWOT

Strengths Forças

- Referências turísticas
- Parque Florestal de Monsanto
- Rio Tejo
- Universidades
- Programas e políticas de apoio à comunidade
- Sentido de vizinhança
- Parque Urbano do Rio Seco

- Vazios Urbanos
- Falta de residências de estudantes
- Falta de equipamentos e serviços
- Vale do Rio Seco
- Relação entre o Pólo Universitário e a comunidade local
- Associações e Colectividades
- Falta de incubadoras

Opportunities Oportunidades

Weaknesses Fraquezas

- Condições de habitabilidade
- Acessibilidade e Mobilidade
- Mau estado de conservação dos edifícios
- Fraca qualidade espaço público
- Relação este/oeste
- Muros
- Segregação Social
- População Envelhecida
- Transportes públicos
- Descontinuidades urbanas

- Falta de conservação e manutenção dos edifícios e espaço público
- Conjuntura económica nacional
- Envelhecimento populacional
- Estacionamento

Threats Ameaças



FOTOGRAFIAS ACTUAIS

Escala 1/50000
Fonte: Autor

- 1- Largo do Rio Seco. O estacionamento define o espaço público.
- 2- Rua Silva Porto. A rua assemelha-se a um beco e é uma das entradas para o interior mal qualificado do quarteirão.
- 3- Travessa do Mirador. Apesar das grandes vistas que o vale oferece são poucos os espaços qualificados.
- 4- Travessa João Alves. São poucos os espaços de permanência e nem sempre são qualificados.
- 5- Travessa José Fernandes. Habitação operária em ruínas, assim como grande parte do património existente.
- 6- Travessa José Fernandes. A ocupação não planeada leva a casos peculiares como esta habitação assente num pilar sobre a rocha.
- 7- Rua do Cruzeiro. Entrada para o pátio sem nome.
- 8- Pátio sem nome. Possíveis traseiras, o pátio foi ocupado de forma espontânea.
- 9- Travessa das Fiandeiras. A travessa só por si assemelha-se a um pátio e contém o Pátio Joaquim Pereira Dias no seu interior.
- 10- Rua do Cruzeiro. O perfil reduzido da rua leva ao estacionamento indevido nos passeios.
- 11- Pátio Seabra. Uma das entradas do pátio que apresenta falhas nos espaços públicos.
- 12- Pátio Seabra. Vista sobre a Travessa das Fiandeiras.
- 13- Pátio Seabra. O interior do pátio contém várias hortas criadas pelos moradores, como acontece um pouco por toda a freguesia.
- 14- Travessa do Chafariz. Chafariz em tempos usado como lavadouro, actualmente em ruínas.
- 15- Rua Eduardo Bairrada. O troço mais recente da rua é prejudicado pela falta de relação com os seus edifícios.
- 16- Rua Eduardo Bairrada. O perfil deste troço é demasiado reduzido e apresenta um espaço inseguro na circulação viária e pedonal. Além do seu perfil, o cruzamento adjacente dificulta esta circulação.
- 17- Rua Sá Nogueira. Entrada Sul do Pólo Universitário que face as características topográficas e a um plano inacabado conta com inúmeras falhas no espaço público, porém com grandes vistas sobre o Vale e o Rio Tejo.

ANÁLISE HISTÓRICA

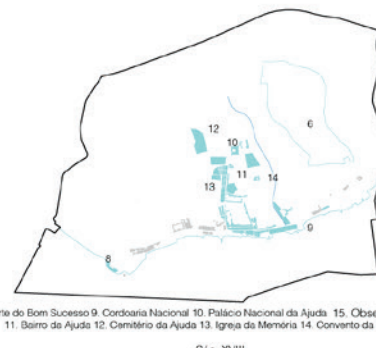
EVOLUÇÃO URBANA ZONA OCIDENTAL DE LISBOA
Escala 1/50000
Fonte: Autor



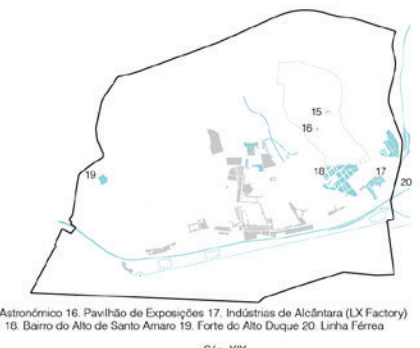
Séc. XVI



Séc. XVII



Séc. XVIII



Séc. XIX



05 ANÁLISE URBANA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



Séc. XIX



1911



1950



1978



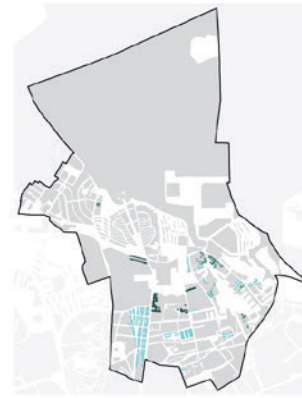
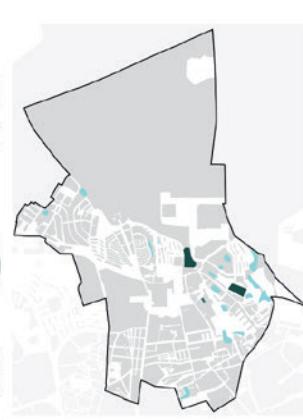
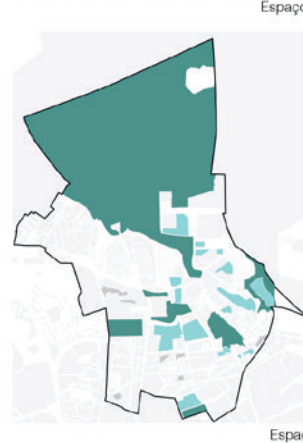
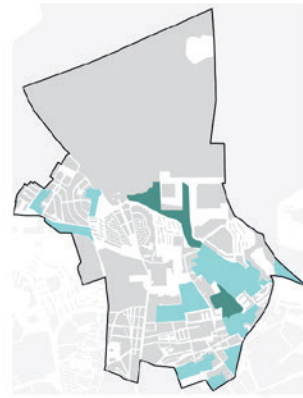
1999



2010

ANÁLISE HISTÓRICA

EVOLUÇÃO URBANA VALE DO RIO SECO
Escala 1/75000
Fonte Autor

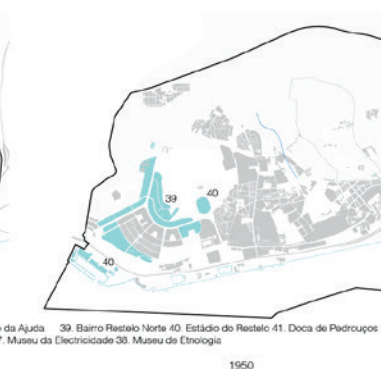
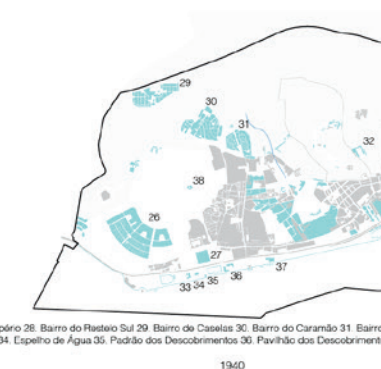
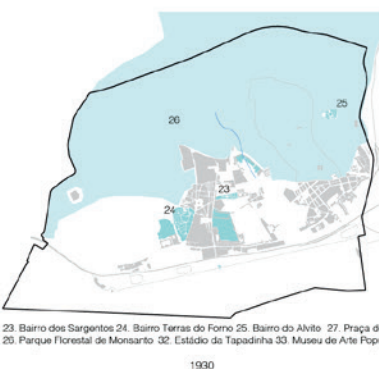
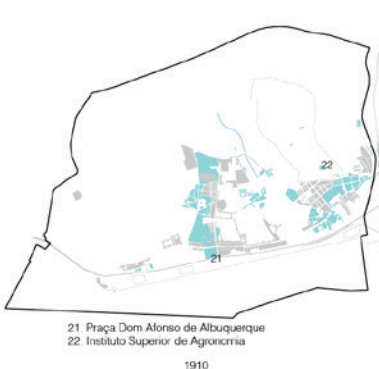


Pátios CML
Pátios Informais
Outros Pátios
Vivências semelhantes
Pátios

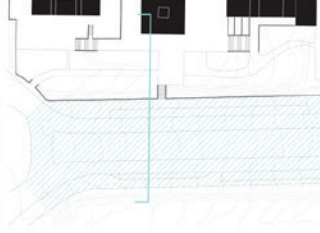
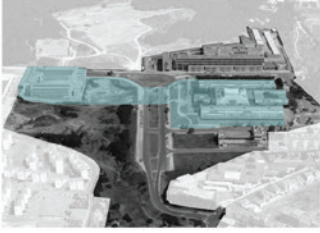
1- Grupo Desportivo
Imperial do Cruzeiro
2- Sporting Clube
do Rio Seco

1- Caramão
2- Telheiras
3- Aguiar
4- Alto da Ajuda
5- 2 de Maio
6- Casalinho
7- Eduardo Barreira
8- Sargentes

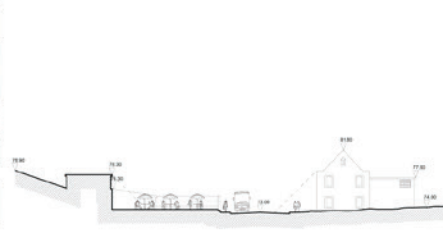
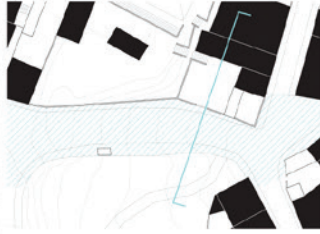
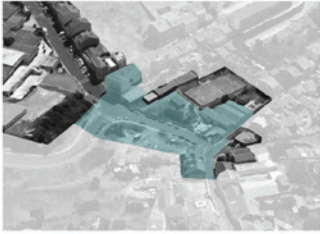
ANÁLISE URBANA
AJUDA
Escala 1/25000
Fonte Autor



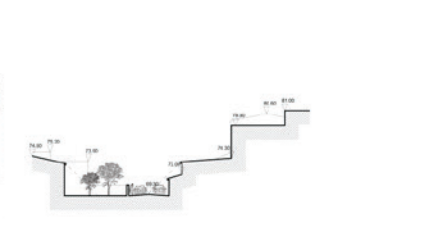
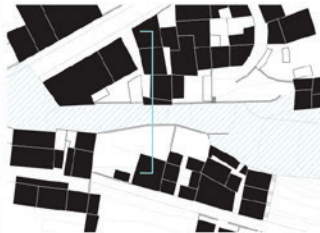
06 ANÁLISE URBANA



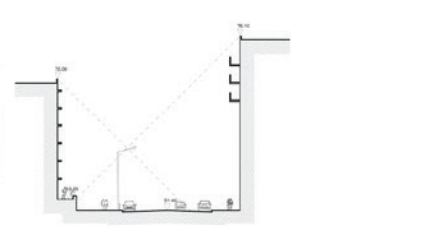
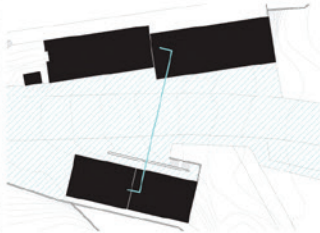
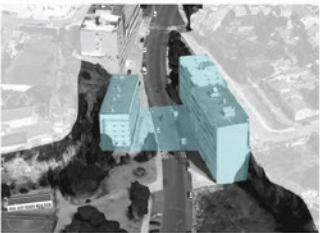
Rua Sá Nogueira
Largura: 49,94 m
Inclinação: 6,96 %



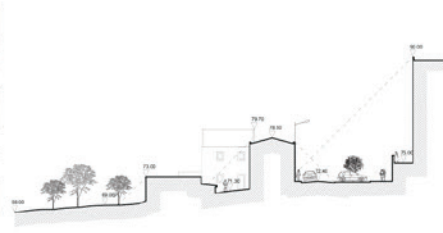
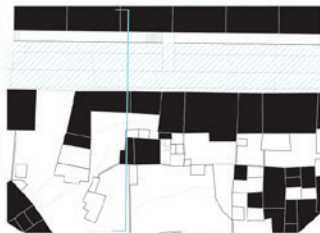
Rua do Sítio do Casalinho
Largura: 13,25 m
Inclinação: 14,11 %



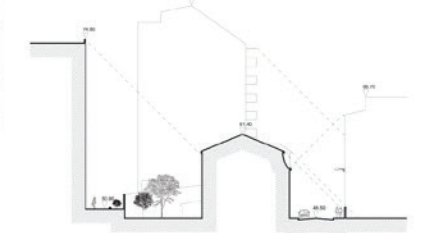
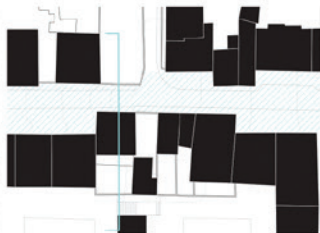
Rua Eduardo Berrada
Largura: 5,54 m
Inclinação: 8,24 %



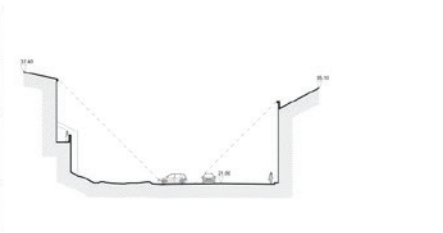
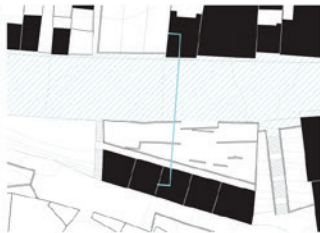
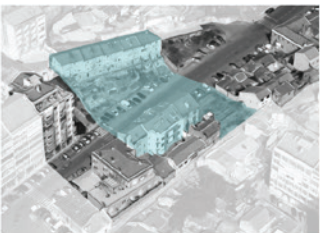
Rua Eduardo Berrada
Largura: 5,54 m
Inclinação: 8,24 %



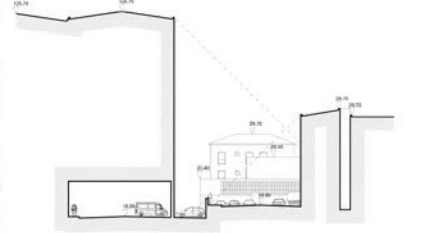
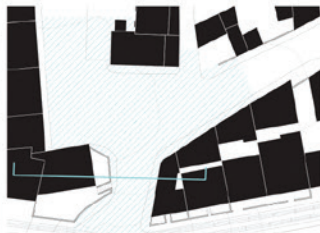
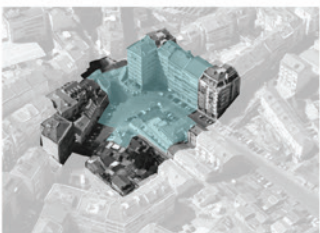
Rua do Cruzeiro
Largura: 3,72 m
Inclinação: 5,36 %



Rua do Cruzeiro
Largura: 7,71 m
Inclinação: 9,09 %



Rua do Rio Seco
Largura: 18,29 m
Inclinação: 5,97 %

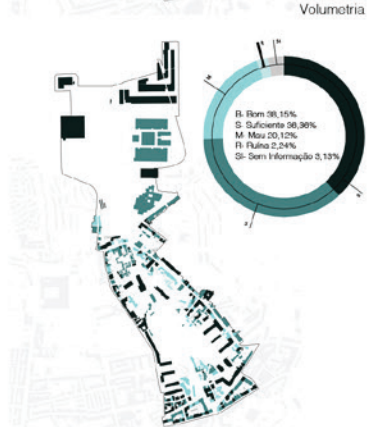


Largo do Rio Seco
Largura: 17,83 m
Inclinação: 10,00 %

ANÁLISE VIÁRIA

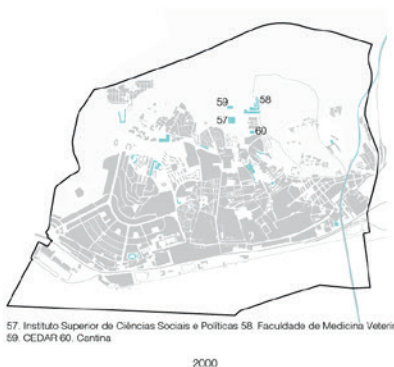
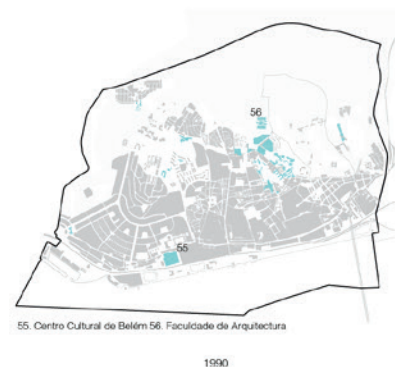
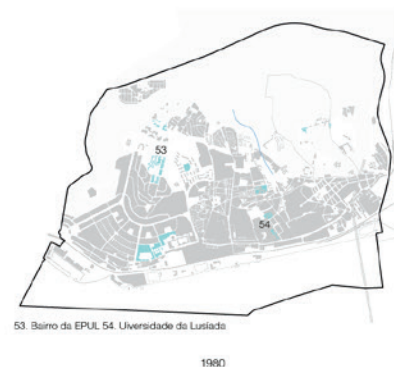
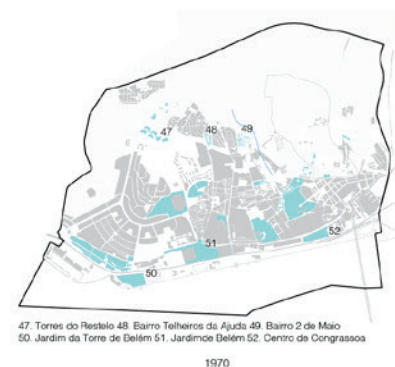
Escala 1/75000
Fonte Autor

REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



ANÁLISE URBANA

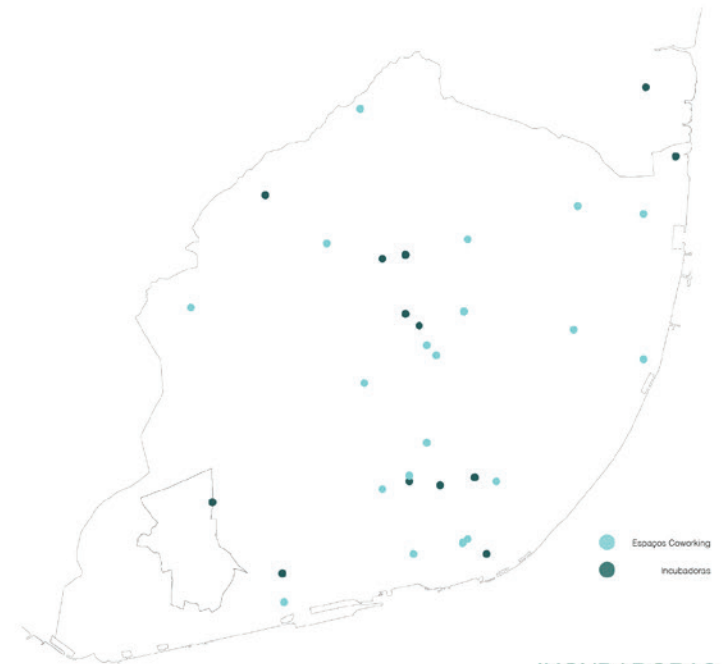
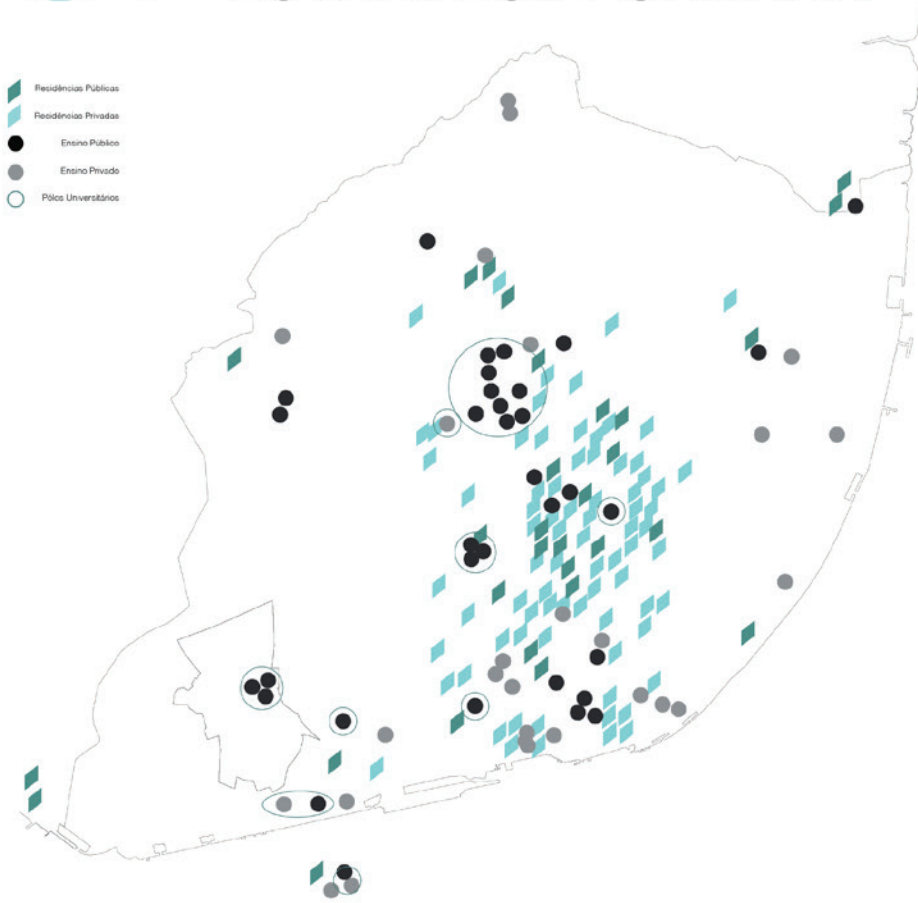
VALE DO RIO SECO
Escala 1/75000
Fonte Autor



07 ESTRATÉGIA URBANA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



INCUBADORAS

Escala 1/75000
Fonte: Autor

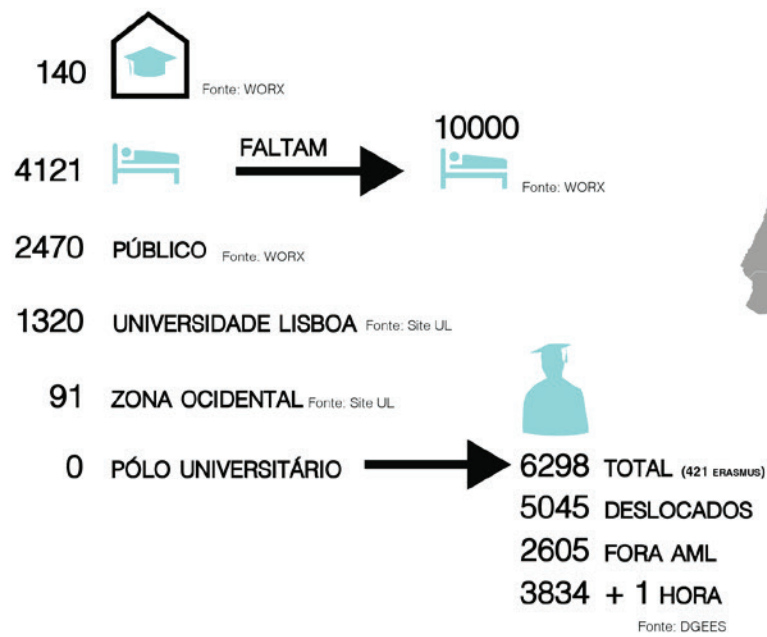
RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

Escala 1/30000
Fonte: WORX

Urbanístico <ul style="list-style-type: none">- Maior procura de habitação, serviços, comércio e equipamentos- Procura de instalações hoteleiras e serviços de restauração é intensificada pela realização de congressos e conferências- Intensificação das actividades de turismo- Alteração da vida nocturna- A Universidade é em certos casos responsável por equipamentos centrais na vida cultural da cidade.	Demográfico <ul style="list-style-type: none">- Aumento da população- Rejuvenescimento da estrutura etária- Contenção do êxodo da população jovem
<ul style="list-style-type: none">- Chegada de um corpo científico e técnico qualificado- Revitalização do comércio- Intensificação do sector de serviços- Transformação de um sector rural dominante para um sector terciário dominante- Potenciar a ocorrência de novas formas de desenvolvimento económico e tecnológico	<ul style="list-style-type: none">- Elevação do estatuto da cidade- Aumento da população residente- Reforço a centralidade da cidade no sistema urbano- Captação de quadros e técnicos qualificados e respectivas famílias- Perspectiva futura- Fixação de empresas
Económico	Social

Fonte: "As Cidades e os Campis"

IMPACTO DAS UNIVERSIDADES



● Pólo Universitário
■ Concelhos a mais de 1 hora de transportes públicos
■ Concelhos a 1 hora de transportes públicos

ALUNOS DESLOCADOS

Escala 1/350000
Fonte: Autor

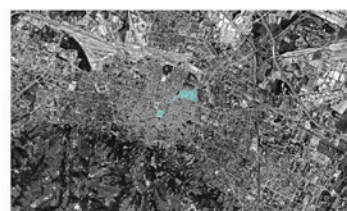
CASOS ESTUDO

Sem Escala
Fonte: Autor

Bolonha
1088
Pólo Principal

A Via Zomboni assume-se como eixo viário principal que alberga o património da universidade, equipamentos e habitação estudantil, a partir do séc.XVI. A expansão, em 1998, vai para lá dos limites da cidade, distribuindo-se por outras 4 localidades diferentes.

ENQUADRAMENTO URBANO



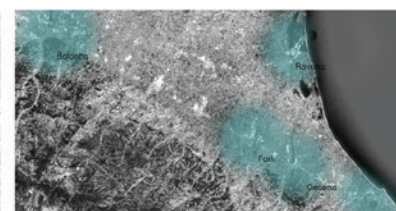
Centro da cidade

OCUPAÇÃO NO TERRITÓRIO



Recuperação de edifícios existentes

EXPANSÃO

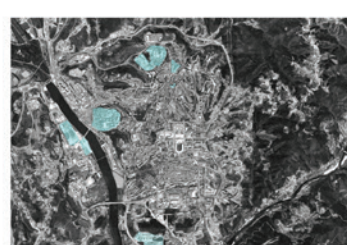


5 Cidades, 5 Pólos



Coimbra
1537
Pólo Principal

O plano para o Pólo Principal levou à demolição da Alta de Coimbra e à construção de uma nova malha urbana e escala arquitectónica. A expansão, mais recente, passa pela criação dos restantes pólos nos arredores da cidade, mas durante o crescimento da cidade, vários edifícios de habitação tornam-se Repúblicas (alojamento tradicional estudantil).



Centro e arredores



Novo plano dentro da malha existente



Repúblicas de Coimbra



Lisboa
1911
Pólo da Ajuda

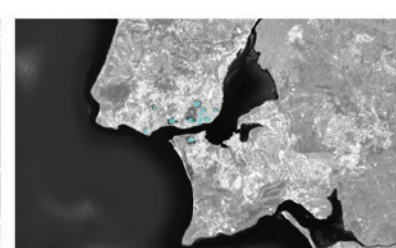
A Universidade de Lisboa surge da fusão entre a Técnica e a Clássica, em 1913. Além desta existe ainda a Universidade Nova e o Instituto Politécnico como instituições públicas de ensino. O património universitário expande-se para lá dos limites da cidade, nomeadamente no Monte da Caparica (Nova) e Oeiras (Lisboa), estando planeado um novo pólo (Nova), em Carcavelos. O Pólo da Ajuda é construído no início dos anos 90, num plano anglo-saxónico, nos arredores da cidade, sem nunca ter sido concluído, estando planeado a construção de uma residência de estudantes.



Centro e arredores



Novo plano nos arredores



1 Cidade, 3 Universidades



08 ESTRATÉGIA URBANA



PONTOS ESTACIONAMENTO PERCURSO COMERCIAL EQUIPAMENTOS PROPOSTOS ACESSIBILIDADES VIÁRIAS PROPOSTAS PERCURSO VERDE PROPOSTO PERCURSO CULTURAL

PERCURSOS TEMÁTICOS PROPOSTOS

Fonte: Autor



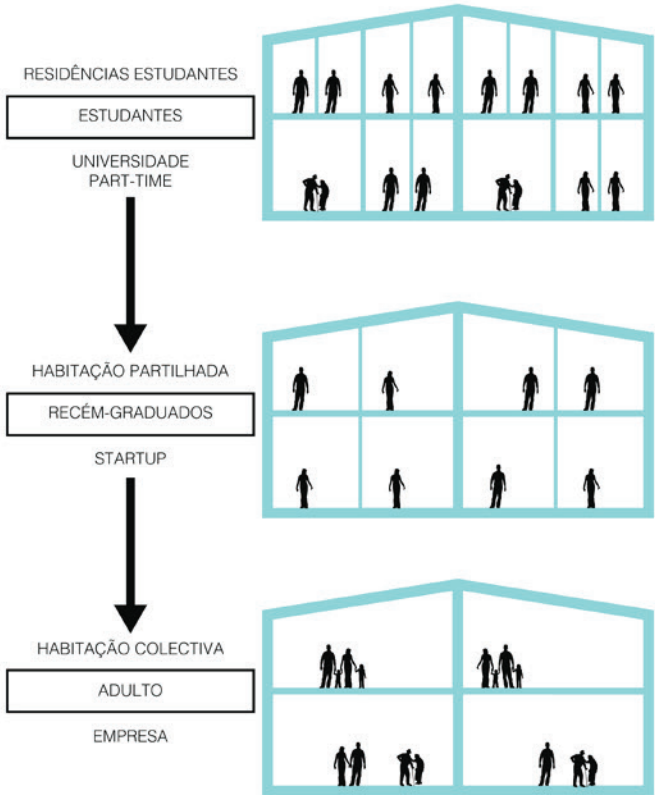
ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO URBANA

Esquema de intenções urbanas
Fonte: Autor



ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO URBANA

Esquema de intenções urbanas
Fonte: Autor



ESTRATÉGIA HABITAÇÃO

Sem Escala
Fonte: Autor



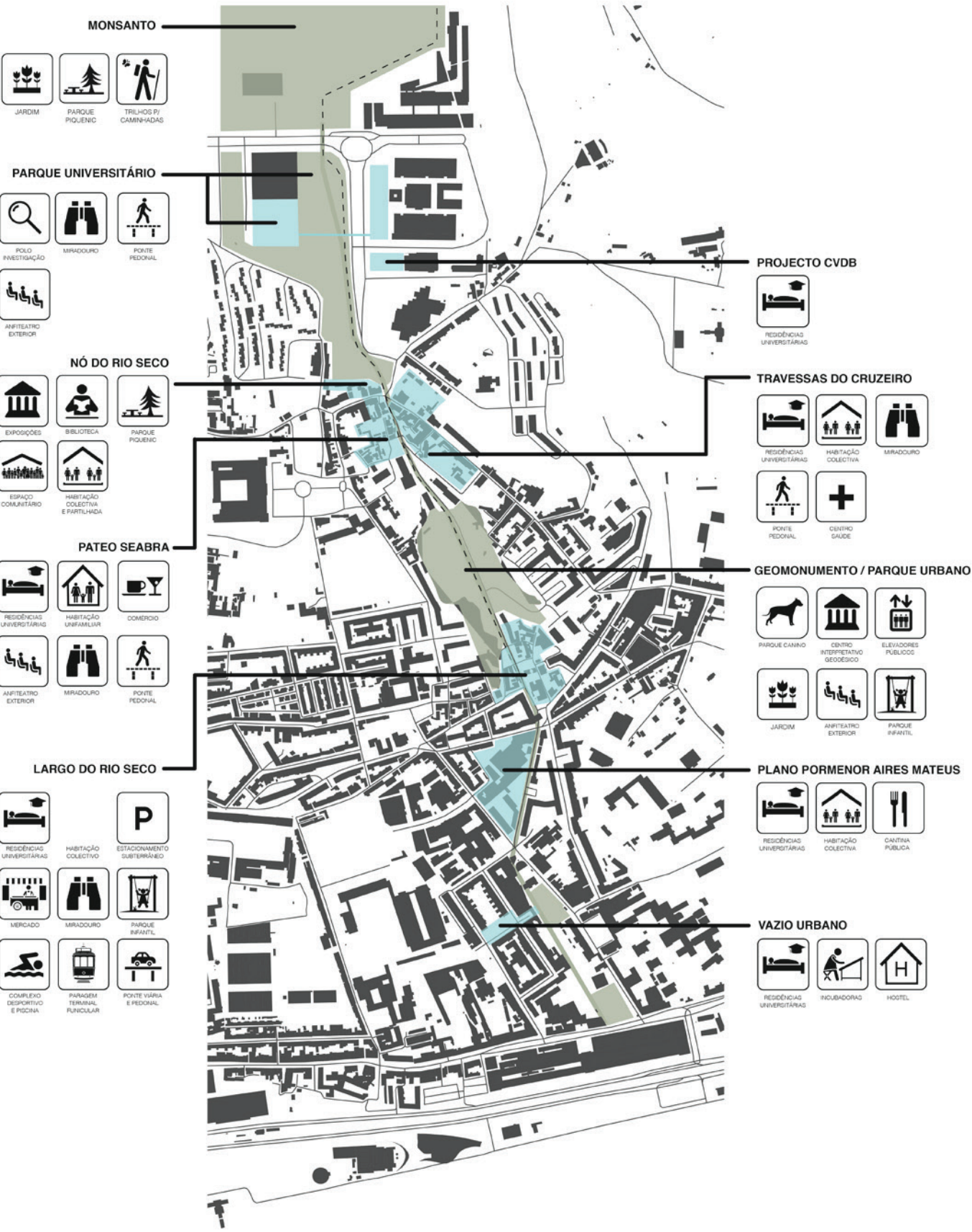
PERCURSO FUNICULAR PROPOSTO

Sem Escala
Fonte: Autor

09 PLANO URBANO



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



PLANTA PROPOSTA DO EDIFICADO A DEMOLIR

Sem Escala
Fonte: Autor



PLANTA PROPOSTA DO EDIFICADO PROPOSTO

Sem Escala
Fonte: Autor

ESTRATÉGIA PROGRAMÁTICA GERAL

Escala 1/5000
Fonte: Autor



TABELA DE ÁREAS / Nº CAMAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

Fonte: Autor

TABELA DE ÁREAS	m2	%
Área de Intervenção	118 015	100
Área de Implantação	32 635	27,65
Área de Espaços Verdes	59 236	50,19
Área de Reabilitação	684	0,58
Área Bruta de Construção	50 664	
Habituação	11 663	9,88
Equipamentos	16 927	14,34
Residências Universitárias	4 045	3,43
Índice de Ocupação	0,28	
Índice de Utilização	0,43	

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	Área de Implantação m2	Número de Quartos	Número de Camas
A	1306	5	250
B	1413	3	106
C	431	4	86
D	310	4	82
E	253	2	24
F	479	3	70
G	894	3	134

MATRIZ DE CUSTOS E RECEITAS	Quantidade	€	%
CUSTOS			
Valor do Terreno	118 015 m2	82 610 500	56,90
Movimento de Terras	2 988 m3	29 880	0,02
Vias e Estacionamento	9 139 m2	313 900	0,22
Áreas Pedonais	22 321 m2	1 116 000	0,77
Áreas Verdes	59 236 m2	2 369 440	1,63
Construção / Uso Residencial	39 548 m2	31 638 400	21,79
Construção / Uso Terciário	11 116 m2	5 558 000	3,83
Estacionamento em Cave	1 680 Lugares	16 800 000	11,57
Outras Despesas		2 606 330	1,80
Demolição	11 702 m2	175 530	0,12
Perreção		1 957 570	1,35
TOTAL		145 175 600	100
RECEITAS			
Venda de ABC de Habitação	39 548 m2	69 209 000	80,54
Venda de ABC de Terciário	11 116 m2	15 562 400	18,11
Perreção		1 160 071	1,35
TOTAL		85 931 471	100

TABELA DE ÁREAS / ÍNDICES GERAIS

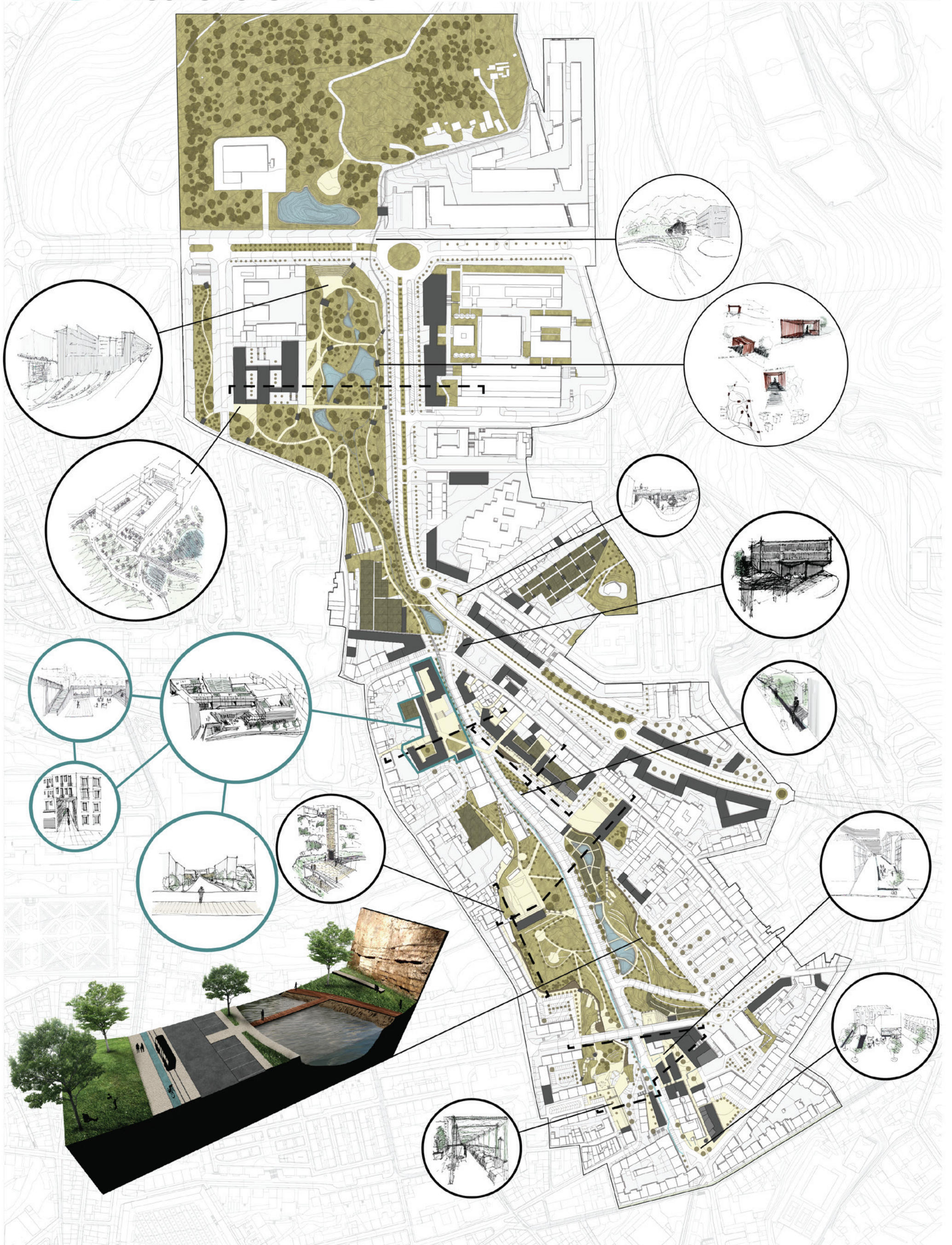
Fonte: Autor



10 PROJECTO URBANO



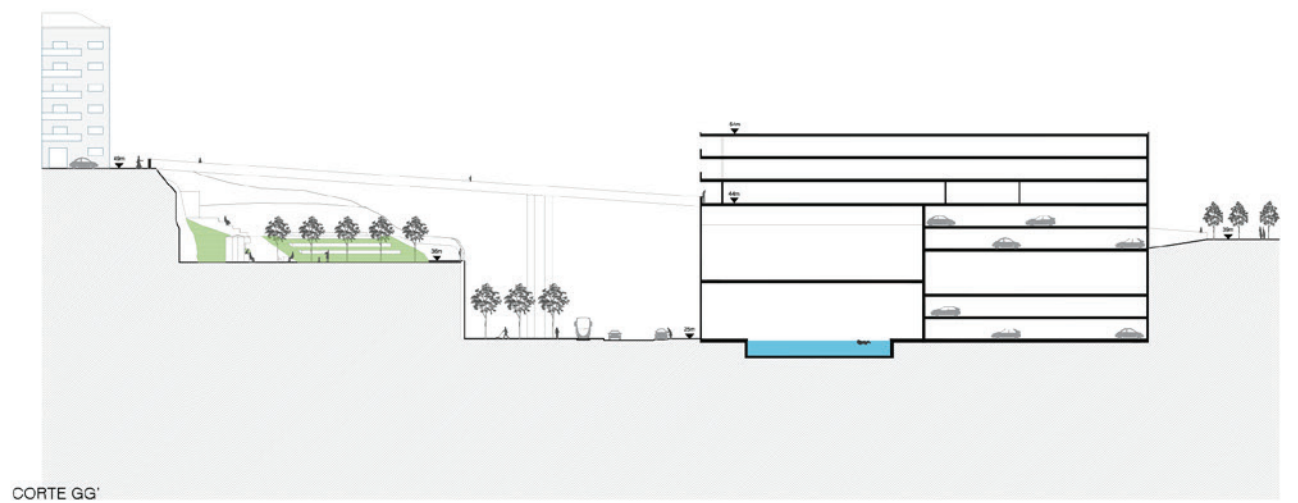
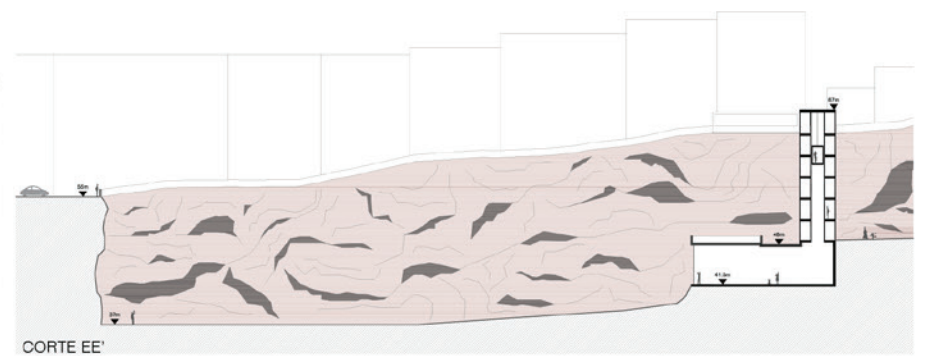
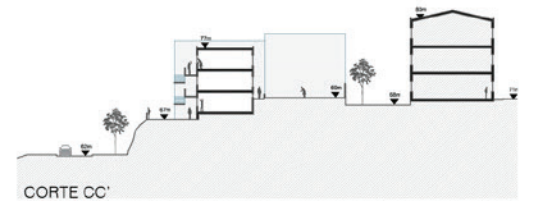
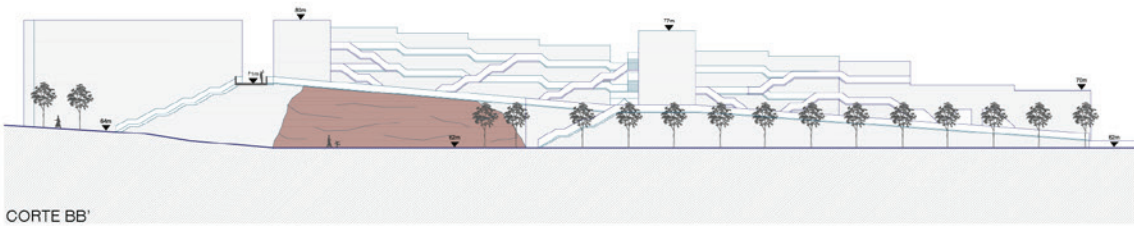
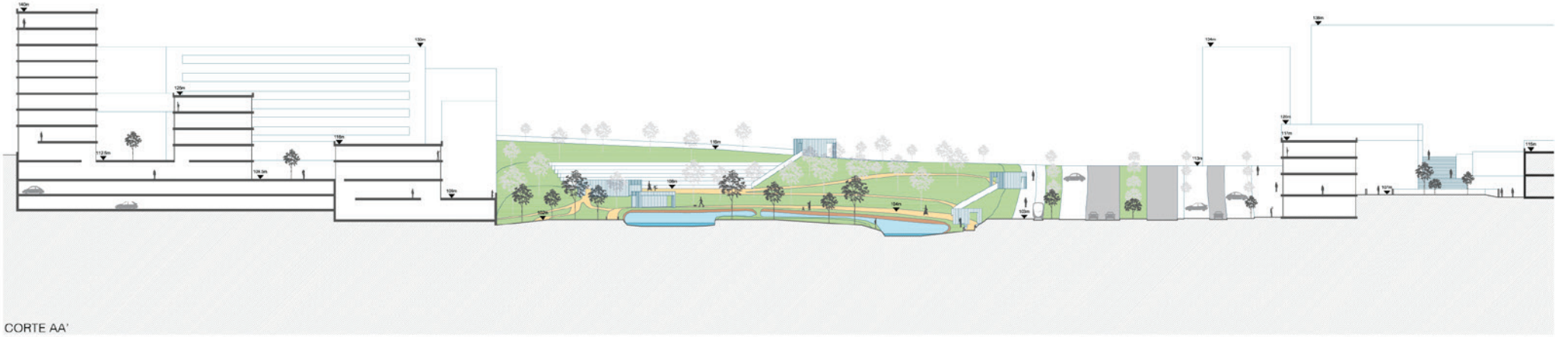
REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



11 PLANO URBANO



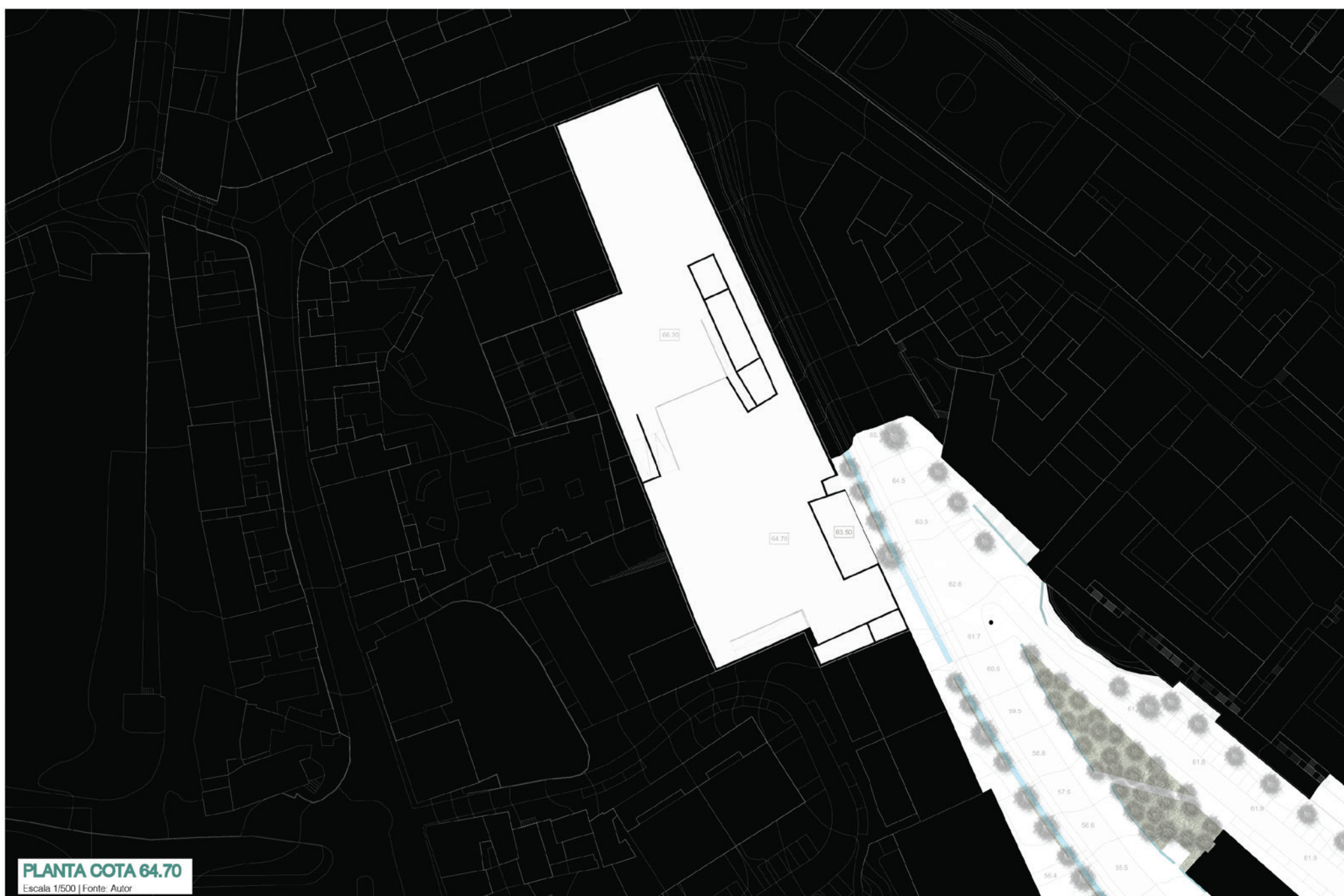
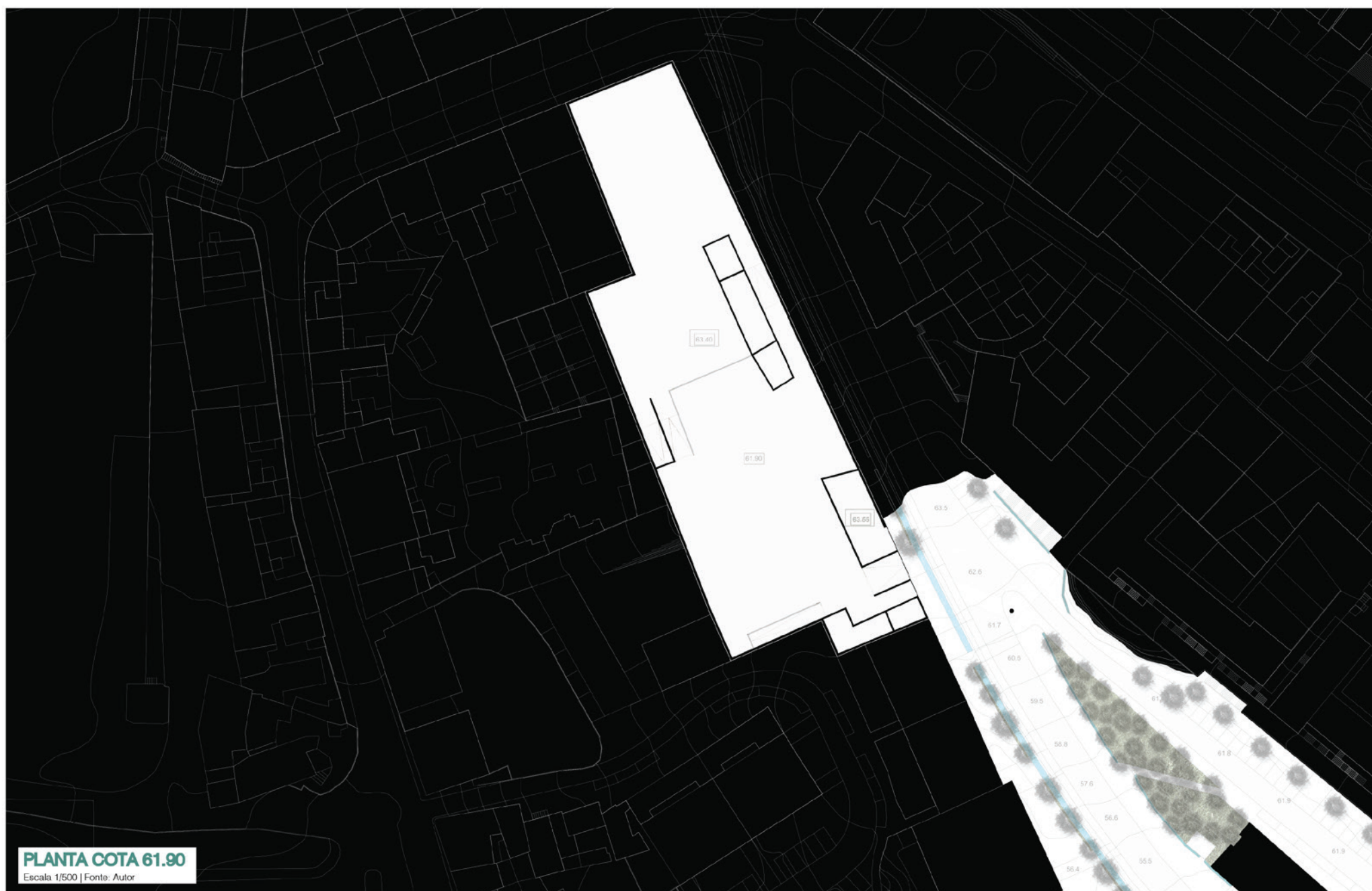
REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



CORTES URBANOS

Escala 1:500
Fonte: Autor





13 PROJECTO PÁTIO SEABRA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



PLANTA COTA 67.55
Escala 1/500 | Fonte: Autor

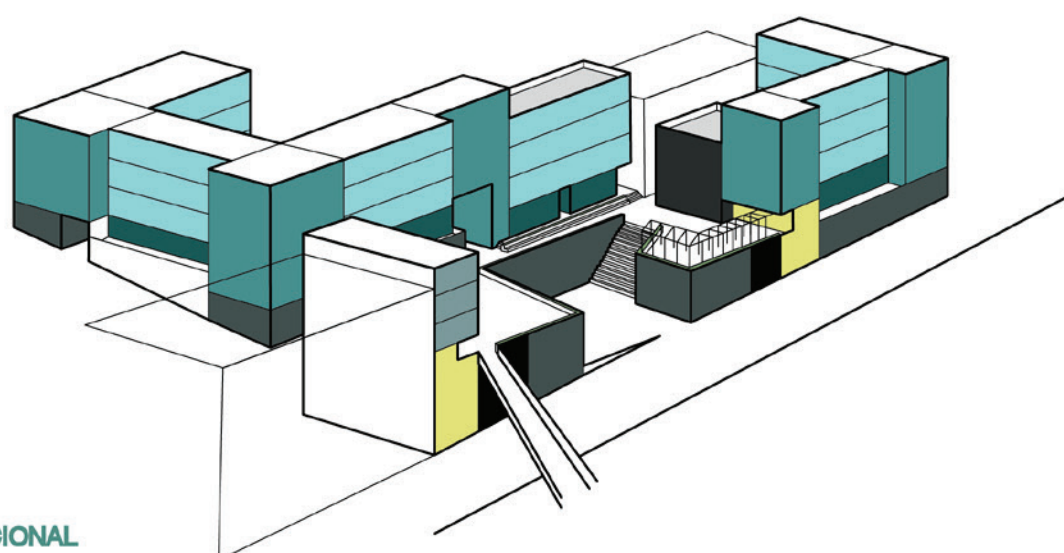


DIAGRAMA FUNCIONAL
Fonte: Autor

- RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS
- ACESSOS VERTICAIS / COZINHAS / ESPAÇOS COMUNS
- HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
- RESIDÊNCIAS PARA PROFESSORES / INVESTIGADORES
- ESPAÇOS DE COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO
- INCUBADORAS
- ACESSO ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO
- TERRAÇOS ACESSÍVEIS
- ACESSOS VERTICAIS PÚBLICOS



15 PROJECTO PÁTIO SEABRA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



CORTE LONGITUDINAL
Escala 1/500 | Fonte: Autor



16 PROJECTO PÁTEO SEABRA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE

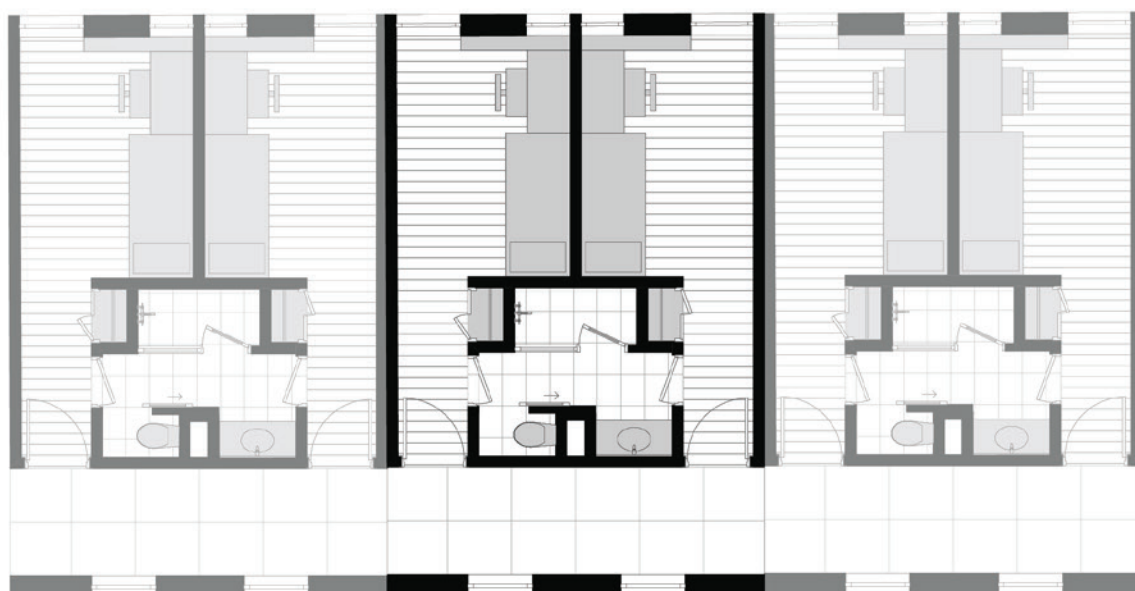


PLANTA COTA 81,05
Escala 1/500 | Fonte: Autor



**AXONOMETRIA DE MÓDULO
DE QUARTO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

Fonte: Autor



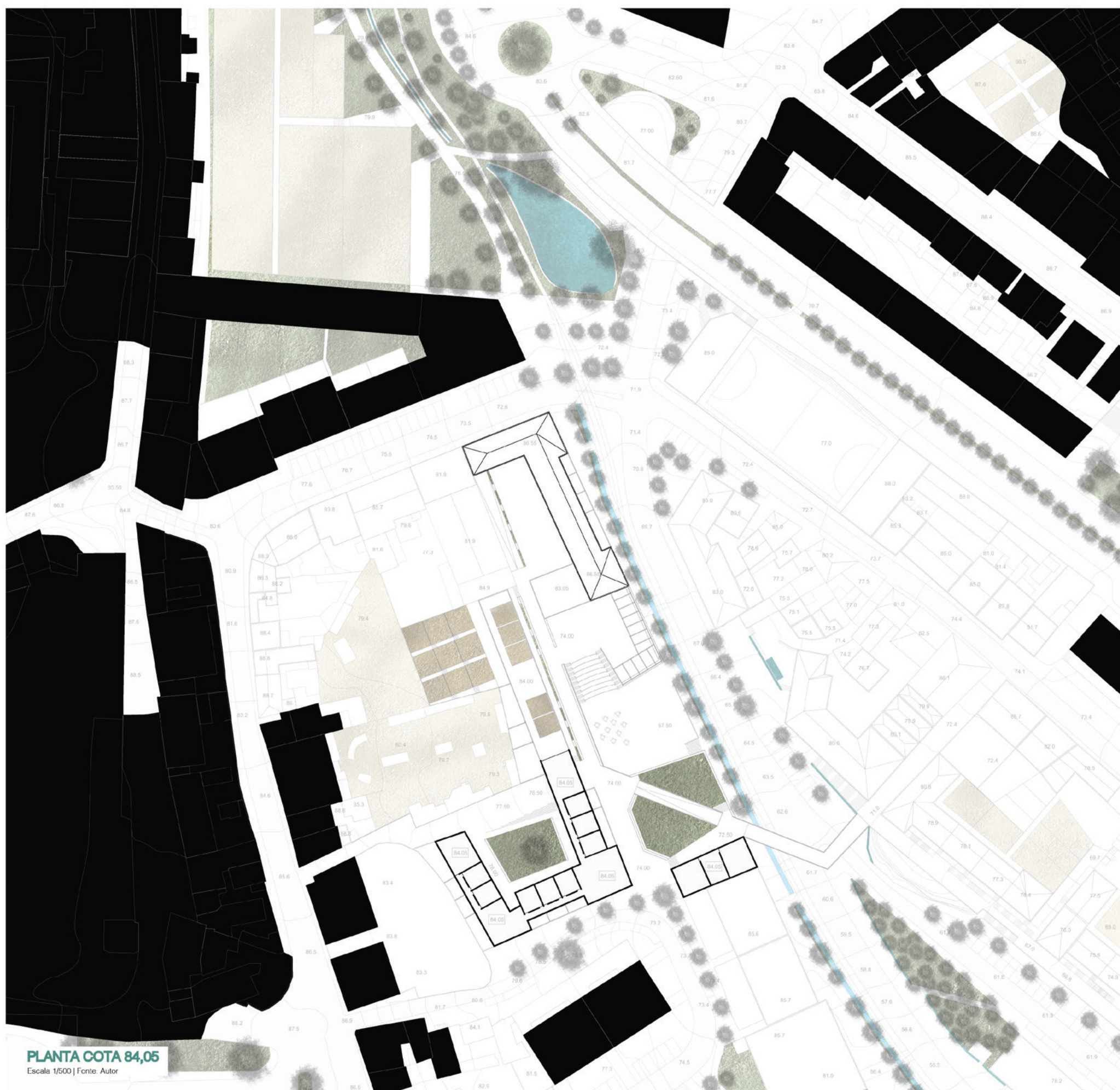
**PLANTA ESQUEMÁTICA DE MÓDULO
DE QUARTO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

Fonte: Autor | Escala: 1/50



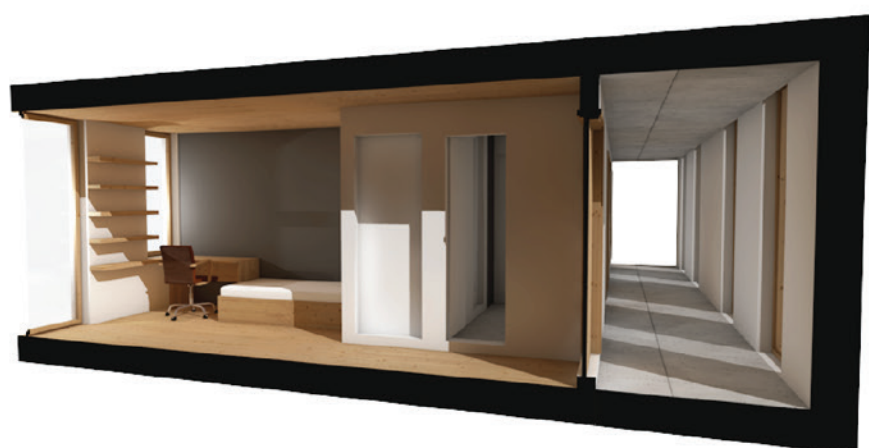


REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



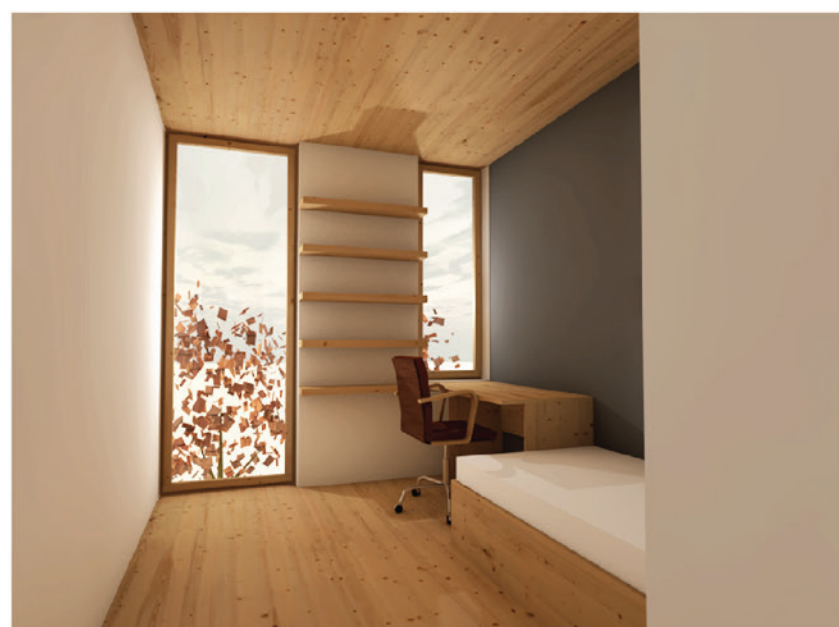
PLANTA COTA 84,05

Escala 1/500 | Fonte: Autor



VISTAS DO MÓDULO DO QUARTO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

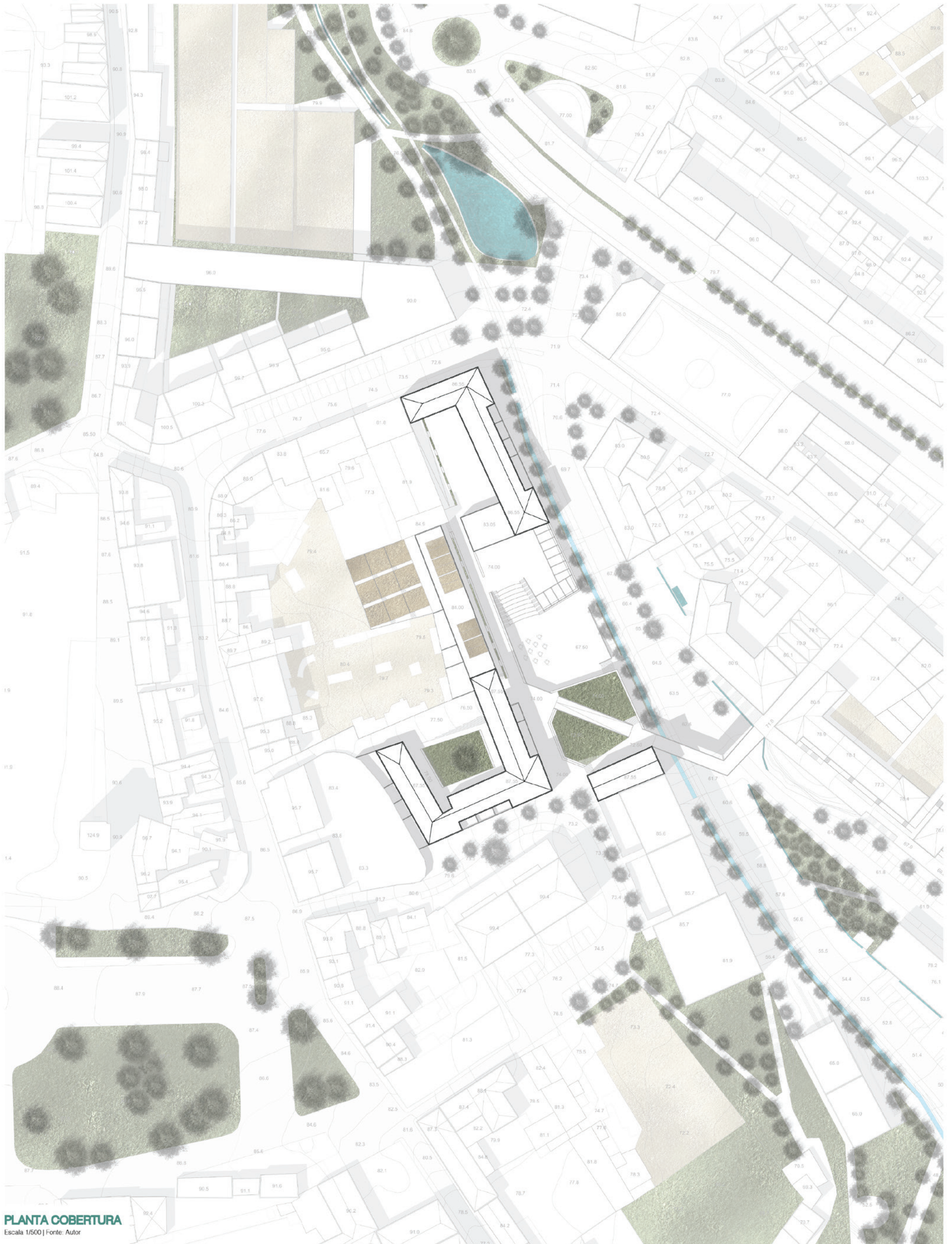
Fonte: Autor



18 PROJECTO PÁTIO SEABRA



REVITALIZAÇÃO URBANA DO VALE DO RIO SECO
AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA A CIDADE



PLANTA COBERTURA
Escala 1/500 | Fonte: Autor

